



Juarez Ferraz de Maia
Rosana Maria Ribeiro Borges
Salvio Juliano Peixoto Farias
[organizadores]

Estudos
Contemporâneos
em Jornalismo

9



Reitor

Edward Madureira Brasil

Vice-Reitora

Sandramara Matias Chaves

Diretora do Cegraf UFG

Maria Lucia Kons

Diretora da Faculdade de Informação e Comunicação

Angelita Pereira de Lima

Vice-Diretor da Faculdade de Informação e Comunicação

Daniel Christino

Coordenador do Curso de Jornalismo

Ricardo Pavan

Vice-Cordenadora do Curso de Jornalismo

Ângela Teixeira de Moraes

Conselho Editorial da Coletânea

Alicia Fernanda Sagüés Silva (ULagos/Chile),

Ana Carolina Rocha Pessôa Temer (UFG), Ângela Teixeira de Moraes (UFG),

Angelita Pereira de Lima (UFG), Eduardo Barreto Vianna Meditsch (UFSC),

Juliano Maurício de Carvalho (Unesp), Lisandro Magalhães Nogueira (UFG),

Luca Bussotti (UEM/Moçambique), Luiz Antônio Signates Freitas (UFG),

Luiz Martins da Silva (UnB), Pedro Plaza Pinto (UFPR), Sérgio Luiz Gadini (UEPG),

Silvana Coleta Santos Pereira (UFG), Valci Regina Mousquer Zuculoto (UFSC).

JUAREZ FERRAZ DE MAIA
ROSANA MARIA RIBEIRO BORGES
SALVIO JULIANO PEIXOTO FARIA

[ORGANIZADORES]

Estudos Contemporâneos em Jornalismo

COLETÂNEA 9

Cegraf UFG

@2021 Juarez Ferraz de Maia; Rosana Maria Ribeiro Borges;
Salvio Juliano Peixoto Farias

@2021 Cegraf UFG

Capa e projeto gráfico:
Salvio Juliano Peixoto Farias

Fotografia de capa e entre capítulos:
Déborah Rodrigues Borges

Revisão técnica:
Rosana Maria Ribeiro Borges

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG**

E82 Estudos contemporâneos em jornalismo [E-book] / organizadores,
Juarez Ferraz de Maia, Rosana Maria Ribeiro Borges, Salvio Juliano
Peixoto Farias. – Goiânia : Cegraf UFG, 2021. 391 p. : il. - (Coletânea 9)

Inclui referências.
ISBN (E-book): 978-85-495-0478-4

1. Jornalismo - Aspectos sociais. 2. Jornalismo - Aspectos políticos. 3. Comunicação de massa - Aspectos morais e éticos. 4. Mídia digital. 5. Comunicações digitais. I. Maia, Juarez Ferraz de. II. Borges, Rosana Maria Ribeiro. III. Farias, Salvio Juliano Peixoto.

CDU: 070

Bibliotecária responsável: Adriana Pereira de Aguiar / CRB1: 3172

O conteúdo e a revisão de cada artigo são responsabilidades do(a) respectivo(a) autor(a).

Referências em artigos de autores estrangeiros foram mantidas como no original.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Não é permitida a comercialização.

Sumário

9 **Apresentação**

11 **Nota para esta edição**

I – Pautas do jornalismo no cenário contemporâneo: da desinfodemia às possibilidades de construção de novos horizontes

14 Digital journalism(s), misinformation, fake news
Francesco Pira

39 A comunicabilidade antecidadã no discurso bolsonarista:
o uso eleitoral das redes sociais pela extrema-direita brasileira,
Luiz Antonio Signates Freitas e Maria Izabella Noleto

60 A negatividade, o jornalismo e novas possibilidades:
um estudo de propostas positivas e construtivas
Letícia de Lucena Vaz e Ângela Teixeira de Moraes

II – Pautas do jornalismo na Itália e em Moçambique: representações da diversidade cultural no local e no global

72 A representação da diversidade na mídia e na indústria cultural italiana
Luca Bussotti

97 A Cultura moçambicana face ao fenómeno da Globalização:
caso da cultura Manikense no meio urbano
Sílvia Afonso

III – Pautas do jornalismo brasileiro na pandemia de covid-19: relações de poder e disputas que revelam e encobertam dramas sociais e históricos

- 118 O telejornalismo brasileiro e relações de poder: conflitos e disputas tensionados pela pandemia de coronavírus

Ana Carolina Rocha Pessôa Temer e Letícia Renault

- 136 Quem pode falar? Os povos indígenas em situação de pandemia no telejornalismo brasileiro

Wéber Félix de Oliveira, Rosana Maria Ribeiro Borges e Juarez Ferraz de Maia

- 159 Pelo direito de permanecer:

negritudes no contexto acadêmico e pandêmico

Luciene de Oliveira Dias, Elisângela Gomes e Bruno Mardson de Souza Oliveira

- 170 O fazer jornalístico e relações de gênero

Rosana Maria Ribeiro Borges e Taissa Gracik Tomé

IV – Pautas do jornalismo brasileiro no combate à homofobia: da narratividade dos cartuns à cobertura do futebol masculino

- 193 A representação homossexual masculina nas tiras de jornais: das primeiras strips à Mãe de gay

Sahvio Juliano Peixoto Farias

- 221 Por uma prática jornalística anti-homofóbica na

cobertura do futebol masculino brasileiro

Amanda Vieira da Silva Dutra e Ricardo Paran

V – Pautas do jornalismo goiano no contexto da comunicação pública: empreendedorismo e diversidade de ferramentas como estratégia comunicacional

- 245 Jornalismo empreendedor em contexto de crise:

A construção do portal Aparecida de Goiânia (GO)

Átila Giovani Lima Freitas e Alfredo José Lopes Costa

- 263 Comunicação pública na Polícia Militar: uso de mídias contemporâneas na melhoria da imagem institucional e na aproximação com a sociedade
Maria Flora Ribeiro Costa, Fernando Machado de Castro e Angelita Pereira Lima

VI – Pautas do jornalismo para além da sala de aula: do roteiro de produtos audiovisuais às reflexões sobre a prática jornalística que emanam de disciplinas curriculares

- 287 O Espiritismo e as imaginações: a operacionalização da imaginação melodramática e da estrutura imaginativa da Bíblia na representação do Espiritismo em *Nosso Lar*
Lisandro Magalhães Nogueira e Artur Felício Costa

- 305 O roteiro na ficção e no documentário – parte II:
a construção da escrita
Solange Franco

- 327 Rogai por nós:
Observatório de Jornalismo para uma prática qualificada
Janyelle Pereira da Mata, Luciene de Oliveira Dias e Ysabella de Medeiros Portela

- 344 O ensino de Jornalismo: crônicas e pandemia
Angelita Pereira de Lima, Eguimar Chaveiro, Luana Sihá Borges e Rodrigo Emídio

**VII – O jornalismo que reflete sobre a vida e as existências:
o perfil e o legado de Alaide**

- 366 O legado de Alaide
Ranane Maria Rocha

- 379 **Autoras & autores**

No momento em que escolhemos amar,
começamos a nos mover contra a dominação,
contra a opressão. No momento em que
escolhemos amar, começamos a nos mover
em direção à liberdade, a agir de formas que
libertam a nós e aos outros.

bell hooks

Apresentação

“O amanhã nunca está garantido”. Foi dentro dessa lógica que aprendemos a viver nesses tempos difíceis de Covid-19. Apesar do cansaço mental e físico, chegamos à **nona** edição do livro “*Atualidades: Estudos contemporâneos em jornalismo*”.

A Covid-19 é o tempo de tudo. As provações que toda a humanidade passa será lembrada por mais de um século. O Brasil, dentro desse contexto, chega ao final de 2021, com mais de seiscentos mil brasileiros mortos e milhões de infectados, entre os quais, milhares ficaram com graves sequelas deixadas pela Covid-19.

Felizmente, no século XXI, a humanidade tem recursos científicos e tecnológicos que não existiam durante o enfrentamento da “gripe espanhola”, no século passado. Em tempo recorde, tivemos uma vacina para o combate à Covid-19. As vacinas são experimentais, sim, mas desenvolvidas mundo afora, por cientistas de diversas nacionalidades, inclusive brasileiros.

As vacinas são uma realidade, o processo de imunização avança pelo mundo, infelizmente, com aceitação e velocidades diferentes. No continente africano, apenas 5% da sua população foi imunizada, por falta de vacinas.

Já certos países europeus, mesmo tendo vacinas, ainda lutam contra a desinformação e o negacionismo, e não conseguiram vacinar 50% de seus nacionais, por falta de adesão da população. No Brasil, a adesão às vacinas é surpreendente. O povo brasileiro aderiu de imediato à campanha de vacinação, apesar de o Presidente da

República, Jair Messias Bolsonaro, ser o grande negacionista e fazer o boicote à imunização da população.

A grande lição que podemos tirar desse período é que o mundo ficou cinza. A humanidade sofre uma grande provação. Passamos grande parte do nosso tempo isolados, confinados e com medo. Todos os dias era dia de luto.

Aprendemos que a “*coragem e a esperança*” são as maiores componentes de uma grande energia que nos alimenta para atravessar esse período de provação e sobreviver, num mundo adverso, em que: “*o amanhã nunca está garantido*”.

Os organizadores

Nota para esta edição

Há onze anos, o Curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG) anualmente publica um livro impresso que congrega resultados de pesquisas e reflexões sobre experiências de docentes e discentes, bem como de pesquisadores brasileiros e estrangeiros convidados. Há nove anos, esta obra começou a ser organizada no formato de coletânea, com o escopo Estudos Contemporâneos em Jornalismo.

Em 2020, além do formato impresso, produziu-se também um e-book que, além dos textos publicados no livro, apresenta outros artigos que expandem e aprofundam o debate do tema geral, alicerçado no fazer jornalístico. Por entender que o conhecimento produzido no âmbito de uma instituição federal de ensino superior brasileira é de domínio público, o Colegiado do Curso de Jornalismo da FIC/UFG tem destinado todo o recurso financeiro que lhe é cabível para a publicação desta Coletânea, cuja distribuição, tanto do formato impresso quanto do e-book, é gratuita.

A nona edição do livro Estudos Contemporâneos em Jornalismo foi elaborada ao longo do ano de 2021, profundamente afetado pela pandemia do Covid-19 e, no contexto nacional, pelo caos político que assola o Brasil e ameaça as instituições e a própria democracia. Por isso, o tema central da presente obra são as pautas do jornalismo, que perpassam por sete eixos temáticos que refletem sobre o cenário contemporâneo; diversidade cultural no local e no global; pandemia de Covid-19; combate à homofobia; comunicação pública; formação do jornalista e perfil de vida e existências.

Mais do que congregar um apanhado de textos acadêmicos, o livro foi organizado para compartilhar saberes, reflexões, pensamentos e sentimentos de pessoas que estão imersas em alguma dimensão do jornalismo que pauta o mundo ao mesmo tempo em que também é por ele pautado. Nesse movimento, ao elaborar suas pautas – sujeitas à variadas angulações que emanam das redes econômicas, simbólicas e de poder – muito mais do que registrar, o jornalismo fornece chaves de leitura para o tempo presente, que também são (re)significadas a partir dos processos que atribuem sentidos ao mundo e aos seus eventos, processos esses que, necessariamente, perpassam por existências individuais e coletivas.

Com o voto de dias melhores para todas e todos,

Rosana Maria Ribeiro Borges
Professora do Curso de Jornalismo da FIC/UFG.



As imagens de capa e entre os capítulos são de Déborah Rodrigues Borges. Esta série é composta por fotografias de idosos que participaram entre 2018 e 2019 de cursos de fotografia oferecidos pela Universidade Aberta da Terceira Idade (Unati), projeto de extensão desenvolvido pela PUC Goiás. As imagens evidenciam a relação desses idosos com a fotografia, que transita entre a vontade de dominar o equipamento digital e a nostalgia pelas vivências da fotografia analógica, representada na série, também, pelas fotografias de Antônio Faria, antigo fotógrafo de Bela Vista de Goiás, que demonstra o funcionamento de sua velha câmera fotográfica (capa).



I. PAUTAS DO JORNALISMO NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Da desinfodemia às possibilidades de
construção de novos horizontes

Digital journalism(s), misinformation, fake news

Francesco Pira

Introduction

The way the society as a whole has evolved revolves around the dynamics with which messages are conveyed. We passed from Analog to Digital in just over twenty years. The entry into the new millennium sanctioned what De Kerckhove (2004) defined as a passage of “geological era”, driving the world of media and communication from that of television to that of networks. Starting from this assumption, the contribution intends to propose an analysis on the evolution of journalism in Italy, or as we can better to say, *journalism(s)* (the plural to emphasize the emerging of different even critical forms of journalism as a consequence of the beginning of the digital era that has profoundly changed the process of construction of individual public identity).

Let's take a step back. Television represented the first *tsunami* on communication flows as Castells argues:

The social impact of television works in binary way: to be or not to be. Once the message is on television, it can be changed, transformed, even subverted. But in a society organized around the mass media, the existence of messages outside the media is limited to interpersonal networks, thus disappearing from collective memory. (Castells, 2002: 84)

Castells speaks about multi-semantic text whose syntax is extremely fluid. We are witnessing the normalization of messages, a leveling of con-

tent within the image structure of each one. In this context, media become the symbolic fabric of our lives. They thus tend to affect consciousness and behavior in the same way that real experience affects dreams, providing the raw material through which the human brain works.

Within this increasingly complex evolutionary context, the very function of media has changed and journalism has undergone major transformations. In this contribution we want to show the changes that have taken place within the Italian journalistic system and that have given rise to those *journalism(s)* of different matrix that clash and in some cases feed on the disinformation industry.

The Italian context shows a peculiar frame in relation to the way in which the media system has evolved, television played a central role, a catalyst that guided the agenda setting of the other media as well, also contributing to defining in the Italian context a communicative style and the development of different genres. In the first part of this article, we will outline this evolution and its historical impact with the support of the data emerging from the latest Censis report (Center for Social Investments Studies) which show the changes in media consumption of Italians over the past twelve years. This picture is interesting to outline the investigation path that is based on the evidence collected in previous works in which the evolution of journalism and the impact of the phenomenon of disinformation and fake news, and which led to the definition of model to define the characteristics of false news called “fake news hex”. In the second part will focus on the role of informal communication, the emergence of some sub-genres such as infotainment, soft news and politainment, which are now predominant in the Italian media system. Two particularly emblematic case studies will be analyzed to introduce a concept elaborated in a previous work to highlight one of the most critical trends of the Italian journalism: the “barbadurizzazione of journalism”, a term coined from the name of Barbara D’Urso, Italian showgirl who with her tvprograms covering a large part of the daytime of the main Mediaset channel - Canale 5, has built a model centered of sensationalism, pietism and gossip, which has conquered a vast and solid audience.

Journalim(s) to the quest for a renewed credibility

To resume the reflection on the role of television in society developped around mass media, we must recall that perhaps more than in other Western nations, television had a historically recognized role in the cultural evolution of Italian society after the Second World War. A function of literacy, of information, of promotion of culture which, from the 1980s onwards, with the incoming of private broadcast networks, has profoundly changed the customs in society, its rituals and individual behaviors. A so deep impact that brings to affirm that there whas been a unifying role of mass media on Italian society.

The power of the action of TV, as a generator of modernity and cultural uniformity, and at the same time of anomie [...] was on the other hand the cause of imbalances, in a country where there are no media able to counterbalance them: in a first of all, this applies to a press read by a small percentage of the population and also conditioned for this by the weight of the interventions of banks and large companies on the one hand, and by state provisions on the other. The coincidence of the golden age of television with the most acute phase of internal migrations, and with the full implementation of compulsory schooling, has however given rise, starting from the second half of the 1950s, to a truly authentic media system. nationalism, centered not so much on abstractly patriotic values as on the most banal of nationalisms, that of the unified audience (Ortoleva, 2009, 53).

From the 1950s to the present the context has become increasingly critical. The result is that the medias have and are continuing to carry out a catalyst action unable to convey deep values, they rather are a mirror of society (Pira, 2011). A drift that the advent of social media has sharpened. The principle of cultural uniformity and a unified audience have been strengthened as a result of the penetrating force of the disinformation system.

This era of multidimensionality, of which also all the major media players nourish, makes clear how much has changed the environment in which our social action develops.

We inhabit overlapping places, that intersect each other. Places that are an expression of communities, groups within which we move, giving life to a universe of subcultures. The question is which places are we talking about?

Parisier states:

The filters bubble relegates us to our information *ghetto*, without allowing us to see or explore the huge world of possibilities that exists online. Network planners need to find a balance between relevance and casual discovery, between the pleasure of seeing friends and the excitement of meeting new people, amidst comfortable niches and open spaces. (Parisier, 2011: 179)

The everyday life has turned into an infosphere where the subjectivation of reality prevails over the process of objectification. It has failed the personal detachment from reality that should foster the triggering of processes of internalization and construction of individual thought.

Ong identifies three main directions in which writing, the phonetic alphabet and printing develop and enhance the human language as a means of social relationship. These intended as the ability to memorize information in the form of documents, the ability to transmit messages remotely and the ability to reproduce and disseminate messages to a larger number of recipients. For this to happen, however, it is necessary that the word is fixed, crystallized, separated from its natural context, depersonalized itself and detached from its author. (Ong, 1982: 75)

But in the era of platformization (Rashidian et Al., 2018), platforms lead us to build social relations based on aggregative processes rather than on a rational thought that passes through processes of abstraction and objectification of reality. In definitive, we live as real only what responds to our bias.

Thus, orienting itself towards transmedia, the media system has moved from a condition in which it was structured on the basis of substantially distinct media, to the offer of contents through platforms thanks to which a multiplicity of different contents can be distributed indifferently on more media. Similarly, users approach the contents through those media that are evaluated each time more inline with

their needs and preferences. For this reason, even from the point of view of users, it is more correct to refer to the concept of platforms instead of pyramid of media. The platforms, however, are not all the same, neither from the supply point of view nor from the demand side.

The sixteenth report of Censis (Italian Center of Studies and Social Investments), one of the most important center of social studies in Italy, *Media and the construction of identity*, has analyzed the use of different media by Italians over the last twelve years, focusing on both on traditional ones (television, press, books and radio), and on more recent ones (social networks, smartphones, internet, online newspapers and e-books).

Television. The data show that the use of television, in general, has remained fairly constant over the years. After the peak of 2016, when 95.5% of Italians watched it, digital terrestrial, the main transmission channel of the Italian networks, is decreasing, reaching 87.4%, 8.1% less in three years. Satellite TV does not suffer major losses, remaining stable at around 40% over the years. On the other hand, internet TV is growing, which has increased by 10.1% since 2016, although

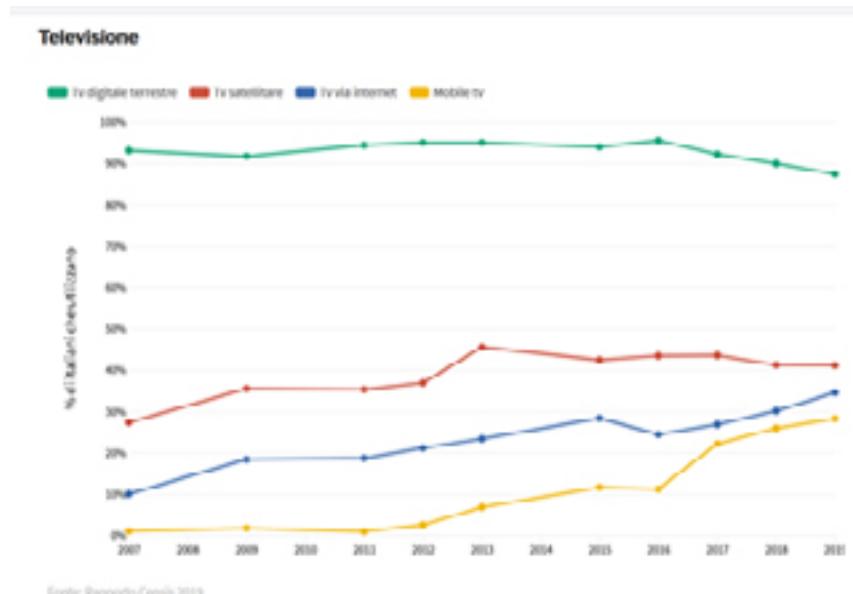


Fig. 1 Italians who watch television (Source: Censis, 2020)

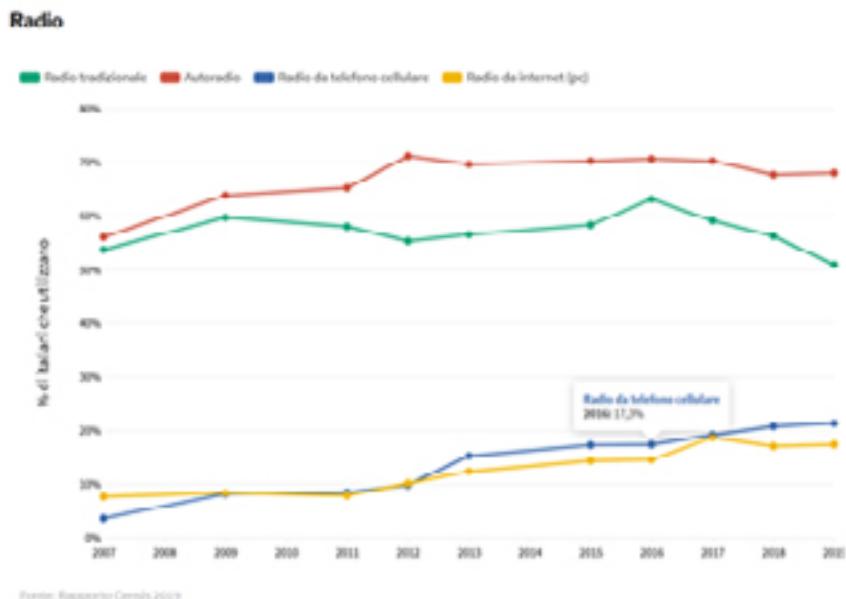


Fig. 2 *Italians who listen to the radio (Source: Censis, 2020)*

in any case it was used by just over 3 out of 10 Italians (34.5%) in 2019. This case collects an increase of 16% on a three-year basis (28.2% in 2019).

Radio. The radio remains stable: despite the presence of Spotify, in fact, 79% of Italians continue to listen to it. If the car radio is almost constant (-2% in three years), fewer and fewer Italians listen to the radio from home. On the other hand, increase those who listen to the radio media from mobile phones (+ 4% in three years) and from the Internet (+ 2.8% in the last three years).

Newspapers. Only 37.3% of Italians still read newspapers (-3.2% in three years). However, despite the negative outlook, it seems that the bleeding of readers is stopping, with readers stable for 2019. The free press is the sector that has been most affected, from 37% in 2011 to 8.7% of 2019. The weeklies and monthlies, despite the crisis, remain stable, without significant changes. Online newspapers increased slightly. Despite the high expectations, the public, after an initial phase of growth, began to stabilize in the middle of the decade at rather moderate levels, and today they are used only by 26.4% of Italians.

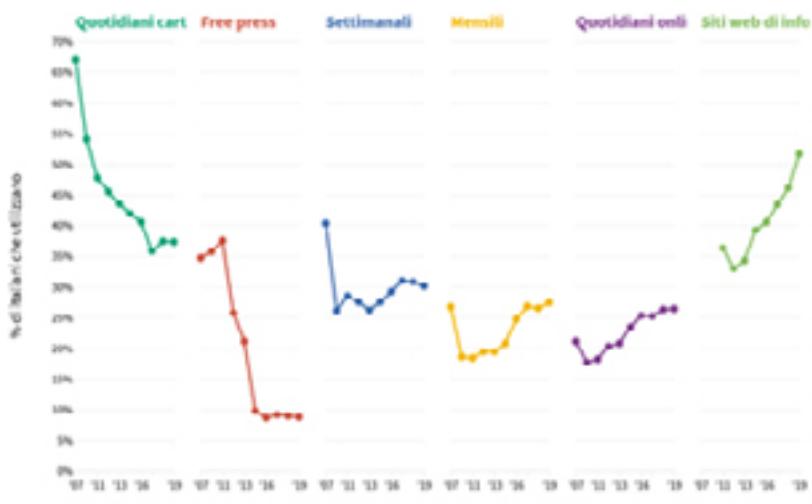
Giornali

Fig. 3 Italians who read newspapers (Source: Censis, 2020)

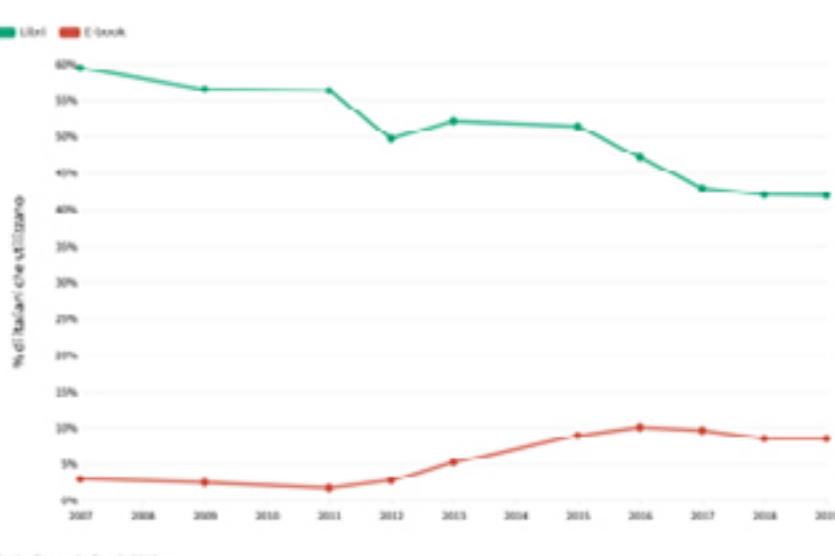
Libri e e-book

Fig. 4 Italians who read book and e-books (Source: Censis, 2020)

Libri e e-book. Anche in questo caso si registra un calo: i lettori sono passati dal 59,4% del 2007 al 41,9% odierno. La diminuzione dei lettori cartacei non sembra essere stata assorbita dall'avvento del formato e-book. Infatti, dopo una lenta ma costante crescita che aveva portato il formato elettronico ad essere utilizzato da 1 cittadino su 10 nel 2016, i dati hanno registrato una flessione, passando a circa 8,5 “lettori elettronici” ogni 100 abitanti.

Internet and smartphone. The possession of smartphones has significantly grown: in 2007 only 15% of Italians had one, 40% in 2013 up to more than 75% of the population in 2019. As for the internet infrastructure, in 2007, despite having been installed in the peninsula for several years, only 45.5% of Italians accessed it. Today, almost 80% of Italians use Internet. These percentages, however, still remain lower than those of other European and world realities.

Also the data regarding the use of social media by Millennials and Generation Z kids are equally interesting. While for YouTube there are no substantial differences between the two generations - the younger ones show a slight preference for this medium (76,1% against 73,1%) -,

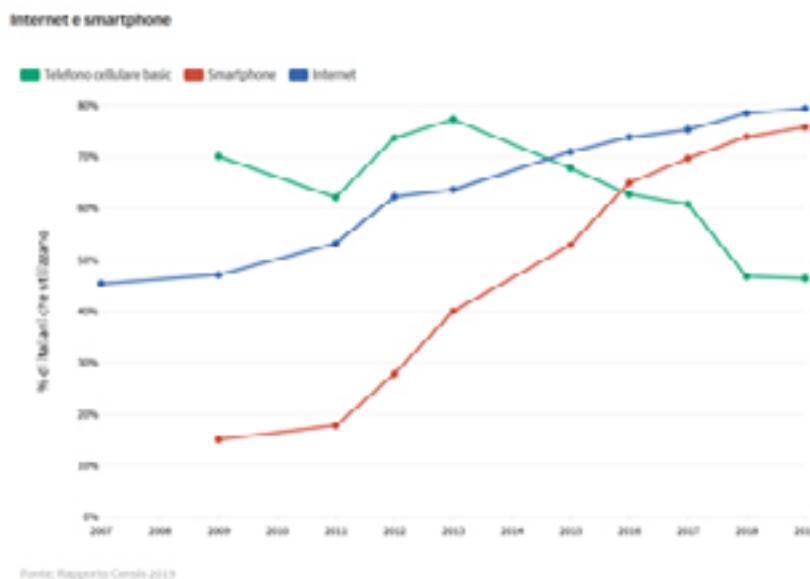


Fig. 5 Italians who use Internet and smartphones (Source: Censis, 2020)



**Tab. 4 - Giovani utenti dei social network 2019
(val. %)**

	Total popolazione	14-29 anni	30-44 anni
YouTube	56,7	76,1	73,1
Facebook	55,2	60,3	75,8
Instagram	35,9	65,6	46,4
Snapchat	5,0	11,5	6,7

Fig. 6 Young Italians and the use of SNS (Source: Censis, 2020)

Facebook is favored by the age group between 30 and 44 years (75.8% compared to 60.3% of the youngest) and Instagram is used by 65.6% of the youngest and by 46.4% of those who are a little older than them.

The picture that emerges from the Censis report supports us in understanding the dynamics of information flows and their impact on the Italians media diet.

News arrives through social networks and the transition from analogue to digital journalism opens up to a great debate on how reporters and editors must carry out their profession, on how the idea of the source changes, on how they must experience the changement.

One of the focal issues of these new information models arises precisely from the relationship - interaction that each of us has when read news and make it the subject of discussion and of sharing with its network, with which we come into connection with a increasing frequency. This involves the so-called “disarticulation of the Internet society”. Civic society appears to be in full disintegration and it is just what Castells states: «The networked society is founded on a separation of power and experience, placed in different frames of reference. [...] In these changed conditions, civil society shrinks and disrupts itself, because there is a lack of continuity between the logic of the production of power and the logic of association and representation in given social and cultural contexts. (Castells, 2002: 12)».

The purpose of the news is to point out a fact, the purpose of truth is to bring to light the hidden facts, to put in relation to each other and give a picture of reality that allows individuals to act.

The cornerstone of journalism is the verifying of sources, the news is if it is verified, if it has a confirmation. A rumors is not a fact. The truth may or may not emerge from an rumor, but it must be corroborated by facts.

We are in the middle of the era of disinformation and this appears as a direct consequence of the affirmation of the era of post-modernity, built on the concept of a mediated society in which post truths take over, thus bringing out mis-information and dis-information (Quattrociocchi, 2017). A system that appears increasingly built on the polarization of opinions, which in turn draws strength from the concept of confirmation bias (Nickerson, 1998), according to which the attention of individuals focuses only on facts that are in line with their beliefs, excluding all positions that are in contrast and alternative to one's own system of values. It is clear that the taking root of these practices in the development of information and communication flows tends to deeply distort the mechanisms of construction of public opinion and knowledge. Here are explained those phenomena of polarization and radicalization in society.

We have moved from the season where fake news was nothing more than hoaxes, written by pranksters, who enjoyed themselves to populate social networks with these contents. This was a period in which still, however, short messaging was not very widespread, there were no Telegram, Whatsapp, it was very difficult to widespread both deepfakes, i.e. fake videos, and fake audio messages. There was also the problem of not having wired a part of the country yet, and even today, as Censis points out in the above data, 20% of the Italy has no connection infrastructures or has a poor quality connection. From this season, which more or less coincided with the American presidency of Barack Obama, we have moved on to Donald Trump's "shows" and his habit of considering what is not to his liking as fake news; to the conspiracy season (with Russians and Chinese in the dock) to the alarm of government organizations, which warn against the political

use of fake news. An alarm that has already been confirmed in a series of electoral and referendum appointments undoubtedly conditioned by fake news, such as Brexit in England, where fake news has greatly influenced the vote of the British. It is a specter that has materialized in Italy also in the electoral campaign of the elections of 4 March 2018, recording several hoaxes sensational cases. But we have further examples, in Brasil the Supreme Federal Court is investigating on Bolsonaro staff members concerning the widespread of fake news through the “hate office” the communication structure of the Brasilean President.

In addition to the above, the fake news phenomenon is characterized by being built on some key elements that determine the facility of circulation and their proliferation. A system that appears more and more like an industry with well-defined strategic objectives. This is well represented in graphic representation of model developped in 2018, defined as a hexagon, to identify those characteristics that make fake news a “weapon of mass disinformation” (Pira Altinier, 2018).

False news, disinformation, misinformation exploit the circulation dynamics of information flows on the Internet to penetrate the various nodes and exploit the cascade effect that social platforms favor. Speed and cross-media, i.e. the ability to switch from one media to another, mean that fake news, placed in the vortex of new communication flux, have a weight, a capacity to produce enormously greater damage than in any other historical period.

As we have introduced above, the classic model of journalism, based on certain genres and sections, is constantly changing.

A journalistic genre is “the area in which the conception and treatment of the news have the same specificities. The genres, in fact, correspond to the traditional distribution of news in conventional areas and reflect linguistic peculiarities, ie theories and techniques” (Papuzzi, 2010). We have genres through which we provide the reader with a point of view and those through which we inform the reader (Pira Altinier, 2018).

The classic pattern of news that usually make up the agenda of news, newspapers and talks has changed and expanded in Italy in the last ten years also in relation to the birth of on-demand TV and streaming channels.

New genres have entered the agenda with force, just think about food. There is no general free-to-air or on demand television channel, digital, satellite or internet in Italy that does not have at least one format dedicated to food in the schedule. To these we have to mention the regular columns that are now an integral part of tvnews on a weekly basis. The data confirm this tendency, in 2019 in Italy 76% of the population declared that they followed television programs dedicated to food. There are 17 million, about 30% of Italians, who have watched at least 2 hours of food-themed content every month. 40% are male (Source: Auditel - company that collects data on Italian television viewing, 2019).

If food has created a universe able of generating a business that now has a global dimension, with influencers who have conquered millions of fans all over the world, the Italian media system has seen the development of a new genre that has increasingly become the protagonist: the gossip. In reality it is more than a genre, it seems more correct to define it as a different way of dealing with the news.

A model that has been built over time and that along it has contributed of building the dynamics of proliferation of fake news. Journalism and the system of Italian media feeds on the propensity for backstage, so the hunt for this type of news is increasingly frequent.

The process of making gossip spectacular turns it into a new genre that adapts and then exploits the logic of the media. The media advertise the private dimension: the visibility accorded to people's "unspoken", to their intimacy, to their emotions celebrates the revelation of secret facts as a successful "text" proposed to increasingly curious audiences (Cava, 2015: 31).

If it is true that gossip can be configured as a social product that arises spontaneously, a word of mouth that is enriched with unusual and unexpected elements that arouse interest, curiosity and surprise, it is also true that it is often the result of the deformation of ambiguous information, the loss of details or the addition of invented details. Gossip is a ritual that has always existed and which requires a certain confidentiality but must nevertheless be able to adapt to these changes to maintain its peculiarities (Pira, Cava, 2015).

Gossip finds more and more space in everyday life and can be widely exhibited first of all in the television showcase. Gossip has invaded the entire television schedule. Sensationalism prevails to capture the audience and keep it glued to the screen. These processes have further changed and intensified with the advent of new media. Mobile gossip is born.

In this complex universe, new subgenres of information arise:

- INFOTAINMENT: information that combines with entertainment
- SOFT NEWS: news and stories are lightened with the use of bright tones
- POLITAINMENT: political information bent to the logic of entertainment.

It is evident how powerful this genre has become. Gossip creates business, adapts itself to social and technological changes, becomes intermediary (Pira Altinier, 2018: 69)

One of the most interesting examples and which incorporates all three aspects outlined above is represented by the Big Brother format, which represents the first great transformation and the first breaking point. The private becomes not only public but is transformed into a television format.

Broadcasted for the first time in 2000 on Channel 5 of the private group Mediaset, with its sixteen editions and six of the spin-off Big Brother VIP (broadcasted since 2016), it is the longest-running reality show on Italian television.

Today the format has become multi-platform. In this sense the television makes the gossip intermediary and the digital scenario dramatically amplifies the morbidity of peeking through the keyhole. The dividing line that separated public life from private life has fallen away. The chatter, the gossip has moved to social media where it magically turns into news.



Fig. 7 and 8 logo of the first edition of Big Brother (2000) - logo of Big Brother Mediaset Play

The disintermediation has created a short circuit between the reader and the classical media. The Weinstein case - #Metoo movement is an emblematic example of the transformation taking place, certifying not only the entry of gossip and social gossip into the field of real journalistic genres, but also showing its strength.

Everyone entered the field:

- Political comments
- Sociologists
- Columnists

An event that reached the top of the global agenda setting, triggering a cultural debate and transforming itself into a real political movement.

In Italy, the scandal had a particular resonance because it involved a famous actress, daughter of one of the greatest film directors of the horror and suspense genre, Dario Argento. Asia Argento publicly declared that she was raped at the age of twenty-one by the American producer. All the newspapers wrote about it, social networks went crazy. To understand the way in which gossip has contaminated Italian public life, let us examine two media, a blog and weekly magazine in order to analyze methods of construction of the narrative and communication style.

The first case study is the one relating to Dagospia (a web publication of press review and background on politics, economy, society and customs edited by Roberto D'Agostino, former comedian and showmen,



Fig. 9 source BBC.com

meetings in which the Clinton family is brought up, to the discussions and accusations of Asia Argento.

Each article was completed by a series of photos of the former producer with his wife or other women. Dagospia also gave ample space to all the critical opinions against Asia Argento.



Fig. 10 (11.10.2017) <https://m.dagospia.com/dopo-lo-stupro-5-anni-di-relazione-asia-argento-su-weinstein-mi-sento-piccola-stupida-e-debole-158286>

active since 2000, of a scandalistic nature based on rumors).

The way in which the site deals with the news can be defined as that of the live investigation, with a perfect hierarchy of the news, by day, it has followed the case in all its developments from October 2017 up to today. From the announcement of the imminent avalanche of accusations,

The key points of Dagospia's information model:

1. A live investigation: the site was constantly updated and news and insights were reported
2. The multiplicity of points of view: the site never took a position but decided to tell the story in a complete way, giving space to the opinions that were against the mainstream thinking that condemned the Hollywood ogre
3. A broad vision: the portal recounted the intertwining that involved not only actors, actresses and producers but also salons.



Fig. 11 (28.08.2020) https://www.dagospia.com/rubrica-2/media_e_tv/ldquo-non-rsquo-nbsp-stata-alcuna-violençia-quella-notte-letto-245794.htm



Fig. 12 (18.10.2017) La copertina di CHI

you who is the ogre of Hollywood. The scoop is assured. Gregoracci counted among the VIPs because, among the others, she is the wife of the business man Flavio Briatore, former patron of the Benetton Formula 1 team, gives an interview. So the magazine publishes the story of her meeting with Weinstein. Gregoracci, not satisfied with her photos and her interview on the 17th of her Instagram profile, anticipates with a comment the news in which she explained that the cover photo was one of the many shots of that evening event.

We come therefore to the analysis of the communication model of CHI.

It has opted to focus on Italy, highlighting one of the most famous showgirls. The story of CHI has a more sensationalist accent in search of the scoop and exclusivity and does not seem interested in telling the story in detail.

The second case study examines the most famous gossip weekly in Italy CHI, (published by the Mondadori publishing house owned by Fininvest of the Berlusconi family, declares 1,524,242 copies distributed in 2020), to show the different approach to the case, focused on research of the scoop.

The story begins in fact with the release of issue 44 of Oct 18 2017.

The photo shows the Italian showgirl Elisabetta Gregoracci embracing Weinstein, the title is of great impact: I'll tell

A storytelling with a vision more focused on the people involved and on the background rather than on the phenomenon and the extent of the case. A stance against the monster and a constant search for rumors to support this thesis.

These two examples are emblematic of a communicative style that is rather widespread in the Italian media, where the search for the background prevails instead of the story of the fact and a prevalence of bad news that strike for their extraordinary nature, but in the long run do not build a relationship with the reader. «A piece of news is something that has an element of extraordinariness... To us “more extraordinary” are the negative news: the outbreak of a war, the death of a pope. They are the ones that trigger powerful emotions and are printed in our memory (Testa, 2016) “

Good news, on the other hand, are certainly not always sensational, but they can build sharing and participation of the reader, because they deal with issues close to him.

Today the dominant trend is that of the prevalence of bad news because in the hyper-circulation of news it is much more likely that negative and violence events are fixed in the memory due to the impact that images have (Pira Altinier, 2018: 84).

Morcellini claims that:

The crime news genre has become overwhelming in Italian communication on any platform, with reflections and researches that have ranged from the study of earthquakes from the point of view of institutional information and the complex reconstruction of social ties, to political terrorism from the Moro affair to the attack of the twin Towers, to settle today on the mechanisms of alteration of sociality and of the community under the blackmail of Covid - 19 (Morcellini M., 2020).

The mechanisms of alteration of sociality find their perfect exemplification in the way of making information that I have defined “Barbadursizzazione of journalism” to underline an ongoing drift that sees a part of the world of journalism following the model of entertainment that underlies the success of television programs conducted by the showgirl Barbara d’Urso who, from the spectacularization of

pain, of trash, of the intimate issues of famous and common people analyzed, ridiculed or pityingly presented in front of the cameras, made the figure of her success. This lets emerging the idea of a journalism, often female, that goes beyond gossip, rumor, and we believe even beyond the deontological rules.

The sharing of human feelings becomes the driving force of many programs that push the viewer to identify with the parties involved. Stories are not private but public. The stronger they are, the more the audience increases. All this reverberates in the network with incalculable speed (Pira Cava, 2015: 92).

In crisis and emergency situations, the variables that affect the construction of social relationship processes and the directions of meaning manifest themselves more clearly «as if interference between the variables themselves were reduced (id, 2020).»

The common character is the increase in insecurity and fear that in a communication built to feed the perception of risk are grafted onto a “cultural” substrate fueled by the spread of gossip that deviates from the capability to decipher reality.

This ongoing process is what led to the failure of citizen journalism in Italy. If, as the definition reminds us, this type of journalism: elects and promotes direct participation in the development of content, information / news, by users. Turn personal activism and mass interactivity into agents of change.

This represents an opportunity opened by disintermediation that social dynamics have debased, triggering a mechanism that has generated only connection inspite of the construction of paths capable of creating participation. Moreover, in the presence of a lot of news, the reader, generally, does not compare them critically, but chooses either the latest in chronological order, the simplest or the one that impressed him the most. An unconscious mechanism that alters our memories and that is linked to limits in the functioning of our cognitive processes, which is added to the so-called egosurfing, the tendency to seek confirmation in the news of an opinion that the reader already has.

And if disintermediation has debased the role of citizen journalism, let's see how brand journalism seems to be one of its derivative. In this

case, it is what companies implement, building their own direct channels of communication, becoming publishers of themselves. It is clear the main role of an independent journalist, as a mediator, interpreter of reality is missing. In this context, we are witnessing the use of journalistic techniques to decline corporate communication products.

These examples of the evolution of Italian journalism make it clear that there is a need for a process of relaunching the media, which passes through the construction of a new model.

Conclusions

At the end of this contribution it seems useful to propose a reflection starting from what Bauman states investigating the meaning of fear and its implications with evil:

Evil and fear are Siamese twins. Nobody ever meets without the other. Or perhaps they are nothing more than two ways of calling the same experience, one that indicates what one sees or hears, and the other what one feels - something external, but also internal, within oneself. What we fear is evil, and what is evil is for us to fear. But what is evil? This question, although so obstinately and tirelessly posed, is insanely flawed: we are destined to look in vain for an answer from the moment we ask ourselves the question (Bauman, 2006: 69).

Italian society is affected by a sense of fear that induces what Istat (National Institute of Statistics) in the 2018 report defined, (*cattivismo*) malice, and that the pandemic has certainly not treated and perhaps exacerbated. In this complex historical moment and a very uncertain near future, journalism has not yet found its new dimension in the role of mediator, capable of reading reality and deciphering it for public opinion, offering tools to understand it. The risk is that journalistic information and the public turn into two parallel lines that will never meet, or rather nevermore.

We have entered the era of informational schedule. We have passed from the era in which there was a hierarchical dimension of sources to which authority and reliability were attributed. To this has corresponded the collapse of the authority and hierarchies, credibility

and reliability of classical sources. Thus we enter the era in which the user creates his own informational schedule, which gives life to a new relationship between digital individuals.

It will therefore be quite evident that in front of the collapse of authority, the affirmation of the new dimension of disintermediation, the understanding of reality and the construction of public identity can no longer be the result of the sole ability to decipher messages. We are no longer in the era of the reader's relationship with words, albeit profound, the media and social multidimensionality places us in front of the need to develop new interpretative processes of reality.

A priority precisely because in the digital context the attribution of meaning through the ability to recognize the symbolic function of communication tools is increasingly complex.

Subjectivity prevails over objectivity the individualistic and disintermediated approach has placed a mortgage on the ability to objectify reality. In a hyper-connected universe, communicative acts become hyper-permeable, in the sense that in the continuous flow of information the communicative choices we make are permeated of these close and superimposed worlds that are part of our life.

The growing crisis of journalism and the loss of credibility and reputation of traditional media has been grafted into a broader crisis that is affecting institutions, governments and the foundations of democracy as we lived them between the second half of the twentieth century and early twenty-first century. It is in this context that the work of those involved in communication must find substance. Communicating today means to share. Among the experts the debate on the relationship between ethics and communication is open and has switched on the light on a fundamental aspect today: communication takes on great importance in the process of the growth of society. Communication must be rich in contents and values. If the citizen dimension is flattened to that of a simple consumer, we do not operate in a growth perspective, but in a short-term logic aimed at generating passivity in the interlocutor, who does not being stimulated will tend not to feel responsible and to live only its own private economic dimension, losing the ability to feel part of a community and therefore to act in solidarity with others.

Bibliography

- Bauman, Z. (2006), *Liquid Fear*, Cambridge: Policy Press.
- Castells M. (1996) *The Rise of the Network Society*, Blackwell, Oxford (trad. it.: *La nascita della società in rete*, Egea, Milano, 2002).
- Cava A. Pira F. (2015) *Social Gossip dalla chiacchiera di cortile al web pettigolezzo*, Ariccia (RM): Aracne Editrice.
- Censis Centro Studi Invetimenti Sociali (2020), *I Media e la costruzione dell'identità*, published February 20 2020 on site <https://www.censis.it/comunicazione/i-media-e-la-costruzione-dell%E2%80%99identit%C3%A0>
- De Kerckhove D., (2004) Lectio Magistralis , on website: <https://www.indire.it/content/index.php?action=read&id=1202>
- ISTAT Istituto Nazionale di Statistica (2018), Vita e percorsi di integrazione degli immigrati in Italia, published May 2019 on site: <https://www.istat.it/it/files/2019/05/Vita-e-percorsi.pdf>
- Morcellini M. (2020), *Antivirus. Una società senza sistemi immunitari alla sfida Covid-19*, Roma: Castelvecchi Editore.
- Nickerson R.S. (1998), Confirmation Bias: A Ubiquitous Phenomenon in Many Guises, *Review of General Psychology*, vol. 2, 2: pp. 175-220. , First Published Jun 1, 1998
- Ong W. (1982), *Orality and Literacy. The Technologizing of the Word*, Londra-New York: Methuen, (trad. it.: *Oralità e scrittura. Le tecnologie della parola*, Bologna: il Mulino, 1986).
- Ortoleva P. (2011), *Sintonizzare la nazione. Media e identità nazionale*, in Rivista Comunicazione Politica, AnnoXII n.1, Bologna: Il Mulino Editore.
- Papuzzi A. (2010), *Professione giornalista. Le tecniche, i media, le regole*, Roma: Donzelli Editore.

Parisier E. (2011), *The Filter Bubble. What the Internet is Hiding from You*, Penguin Books, London (trad. it: Il filtro. Quello che Internet ci nasconde, Il Saggiatore, Milano, 2012).

Pira F. (2011), *Multiculturalità nella società web 3.0. Comunicare e comprendersi...con chi viene da lontano*, in Carzo D. (Ed) *Narrare l'altro. Pratiche discorsive sull'immigrazione*, (pp 93-108) Roma, Aracne Editrice.

Pira F. Altinier A. (2018), *Giornalismi. La difficile convivenza con fake news e misinformation*, Limena (PD), Libreriauniverisitaria.it

Quattrociocchi W., Vicini A., *Misinformation. Guida alla società dell'informazione e della credulità*, FrancoAngeli, Milano, 2017.

Rashidian N., Brown P. Hansen E., Bell E., Albright J., Harstone A., Friend and Foe: *The Platform Press at the Heart of Journalism*, Tow Center for Digital Journalism Columbia Journalism School, June 2018. Testa A., (2016) *Buone notizie e cattive strategie di pensiero*, on website: <https://www.nuovoeutile.it>

Dagospia (11.10.2017), Dopo lo stupro 5 anni di relazione. Asia Argento su Weinstein “mi sento piccola, stupida e debole”, on website: <https://m.dagospia.com/dopo-lo-stupro-5-anni-di-relazione-asia-argento-su-weinstein-mi-sento-piccola-stupida-e-debole-158286>

Dagospia (28.08.2020), Non c’è stata alcuna violenza quella notte, on website: https://www.dagospia.com/rubrica-2/media_e_tv/ldquo-non-rsquo-nbsp-stata-alcuna-violenza-quella-notte-letto-245794.htm

A comunicabilidade antecidadã no discurso bolsonarista: o uso eleitoral das redes sociais pela extrema-direita brasileira

*Luiz Signates
Maria Izabella Noleto*

A história do estudo das relações entre comunicação e cidadania, junto ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Comunicação da UFG, já possui uma trajetória significativa de conquistas conceituais. Na ementa da linha de pesquisas “Mídia e Cidadania”, desde a criação do PPG, e em várias pesquisas da área, ainda prevalece, aguardando reformulação, uma visão instrumental da comunicação, como exterior e subalterno da noção de cidadania. Nesse sentido, pesquisadores e teóricos desenvolvem indagações de tipo funcionalista, como a busca por saber “o papel da comunicação na conquista da cidadania”.

Em 2013, ainda no contexto do Procad/Capes que reuniu os PPGCOM da UFG e da UFJF, sob a liderança da Unisinos, para estudos de epistemologia da comunicação, foi publicado o livro “*Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação*” (BRAGA, FERREIRA, FAUSTO NETO e GOMES, 2019), em cujo primeiro capítulo consta uma crítica direta ao conteúdo da ementa do PPGCOM da UFG e da noção instrumental de comunicação (SIGNATES, 2019). Dentro de um extenso debate sobre a busca pelo delineamento do objeto da ciência da comunicação, esse texto encerra com uma pergunta instigante: “Qual é o conceito de cidadania que se faz adequado à comunicação?”.

Finalizado o programa de intercâmbio apoiado pela Capes, prosseguiu-se, na UFG, a pesquisa em direção a uma resolução consistente dessa questão. Uma resposta mais densa viria três anos depois, com a

publicação de outro livro organizado, sob o título “*Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa*” (SIGNATES e MORAES, 2016). Nesta obra, os organizadores apresentam um texto que propõe “a cidadania como comunicação”, conferindo especificidade comunicacional ao conceito de cidadania. O mote principal desse trabalho é o de que “negar comunicabilidade a um sujeito, dentro de uma sociedade de direitos, é negar-lhe a própria cidadania” (SIGNATES e MORAIS, 2016a, p. 34).

Uma noção de cidadania comunicacional constitui, sem dúvida, um avanço teórico relevante, na medida em que enxerga a comunicação como fator constitutivo e não instrumental da experiência ou da condição cidadã. Entretanto, o teorema lógico-democrático pressuposto por esse trabalho, de que mais comunicação é correspondente a mais cidadania, logo seria questionado, quando se debruçou sobre o recente fenômeno da ascensão da extrema-direita brasileira, em 2018, quando o obscuro e controverso deputado federal Jair Messias Bolsonaro alçou à Presidência da República, impulsionado por uma avalanche de Fake News nas redes sociais da internet. Num recente livro publicado pelo PPGCOM da UFG, sob o título “Comunicação, Estado e Cidadania” (BRAGA, TUZZO e MARTINS, 2020), destacou-se o primeiro texto sobre que foi chamado de “negação comunicacional da cidadania” (SIGNATES e LEAL, 2020), cuja singularidade foi anunciar a descoberta de que mais comunicação pode, sim, ser menos cidadania.

Na tensão entre comunicabilidade e incomunicabilidade, é possível criar condições de incomunicabilidade cidadã, no interior mesmo das situações de alta comunicabilidade, constituindo assim o tenso conceito de ‘comunicabilidade anticidadã’. Desde então, temos nos debruçado na pesquisa empírica, especialmente do bolsonarismo no Brasil, para conhecer as marcas discursivas que caracterizam essa comunicabilidade anticidadã.

Este trabalho procura percorrer esse caminho. Trata-se de uma reflexão comunicacional sobre o discurso de sites bolsonaristas, no contexto das eleições de 2018. O objetivo original da pesquisa foi delinear os modos de atuação da desinformação utilizados nos grupos bolsonaristas, buscando o entendimento de como a cidadania comunicacional é afetada pelos conteúdos manipulados.

A emergência das fake news nos novos territórios comunicacionais

A ideia de desterritorialização da informação, provinda da noção de independência em relação às mídias tradicionais, propiciada pela pluralidade de informações no ciberespaço, e pela falta de regulação desse, tracejou a utopia da liberdade plena no ambiente virtual. Essa “liberdade” criou espaço para a difusão de conteúdos duvidosos e sem filtros, instaurados sob a falsa retórica de antes não serem veiculados devido a uma censura midiática.

Para Burshtein (2017) fake news constituem “um relato fictício relativo aos eventos atuais que são fabricados e, muitas vezes, intitulados de forma enganosa, com o propósito deliberado de enganar os usuários e motivá-los a divulgar” (apud VITORINO e RENAULT, 2019, p. 39). A informação ou notícia enganosa não é uma novidade. Willian Waack pontua que:

[...] sempre se conheceu como difamação, calúnia, injúria ou, simplesmente, como desinformação - espalhar boato, rumores, cuja capacidade de se alastrar (coisa que hoje se conhece pela expressão “viralizar”) dependia dos mesmos fatores que se registram na violência ou não com que se propagam *fakes* hoje: na aparência de verdade, na semelhança com algo que não se sabe, mas, superficialmente, bem que poderia ser verdadeiro. (WAACK, 2018, p. 123)

Percebe-se, no cerne do conceito desses autores, que a formulação das mentiras possui uma vontade de verdade, ou seja, há uma vontade de se apropriar e manipular a realidade para esconder os reais fatos de interesse, assim “mentir pode comunicar uma sensação de domínio. Ao dizermos a verdade, dançamos conforme a música da honestidade. Enquanto, contando mentiras, controlamos a ação” (KEYES, 2018, p. 94).

Assim, as *fake news* propagadas por grupos de interesse político não só buscam controlar as ações, que se pretendiam serem racionais, como também as emoções, interferindo na maneira como se percebe a realidade. Por suas características específicas, diferentes teóricos pretenderam que vivemos a era da pós-verdade, a qual “consiste na relativização da verdade, na banalização da objetividade dos dados e na supremacia do

discurso emotivo” (ZARZALEJOS, 2017, p. 12). Parece também claro que a pós-verdade é um regime especificamente comunicacional, isto é, a “impressão de verdade” que ela fomenta decorre justamente de sua alta circulação comunicativa (SIGNATES, 2021).

Nesse sentido, parece preferível o termo ‘notícias fraudulentas’, em detrimento de ‘notícias falsas’, como largamente traduzido, para retomar o pensamento de Eugênio Bucci sobre a ideia de *fake*:

O sentido do adjetivo *fake*, em inglês, envolve intenção do agente de enganar o interlocutor, o público ou o destinatário. O adjetivo “falso”, em português, não implica esse dolo, essa intenção malficosa. Desse modo, a expressão “notícias falsas” é fraca para traduzir o sentido da expressão “fake news”. (BUCCI, 2018, p. 22)

Há, pois, por trás da manipulação de notícias uma clara intenção de dispersar, confundir e desinformar, com o intuito de afetar diretamente o modo de organização social. Pode-se dizer então que “há uma ausência deliberada de espaços públicos em que as pessoas possam se reunir e conversar” (BERMAN, 2007, p. 13), o que parcialmente aparece coberto pelas redes sociais da internet. Destarte, como dizem Abboud, Nery e Campos (2018), a problemática do ambiente virtual se dá pela mudança administrativa ocasionada pela saída de uma sociedade centrada em organizações para outra mediada por redes típicas da economia de plataformas digitais.

A desinformação que estamos vendo hoje está diretamente relacionada à estrutura hiper concentrada de propriedade e controle da comunicação e ao modelo de negócio dos grandes conglomerados. Google, Facebook, Apple, Amazon e outras empresas coletam, tratam e vendem dados pessoais dos usuários em estratégias de propaganda direcionada a públicos segmentados de acordo com critérios privados, mas que, sabemos, são baseados nas informações obtidas a partir da vigilância e análise do que fazemos na internet. (INTERVOZES, 2019, p. 17)

Partindo dessa premissa, observa Han (2018) que a liberdade é ameaçada diante da quantidade de dados pessoais que são dispostos voluntariamente nas redes sociais.

Hoje, caminhamos para a era da psicopolítica digital, que avança da vigilância passiva ao controle ativo, empurrando-nos, assim, para uma nova crise da liberdade: até a vontade própria é atingida. Os *big data* são um instrumento psicopolítico muito eficiente, que permite alcançar um conhecimento abrangente sobre as dinâmicas da comunicação social. Trata-se de um *conhecimento de dominação* que permite intervir na psique e que pode influenciá-la em um nível pré-reflexivo. (HAN, 2018, p. 23)

Com isso, a distribuição de conteúdo desinformativo, personalizado nas convicções dos usuários, tem servido de material para dispersar e dividir os cidadãos, afastando-os da defesa de seus direitos, e até da democracia. Segundo Rais,

É claro que a desinformação polui o debate e cria uma atmosfera de incertezas e desconfiança, mas talvez o que parece ser ainda mais perigoso é a capacidade que essa poluição tem de alimentar e ampliar a polarização de opiniões na sociedade. Talvez a polarização seja a infecção enquanto a desinformação seja apenas uma de suas febres. (RAIS, 2018, p. 149)

Seja a polarização a problemática e a desinformação seu sintoma, o que importa discutir é a dissociação entre a verdade e a democracia. Nesse sentido, quando a circulação de fake news pervade os contextos eleitorais e produzem sentido efetivo, torna-se altamente preocupante a sua circulação desenfreada, com riscos para a própria democracia.

Os grupos bolsonaristas e as bolhas informativas

Há pouco tempo, estreou na plataforma de streaming Netflix “Privacidade Hackeada” (2019), documentário que trata dos bastidores do escândalo protagonizado pela *Cambridge Analytica*, na coleta dos dados de usuários das redes sociais, com intuito de influenciar através de notícias falsas as tomadas de decisões no âmbito político.

Para chegar diretamente às pessoas, Ted Cruz se apoiou nos meios sociais e foi o primeiro político norte-americano que contratou a *Cambridge Analytica* encomendando uma análise de dados psico-

métrica: com o auxílio de aplicação de algoritmos de aprendizado automático para a agregação de dados que os eleitores potenciais deixam nas redes sociais. (VESTING, 2018, p. 93)

O Brasil também foi alvo dessa estratégia de influência por falsificações. Em meados de 2017, a empresa brasileira Ponte Estratégia, especializada em marketing, firmou contrato com a *Cambridge Analytica*, mas foi rompido logo depois do escândalo envolvendo a empresa britânica. Isso, contudo, não significou ausência. Em editorial publicado pela *Le Monde Diplomatique Brasil*¹, no dia 2 de setembro de 2019, com o seguinte título ‘Google, Facebook e a Extrema Direita’, o editor Silvio Bava expõe a tendenciosidade do código do Youtube:

Nos meses que se seguiram à mudança em seus algoritmos, explodiram as menções positivas a Bolsonaro, retirando esse então anônimo parlamentar do ostracismo, assim como ganharam grande visibilidade às mensagens que denunciavam conspirações, como a infiltração do comunismo nas escolas, as vacinas que geram doenças, o marxismo cultural, a Terra plana.

As estratégias de desinformar criam nas redes sociais bolhas informacionais, dentro das quais pessoas que pensam da mesma forma passam a ser bombardeadas com informações falsas, que reforçam os seus sentimentos e desejos.

É na reunião desses fóruns participativos e na configuração dos dados para personalizar os conteúdos de acordo com alvo, que têm-se produzido uma esfera pública fragmentada, baseada em convicções subjetivas, que mais funcionam como uma entrave às discussões sociais, devido ao caráter patológico (*pathos*) da crença máxima do “eu” e naquilo que condiz com o individual. Desta maneira “o sujeito vive, definitivamente, sob uma redoma ou imerso em uma bolha da qual não precisa e, na realidade, não pode sair. Neste contexto, todos os dados e as comunicações recebidas destinam-se a reforçar os seus hábitos, interesses e opiniões. (PREGO, 2017, p. 20)

¹ Google, Facebook e a extrema direita, editorial publicado em 2/9/2019, na *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ed. 146. Acesso em <https://diplomatique.org.br/google-facebook-e-a-extrema-direita/>. Último acesso: 06/07/2020.

A bolha informacional seria, nesse caso o dispositivo pelo qual os sentidos de crença e descrença se cristalizariam, permitindo assim a manipulação da opinião num nível em que o próprio sujeito responde à influência com a proteção de sua auto referencialidade.

A exposição a ideias contrárias à sua própria posição, sobre qualquer assunto, consideradas de interesse geral, não existe, porque ou estas ideias não aparecem na sua bolha ou são feitas para serem desacreditadas. Os cidadãos passam a fazer parte, assim, de grupos compactos e impermeáveis. Isto, por si só, é grave, na medida em que produz uma atomização de infinitas bolhas autorreferenciais, monolíticas e nas quais não há lugar para pontos de vista divergentes. (PREGO, 2017, p. 20)

A aplicação dessas condições à situação das redes virtuais de Bolsonaro em 2018 parece constituir, nesse caso, uma evidência de fato.

Assim, os grupos de WhatsApp pró-Bolsonaro foram impulsionadores importantes da campanha desenvolvida no território digital em 2018. Com a disseminação contínua de informações sobre a campanha, eles mantiveram seus membros informados sobre diversos aspectos da disputa eleitoral e forneceram enquadramentos próprios a partir de argumentos baseados, muitas vezes, em falácia e imprecisões. Por exemplo, para lastrear o argumento sobre o risco de “o Brasil virar uma Venezuela”, a disseminação frequente de conteúdos que descrevem e ilustram os problemas enfrentados pelo país vizinho era uma estratégia essencial. (CHAGAS, MODESTO, MAGALHÃES, 2019, p. 8)

Chama atenção a exaltação de alguns valores para criar uma identificação social com determinados grupos, visando manipular o debate público. Num contexto desses, parece significativo o alerta de Todorov, em relação aos que ele denomina “inimigos íntimos” do regime democrático, os quais não são externos a ele, mas engendrados, razão pela qual “usam os trajes da democracia e por essa razão podem passar despercebidos. Nem por isso deixam de representar um verdadeiro perigo: se não lhes for oposta nenhuma resistência, um dia eles acabarão por esvaziar esse regime político de sua substância” (TODOROV, 2012, p.197).

Metodologia

A pesquisa *Global Digital 2019*², produzida pela agência *We Are Social* em parceria com a plataforma de mídia *Hootsuite*, concluiu que entre as redes sociais favoritas dos brasileiros, no ano de 2018, estavam o YouTube (95%), seguido pelo Facebook (90%) e depois pelo WhatsApp (89%). Outra conclusão desse estudo foi que a liderança do uso das redes sociais, no cenário global, era ocupada pelo Facebook, somando o total de 2,27 bilhões de usuários ativos. Em segundo e terceiro lugar estavam, respectivamente, o YouTube (1.900 milhões) e o WhatsApp (1.500 milhões).

Por tal razão, a pesquisa que gerou este trabalho deu preferência às mensagens então presentes na rede Facebook. O período de análise demarcado foi de 1 de fevereiro até 1 de outubro de 2019, momento importante para o governo que se iniciava, mas carregado de polêmicas que geraram vários conteúdos publicados nos grupos. O Facebook foi a rede social selecionada também por ser mais simples o acesso às publicações dessa época.

Seguindo isso, os grupos de análise foram selecionados baseados nos critérios de maior número de membros e publicações. Por conseguinte, foram selecionados os seguintes: Grupo de Apoio ao Presidente Jair Bolsonaro - Soldados de Aço, que acumulava 207.500 membros, com média de 800 publicações por dia; Grupo Somos Todos Bolsonaro^{BR}, com 183.252 membros e uma média de 1,2 mil publicações por dia; por último, o Grupo de debates Movimento Avança Brasil, que detinha 5.868 membros.

A base de dados foi construída a partir da exploração do arquivo dos grupos no Facebook, selecionando os materiais mais pertinentes para mapeamento das estratégias comunicacionais empregadas pelos bolsonaristas. Os dados foram coletados de dois grupos que necessitavam de solicitação para ingresso e um público. E, por fim, apenas foram utilizados dados publicados e inteiramente disponíveis aos membros, isto é, todas as informações de âmbito privado dos usuários, como números de telefone, nomes e afins, foram eliminadas da análise.

2

Global Digital 2019 produzido pela We Are Social em parceria com a *Hootsuite*

Procedeu-se em seguida à técnica da análise de conteúdo. Os materiais foram escolhidos após a realização da chamada “leitura flutuante”, que consistiu no reconhecimento de um padrão aplicado aos conteúdos compartilhados, o que permitiu uma redução na escolha dos materiais para compor o universo da pesquisa. Destarte, obedecidos os critérios estabelecidos por Bardin (2011), correspondentes à regra da exaustividade, da representatividade, da homogeneidade e, por último, a regra da pertinência, as categorias de análise foram delimitadas.

O corpus para este trabalho foi então composto por publicações que se encaixassem nas três categorias, respeitando a metodologia da AC, estabelecidas como: 1) modos de concordância; 2) modos de discordância e 3) modos de exclusão, assim definidos:

1. Modos de concordância: nessa categoria foram analisadas as maneiras como os grupos se conciliavam, a lógica argumentativa utilizada para demonstrar um interesse comum, os mecanismos de concordância utilizados através das imagens, vídeos e memes adotados e compartilhados.
2. Modos de discordância: nessa categoria foram analisadas as formas de discordar do outro, como se dão, de que maneira era feita (essa discordância), mostrando um padrão vigente. Entraram para análise, os memes que são compartilhados para fortalecer a ideia de oposição, os vídeos que são usados para divergir e os tipos argumentativos adotados;
3. Modos de exclusão: essa categoria abarcou as formas de exclusão adotadas pelos grupos, como funciona a definição de quem pode participar, como foi feita essa seleção e como aqueles que não compartilhavam das mesmas ideias foram excluídos e bloqueados da participação nesses espaços;

Com um total de 74 publicações para analisar, a divisão dos materiais por categorias listou 16 publicações e 4 imagens na categoria

modos de concordância; 21 publicações e 3 imagens como modos de discordância e 30 publicações e nenhuma imagem na categoria modos de exclusão. Para a análise das imagens e dos memes compartilhados nos grupos utilizou-se do método da Análise Semiótica, buscando levantar quais seriam as atribuições das imagens nas postagens. Neste caso, o processo de análise semiótica foi descrito como “uma dissecação seguida pela articulação, ou a reconstrução da imagem semantizada, ou ‘intelecto somado ao objeto’, com o objetivo de tornar explícitos os conhecimentos culturais necessários para que o leitor comprehenda a imagem” (BAUER e GASKELL, 2002, p. 325). Nesse sentido, procedeu-se aos planos de investigação dos sentidos denotativos, conotativos e sintéticos de cada imagem, integrando em seguida os resultados às análises de conteúdo dos textos.

Modos de concordância

Pela análise das notícias e postagens veiculadas nos grupos bolsonaristas, foi possível compreender que havia um modo padrão de operar, por parte dos integrantes desses grupos, a ver pelo enaltecimento de personalidades que agiam em consonância com os ideais do presidente Jair Bolsonaro. Esse tipo de atitude desviava o foco crítico e prestigiava toda ação tomada por essas pessoas que o apoavam.

Até aqueles, cuja origem os arriscasse a não serem bem-vindos nos grupos, ganharam espaço por terem um discurso alinhado em atacar os opositores do atual presidente. Esse foi o caso típico do jornalista Alexandre Garcia, ex-integrante da Rede Globo, um dos veículos de comunicação expostos como os grandes inimigos do governo. E isso se deu inclusive com um texto falsamente atribuído a este jornalista³, segundo a checagem do Estadão.

O uso da falácia foi um recurso muito aproveitado, principalmente quando se referia à ideia de que o Brasil estava preso a uma política destruidora que só poderia ser quebrada pelo governo de Bolsonaro, fator que, pela constância, indicou uma regularidade relevante.

³ Postagem compartilhada no dia 20 de março de 2019, no *Grupo de apoio ao presidente Jair Bolsonaro – soldados de aço*, do Facebook.

Nesse sentido, ficou claro que concordar nesses grupos de apoio era algo muito valorizado. A única exceção foi o Movimento Avança Brasil, que era público e voltado para debates. Nos dois outros grupos estudados, havia o aviso de que seria feita uma análise prévia do perfil de quem solicitasse inserção, a fim de saber se apoiava ou criticava o presidente. Ainda assim, em todos os grupos restou muito claro não haver espaço para dúvidas, somente certezas, e estas sempre configuradas pelo apoio irrestrito a Jair Bolsonaro.

Uma discrepância que apareceu consenso por ser muito veiculada nos grupos de análise foi a de que a salvação dos problemas políticos do Brasil seria a intervenção dos militares no Congresso para fechá-lo. A atitude é claramente antidemocrática, mas isso não impediu que alguns apoiadores insistissem que estaria amparada pela Constituição, como na postagem “ART.142 DA C.F. pela garantia dos poderes constitucionais, intervenção militar já! bora lá presidente!”⁴ Nessa esteira das contradições normativas, foi também bastante regular que os integrantes dos grupos fizessem o uso recorrente da crença divina, para explicar questões políticas e até justificar atitudes do presidente.

Dessa maneira, tudo o que não se encaminhasse para a concordância com Bolsonaro era logo rotulado como coisa da esquerda, e seus autores como defensores de Lula, gente manipulada pela grande mídia e pelo comunismo. Tais fatos expuseram a guerra cultural em curso, que, historicamente, procuravam a ressignificação do regime militar de 1964. Como nas falas que supõem “fazer o Brasil grande de novo”, o que esteve pressuposto é que em um momento da história, o país teria sido grande.

Tais conjuntos de ideias posicionavam Bolsonaro como um guardião da verdade, como o “diferente” e, nesse composto, vitimizavam-no como perseguido, posicionando discordantes sempre como inimigos a serem combatidos, a fim de que o seu governo desse certo.

Modos de discordância

Foram identificados também diversos padrões, aplicados aos fenômenos de discordância. As ofensas eram em geral pessoais, distantes

⁴ Postagem compartilhada no dia 25 de março de 2019, no grupo *Somos todos Bolsonaro^{BR}*

dos padrões de crítica aos atos da pessoa pública/política, mas voltados para o constrangimento dos eventuais interlocutores. Nesse âmbito, a caracterização do adversário como inimigo é um processo que começa no compartilhamento de notícias sobre as decisões da pessoa tratada.

Um caso típico foi do ministro do Supremo, Gilmar Mendes, cujas decisões jurídicas eram mencionadas nos grupos como pessoais, sem qualquer argumentação com base no Direito, culminando em ataques pessoais. Essa prática revelou-se muito reincidente, dirigida a Hamilton Mourão, Joice Hasselman, Davi Alcolumbre, Túlio Gadelha, Dias Toffoli e outros. Os citados eram declarados como inimigos e, nesses casos, defendê-los acarreta consequências a quem o faz.

A perseguição foi uma dessas consequências e um dos pontos mais fortes do modo de discordância, pois era através dela que os passos do inimigo declarado eram traçados. Sempre que ocorria, mutirões de *tags* pediam a saída do autor, na conhecida prática do “cancelamento”, incitando ofensas e exposição desses adversários nas redes, com divulgação e crítica de tudo que eles faziam. Inclusive, muitas notícias fraudadas foram utilizadas para atacar os opositores, montando um ciclo de perseguição e ódio, muito difícil de ser rompido.

Assim, a tentativa de culpabilizar os adversários do governo tornou-se outra regularidade notada, e essas acusações partiram, inclusive, de cargos altos, como alguns ataques, que foram publicados na conta do Twitter do ministro do Meio Ambiente, aos opositores. “Ricardo Salles: Tem umas coincidências na vida né... Parece que o navio do #greenpixe estava justamente navegando em águas internacionais, em frente ao litoral brasileiro bem na época do derramamento de óleo venezuelano...”⁵

Outro modo de discordância típico foi a desqualificação das oposições a partir de generalizações que as associassem à corrupção e à miséria. O quadro de completa desvalorização da opinião em contrário pela utilização de argumentos falaciosos, como modo de validar o posicionamento governamental na condição de contrário a todos os demais, foi um padrão observado com grande frequência. Esse modo operou significativamente na associação dos partidos políticos identificados como de

⁵ Navio do Greenpeace estava onde teria ocorrido derramamento de óleo, diz Salles, matéria publicada na Gazeta Brasil, em 24 de outubro de 2019.

esquerda e de seus integrantes à políticas de outras nações. A argumentação descia ao extremo de considerar que qualquer um que defendesse um Estado de bem-estar social fosse comunistas e agisse/pregasse do mesmo modo, sem diferenciação. E por último, esse modo agiu no apelo às crenças e aos valores, no sentido de que se Bolsonaro foi eleito por Deus, a oposição só poderia ser obra diabólica. A premissa, por exemplo, que ele seria quem respeita a família, ou resgata os valores cristãos familiares, autorizava rotular todos aqueles que o opusessem como contrários aos valores tradicionais, devendo, por isso, ser desconsiderados do debate e alvos de ataques virtuais e ameaças.

Outro modo de operar a discordância bastante característico dos grupos bolsonaristas se deu por sua transformação em discórdia, pela tática das ofensas pessoais, com emprego de xingamento, deboche de características físicas e da sexualidade e apelidos desrespeitosos. Nesse sentido, todos os tipos gráficos foram difundidos, inclusive os memes cômicos, carregados por essas simbólicas ofensivas, sempre voltadas para a desqualificação dos representados.

Por último, o combate aos competidores, ou seja, todos aqueles que estavam no cenário político e discordavam de pontos do governo Bolsonaro ou do próprio presidente eram considerados inimigos, inclusive os membros de sua equipe, como o General e vice-presidente Mourão, quando ousavam discordar ou simplesmente expor-se em demasia, aparentemente ocupando espaço unicamente reservado ao mandatário principal. Assim, criou-se a sensação permanente de disputa, desconfiança e demérito das atitudes das várias personalidades da política, cujo produto simbólico principal parece ter sido acirrar os nervos dos apoiadores, mantendo a energia do ódio permanentemente alimentada, e, também, impermeabilizar o debate pela inviabilização das divergências, como se a todo custo e em todos os momentos fosse primordial defender o candidato.

Diante do exposto na análise ficou esclarecido que os modos de discordância possuíam um padrão caracterizado que foi listado em: 1) *personificação dos inimigos*; 2) *perseguição*; 3) *deslegitimização da oposição*; 4) *ofensividade máxima* 5) e *inviabilização de divergências*.

Modos de exclusão

Nessa categoria ficou claro que uma das principais motivações que acarretaram a exclusão de participantes nos grupos, membros do governo e mídias informativas foram direcionadas à demarcação do espectro político adotado, mais precisamente, a esquerda. Mesmo que a pessoa ou a empresa não revelasse seu enquadramento ou qualquer critério racional não autorizasse esse tipo de juízo, ele era deduzido por meio da rotulagem.

Nesse sentido, a crítica ao governo eleito, dentro desse Brasil supostamente de uma maioria de iguais, não era possível e, por isso, quem plantava alguma dúvida, deveria ser excluído. Essa tática percebida não dependia de classe ou categoria política, estando todos sob o mesmo domínio. Ainda nesse sentido, viu-se através das falas analisadas que havia um Brasil paralelo construído pelos apoiadores, em que todas as conquistas parecessem ser próprias deles, ou seja, o discurso de bem comum para a nação de todos tornou-se uma falácia. Ao afirmarem “nossa Brasil”, “nossa Nação” e excluírem do debate e da participação qualquer um que não apoiasse explicitamente o presidente Jair Bolsonaro, ficou demonstrada que uma visão segmentada, afirmava que a pertença legítima do Brasil estaria reservada a somente uns poucos.

Outra forma de exclusão também se deu pelos juízos de crenças e valores, no sentido de excluir quem discordasse do governo, ou até que concordasse, mas não referendasse algo como papel do Estado. Os manifestantes desse tipo eram também excluídos e acusados de torcer contra o país, cabendo-lhes a alcunha de defensores de antigos partidos políticos, inimigos ou traidores da Nação e, por isso, incapazes de participar desse novo Brasil da família, da religião e da moral conservadoras.

Outro padrão observado foi o lançamento de acusações de crimes em direção a ONG'S, partidos e pessoas, desacreditando e excluindo essas vozes. Nesse sentido, houve também o enquadramento dos fatos para favorecer o presidente, como na CPMI das *Fake News*, em que a única notícia compartilhada nos grupos, sobre a temática, foi justamente a que favorecia o chefe do executivo, voltada para desacreditar a comissão e seu intuito.

O uso do discurso de liberdade da informação foi explorado para colocar a opinião dos grupos bolsonaristas como livres e as dos outros como manipuladas ou irrelevantes, pois estariam supostamente embasadas em interesses particulares da grande mídia ou de partidos de esquerda. Como na crítica de que as Universidades e escolas seriam doutrinadoras dos alunos, a ver pela publicação “ABSURDO!! RE-CEPÇÃO DE CALOUROS UFJF. Alguém ainda tem dúvidas sobre a doutrinação nas escolas e faculdades?”,⁶ foi muito comum o intuito de desqualificar a opinião vinda destes espaços, rotulando-os como corrompidos e, por isso, sem impacto ou proporção.

Os modos de exclusão se deram por meio de linchamentos virtuais, mutirões de ataques, cancelamentos e omissões da opinião de outros. Para alcançar seus objetivos, os participantes lançaram mão de inverdades para difamar personalidades, jornais, emissoras e todos aqueles que se colocassem contra os posicionamentos de Bolsonaro. Com a desqualificação dos autores, as opiniões que eram por eles emitidas tendiam a se tornar irrelevantes e inaudíveis para os convictos. E, ante os críticos, a defesa bastante utilizada foi o ataque pessoal que culminava no cancelamento do interlocutor. O desvio da atenção das acusações ao presidente por meio de ataques àqueles que as faziam mostrou-se um método de exclusão bastante utilizado pelos integrantes dos grupos. Assim, denunciando os outros, Bolsonaro ficaria em segundo plano de críticas.

Padrões gerais da estratégia comunicacional anti-cidadã do bolsonarismo

Conforme os resultados obtidos, foi possível constatar que a desinformação propagada nos grupos bolsonaristas busca: 1) dispersar a discussão da temática de interesse público; 2) criar engajamento em pautas que não interessam ao desenvolvimento cidadão e democrático; 3) polarizar a discussão política e isolar os indivíduos em bolhas informativas; 4) sobrepor-se às informações confiáveis; 4) desqualifi-

car ao máximo vozes e interlocutores discordantes ou adversárias; e, por fim, 5) impedir a realização da cidadania comunicacional.

Destarte, quando se fala que a desinformação dispersa a discussão da temática de interesse público, o que está sendo colocado é o fato de que visto os modos de concordância, de discordância e exclusão, todos, cada um com seus respectivos métodos, não se adequam às categorias do interesse público, sobrepondo-o com interesses privados, e levando os participantes dos grupos bolsonaristas a defenderem questões alheias ao desenvolvimento democrático.

Tais sentidos podem ser reforçados pelas análises dos padrões de palavras que se repetiram nos dados avaliados:

- 1. Nação/Brasil/Pátria:** essas palavras sempre apareciam com o intuito de despertar um sentimento de pertença entre os apoiadores, esteve muito presente no plano de governo *Projeto Fênix* (2018), em postagens que discorriam sobre a mudança significativa do país, em todos os âmbitos, após a posse de Jair Bolsonaro. Nessas postagens que se referiam a Nação/Pátria/Brasil, os valores nacionalistas eram “resgatados”, buscando um ideal de unificação dos interesses do povo. Como se todos no Brasil tivessem os mesmos desejos políticos e o anseio pelas mesmas mudanças. Demonstrou uma vontade de “fazer o Brasil Grande de novo”, como nessa frase retirada do próprio projeto *Fênix*.
- 2. Inimigo da pátria:** esse padrão referiu-se a um dos modos de discordância e englobou aqueles que não concordavam ou iam contra os planos do governo bolsonarista, assim aqueles que discordassem do presidente, dos ministros ou dos aliados no Congresso eram rotulados como ameaça ao desenvolvimento da pátria e da nação. Aqui foram personificados os inimigos que deviam ser combatidos, bem como, sua exposição como um grande entrave para a plenitude dos ideais patrióticos estabelecidos.
- 3. Salvador da pátria:** esse termo foi usado para se referir àqueles que agiam em consonância com os ideais gover-

nistas, cabendo a esses o enaltecimento e a “santificação”, esse ideal sagrado foi estabelecido pelos apoiadores na evocação de que essas pessoas teriam sido escolhidas por Deus para mudar os rumos do Brasil. Também permeou a ideia de que aqueles que foram enquadrados como salvadores vieram para expurgar o Brasil de toda a “maldade”, corrupção e ideologias dos opositores, buscando tornar o país “puro” novamente.

4. **Família:** toda vez que esse padrão foi citado, buscava tratar da ideia de fraternidade, construção de laços, de um “nós”, demarcado exclusivamente entre os apoiadores bolsonaristas, na pressuposição de que todos compactuavam dos mesmos interesses e virtudes, e por isso, deviam estar juntos em prol dessas vontades, formando uma família. O uso do termo “família” sempre se centrava no resgate de valores familiares demarcados, estritos exclusivamente a uma perspectiva conservadora, sempre na premissa de que o governo anterior os teria deturpado e corrompido (tornaram-se famosos os casos de *fake news* nesse sentido, como a falsa denúncia do “kit gay” ou a acusação a Dilma e Haddad de apoio à pedofilia, por exemplo).
5. **Grande mídia:** a mídia tradicional sempre era indicada como uma grande inimiga à espreita, com interesses escusos e aparentes de destruir, desinformar, manipular e defasar o conhecimento da população. Foi sempre citada como alheia aos interesses democráticos, corrompida pelo dinheiro, que não teria missão alguma senão destruir o Brasil.
6. **Deus acima de todos:** esse padrão, articulado ao slogan principal do candidato Bolsonaro, era usado justificar a idealização da emoção para mobilizar apoio a qualquer ação ou medida do governo ou declaração de Bolsonaro, legal ou ilegal, constitucional ou não. O raciocínio teocrático e simplista, de que, se Deus escolheu os rumos da nação, qualquer medida adotada pelo presidente, seu escolhido, e pelos integrantes de seu governo, seria au-

tomaticamente **válida, pois Ele (Deus) está acima** até daqueles de quem o poder emana, ou seja, o povo.

7. **Saudosismo ditatorial:** Esta foi outra questão amplamente difundida nos grupos, que tomaram como argumento uma interpretação completamente distorcida do art. 142 da CF de 1988, que trata da Forças Armadas. O texto constitucional é o de que as Forças Armadas “[...] organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.” Na interpretação bolsonarista, a caserna teria em suas atribuições a capacidade de intervir nas instituições pelo uso da força, o que produz a estranhíssima noção de uma Constituição Federal que autoriza golpes militares de Estado...

O explícito viés antidemocrático relembra a formulação de Todorov quando discorre sobre os inimigos íntimos da democracia, que são aqueles disfarçados de atitudes democráticas, mas que na verdade buscam miná-la por dentro e a esvaziar de seu conteúdo. Parece legítimo, também, nesse sentido, retomar a ideia de Rais (2018), para quem as *fake news* poluem o debate, por criarem uma atmosfera de incertezas e desconfiança.

Essa guerra ideológica instaurada no Brasil e, na maioria das vezes, patrocinada pelo próprio Presidente da República, limitou a difusão e a própria legitimidade da informação verdadeira. Constitui um objeto central de estudo a força simbólica de um mandatário presidencial que acusa em público as ONGs de proteção do meio ambiente de promoverem queimadas e desmatamentos; ou de acusar sem provas de fraude o próprio sistema eleitoral que o elegeu; ou, ainda, que desqualifica medidas sanitárias em plena pandemia.

Por meio de tais relatos fictícios, estrategicamente urdidos a partir do centro mesmo do poder nacional, as *fake news* terminaram por criar um espaço expressivo de efetividade, fortalecendo a polarização e lançando suspeitas em série sobre as instituições da democracia, como a mídia e o STF, além de pessoas e personalidades

políticas, com o intuito do linchamento virtual e da perseguição dos opositores. E, o mais grave, tais circulações de sentido falso estiveram, quase sempre, protegidos pelas bolhas informativas, nos quais se encarceravam os usuários, constantemente alimentados pelas notícias falsas, até que o efeito de pós-verdade se consolidasse entre eles. Nesse sentido, considera-se o fenômeno da bolha um efetivo encarceramento simbólico, pois não há como ser livre quando se está inserido em um sistema de informações formatado para não deixar o sujeito dialogar com as diferenças.

Desse modo, quando Prego (2017) coloca que as redes sociais têm criado bolhas autorreferenciais, monolíticas e nas quais não há lugar para pontos de vista divergentes, o que ele está dizendo é que (des)informado por notícias fraudulentas o sujeito encontra-se num ciclo vicioso do qual não pode e nem quer escapar, porque sequer sabe que deve sair.

Neste ponto, retoma-se Keyes (2018) ao citar que mentir comunica uma sensação de domínio, uma vez que, ao contar uma mentira ou manipular o fato, toma-se o controle da situação. Num quadro virtual de disputa simbólica radicalizada, que restringe os sentidos comunicacionais em trânsito, o sentimento do poder nem sempre se encontra em ter razão e sim em derrotar o interlocutor, em silenciá-lo com uma “lacração” ou algo parecido, o que se torna um contexto perfeito para o sucesso das técnicas desinformativas dos grupos bolsonaristas.

Disperso o indivíduo e comunicacionalmente colonizado o debate público, proporciona-se, enfim, a invisibilização da diversidade das opiniões e interesses, pelo sufocamento massivo dos conteúdos desinformativos. Nesse contexto, a comunicabilidade tende para a incomunicabilidade e a cidadania comunicacional se transforma em comunicabilidade anti-cidadã. Sendo a democracia um modo de ser da comunicação (SIGNATES, 2012), a fragilização dos potenciais comunicacionais de cidadania arrisca não somente a circulação virtual das simbólicas do conhecimento e da experiência social, mas, sobretudo, a própria condição democrática.

Referências

- ABBOUD, G.; NERY, N.; CAMPOS, R. (coord.). **Fake News e regulação.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade/ Marshall Berman; tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioratti – 1^a ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BRAGA, Claudomilson Fernandes; TUZZO, Simone Antoniaci. (Org.). **Comunicação, estado e cidadania.** 1ed. Goiânia: Cegraf, 2020.
- BRAGA, J. L.; FERREIRA, J.; FAUSTO NETO, A.; GOMES, P. G.. (Org.). **Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação.** São Leopoldo - RS: Unisinos, 2019.
- BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade:** a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs. São Paulo: Contexto, 2013.
- CHAGAS, V.; MODESTO, M.; MAGALHÃES, D. **O Brasil vai virar Venezuela:** medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.31501/esf.v0i14.10374>. Acesso: 18/10/2019
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (BR). **Resolução nº 510**, de 7 de abril de 2016. Brasília: CNS, 2016.
- CONSTITUIÇÃO 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal/Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica:** O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora Áyiné, 2018.

INTERVOZES, Coletivo Brasil de Comunicação Social. Desinformação: ameaça ao direito de comunicação muito além das fake news. São Paulo. Julho/2019. Disponível em: www.intervozes.org.br. Acesso em: 20/07/2021.

KEYES, Ralph. A era da pós-verdade: desonestidade e enganação na vida contemporânea/ Ralph Keyes; tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

PREGO, V. Bolhas informativas. **Revista UNO.** São Paulo, p. 20-21, março/2017.

PRIVACIDADE hackeada. **Documentário** Direção de Karim Amer e Jehane Noujaim. Estados Unidos: Netflix, 2019.

RAIS, Diogo. Desinformação no contexto democrático. In: ABBOUD, G.; NERY, N.; CAMPOS, R. (coord.). **Fake News e regulação.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

SIGNATES, L. Epistemologia da Comunicação na Democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos. **Novos Olhares** (USP), p. 7-18, 2012.

SIGNATES, L. Pós-verdade e comunicação: a circulação simbólica como critério de verdade no mundo contemporâneo. In: SIGNATES, Luiz; BORGES, Rogério P. (Org.). **Comunicação em tempos dúbios:** construções de sentidos e discursos na era das fake news, da pós-verdade e das encenações midiáticas / 1ed. Goiânia: Editora PUC-Goiás, 2021, p. 28-41.

SIGNATES, L.; LEAL, Maiara R. C. A negação comunicacional da cidadania: o que as fake news do bolsonarismo no Brasil têm a nos ensinar sobre comunicação. In: BRAGA, Clodomilson Fernandes; TUZZO, Simone Antoniaci. (Org.). **Comunicação, estado e cidadania.** 1ed. Goiânia: Cegraf, 2020, p. 60-76.

SIGNATES, L.; MORAES, Angela T. A cidadania como comunicação: estudo sobre a especificidade comunicacional do conceito de cidadania. In: SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela. (Org.). **Cidadania comunicacional**: teoria, epistemologia e pesquisa. 1ed. Goiânia: FIC/UFG, 2016, p. 15-35.

SIGNATES, Luiz. O que é especificamente comunicacional nos estudos brasileiros de comunicação da atualidade? In: BRAGA, J. L.; FERREIRA, J.; FAUSTO NETO, A.; GOMES, P. G.. (Org.). **Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação**. São Leopoldo - RS: Unisinos, 2019, p. 19-29.

SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela. (Org.). **Cidadania comunicacional**: teoria, epistemologia e pesquisa. 1ed. Goiânia: FIC/UFG, 2016a.

TODOROV, Svetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VESTING, T. A mudança da esfera pública pela inteligência artificial. In: ABOUD, G.; NERY, N.; CAMPOS, R. (coord.). **Fake News e regulação**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

VITORINO, M. ; RENAULT, D. A irrupção da Fake News no Brasil: uma Cartografia da Expressão. In: TOURAL, C. ; CORONEL, G.; FERRARI, P. (Orgs.). **Big Data e Fake News na sociedade do (des)conhecimento**. Aveiro: Ria Editorial, 2019. Disponível em: <http://www.riaeditorial.com/index.php/big-data-e-fake-news-na-sociedade-do-desconhecimento/>. Acesso em: 01/10/2019.

WAACK, W. Fake News: uma visão político - jornalística. In: ABOUD, G.; NERY, N.; CAMPOS, R. (coord.). **Fake News e regulação**. Vários autores. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

ZARZALEJOS, A. J. Comunicação, jornalismo e ‘*fact-checking*’. **Revista UNO**. São Paulo, p.11-13, 2017.

A negatividade, o jornalismo e novas possibilidades: um estudo de propostas positivas e construtivas

*Letícia de Lucena Vaz
Ângela Teixeira de Moraes*

1 Introdução

O presente trabalho tem como objeto de estudo o jornalismo positivo, área em ascensão no cenário atual marcada majoritariamente pela oposição à negatividade percebida no jornalismo tradicional. Esse traço será destacado inicialmente na forma de uma contextualização que ilustrará o cenário observado no campo e como tal situação impactou o surgimento de propostas alternativas como a em questão.

Após uma breve explicação, o estudo partirá para o levantamento de elementos característicos dessa prática. Dada à novidade da proposta e à carência de uma conceituação definitiva, formas afins como o jornalismo construtivo e o de soluções, constantemente são mencionadas enquanto o tema é tratado. Assim, algumas características específicas de cada um e em comum às três formas de jornalismo serão também apresentadas, na tentativa de esboçar uma delimitação que possa ser consolidada em trabalhos futuros.

A metodologia empregada se baseia na pesquisa bibliográfica já existentes sobre o tema, especialmente artigos científicos em língua portuguesa e inglesa. Nesse sentido, espera-se que a análise conjunta de alguns desses trabalhos teóricos possa contribuir para o avanço do entendimento relativo à área, ainda pouco explorada academicamente.

2 O jornalismo e o negativo

Todos os dias, o mundo é contemplado incessantemente por uma infinitude de acontecimentos com os mais diversos desdobramentos que influenciam os indivíduos e a vida em sociedade como um todo. Nesse contexto, a curiosidade humana e a busca por ficar a par dos fatos em constante mutação foram alguns dos fatores que levaram ao surgimento dos periódicos impressos, como aponta Tobias Peucer (2004), autor da primeira tese de doutorado sobre jornalismo, a qual foi defendida no ano de 1690.

Tal trabalho, de caráter inaugural, enquadra os “relatos periodísticos” como um tipo de relato desordenado e confuso, que retrata as diversas coisas acontecidas recentemente em lugares variados (PEUCER, 2004). É fato que o jornalismo até os dias atuais continua se propondo à atividade de narrar acontecimentos muito diversos em teor e espacialidade. Entretanto, os estudos da área evoluíram muito desde esse momento inicial. Assim, a ideia de os relatos serem desordenados foi sendo elaborada até chegar ao conceito atual de critérios de noticiabilidade como um critério de seleção que orienta a atividade jornalística como um todo.

Peucer (2004) aponta no mesmo trabalho a existência de critérios usados pelos jornalistas com o intuito de ordenar os tópicos a serem abordados. Isso pode ser percebido quando ele fala da necessidade de o jornalista possuir um juízo para se deter nas “coisas dignas de crédito” (p. 18) e realizar uma seleção dos fatos que “merecem ser recordados ou conhecidos” (p. 20).

Essa área viria a ser desenvolvida mais amplamente apenas no século XX, sendo os sociólogos noruegueses Johan Galtung e Mari Ruge responsáveis por um dos primeiros trabalhos nesse sentido. Pensando na necessidade de separar a notícia jornalística dos acontecimentos banais, a dupla aponta para doze elementos que podem ser levados em conta ao fazer essa seleção, sendo que um deles se destaca para o propósito do presente artigo: o valor do negativo (GALTUNG E RUGE *apud* LIMA, 2017).

Quando se pensa na valorização do negativo dentro do jornalismo, com frequência a imagem que vem mais imediatamente à cabeça é a

do jornalismo sensacionalista. De fato, esse é um gênero muito associado à exploração de horrores e tragédias, o que já suscitou e ainda suscita muitos debates em relação à ética (ou falta dela) nessas práticas. É o que aponta uma matéria de fevereiro de 2020 do Observatório da Imprensa, veículo que desenvolve uma análise crítica do conteúdo midiático. Nela, uma reportagem produzida pelo programa Cidade Alerta e veiculada no dia 17 do mesmo mês, é criticada pelo “espetáculo da violência” ao mostrar imagens ao vivo de uma mãe desmaiando após ser informada pelo repórter que sua filha, que estava desaparecida, havia sido assassinada (CAPRA, 2020).

Em 2004, esses debates extrapolaram o âmbito da academia e da prática profissional, chegando à arena do poder legislativo brasileiro. Isso aconteceu quando o diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, José Elias Romão, solicitou que o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional emitisse um parecer relativo à classificação indicativa de programas jornalísticos. No documento, Romão aponta a exibição de cenas de sexo, violência e drogas no jornalismo para questionar se tais programas devem ser submetidos a uma classificação indicativa, assim como os filmes e séries com esse tipo de conteúdo já o são (CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2005).

O relator do parecer e membro do Conselho de Comunicação Social, Paulo Tonet, discorre contra a proposta. Para tanto, ele aponta desde dificuldades técnicas, como o número restrito de pessoas que realizam o trabalho da classificação indicativa, até questões éticas e teóricas do jornalismo, já que o tempo necessário para que a classificação fosse realizada faria as notícias serem atrasadas, o que vai contra o valor da instantaneidade no jornalismo e poderia ser usado como mecanismo de censura (CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2005).

Assim, é descartada a ideia de que o jornalismo passe por uma classificação indicativa. Entretanto, o documento faz uma importante ressalva quando afirma que sequer considera o jornalismo sensacionalista como parte do jornalismo. Dessa forma, seguindo esse raciocínio, os elementos negativos dos fatos precisariam ser excluídos ou tratados de uma outra forma na narrativa jornalística para que a prática fosse considerada legítima e ética.

Entretanto, ainda que façamos essa exclusão, é possível argumentar que o negativo continua sendo algo que desempenha um papel relevante no jornalismo atual, seja por meio dos acontecimentos escolhidos para serem reportados, ou das técnicas utilizadas nesse processo ou, ainda, do enfoque dado. Tal situação leva a um cenário em que:

[...] podemos ter a impressão de que nenhum crime, nenhum ato de terror, nenhuma moléstia, nenhuma desgraça, nada e absolutamente nada, possa ser de todo surpreendente. Quem abre o jornal ou liga a televisão em sua casa, já o faz com uma expectativa muito baixa em relação ao conteúdo que dali virá- a fórmula “espreme que sai sangue” não choca, nem diz coisa alguma; é simplesmente o que se tornou o banal, o comum. (LIMA, 2017, p. 5 e 6).

Assim, o negativo se tornou um elemento recorrente entre as coberturas jornalísticas tradicionais. A sua presença, inclusive, com frequência passou a ser associada a um dos valores centrais do jornalismo que ocupa posição de destaque nos diversos códigos de ética da profissão: o dever de informar os cidadãos. Essa ideia pode ser observada no já referido documento do Conselho de Comunicação Social (2005):

Estes [fatos] podem ser alegres ou tristes. Suaves ou melancolicamente deprimentes. Adjective-se ao talante de cada um, mas substantivamente continuam sendo fatos. Dourá-los porque feios, ou omiti-los porque tristes ou até comprometedores é criminoso. Estes crimes eram usuais pelo Ministério da Propaganda de Goebels [...] Assim, não é o programa que é feio e chocante. Feia e chocante é a realidade. O dever do bom jornalismo é retratá-la e não mostrar ao público uma quimera inexistente (p. 4).

O trecho é um demonstrativo da preocupação de que o jornalismo seja censurado e expressa a importância de que a prática esteja ligada a um retrato tão fiel quanto possível da realidade. Enquanto tais imperativos de liberdade e precisão não são questionados, o valor do negativo levou alguns acadêmicos a uma indagação: será que esse jornalismo que mostra uma realidade “feia e chocante” estaria mesmo realizando um retrato verossímil da realidade?

3 Jornalismo positivo, construtivo e de soluções: um leque de ações e reações

Essa pergunta do item anterior foi feita por vários teóricos e profissionais, chegando a uma resposta que refuta a crença comum. Entre eles, está o jornalista Sean Dagan Wood. Ele afirma que as notícias fazem o enquadramento de um fragmento do mundo e que a tendência de mostrar o que há de pior no mundo pode levar a percepções que diferem da realidade (WOOD, 2015). Pensamento semelhante é levantado pelas jornalistas Cathrine Gyldensted (2016) e Karen McIntyre (2015), quando apontam que o papel de representar o mundo com precisão, valor central da profissão, nem sempre é cumprido no jornalismo tradicional. Isso porque tal prática é guiada pela busca de defeitos e problemas, o que, apesar de buscar incentivar a tomada de ações por parte dos cidadãos, com frequência acaba estimulando o descrédito com as instituições, a radicalização e a polarização (GYLDENSTED, 2016). Essa orientação é chamada de o “modelo da doença no jornalismo”, o qual é marcado pela emergência da negatividade (GYLDENSTED e MCINTYRE, 2018, p. 3).

Wood, Gyldensted e McIntyre, além da postura crítica em relação ao jornalismo tradicional e à negatividade nele presente, tem em comum o fato de terem um papel importante no desenvolvimento de iniciativas alternativas a essa situação. Wood, desde 2012, é o editor-chefe do portal Positive News, uma das primeiras iniciativas no campo, tendo surgido em 1993 (PURDY, 2013). Já Gyldensted e McIntyre se destacam principalmente no desenvolvimento teórico do campo, sendo que a primeira elaborou uma tese de mestrado em 2011 que propõe o uso de técnicas da psicologia positiva para que essas práticas avancem. Já a segunda elaborou uma tese de doutorado em 2015, observando os efeitos da inclusão de emoções positivas e soluções nas histórias.

Nesse ponto, pode surgir a interpretação de que tais propostas constituam uma forma de jornalismo alternativo, já que se opõem a práticas que compõem o jornalismo tradicional, o que está presente, por exemplo, no trabalho de McIntyre (2015). Essa intepretação,

entretanto, pode ser questionada ao fazer uma ressalva que envolva a análise mais detida das suas características fundamentais. Isso porque o jornalismo alternativo, segundo Chris Atton, é um jornalismo geralmente produzido fora da mídia convencional, independente do mercado, de forma coletiva, não hierárquica e por pessoas não profissionais, ou profissionais com técnicas não convencionais, além de usar fontes não-oficiais como definidores primários (2010).

Já as práticas que se opõem à negatividade do jornalismo tradicional envolvem características mistas: podem ou não envolver profissionais da área; podem acontecer de forma independente ou fazer parte de veículos jornalísticos tradicionais; podem usar fontes variadas e dar destaque para aquelas que são oficiais ou para as não-oficiais.

Assim, a análise de trabalhos teóricos já é suficiente para sustentar a existência de uma diferenciação entre o que se entende por jornalismo alternativo e as iniciativas aqui estudadas. Isso acontece considerando que algumas delas são marcadas apenas pelo uso de elementos novos que se inserem no jornalismo tradicional (GYLDESNTED, 2016; MCINTYRE, 2015), não constituindo uma proposta exclusiva e à parte do que já existe.

Dessa forma, enquadrar essas propostas como parte do jornalismo alternativo poderia induzir a percepções que diferem da realidade prática de como elas têm se desenvolvido, o que configuraria um problema conceitual. Nesse cenário, uma definição mais abrangente pode ser encontrada em Lucian e Moraes, que apontam tais propostas como uma “busca por sentidos alternativos” (2019, p. 4). Essa definição destaca o aspecto das propostas serem uma resposta a um cenário anterior observado, mas deixa em aberto as características secundárias que as compõem, de modo a abrir espaço para análises mais precisas.

Até o momento, nos referimos à existência de propostas diversas que envolvem a oposição à presença constante de elementos negativos no jornalismo tradicional. Usamos essa ideia mais geral, e não apenas o termo direto “jornalismo positivo” pelo fato de existirem várias propostas nessa linha, o que aparece a partir de diversos termos nos estudos, os quais ainda se encontram em estágio inicial. Alguns desses termos são: jornalismo comunitário, cidadão, cívico, público,

participatório, democrático, construtivo, positivo e de soluções (LUCIAN e MORAES, 2019; MCINTYRE, 2015; GYLDENSTED e MCINTYRE, 2018). Todos eles têm em comum o fato de proporem um papel mais ativo do jornalista em moldar as histórias e a forma de perceber a realidade (MCINTYRE, 2015), o que começa pelo reconhecimento dessa influência e pela tentativa de propor uma cobertura justa e balanceada (GYLDENSTED, 2016).

McIntyre (2015), entretanto, aponta os seis primeiros como formas de jornalismo que possuem mais particularidades, geralmente envolvendo recortes espaciais mais específicos (como percebido na relação entre jornalismo comunitário e um local delimitado) ou discorrendo sobre assuntos prioritários (como as outras formas citadas se especializam em questões políticas, principalmente). Além disso, são formas que não se apresentam tanto como novidade no contexto atual.

Já os três últimos termos apontam para práticas mais recentes e relevantes para a discussão aqui proposta. A novidade das práticas resulta em estudos ainda mais recentes, o que dificulta a formação de limites bem definidos para cada termo. Dessa forma, o jornalismo construtivo é por vezes definido como um possível sinônimo para o positivo (LUCIAN e MORAES, 2019) ou como um “rótulo guarda-chuva” que também engloba o positivo e o de soluções (GYLDENSTED, 2014, comunicação pessoal apud MCINTYRE, 2015, p. 7), tendo em comum o uso de algumas técnicas de psicologia positiva (MCINTYRE, 2015).

Uma característica comum às três iniciativas é, além da já mencionada oposição à negatividade, a tentativa de realizar esse processo por meio da busca pelo reconhecimento da alteridade e do outro (LUCIAN e MORAES, 2019). Uma possível técnica a ser empregada com essa finalidade é a cocriação com o público, levando ao seu empoderamento (GYLDENSTED e MCINTYRE, 2018). Isso pode acontecer mediante consulta de fontes diversificadas ou da participação ativa das pessoas a partir da sugestão de pautas e enfoques, características que pretendemos explorar em trabalhos posteriores.

Outra característica comum é a inclusão de emoções positivas nas histórias. Isso, entretanto, pode representar um momento em que a diferenciação entre as três formas de jornalismo começa a se

delinear, sendo que o jornalismo positivo emerge como aquele em que essa técnica recebe mais destaque (MCINTYRE, 2015). É o que se pode perceber em iniciativas de sites como o “Razões para acreditar”, que define o propósito de “fortalecer o otimismo das pessoas” (RAZÕES PARA ACREDITAR, 2020, s/p). Outro traço importante dessas iniciativas é o fato de, por vezes, na busca por histórias positivas, não manterem o mesmo comprometimento com valores centrais do jornalismo (MCINTYRE, 2015). Exemplo disso é o fato do site citado se autodenominar um site de conteúdo positivo ao invés de uma iniciativa jornalística.

Nesse ponto, uma diferença significativa entre o jornalismo dito positivo e o construtivo pode ser percebida: o jornalismo construtivo mantém um comprometimento maior com valores centrais do jornalismo, de forma que a mudança proposta se relaciona mais com a forma como a reportagem é feita e o enfoque dado para o conteúdo, do que com o conteúdo em si (WOOD, 2015; MCINTYRE, 2015; GYLDENSTED, 2016; GYLDENSTED e MCINTYRE, 2018). Isso reforça a ideia defendida anteriormente de que essa iniciativa, portanto, não representa um jornalismo alternativo e à parte do tradicional, mas sim uma nova orientação a ser seguida dentro do campo.

Além disso, o jornalismo construtivo, tendo a psicologia positiva como uma base mais solidificada, possui outras características como: a despolarização, o uso de dados para perceber avanços e retroprocessos na realidade e a orientação pelo futuro e por soluções (GYLDENSTED e MCINTYRE, 2018). A última característica, relativa à orientação dada às histórias, representa um grande ponto de intersecção entre o jornalismo construtivo e o de soluções. Isso porque o apontamento de soluções, seja soluções já existentes ou a orientação dos problemas tratados a partir de possíveis soluções, constitui, ao mesmo tempo, uma característica principal do jornalismo de soluções e uma possível técnica do jornalismo construtivo (MCINTYRE, 2015). Sendo assim, a porosidade da fronteira entre os dois se torna ainda mais acentuada.

4 Considerações finais

O presente trabalho apresentou o contexto geral dentro do qual surgem as iniciativas de jornalismo positivo, construtivo e de soluções, marcado pela oposição à negatividade amplamente percebida no jornalismo tradicional. Posteriormente, a análise se voltou para essas propostas, apresentando algumas características que foram verificadas em comum e algumas especificidades, permitindo esboçar uma ideia das diferenciações existentes e abordadas nos trabalhos teóricos até aqui desenvolvidos.

A proximidade entre os termos e a falta de uma conceituação definitiva, entretanto, levaram à percepção da necessidade de que mais estudos sejam feitos para que o cenário possa ser compreendido de forma mais abrangente. Assim, nos propomos a desenvolver essa análise em trabalhos futuros a partir de observações empíricas dessas propostas para que a realidade sobre como elas têm se consolidado seja precisamente abordada. Os resultados dessas observações podem então serem contrastados com as características já levantadas em trabalhos teóricos.

Alguns possíveis pontos a serem observados empiricamente e que contribuirão com esse estudo futuro são: a) questões relativas à produção de notícias, como profissionais envolvidos, volume de notícias produzido, meios de distribuição utilizados e fontes consultadas (diversidade de fontes e se elas são ou não oficiais); b) gênero e formato/estrutura das notícias; c) critérios de noticiabilidade e enquadramento das notícias, além de possíveis emoções evocadas; e d) comparação das propostas dessas iniciativas com o desenvolvido no jornalismo tradicional.

Observando essa realidade, espera-se que as diferenciações entre o jornalismo positivo, construtivo e de soluções possam ser mais aprofundadas, buscando ainda maior compreensão de tais propostas a partir das práticas que são efetivamente desenvolvidas.

Referências

ATTON, Chris. Alternative journalism: Ideology and practice. In: ALLAN, Stuart. **The routledge companion to news and journalism.** 1 ed. London and New York: Routledge, 2010. P. 169-178. Disponível em: http://sites.psu.edu/comm292/wp-content/uploads/sites/5180/2014/08/The_Routledge_Companion_to_News_and_Journalism.pdf. Acesso em: 27 out. 2020.

CAPRA, Estela. A linha nada tênue entre o jornalismo e o sensacionalismo. **Observatório da imprensa**, Campinas, 26 fev. 2020. Imprensa em questão, edição 1076. Disponível em: <http://www.observatorio-daimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-linha-nada-tenua-entre-o-jornalismo-e-o-sensacionalismo/>). Acesso em: 15 dez. 2020.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Parecer do Conselho de Comunicação Social sobre classificação indicativa de programas jornalísticos**. Brasília, Parecer n 5, 2005. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/documents/12427/28755/Parecer%206%20de%202005%20-%20CCS>. Acesso em: 13 dez. 2020.

GYLDENSTED, Cathrine. **Why we need constructive elements in journalism**. 2016. (18m46s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mN3-bPjgFNU>. Acesso em: 01 dez. 2020.

GYLDENSTED, Cathrine; MCINTYRE, Karen. **Positive psychology as a theoretical foundation for constructive journalism**. Routledge, Journalism Practice: 2018. Disponível em: http://karenmcintyre.org/wp-content/uploads/2019/03/positive_psychology_2018.pdf. Acesso em: 12 dez. 2020.

MCINTYRE, Karen E. **Constructive journalism: The effects of positive emoticons and solution information in news stories**. Chapel Hill (University of North Carolina). 2015. Disponível em: <https://cdr.lib.unc.edu/concern/dissertations/rn3012085>. Acesso em: 05 nov. 2020.

LIMA, Rodrigo C. C. O direito à representação: banalidade do mal e o jornalismo. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO**, 15, 2017, São Paulo. Disponível em: <http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2017/paper/viewFile/528/545>. Acesso em: 17 out. 2020.

LUCIAN, Guilherme; MORAES, Ângela T. D. **A Tensão Comunicacional do Jornalismo**: um olhar por sobre a enunciação positiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 17, 2019, Goiânia. Disponível em: <http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2019/paper/viewFile/1854/1103>. Acesso em: 06 out. 2020.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. Tradução de Paulo da Rocha Dias. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 13- 29, jan. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2070/1812>. Acesso em: 14 dez. 2020.

PURDY, Lucy. Two decades of inspiration: Positive News celebrates 20th year. **Positive news**, London and Shropshire. 07 jun. 2013. Disponível em: <https://www.positive.news/society/media/decades-inspiration-positive-news-celebrates-20th-year/>. Acesso em: 27 dez. 2020.

RAZÕES PARA ACREDITAR. **Razões para acreditar**, 2020. Site de conteúdo positivo. Disponível em: <https://razoesparaacreditar.com/>. Acesso em: 29 dez. 2020.

WOOD, Sean Dagan. **How the news is changing for good**. 2015. (11m48s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-zK8md-7LJQQ&pbjreload=101>. Acesso em: 25 nov. 2020.



II. PAUTAS DO JORNALISMO
NA ITÁLIA E EM MOÇAMBIQUE

Representações da diversidade
cultural no local e no global

A representação da diversidade na mídia e na indústria cultural italiana

Luca Bussotti

Introdução

“Feita a Itália, precisamos agora de fazer os Italianos”. Com esta frase, atribuída ao escritor Massimo D’Azeglio, representante político da direita histórica italiana, as classes dirigentes do país iniciaram, desde a unificação nacional, em 1861, um demorado e difícil processo de unificação e uniformização linguística e cultural que deverá concluir-se apenas no segundo após-guerra, por volta da década de Sessenta do século passado. Um processo que nunca teve a valorização das diferenças como seu objetivo, aliás, tais diversidades acabaram constituindo um entrave ao desenho centralizador do Estado nacional italiano, desta forma sendo primeiramente marginalizadas e depois, com o advento do fascismo, abertamente perseguidas (Dal Passo, 2005).

O liberalismo italiano procurou levar a cabo o processo finalizado a “fazer os Italianos” hostilizado e militarizando diversas áreas do território nacional (o Sul em primeiro lugar), que se opunham à forçada unificação política do país, acentuando assim a “questione meridionale” (“questão meridional”), que até hoje representa o maior problema do país (Lupo, 1998; Lepore, 2020). Entretanto, falar de “Italianos”, até o fim da segunda guerra mundial, significava deixar de lado metade da população, pois as mulheres não estavam incluídas, abrindo assim

outra frente de luta, com base em evidentes discriminações em dano do sexo feminino (Pieroni Bortolotti, 1975; Scramaglia, 1997).

As poucas reformas levadas a cabo se concentraram na italianização da população mediante um sistema escolar unificado, que acabou eliminando as diferenças linguísticas e culturais presentes no país (Salvi, 1975; Bussotti, 2013), assim como na conscrição obrigatória (introduzida logo em 1861), tirando por três anos os jovens das suas famílias e das suas atividades diárias (só em 1910 a duração do serviço militar obrigatório desceu para dois anos) (Lorenzini, 2013).

O processo de uniformização das massas, porém, se demonstrou mais árduo do que o previsto, inclusivamente devido a situações objetivas. Basta pensar que o próprio artífice da unidade nacional, Camillo Benso, Conde de Cavour, preferia o francês ao italiano, e que em quase todo o país as línguas mais (ou até exclusivamente) faladas eram os idiomas locais, tais como o siciliano, o sardo, o veneto, ou, em algumas regiões do Norte, o próprio alemão ou francês. O Estado italiano, salvo o oportunismo pós-segunda guerra mundial direcionado a evitar – mediante a instituição de regiões a estatuto especial - a *Anschluss* (anexação) da região do Alto Adige da Itália em favor da Áustria, assim como a fomentar o separatismo siciliano de Finocchiaro Aprile, nunca teve a sensibilidade de reconhecer o multilinguismo tradicionalmente presente no seu território, tanto que, apenas em 1999 foi aprovada a lei sobre as minorias linguísticas históricas, depois de anos de conflitos e de paralisação parlamentar (Bussotti, 2013).

Tais políticas envolviam quase que exclusivamente os cidadãos de sexo masculino: as mulheres não tinham direitos políticos, que foram adquiridos apenas depois do fim da segunda guerra mundial, com as primeiras eleições municipais e com o referendum em favor da república ou da monarquia, ambas realizadas em 1946 (Fornaro, 2021). Entretanto, logo depois da unificação nacional, houve tentativas de atribuir o direito de voto pelo menos nas eleições municipais às mulheres, mas as iniciativas pararam com o discurso do deputado Boncompagni, que acabou a discussão sobre o assunto afirmando que “Os nossos hábitos não permitiriam à mulher de se intrometer no comício dos eleitores para colocar seu voto”. Situações semelhantes, em ter-

mos de direitos das mulheres, se manifestaram no âmbito trabalhista. As mulheres foram admitidas ao ensinamento na escola média apenas em 1905; tiveram a possibilidade de ter a licença de parto nas quatro semanas depois do evento, mas sem retribuição nenhuma, só em 1902; o fascismo completou a obra impondo, em 1938, uma cota máxima de admissão de 10% de trabalhadoras para todas as entidades, públicas e privadas. E quanto à vida familiar, o homem era o chefe da família, e a mulher não podia separar-se ou divorciar-se dele, nem podia exercer a tutela dos filhos, segundo o Código Civil de 1865. Neste caso as lutas feministas só deram frutos visíveis depois do fim do fascismo, desde o direito ao voto até a punição diferente do adultério feminino em comparação ao masculino (em 1968), mas apenas em 1975 um novo Código de Direito de Família estabelece a paridade completa de direitos e deveres entre os cônjuges. O “delito de honra” só foi eliminado do código penal italiano em 1981 (Pescarolo, 2019).

Outras formas de diversidade também demoraram a serem reconhecidas e, portanto, a tornarem-se objeto de atividade legislativa. No âmbito religioso a Igreja católica foi identificada, durante decênios, como a única confissão de Estado, deixando as outras numa posição de marginalidade e inferioridade jurídica. O rei do Reino da Sardenha, depois de 1861 do Reino da Itália, devia aderir à religião católica, segundo o art. 1 do Estatuto Albertino aprovado em 1848 e confirmado em 1861. A mesma norma foi reforçada com os Pactos Lateranenses (a Concordata italiana) estipulados sob o regime fascista em 1929. Foi durante o fascismo que foram introduzidas, em 1938, as leis raciais contra os judeus, tocando o fundo da discriminação com base na religião (Argiolas, 2014).

Em paralelo, as políticas públicas em favor dos que hoje se chamam de “diversamente hábeis”, ou seja, os deficientes físicos ou intelectivos, foram aprovadas muito tempo depois do fim da segunda guerra mundial, em 1968 (Lei 406 e 482), e a lei mais orgânica só em 1992 (Lei 194).

Ainda mais demorado e difícil foi o percurso que levou a uma qualquer forma de reconhecimento dos casais do mesmo sexo. Uma longa e consolidada tradição italiana, baseada numa visão machista e exclusivista para quem tivesse feito escolhas sexuais “heterodoxas” foi parcialmente quebrada só em 2016, quando o parlamento aprovou a

Lei 76, dando aos casais homossexuais a possibilidade de registrar a sua união, com diferenças significativas, porém, em relação ao regime jurídico estabelecido pelo casamento (Barbagli e Colombo, 2001).

Finalmente, as diversidades étnicas, sobretudo depois de a Itália ter-se tornado país de imigração, desde os meados da década de Setenta do século passado, foram objeto de algumas leis sobre a imigração (a primeira em 1990), mas até hoje não existe uma norma com base nos direitos culturais reconhecidos aos imigrados extra-europeus, particularmente africanos, *tão que a regulamentação da cidadania continua com base no ius sanguinis*, e não no *ius soli*, nem no *ius cultura*. Em suma, até hoje, é italiano quem nasceu em território estrangeiro, mas tem a sorte de ter o pai ou os avôs de origem italiana, se for o caso não falando uma só palavra da língua italiana, ao passo que o estrangeiro que nasce em território nacional de pais não cidadãos continua sendo considerado como estrangeiro, mesmo tendo, como sua única língua e cultura o italiano (Bussotti, 2002).

A mídia, o cinema e a música italianos não fogem ao quadro sumariamente descrito acima. O seu relacionamento com as várias formas da “diversidade” tende a reproduzir, salvo poucas exceções, a tendência uniformizadora aqui referida. Hoje, é possível ter um quadro mais claro das suas tendências através do *Diversity Media Report*, publicado anualmente pela associação *Diversity*, fundada e presidida por Francesca Vecchioni, em que – graças à colaboração com Monica Azzalini, do Observatório de Pavia – são apresentados os dados sobre o tipo de cobertura e de representação que a mídia italiana faz das várias formas de diversidade.

Embora não tendo um histórico de tal tipo de atividades (estes relatórios começaram a sair em 2014), é, porém, possível vislumbrar algumas tendências que, sobretudo no cinema e na música italianas *têm-se afirmado* depois do fim da segunda guerra mundial. É o que é *apresentado* no ponto a seguir ao enquadramento teórico e metodológico, antes de analisar a situação atual, com base nos supramencionados relatórios produzidos pela associação *Diversity*, destacando especialmente duas formas de diversidade: a de tipo sexual e a de cunho étnico, com destaque especial para os africanos.

Breve enquadramento teórico e metodológico

A base teórica em que esta pesquisa assenta é o conceito de “indústria cultural” teorizado pela primeira vez pela Escola de Frankfurt, nomeadamente por Adorno e Horkheimer (1947). Em particular, deste conceito será aqui utilizada a ideia da “fábrica do consenso”, que procura cortar a dialética entre sociedade e cultura, fazendo da produção cultural um instrumento muito poderoso para que a sociedade moderna se adeque e aceite passivamente os conteúdos propalados para “distrair” as massas dos problemas urgentes do dia-a-dia. A indústria cultural italiana, sobretudo antes do movimento de 1968, jogou um papel decisivo a este propósito, principalmente depois da abertura do primeiro canal televisivo, em 1954, assim como mediante festivais (tais como o Festival da canção italiana de Sanremo, em 1951), que promoviam a ideologia nacional-popular de massa, marginalizando quem queria levantar questões e situações diferentes.

Dentro deste panorama, o cinema foi o primeiro a assinalar que as coisas não andavam tão bem tal como a indústria cultural, na esteira do “boom econômico” pós-bélico, queria representar. O neorealismo foi provavelmente a melhor expressão da história do cinema italiano, procurando representar o lado escondido de um país onde as desigualdades sociais e regionais, injustiças e discriminações de várias natureza ainda imperavam. Porém, mesmo este cinema comprometido teve escassas possibilidades de representar os diversos que aqui são mais considerados, ou seja, as pessoas com tendências sexuais “anormais” – como se dizia na altura – e os indivíduos de cultura e etnia diferente da italiana e europeia, particularmente os africanos, ausentes quer na prática da vida do país, quer na memória de uma nação que tinha quase cem anos de aventuras coloniais bastante brutais e que o imaginário coletivo queria rapidamente esquecer. Em âmbito musical, principalmente no que toca ao primeiro tema, houve algumas tentativas de apresentar o amor homossexual já entre a década de 1950 e de 1960, mas com sucesso modesto, e ainda mais com a marginalização de quem propunha tais assuntos, como se verá nos pontos a seguir. Neste sentido, a indústria cultural desempenhou um papel significativo, quer respeito aos conteúdos propostos, quer em relação às ausências de tais conteúdos.

A abordagem metodológica aqui adotada se baseia numa pesquisa qualitativa de cunho histórico, em que a contextualização resulta decisiva para compreender os fenômenos da indústria cultural italiana depois do fim do fascismo e da segunda guerra mundial, usando, como técnica de investigação privilegiada, a análise do discurso de textos musicais e daquela produção cinematográfica que foram selecionados para efeitos deste trabalho. A escolha de focar de forma mais específica sobre diversidade sexual e étnica deveu-se em parte a razões práticas (seria impossível fazer o mesmo trabalho com os conteúdos noticiosos) e em parte ao fato de tais diversidades terem emergido com muito atraso no panorama da indústria cultural nacional, tendo de quebrar estereótipos antigos e estratificados.

Para os anos mais recentes foram utilizados e interpretados dados quantitativos provenientes da associação *Diversity* que, em colaboração com o Observatório de Pavia, anualmente publica um relatório sobre a cobertura da diversidade na mídia e na indústria cultural italianas, atribuindo até prémios específicos para as diferentes categorias da diversidade, nas várias formas de comunicação e de arte no país.

A diversidade e as suas representações hoje

Serão aqui considerados os dados provenientes dos últimos dois relatórios produzidos pela associação *Diversity*, relativos a 2019 e 2020. No que diz respeito a 2019, o relatório informa que, em termos de conteúdos noticiosos dos seis principais noticiários nacionais, foram produzidas 49.536 notícias. 23% delas trataram de diferenças e, entre elas, 10,8% foram destinadas às diferenças etárias, com ênfase em crianças e jovens (84,5%) e o resto nos idosos, com concentração bastante elevada em episódios de criminalidade e violência, de que os jovens são os principais protagonistas, como vítimas ou até como executores (43,3%). Uma porcentagem inferior é dedicada a questões de género (8,2%), com enfoque na criminalidade (62,6%) e violência contra as mulheres (quase 40%). A orientação sexual e afetiva cobre apenas 0,2% das notícias dos telejornais nacionais, com maior enfoque nos temas sociais (54,4%).

Quanto aos programas de entretenimento, um elemento de parcial inovação que o relatório destaca tem a ver com o género, em que as mulheres se contam, deixando de ser um simples objeto da narração de outros. A atenção se concentra em assuntos afetivos e pessoais, muito menos sociais, tais como trabalho, *gender gap*, competências profissionais. Em suma, uma mulher ancorada a uma dimensão privada e afetiva muito mais que a uma pública, extremamente reduzida.

No cinema o relatório destaca a representação de doentes mentais e handicap físicos, mas sem aquela patina de pietismo que em muitas circunstâncias têm caracterizado o cinema italiano ao abordar tais assuntos. O tema menos tratado é o de tipo étnico, assim como as diferenciações sexuais não constituem um assunto de interesse especial (ADN Kronos, 2019).

Em comparação com 2019, as notícias de 2020 foram monopolizadas pela pandemia do COVID-19, ocupando – de um total de 42.953 notícias - quase metade de todos os conteúdos noticiosos dos seis noticiários mais importantes (46%), chegando a 90% da cobertura a partir de março. A informação foi classificada pelo relatório de 2020 como largamente “emergencial” e concentrada no papel das instituições (Diversity Media Report, 2021). Em 2020 as questões relativas às diversidades foram englobadas pela pandemia, sendo que apenas 13% dos conteúdos noticiosos abordaram as diferenças, enquanto em 2019 este dado foi de 23%. Com a queda da diversidade nas notícias dos telejornais, um certo espaço foi mantido nos programas de entretenimento, com algumas séries televisivas, e no cinema, principalmente na Netflix e na RaiPlay, e no cinema.

A diversidade foi, como visto, penalizada em termos gerais, mas as categorias mais afetadas foram as diferenças geracionais (-2,2%), étnicas (-3,05%), de género (-3,26%). Apesar dessa descida, estas três categorias se mantêm a frente, quer na mídia, quer na indústria cultural, em comparação com o handicap e as questões relacionadas com LGBT+. Um aspecto qualitativo significativo está relacionado com a cobertura feita nos assuntos étnicos, ocupado em boa medida por notícias de política externa relacionadas com raptos ou encarceramento de cidadãos italianos, tais como Patrick Zaki e Silvia Romano,

ou com caso de ódio racial, que desaguaram em assassinatos, como no caso do jovem ítalo-cabo-verdiano Willy Monteiro Duarte. Outro elemento relevante está relacionado com as mulheres: elas são representadas essencialmente (37,1% dos casos) como vítimas de feminicídios e outras violências e agressões. Finalmente, as temáticas LGBT+ são relegadas a eventos, tais como a jornada mundial contra a homofobia, ou a atos criminosos, como o homicídio de Maria Paola Gaglione. Segundo o relatório, a abordagem para com a *diversity* se coloca cada vez mais longe dos estereótipos comuns, destacando a representação das questões étnicas e das segundas gerações. Aqui, séries como *SKAM*, *Who are who we are*, em streaming, ou também *Mental*, sobre a saúde mental, constituem uma nova forma de abordar as diversidades no panorama italiano. Mesmo na categoria da publicidade o relatório assinala passos significativo, com o lançamento, por parte de vários brands importantes, de campanhas em favor da *diversity*, enaltecedo a livre expressão de si.

Os dois relatórios apenas apresentados fornecem um quadro ao mesmo tempo em evolução, mas com ainda muito caminho a fazer, uma vez que a *diversify* não encontra um grande interesse nos conteúdos noticiosos, ao passo que, principalmente em séries televisivas destinada aos mais jovens e, em parte no cinema, tais assuntos têm merecido uma abordagem mais inovadora e corajosa. Em suma, é como se produtos mais corajosos e, provavelmente, de melhor qualidade se destinem a públicos restritos e especificamente interessados em ver representado este ou aquele tema da diversidade, ao passo que para o público generalista a indústria cultural ainda prefere jogar pelo seguro, propondo uma programação e conteúdos noticiosos estandardizados e, muitas vezes, estereotipados.

De qualquer forma, o estado da arte delineado nos dois relatórios acima citados resulta de um longo caminho histórico-cultural que será impossível aqui, repercorrer por inteiro, mas que em parte pode ser visto no ponto seguinte, em que se aborda a representação que o cinema e a música popular italiana têm feito de duas das diferenças consideradas nos relatórios da *Diversity*: orientação sexual e pertença étnica.

Percursos históricos paralelos. A indústria cultural italiana diante da diversidade étnica e sexual

O “diverso” por excelência na cultura italiana foi tipificado através de orientações sexuais diferentes da relação tradicional homem-mulher, assim como de indivíduos estrangeiros, principalmente africanos. A este propósito vale a pena recordar que, antes do fim da segunda guerra mundial, ou seja, na Itália liberal (1861-1922) e na Itália fascista (1922-1943), a representação dos gays foi nula e até banida por parte do regime liderado por Mussolini, ao passo que os africanos foram geralmente representados como seres inferiores, cuja única função era de serem conquistados e subjugados mediante aventuras coloniais na Líbia, na Etiópia-Eritreia e na Somália, com uma fortíssima componente sexista, além de racista. No campo musical, entre 1935-36, o biénio da conquista colonial fascista da África oriental, foram escritas e interpretadas cerca de 40 faixas, enaltecedo a obra civilizadora e libertadora italiana dos herdeiros de Roma (Bussotti, 2016). O *Duce* tinha a clara percepção de que o cinema representava, no seio da moderna indústria cultural, um elemento central para difundir a ideologia fascista. Mussolini inaugurou, em 1932, o Festival do Cinema de Veneza, em 1935 o Centro Experimental de Cinematografia e, em 1937, os estudos de filmagem de Cinecittà, em Roma. Apesar de a figura do africano não ter sido uma prioridade do cinema propagandístico fascista, algumas películas de matriz colonialista foram todavia realizadas. Entre elas, vale a pena recordar *Lo squadrone bianco*, realizado em 1936 por Genina, e sobretudo *Scipione, l'Africano*, filme dirigido por Carmine Gallone em 1937, com um explícito paralelismo entre as conquistas africanas do general romano no século II a.C. e a aventura colonial italiana que acabava de se concluir.

Toda esta produção, principalmente musical, mas em parte cinematográfica também, associada às leis raciais de 1938 contra os judeus, representaram uma vergonha nacional que logo depois do fim da guerra, a sociedade e a cultura italiana quiseram esquecer rapidamente. Pesquisas já publicadas identificaram quatro momentos principais da representação musical da África e dos Africanos na Itália pós-bélica:

1. A África como (quase)ausência: neste caso, entre 1945 e 1963 só foram encontradas duas faixas que abordam a África: a primeira, escrita em 1945 em dialeto napolitano por E.A.Mario, *Tammurriata Nera*, que descreve a admiração popular de uma mulher que, durante a ocupação anglo-americana de Nápoles, dá à luz uma criança preta, fruto do amor com um desconhecido soldado afro-americano. A mulher acaba na prostituição, pois o estigma é tão grande que ninguém está disposto a lhe oferecer um trabalho digno, pois ela já é considerada, na opinião pública, uma mulher fácil. A segunda faixa só é produzida em 1963 por Eduardo Vianello, um cantor muito famoso da época, completamente alheio de conteúdos sociais e políticos, e um dos primeiros a apostar em *summer-hits*, como *I Watussi*. A canção, do ritmo agradável, representa folcloricamente os Tutsi (chamados de Watussi) como aquela população que inventou uma dança (Hully-Gully, na verdade proposta pela primeira vez por Frank Rocco em 1959) e enormemente alta, tão que “a cada dois passos fazem seis metros”. Em suma, uma representação superficial, caricatural e objetificada dos Africanos, que entretanto registrará um sucesso enorme em termos de vendas (Bussotti, 2016).
2. A África como símbolo da fuga da civilização ocidental moderna, considerada poluída e ruidosa. Neste período, concentrado entre a década de 1970 e a primeira parte de 1980, a África continua sendo objeto, mas desta vez com acepção positiva. Alguns entre os maiores compositores italianos se confrontam com este assunto: entre eles, Francesco De Gregori, com a onírica *Cercando um altro Egitto* (1974) e *Capo d’Africa* (1979), em que o compositor procura “uma praia tranquila, uma terra prometida”. A faixa-símbolo desta segunda fase é *Mal d’Africa*, de Franco Battiato (1983), um dos mais refinados compositores italianos, que representa a África como nostalgia, lugar ao mesmo tempo físico e ideal e idealizado para fugir do ruído da civilização ocidental.
3. A África e os Africanos como representação realística e trágica, com base principalmente na recente imigração africana na Itália: nesta terceira fase alguns dos compositores de maior

destaque do panorama musical italiano iniciam a representar a imigração africana em toda a sua tragicidade. Ainda Francesco De Gregori, por exemplo, propõe *Nero* em 1987, que abre idealmente esta nova estação. Aqui, um migrante clandestino africano, que foi “da periferia do mundo àquela de uma cidade”, desprovido de qualquer direito é “pontapeado pela polícia” ou usado para fazer uma fogueira, acaba representando aquela que De Gregori considera como sendo a pior doença da Itália daquela altura aparentemente feliz e leve, “a hipocondria de amor”, abrindo as portas a faixas de outros compositores e grupos que iniciam a falar abertamente de racismo contra os imigrados e as imigradas africanos e africanas em território italiano. Será na década de 1990 que tais grupos, compostos por jovens artistas com explícito posicionamento político de extrema esquerda concentrarão grande parte da sua atenção na imigração africana na Itália e nas suas diversas manifestações. Grupos como Africa Unite, inspirado-se a Bob Marley, escrevem *Alba meticcia*, lendo a história italiana como um contínuo *melting pot*, em que os Africanos também desempenharam um papel relevante; assim como os Modena City Rambles, em 1994, descrevem a existência dura de *Ahmed l'ambulante*, ou seja, um vendedor de rua já falecido, que agradece Ashiwa, a deusa da noite, por ter-lhe feito morrer na sua terra, ao invés que “nas vossas cidades frias”, dando assim a imagem da superior humanidade e espiritualidade dos Africanos em comparação com os Italianos. Fdez anos mais tarde, em 2004, interpretam *Ebano*, a triste história de uma prostituta nigeriana, explorada pela máfia italiana para fins de lucro, levando à tona outro assunto tabu na sociedade italiana daquela altura.

4. A África representada por cantores, principalmente *rappers*, afro-italianos, segundo um longo caminho em que se passa de uma África objetificada (mesmo na terceira fase) a uma em que ela é assumida como sujeito, com uma identidade e conteúdos próprios e específicos da realidade afro-italiana, abanando o cenário musical italiano, não acostumado a tais propostas artísticas. Tal

mudança ocorre a partir das primeiras décadas do novo século, com *rappers* que formaram, em 2005, uma rede chamada 2G (“Segundas Gerações”), constituídas por artistas nascidos entre a década de 1970 e de 1980, com uma agenda bem precisa: reclamar a sua italianidade e pressionar o Parlamento para aprovar uma nova lei sobre a cidadania. Tentativa, até hoje, frustrada, uma vez que a Itália continua tendo uma lei baseada no *ius sanguinis*, não considerando, portanto, como italianos os indivíduos nascidos na Itália (ou imigrados neste país em tenra idade), com um percurso escolar feito na Itália e tendo como língua e cultura principais (ou por vezes exclusivas) o italiano. *Rappers* como Amir Issaa, com faixas como *Straniero nella mia nazione* (2008), por exemplo, fazem proferimento de italianidade, enfatizando o distanciamento da primeira geração, a dos pais deles, cantando versos como: “A gente confundiu-me com um imigrado (...). Não me devo integrar/eu nasci aqui/eu não sou meu pai/não sou um imigrado [...]/não sou um clandestino não faço o lava-vidros” (Bussotti, 2019). Outros assumem um posicionamento político em polémica aberta com os partidos da direita, desde o de Berlusconi, representado numa das suas atividades preferidas, o *Bunga-Bunga* (da rapper ítalo-liberiana, Karima), até a Liga do Norte, cujo expoentes e ex-ministro tinha apelidado a primeira-ministra negra do governo italiano, Cécile Kyenge, de “macaco” (com a faixa *Orangutan*, de 2014). E outros procuram transmitir aos italianos “de gema” uma mensagem de erudição e de conhecimento perfeito da língua italiana, como faz polemicamente Valentino Ag, com *Sono nato qui* (2011), cujos versos muito bem resumem o seu ponto de vista: “Me dizes parabéns tu falas bem a minha língua/mas sou eu que a ensino a ti antes de ela se extinguir”. Provavelmente o rapper que melhor representa o sentido da poética auto representativa dos cantores afro-italianos é Tommy Kuti, que declara: “A razão principal que me leva a fazer música é porque sinto a necessidade de uma canção como Afroitaliano, para que a gente perceba o que é que tem atrás de pessoas como eu” (Castagneri, 2017).

Apenas no momento de um engajamento artístico direto por parte dos músicos afro-italianos é que a opinião pública nacional percebe o quanto profundo é o fenômeno do diverso do ponto de vista cultural e da sua inserção na vida pública italiana, iniciando a refletir, e em muitos casos a reagir negativamente e de forma violenta, em relação a esta perspectiva.

No que toca ao cinema, depois das películas ligadas ao regime de Mussolini, a África e os Africanos foram representados (Del Boca, 1996), no mesmo diapasão que na música, com uma atenção mínima, e durante muito tempo ligada a figuras de mulheres encantadoras, bonitas e mero objeto de desejo, ou de homens desempenhando o papel de domésticos, mais ou menos fiéis, ou de sujeitos pouco recomendáveis. À primeira categoria pertencem atrizes que se tornaram verdadeiros sex-symbol, como Zeudy Araya e Lola Falana. A primeira, de origem eritreia, A primeira foi engajada em vários filmes do diretor Luigi Scattini, sempre desempenhando o papel da mulher atraente, como em *La ragazza dalla pelle di luna* e *La ragazza fuoristrada*, ambos de 1973, até o filme de Sergio Corbucci e com o famoso ator cômico Paolo Villaggio, *Il Signor Robinson* (1975). Lola Falana, afro-americana, que apareceu principalmente, na década de 1970 e 1980, na televisão como dançarina e show-girl em vários espetáculos que enaltecia a sua beleza e corporeidade fora da moda na Itália daquela altura.

Mesmo no cinema, portanto, é preciso esperar até a década de 1990 e sobretudo o novo século para ver uma primeira, embora ainda tímida transformação da representação dos Africanos de objetos a sujeitos. E isso só foi feito através do engajamento direto dos afro-italianos no mundo cinematográfico e televisivo. Uma primeira experiência deste tipo é constituída pelo grupo teatral *Maschere Nere*, formado em Milão na década de 1990, e que põe em cena peças teatrais de autores africanos, como Amadou Koné ou Camara Laye, com atores da primeira geração de imigrados africanos na Itália (Capannini, 2001). Ao longo das últimas duas décadas alguns diretores afro-italianos têm feito propostas inovadoras, em termos de autorrepresentação da condição de vida deste importante segmento da sociedade italiana: Amir Nour, por exemplo, nascido em Mogadíscio, fundou o coletivo cinematográfico romano *Black Italian*, e assinou duas importantes películas contra o

racismo, *Ambaradan* (2017) e *Indovina chi ti porto a cena* (2018), vencedor do MigrArti de 2018, uma competição organizada pelo Ministério dos Bens Culturais da Itália. Outro destacado ator e diretor é Fred Kudjo Kuwornu, nascido em Bolonha de pai oriundos do Gana e mãe italiana, atualmente arraigado em Nova Iorque. Depois de dar os primeiros passos na televisão, entre 2001 e 2002, apresentando o programa *Zengi* da emissora privada La7, iniciou a dedicar-se ao cinema, com um primeiro filme curto, *Natale in Aurogrill* (2003), colaborando com Spike Lee no filme *Miracle at St.Anna* (2008). Em 2011 se juntou às lutas da 2G, através do filme-documentário *Ius sanguinis*, que recebeu, em 2012, o prémio dedicado à jornalista italiana Ilaria Alpi, assassinada na Somália devido às suas investigações em tráficos ilícitos naquele país. De recente, Fred Kudjo Kuwornu escreveu seu primeiro livro, e assinou outro importante documentário, *Blaxpolitan, Cent'anni di afrostorie nel cinema italiano* (2015), tornando-se assim um dos mais destacados representantes da cultura afro-italiana, com fortes influências afro-americanas, de autores como Du Bois, um dos pais do Pan-africanismo.

Finalmente, figuras como Tezeta Abraham, nascida em Gibuti mas crescida em Roma, completam este sintético quadro ideal de afro-italianos e afro-italianas que conseguiram quebrar os estereótipos derivantes do fascismo, do colonialismo e das outras formas de representação acima recordadas das últimas décadas do século passado, quando foi engajada pela RAI (a televisão pública italiana) para recitar o papel de uma mulher “normal”, Francesca, numa famosa fiction, *È arrivata la felicità*, em que a protagonista vive a sua existência de estudante-trabalhadora como qualquer outra jovem italiana dos nossos dias.

O percurso da representação da diversidade sexual na indústria cultural italiana, embora tendo suas peculiaridades, não difere muito daquilo que foi apresentado acima acerca da diversidade cultura e étnica, salvo o fato de que, nos últimos anos, registrou-se uma evidente aceleração que não se deu – pelo menos nestas dimensões – a respeito da representação da África e dos Africanos.

Com efeito, o cinema italiano, por um lado, deu as suas melhores provas com o advento do neorealismo, com diretores como Luchino Visconti, Roberto Rossellini e Vittorio de Sica que chamaram à atenção

ção do público os temas mais problemáticos da nova Itália pós-fascista: desde a luta contra o regime de Mussolini e seus abusos (como *Roma Città Aperta* de Rossellini ou, mais tarde, *Il delito Matteotti* de Florestano Vancini, em 1973) até a questão meridional (*La Terra trema* de Luchino Visconti, feito em 1948) e o saque edilício de cidades como Nápoles, Roma ou Palermo (em *Le mani sulla città*, dirigido por Francesco Rosi em 1963). Por outro lado, o neorrealismo procurou representar o que estava decorrendo na Itália pós-fascista em rápida transformação, portanto excluindo assuntos como a homossexualidade; um fenômeno que, naturalmente, existia, mas para o qual ninguém queria reparar, mantendo-se um verdadeiro tabu.

A temática da diversidade sexual é abordada, por parte do grande cinema italiano, em poucas películas, e a abordagem utilizada tende quase sempre a esconder, por parte dos vários protagonistas, a verdadeira identidade sexual, procurando uma integração baseada numa mentira existencial que, supostamente, deverá garantir a integração e aceitação familiar e social. A indústria cultural nacional foi, assim, capaz de limitar consideravelmente o potencial de representação da diversidade sexual que, já a partir do neorrealismo, iniciava a aparecer no cinema italiano. É este o caso de dois filmes dirigidos por Vittorio Caprioli, entre a década de 1960 e de 1970, intitulados *Parigi o cara* e sobretudo *Splendori e miserie di Madame Royale*. Neste último, o protagonista, interpretado por Ugo Tognazzi, acabará sendo morto, e seu corpo, travestido de mulher, repescado nas águas de um lago. E sobre tudo de *Il bell'Antonio*, filme de Mauro Bolognini com a interpretação de Marcello Mastroianni e Claudia Cardinale, inspirado no romance de Vitaliano Brancati, em que o protagonista – que as pessoas acham ser um novo Dom João - esconde a sua orientação sexual, de que só a mulher tem conhecimento, para evitar o estigma da família e da sociedade numa Sicília ainda conservadora e fechada em relação à escolha de tipo homossexual. Esta primeira fase em que o cinema comprometido italiano propõe uma representação da diversidade sexual pode ser definida de “diversidade escondida”, como se os limites de aceitação deste tema por parte da opinião pública (e da censura, naquela altura ainda muito poderosa) estivessem bem traçados e bem conhecidos por parte

dos diretores dos filmes. Em alternativa, a representação é focada em figuras de transvestis que, representando um mundo completamente alternativo e de certa forma fora das regras, não tocam ao fundo a questão das identidades sexuais, reduzindo o assunto a uma questão de marginalidade social (prostituição) ou até de bizarraria individual.

Uma experiência de vanguarda, neste sentido, é a fundação de uma companhia teatral de homossexuais, chamada Le Pumitrozzole, em meados da década de 1970, com a presença significativa de Marco Coruzzi, conhecido como Platinette, um dos primeiros a fazer *coming out* no panorama cultural italiano (Robetti, 2020).

Quem procura quebrar o cliché acima recordado é um artista, literato e diretor de cinema declaradamente homossexual, Pier Paolo Pasolini, morto tragicamente e misteriosamente em 1975. Pasolini tinha havido, em finais da década de 1940, um ensaio das dificuldades de ser homossexual na Itália que acabava de sair da guerra, em que mesmo os partidos de esquerda, como o partido comunista, viam na família tradicional e sobretudo nas relações heterossexuais a única forma aceitável de estar na sociedade. Com efeito, Pasolini foi expulso do Partido Comunista em 1949, devido à sua comprovada homossexualidade, num processo interno da seção a que ele estava inscrito (Pordenone, uma pequena cidade do Nordeste do país) de que, hoje, nenhuma documentação tem guardada (Michelin, 2017). Os níveis centrais do partido nem fizeram o esforço de se inteirar na expulsão de um dos jovens intelectuais mais brilhantes do país, secundando a decisão de Pordenone. Entretanto, a sua marginalização não o conseguiu afastar de abordar assuntos na altura delicados, como demonstra o seu filme *Teorema* (1968), em que uma rica família burguesa se apaixona, independentemente do sexo de seus membros, por um inesperado hóspede que chega em casa.

Neste período, existem diretores cinematográficos de renome que procuram abordar o tema da homossexualidade, embora sempre de forma implícita e, por assim dizer, alusiva. Luchino Visconti, ele também gay, um dos maiores cineastas italianos, provavelmente escapado à censura e à crítica áspera devido às suas origens nobres (era conde de Lonate Pozzolo, perto de Milão), em *La morte a Venezia*, inspirado ao homônimo conto de Thomas Mann, mostra como o protagonista, o compositor Gustav von

Aschenbach, se apaixone perdidamente por um adolescente, Tadzio, tornando assim explícito, mas ainda trágico, o seu amor homossexual. Mais uma vez, os homossexuais continuam sendo representados como figuras escandalosas, ambíguas, nunca “normais”, mas sempre exceções no seio de uma sociedade ainda “sólida” (Ricci, 2017).

Nos anos de 1980 uma Itália feliz e que estava saindo dos “anos de chumbo” do terrorismo de esquerda e de direita representa os homossexuais segundo uma ótica desengajada e “leve”, abrindo assim uma segunda fase neste sentido, que pode ser aqui definida de “estereotipização enfática do diverso”. É o caso do filme dos irmãos Vanzina, *Vacanze di Natale* de 1983, com Christian De Sica, em que o protagonista é, sim, encontrado na cama com outro homem, mas o seu perfil é de um *viveur* que muda parceiros e parceiras sexuais com muita leveza, incarnando o espírito daqueles tempos, tão de ser chamado como “moderno” e não “gay” ou “homossexual”. Tais figuras são sempre representantes de uma sociedade elevada e que se coloca fora das regras sociais normais, segundo uma norma usual da indústria cultural que tende a mostrar hábitos permitidos no mundo dourado das elites, que exclui, implicitamente, que os mesmos comportamentos possam ser aceites do lado das pessoas comuns.

Entretanto, apenas na década de 1990 é que o cinema italiano tentará sair do cliché de uma representação do homossexual como alguém estranho, desgraçado e destinado a sofrer gravíssimas consequências familiares e sociais por causa da sua orientação, entrando na fase da “representação realística da diversidade sexual”.

A figura de destaque, nesta fase (entre 1990 e 2000), é o diretor ítalo-turco Ferzan Özpetek, com pelo menos quatro filmes cujo sujeito central é a homossexualidade (Marcello, 2009). Graças a ele o cinema italiano faz um salto de qualidade acerca do tratamento do sujeito da homossexualidade, passando a assumir uma postura mais explícita, com personagens que não têm receio em fazer o *coming out*, ou também em ter identidades mais complexas, que vão além de um perfil baseado exclusivamente na sua sexualidade, tal como acontece em películas quais *Scusate se esisto!*, dirigido por Riccardo Milani em 2014, ou ainda mais *Diverso da chi?*, com direção de Umberto Carteni, de 2009 e *Come non detto*, de Silvestrini, de 2012 (Pizzo, 2013).

Apesar da evolução acima mencionada, existem ainda várias criticidades no que diz respeito à representação da diversidade sexual no cinema italiano. No geral, as figuras dos homossexuais (quase sempre de sexo masculino) são trágicas, com famílias que não lhes aceitam ou que procuram reconduzi-los no caminho reto. Segundo Ricci, o próprio filme *Perfetti sconosciuti*, realizado em 2016 por parte do diretor Paolo Genovese e galardoado com o David de Donatello (um dos prémios cinematográficos italianos de maior destaque) apresenta o protagonista homossexual como sendo exclusivamente homossexual, portanto segundo uma identidade unilateral, sem espessura psicológica, mas apenas física (Ricci, 2017). Daí, a ideia de que o homossexual, embora hoje representado em várias películas e circunstâncias, sem a censura e autocensura que se fazia sentir até a década de 1990, continua como sendo confinado num estereótipo de cunho sexual, criando assim uma “apartheid cultural” (Ricci, 2017) de que dificilmente poderá sair.

No panorama musical também é possível notar uma evolução acerca da representação e do tratamento da orientação homossexual no primeiro do segundo após-guerra. Mas, como acontece para o cinema, na música italiana popular também as faixas que abordam a homossexualidade sob o prisma da complexidade são raras e geralmente não conseguem encontrar o sucesso em termos de público.

A primeira vítima da mentalidade fechada e provinciana italiana dessa época (anos 50-60) é Umberto Bindi. Homossexual quase declarado, e certamente não escondido, Bindi pertence à escola musical de Genova, uma escola muito importante no panorama nacional, com compositores como Gino Paoli, Luigi Tenco, Fabrizio De André e outros, que provocarão uma verdadeira revolução, abandonando a música melódica tradicional com significados vazios, para propor textos comprometidos e repletos de mensagens (Petruzza, 2018). Em 1960 Bindi chega ao sucesso com *Il nostro concerto*, uma faixa dedicada à morte do seu companheiro, embora a ambiguidade do texto não torne o tema homossexual tão claro e explícito. Entretanto, já em 1961, quando apresenta uma canção no Festival de Sanremo, o que sobressai dele é o anel que traz no dedinho, e que o classifica como gay; razão mais que suficiente por ser banido do circuito da televisão pública, com uma carreira fortemente limitada em razão da sua homossexualidade (Petruzza, 2018).

Só na década de 1970 é que a música popular começa a abordar o tema da homossexualidade de forma bastante contínua, assim como tinha em parte acontecido com o cinema. Gian Pieretti, com *Il vestito rosa del mio amico Piero* (1973) (Dall'Orto, 1986) e Alfredo Cohen, com um inteiro e quase que desconhecido LP, *Come barchette in um tram* (1977) são os dois compositores que mais se esforçam para representar de forma complexa a homossexualidade. Quem explicitamente se orgulha de ser homossexual e faz um *coming out ante litteram* é o cantor ítalo-holandês Peter Boom, com *Fuori*, e *Lui ama lui (e lei ama lei)*, escritas em 1972. Mas se trata ainda de casos isolados, fruto do recente movimento de 1968.

Os grandes cantores se confrontam também com este tema, mas ainda de forma tímida (Scheggia, 2018). É o caso de *Io gli ho detto no*, de Lucio Battisti (1973), o cantor italiano com o maior número de discos vendidos, mas ainda mais da band dos Pooh que canta *Pierre*, em 1976. A canção, de grande atmosfera, conta de um re-encontro entre o protagonista heterossexual e Pierre, um antigo colega de escola, pesadamente maquiado, mas reconhecido por causa dos olhos, e claramente homossexual. O protagonista conclui convidando Pierre a permanecer aquilo que ele é, “tu que podes”, deixando imaginar que o heterossexual que olha para o Pierre de longe poderá ser um homossexual disfarçado, mas que as imposições sociais o obrigam a não se revelar publicamente.

O fenômeno artístico que, de forma contínua, proporá textos e posturas de tipo homossexual, será Renato Zero. Vestuário muitas vezes extravagante e que reproduz a moda dos transvestis, também se inscreve na lista dos cantores “escandalosos”, quase a querer abanar o soporífero panorama musical italiano. Em 1978, com *Sbattiamoci*, o protagonista acaba de descobrir que foi para a cama com um homem, definindo este episódio como uma “péssima brincadeira”. Franco Califano, em 1979, interpreta *Avventura com um travestito*, contando uma história análoga ao que Renato Zero tinha proposto no ano anterior com *Sbattiamoci* (Dall'Orto, 1986). Até aqui, portanto, mais do que de homossexuais, se fala de gays vestidos de mulheres, constantemente às margens da vida social, ou de encontros casualmente e involuntariamente homossexuais; de qualquer forma, tais temas são relativamente aceites graças ao seu hiperbólicos e pouco realísticos, despertando o riso mais do que uma

reflexão séria sobre a homossexualidade, numa Itália ainda muito provinciana e pouco disponível a admitir a presença do “terceiro sexo” e ainda menos de uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo.

Uma perspectiva diferente e mais explícita, apresentando um perfil psicológico, além de exclusivamente sexual ou erótico, inicia-se a entrever na década de 1980. Em particular, duas cantoras quebram o tabu, como a provocativa Loredana Berté que, no seu primeiro trabalho em 1974, canta S.E.S.S.O., abordando um amor lésbico. E a cantora lésbica Gianna Nannini que escreve *Lei*, mostrando uma maior dose de coragem do lado das mulheres, em comparação com seus colegas homens. Única exceção pode ser encontrada numa faixa com elevada capacidade representativa da esfera emotiva homossexual, escrita por Fabrizio De Andrè, intitulada *Andrea* (1978). Outro compositor de renome, Pierangelo Bertoli, se coloca nesta mesma senda, com a sua canção *Maddalena* (1984), que descreve a triste vida de um transvestis que ganha o pão prostituindo-se.

Na década de 1980 alguns compositores e cantores abertamente gays iniciam a intensificar a sua atividade, como Ivan Graziani, que consegue sair dos estereótipos anteriormente mencionados, colocando-se numa linha de inovadora experimentação, que nem sempre dá o sucesso de público e de vendas esperados (Dall’Orto, 1986). O próprio fenômeno Renato Zero, ao longo desta década, com canções do conteúdo extremamente provocador, tais como *Onda gay* (1980) e *Profumi, balocchi e maritozzi* (1980), mas já procurando propor uma dimensão mais completa e complexa da homossexualidade: no primeiro caso, se faz explícito convite à livre união dos gays, ao passo que o segundo foi definido como “um texto delirante em que um filho insiste para que a mãe lhe procure um... marido” (Dall’Orto, 1986).

A partir da década de 1990 no panorama musical italiano o assunto do amor homossexual inicia a ser abordado de forma mais frequente e explícita, graças sobretudo ao compromisso de cantores muito famosos, tais como *Brillantini* de Tricarico (2002), em que o protagonista alterna vestuário masculino e feminino, experimentando as várias dimensões da sua sexualidade, ou como *Era-Eva* do grupo dos Subsonica (ainda em 2002), ou *Gino e l’Alfetta*, de Daniele Silvestri (2007), em que o protagonista, Gino, embora tendo uma companheira, Ma-

ria, confia mais no amor homossexual. O assunto aqui abordado é bastante delicado e polémico, despertando a atenção do público em relação a indivíduos de sexo masculino regularmente casados (ou com uma companheira oficial e estável), mas com relações homossexuais que riscam de comprometer a unidade familiar. Pelo menos foi isso que foi percebido pelo público italiano, que não premiou, em termos de vendas, a composição musical de Silvestri que, entretanto, foi eleita como coluna sonora do Gay Pride de 2007. Um último exemplo de uma faixa musical de considerável significado é *Da quando sono morto*, de Immanuel Casto (2017). Escrita na primeira pessoa, esta canção apresenta o *coming out* do protagonista como uma libertação, que lhe custou a saída da família e da cidade em que nasceu e viveu (“Desde quando foi-me embora/não estou sendo criticado”), mas que lhe doou uma vida nova e sem preconceitos (“Me olha, venha, chega até aqui. Já fechei com o passado, limpo, imaculado. Porque nunca me senti tão perfeito”).

Em suma, a partir da década de 1990 e ainda mais nas duas décadas seguintes, os atores e cantores que fazem *coming out* são muitos, desde Leo Gullotta, um dos maiores atores de teatro e de cinema da Itália, que confessou ter encontrado muitas dificuldades devido à sua orientação sexual, até Gianna Nannini, que acabou vivendo na Inglaterra com a sua companheira e a filha, por medo que na Itália esta última não tivesse as garantias de lei presentes no Reino Unido para casais homossexuais, do jornalista televisivo Pierluigi Diaco, casado com o colega Alessio Orsingher, até Eva Grimaldi, um dos sex-symbol italianos dos anos 90 que, completados os 50 anos, resolveu fazer *coming out* de forma pública. O que deve-se observar é de que, salvo raras exceções, o *coming out* de artistas, jornalistas e cantores se tem concentrado nos anos mais recentes, como se os primeiros tivessem desempenhado o papel de abre-pistas, dando coragem aos outros.

Conclusão

Esta breve pesquisa tem abordado uma questão não muito tratada nos estudos sobre comunicação e produtos culturais na Itália contemporânea: as diferenças e suas representações.

A pesquisa demonstrou que a indústria cultural italiana ainda está exercendo uma influência assinalável no que diz respeito ao tratamento das diversidades, quer nos conteúdos noticiosos (ainda mais com o advento da pandemia), quer no que toca à produção cultural no sentido mais próprio, como cinema e música. As tentativas mais ousadas e com melhor qualidade parecem ainda restritas, salvo poucas exceções, à produção dirigida a públicos específicos, tais como os jovens, e em canais como Netflix, a pagamento e em streaming, ao passo que a larga parte da grelha de programação e do cinema generalista continua focalizada em produtos pouco originais, que não gostam de representar as diversidades e, quando o fazem, projetam delas imagens estereotipadas que serão bem aceites por uma plateia sem grandes pretensões, a não ser o entretenimento.

Finalmente, a respeito dos casos aqui mais estudados, ou seja, as diferenças sexuais e étnicas, a transição entre uma abordagem que as objetifica e uma em que elas são representadas como sujeitos a 360 graus está ainda acontecendo, em particular graças aos diretos interessados, ou seja, aos artistas homossexuais e aos afro-italianos, que constituem uma fronteira em parte nova na indústria cultural italiana.

Referências

- Adorno, Theodor e Horkheimer, Max (1947). *Dialektik der Aufklärung*. Amsterdam: Querido (edição brasileira: *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002)
- ADN Kronos (2019). *Diversity*, 16/04/2019. In: <http://www.diversitylab.it/site/wp-content/uploads/2019/04/rassegnaStampaDMA2019.pdf>
- Argiolas, Davide (2014). A liberdade religiosa em Itália: “vinho novo” em “odres velhos”. *Chapéu*, v. 15, nr. 2, pp. 363-386. In: <https://core.ac.uk/download/pdf/235125404.pdf>
- Barbagli, Marzio e Colombo, Asher (2001). *Omosessuali moderni. Gay e lesbiche in Italia*. Bologna: Il Mulino
- Bussotti, Luca (2002). *La cittadinanza degli italiani*. Milano: Franco Angeli

- Bussotti, Luca (2013). *Minoranze e multiculturalismo nell'Italia contemporanea*. Como-Pavia: Ibis
- Bussotti, Luca (2016). A representação da África na música italiana contemporânea: das primeiras experiências coloniais ao fascismo”. *Ces-contexto*, 14, pp. 64-83.
- Bussotti, Luca (2019). O rap “exótico” na Itália contemporânea: entre direitos negados e nova cidadania. *Música Hodie*, vol. 19, pp. 1-25. In: <https://www.revistas.ufg.br/musica/article/view/53443/33583>
- Capannini, A. (2001). Su la maschera. Va in scena l’Africa Nera. *Vita*, 31/08/2001. In: <http://www.vita.it/it/article/2001/08/31/su-la-maschera-va-in-scena-lafrica-nera/4809/>
- Castegneri, Alice. Tommy Kuti, il rapper afroitaliano che combatte i pregiudizi: ‘Racconto le storie dei ragazzi come me’. *La Stampa*, 12 Jun. 2017.
- Dall’Orto, Giovanni (1986). Il gay canzonato. L’omosessualità nelle canzoni italiane. Parti Prima. *Babilonia*, n. 39, pp. 48-52. In> <http://www.giovannidallorto.com/canzoni/canzoni1.html>
- Dal Passo, Fabrizio (2005). Storia e diritti delle minoranze. *Semestrale di studi e ricerche di Geografia*. Roma: Abilgraf
- Del Boca, Angelo (1996). *I gas di Mussolini. Il fascismo e la guerra d’Etiopia*. Roma: Editori Riuniti
- Diversity Media Report 2021. In: spotandweb.it/news
- Fornaro, Federico (2021). *2 giugno 1946. Quando le donne votarono per la prima volta*. Torino: Bollati Boringhieri
- Lepore, Amedeo (2020). L’evoluzione del divario tra il Nord e il Sud dal dopoguerra a oggi. *Estudos Históricos*, a. XII, nr. 23, pp. 1-63. In: <https://estudioshistoricos.org/23/eh2308a.pdf>
- Lorenzini, Jacopo (2013). I re soldati e la nazione. *Diacronie*, n. 16, pp. 1-18. In: www.diacronie.it
- Lupo, Salvatore (1998). Storia del Mezzogiorno, questione meridionale

e meridionalismo. *Meridiana*, n. 32, pp. 17-52. In: <http://www.rivista-meridiana.it/files/Lupo,-Storia-del-Mezzogiorno.pdf>

Marcello, Gabriele (2009). *Ferzan Ozpetek. La leggerezza e la profondità*. Recco: Le Mani,

Michielin, Elisabetta (2017). Storie di provincia a partire dall'espulsione di Pier Paolo Pasolini dal PCI pordenonese nel 1949. In: <http://www.centrostudipierpaolopasolinicasarsa.it/approfondimenti/pasolini-ramuscello-e-lomofobia-da-dopoguerra-del-pci-di-elisabetta-michielin/>

Pescarolo, Alessandra (2019). *Il lavoro delle donne nell'Italia contemporanea*. Roma: Viella

Petruzza, Basilio (2018). Umberto Bindi, che pagò il prezzo di essere omosessuale. *Auralcrave*. In: <https://auralcrave.com/2018/08/05/umberto-bindi-che-pago-il-prezzo-di-essere-omosessuale/>

Pioneri Bortolotti, Franca (1975). *Alle origini del movimento femminile in Italia. 1848- 1892*. Torino: Einaudi

Pizzo, Antonio (2013). Essere visto e vedere. *Mimesis Journal*, Vol. 2, nr. 1, pp. 101-109. In: <https://journals.openedition.org/mimesis/285>

Ricci, Virginia (2017). Il problema del cinema italiano com l'omosessualità. *Prismo*. In: <http://www.prismomag.com/cinema-italiano-omosessualita/>

Robetti, Francesca (2020). I VIP italiani che hanno fatto coming out. *Momento Donna*, 05/09/2020. In: <https://www.momentodonna.it/gossip/vip-italiani-coming-out/>

Salvi, Sergio (1975). *Le lingue tagliate*. Milano: Rizzoli

Scheggia, Erica (2018). Ecco alcune canzoni italiane che parlano di amore dello stesso sesso. *Divaelesbica*, 17/01/2018. In: http://divaelesbica.altervista.org/musica-alcune-canzoni-italiane-parlano-amore-lo-sesso/?doing_wp_cron=1624061735.9951610565185546875000

Scramaglia, Rosantonietta (1997). *Storia dei movimenti e delle idee. Femminismo*. Milano: Editrice Bibliografica

A Cultura moçambicana face ao fenómeno da Globalização – Caso da cultura Manikense no meio urbano

Sílvia Mutongoreca Singreia Afonso

Contextualização conceptual e histórica do homem e cultura

Tendo em conta que a base de toda e qualquer cultura é o homem, para o contexto do presente artigo, o homem é definido em função das suas dimensões antropo - filosóficas defendidas por Aristóteles numa base Socrática, segundo a qual *o homem seria um animal racional que se manifesta na sua própria personalidade moral e intelectual*. Giddens, A. (2013).

Este conceito foi retomado e aprofundado por vários antropólogos renascistas, com destaque Tomás de Aquimo, K. Marx, G.W.Hegel e outros que, inspirados na crença em Deus afirmam que “o Homem é simulo da matéria (corpo) e forma (alma) ”. Ou seja, um microcosmo, cópula do universo, sujeito concreto, artífice da própria sorte e do seu destino, individual e universal do viver, agir e operar na história e no ser supremo de si próprio.

Para Sócrates, a aceitação da sua ignorância fez com que o Homem buscassem o conhecimento e elaborasse suas ideias e conceitos sem se prender aos costumes e dogmas impostos. Platão corrobora e acrescenta que “o homem é um filósofo e é no dialogar que vai se reconhecendo”. Na óptica deste filósofo, o Homem como projeto de si mesmo, pensa tudo: as coisas, os objectos, os acontecimentos e a sua própria existência se tornam objecto de reflexão e de pesquisa.

Para a sua afirmação cultural, quer na família, comunidade ou sociedade, o Homem necessita do outro. Embora em constantes transformações, o conceito de cultura foi evoluindo ao longo dos tempos e acompanhado por vários estudiosos, dentre os quais: Matthew Arnold (1869), Tylor, E.B (1871), Vinigi, L. Grotanelli (nn.53 – 56) referido no Concilio Vaticano II, Geertz, C., George Napoli, entre outros.

De acordo com Arnold, M. (1869), a cultura era definida como sendo “o conseguimento da perfeição que implica uma condição interna da mente e do espírito, através do bom e do melhor que se pensou e se diz na história”. E dois anos depois, Tylor, E.B (1871) apelidado como Pai da Antropologia Moderna, defendia que a cultura deve ser “*um conjunto complexo que inclui conhecimento, crenças, artes, moral, leis, costumes e várias outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem, como membro de uma sociedade.*”

De acordo com a UNESCO (1983), a cultura é definida como *um conjunto de traços distintivos, materiais, espirituais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social*. Neste conceito, estão inclusas as artes e letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e crenças.

Lerma, M.F. (2009) que estudou a antropologia cultural, apresenta etimologicamente a palavra *cultura*, que sendo proveniente do latim, *colo, colis, colere, colui, culum*, significa *cultivar, cuidar, ter cuidado ou prestar atenção*. Segundo este autor, a cultura humana é caracterizada geralmente pelo seu caráter simbólico, social, estável, dinâmico, selectivo, universal e regional, determinante e determinada, cultural e subcultura, quer em elementos como a Memória histórica comum, Instituições religiosas e civis, Língua, Parentesco e Região, quer em processos de enculturação ou endoculturação.

E o mais recente conceito cultural do ponto de vista antropológico foi apresentado por Vassoa (2010), segundo a qual, cultura refere-se “a:

herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo co-participativo de modos estandardizados de adaptação à natureza para a possibilidade de subsistência, de normas e instruções disciplinadoras das relações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que explicam a sua ex-

periência, exprimem a sua criatividade artística e se motivam para a ação". (p.104)

Com base nestes conceitos, torna-se explícito que a cultura proporciona ao homem a capacidade de refletir sobre si mesmo. Destacam-se igualmente elementos indispensáveis para a melhor compreensão do verdadeiro sentido de cultura humana, a saber: a sociedade tradicional, a ideia do conjunto, a centralidade da pessoa humana, a cultura material e espiritual, as expressões culturais e a transcendência.

A cultura manyikense¹ como uma subcultura moçambicana

A cultura moçambicana é multicultural e multilingue, enraizada em valores e diferenças étnicas do seu povo. De acordo com Pereira, C. (2008), falar da moçambicanidade² no contexto contemporâneo equivale a afirmar por identificação ou mapeamento de uma cultura que represente o mosaico nacional multicultural de um país que se assume heterogêneo e que preserva a diversidade de vozes e valores sem afrontar as normas de coesão e unidade nacionais. Por tanto, a moçambicanidade é um processo que deve traduzir a unidade na diversidade e convivência de culturas, raças e línguas assumidas por todos os moçambicanos em todo o território nacional.

A tabela 1 que se segue ilustra o quadro da distribuição de falantes que representa o mosaico cultural em Moçambique. Conforme apresentado, apenas 10,8% da população moçambicana em 2010 era falante nativa do Português como língua materna. Embora 0,9% sejam falantes de *Cimanyika*, a cultura *manyikense* é compartilhada em muitos aspectos por todo o grupo Shona, que abrange os falantes de Shona, Ciwutee e Cindau com cerca de 7,3% de nativos das províncias de Tete, Manica e Sofala.

1 Relativo ou pertencente a *Wamanyika*. *Wamanyika* é um grupo étnico falante de *Cimanyika*, uma das línguas bantu faladas em Moçambique e Zimbábue, com a classificação S.13a e que pertence ao grupo Shona. (Ngunga, 2014)

2 Etnologicamente, a moçambicanidade refere-se ao conjunto dos caracteres e das maneiras de pensar, de sentir e de se exprimir próprios dos Moçambicanos, caracterizada pela diversidade cultural. (Pereira, 2008)

Tabela 1: Distribuição de línguas faladas por população de 5 ou mais anos de idade

Nº	Língua	Falantes	%	Províncias abrangidas
1	Emakhuwa	4.097.788	26,1	Nampula, Cabo Delgado, Niassa, Sofala, Zambézia
2	Português	1.693.024	10.8	Todas as Províncias
3	Xichangana	1.660.319	10.5	Gaza, Inhambane, Prov. e Cidade de Maputo, Niassa
4	Cisena	1.218.337	7.8	Manica, Sofala, Tete, Zambézia
5	Elomwe	1.136.073	7.2	Nampula, Niassa, Zambézia
6	Cinyanja ¹	903.857	5.8	Niassa, Tete, Zambézia
7	Echuwabo	716.169	4.8	Zambézia, Sofala, Nampula
8	Cidau	702.464	4.5	Manica, Sofala
9	Citshwa	693.386	4.4	Gaza, Inhambane, Maputo, Sofala
10	Cinyungwe	457.292	2.9	Manica, Tete
11	Ciyaawo	341.796	2.2	Cabo Delgado, Niassa
12	Cicopi	303.740	1.9	Gaza, Inhambane, Prov. e Cidade de Maputo
13	Ximakonde	268.910	1.7	Cabo Delgado
14	Ciwutee	259.790	1.7	Manica
15	Xizronga	235.829	1.5	Gaza, Inhambane, Prov. e Cidade de Maputo
16	Gitonga	227.256	1.5	Gaza, Inhambane, Prov. e Cidade de Maputo,
17	Cimanyika	133.961	0.9	Manica
18	Cibarwe	112.858	0.7	Manica
19	Kimwani	77.915	0.5	Cabo Delgado
20	Ekoti	60.771	0.4	Nampula
21	Shona	35.878	0.2	Tete, Manica
22	Kiswahili	15.255	0.1	Cabo Delgado
23	Lgs dos sinalis	7.503	0.05	Todas Províncias
	Outras LM's	310.259	2.0	Todas Províncias
	Total	15.670.424	100.0	Todas Províncias

Fonte: Ngunga e Baro (2011, baseado em dados do INE 2010)

Segundo Ngunga (2014), o sistema ortográfico de Cimanyika possui 18 consoantes, das 19 mais comuns, como a seguir se pode notar na Tabela 2.

Tabela 2: Sistema ortográfico do Cimanyika extraído do quadro padrão da ortografia das línguas moçambicanas

AFI	b	b	d	d	g	c	dz	ʃ	z	v	u	ʂ	Z	tʂ	dz	ɳ	r	r
My	bh	b	dh	d	g	c	j	sh	zh	vh	v	sv	zv	tsv	dzv	n'	r	lr

Legenda: AFI - Alfabeto Fonético Internacional My – nyika

Sendo uma língua desprovida da consoante “l” no seu alfabeto, os manyikenses incluindo os outros falantes do Grupo Shona tendem a substitui-la por “r” ao pronunciar e escrever os sons líquidos ou lateralização do som vibrante, conforme ilustram os seguintes exemplos de frases extraídas do seu artigo³ publicado em 2014:

Inicial: [l] vs. [r]: longe cf. ronge;

Medial: [l] vs. [r]: alma [álma] vs. Arma [árma]

Final: [l] vs. [r]: mal [mál] vs. mar [már].

A cultura **manyikense** tem sua génesis no Império de Mutapa que se desenvolveu na época das migrações bantu pela África Austral e da fixação das primeiras comunidades sedentárias que se registaram nos primeiros cinco séculos (d. C.) e que se expandiram do interior do Zimbábue para o oceano Índico em Moçambique através dos principais rios da região.

Os membros pertencentes a esta cultura são designados por *Samanyika* ou *Wamanyika* ou simplesmente *Manyikenses*, caracterizados por ser falantes de *Cimanyika*⁴, uma língua bantu falada basicamente na província de Manica em Moçambique e na província de Manicaland, no Zimbábue.

³ Interferências do Cimanyika na Língua Portuguesa (Sílvia Afonso, 2014: 204-221), artigo publicado no livro Temas de Gramática em Línguas Bantu I editado por Armindo Ngunga (2014),

⁴ Lê-se “Chimanhica”, para quem não esteja familiarizado com a ortografia das línguas moçambicanas.

Para os *manyikenses*, as duas províncias constituem um único território separado apenas por uma fronteira artificial. De acordo com o Ngunga (2004), *Cimanyika* pertence ao grupo Shona (S10) de que fazem parte também Korekore (S11), Zezuro (S12), Ciwutee (S13b), Cindau (S15) e outras línguas.

Organização social do povo manyikense

A constituição de uma família *manyikense* é baseada numa linhagem patrilinear. Pelo que, todo o indivíduo (homem e mulher) desenvolve o seu *Eu* numa forte ligação com o *Pai* ou a família paterna mais do que a família materna, embora se reconheça o grande valor e o espaço que a Mãe ocupa na vida de todos.

Os membros da família nuclear devem ostentar o apelido que deriva do antepassado fundador, com tarefas distintas, a saber:

Pai (*Baba ou Samusha*) e Pai do pai (*Sekuru ou Samusha*);
 Mãe (*Ma*), Mãe do pai ou Avó/Bisavó (*Mbuya*) – usados em regra como prefixos seguidos do nome do respectivo marido.
 Irmãos do Pai ou do Avô (*Baba Mukuru ou Baba Munini*) e
 Irmãs do Pai ou do Avô (*Tete Guru*)
 Filhos, Primos paternos e filhos do irmão têm mesmo tratamento de herdeiros (*Mukoma*);
 Filhas, Primas paternas ou filhas dos irmãos (*Tete / Yaya*);

Portanto, os membros da família materna apenas participam nas cerimónias como convidados, nomeadamente: os sogros (*Tezvara*), avós (*Mbuya na Sekuru*), tias e primas (*Mainini*), primos maternos (*Sekuru*), sobrinhos, netos, bisnetos (*Muzaya ou Muzukuru*) em função da agenda.

O traje característico da mulher *manyikense* é a saia, blusa, vestido e a capulana. E do homem, e composto por calcões, calças, camisas, camisetas. E ambos devem ter presente no seu guarda-roupa, camisolás, mantas, sapatilhas, botas tendo em conta o clima de baixas temperaturas e o relevo de montanhas que caracteriza o seu mundo natural.

Os ritos de iniciação na cultura *manyikense* são assinalados por momentos de aconselhamentos transmitidos dos mais velhos para os mais novos e sempre que, os aprendentes estiverem perante a transição de um estágio de vida para o outro, principalmente, das fases de puberdade, adolescência, juventude à vida adulta. São principais mensagens destes aconselhamentos, o respeito e os cuidados a serem seguidos perante o ciclo menstrual, o lobolo ou matrimónio, durante a gravidez ao parto, a atribuição do nome ao recém-nascido, a amamentação e o desmame. O aconselhamento é feito separadamente rapazes e raparigas.

O sistema de parentesco observa geralmente o matrimónio monogâmico, sendo o poligâmico aceitável e é considerado normalmente, como símbolo de poder, grandeza e riqueza do homem.

A poligamia serve ainda como alternativa em casais cuja mulher não pode ter filhos ou que atingiu a menopausa por doença ou velhice. Para ambas formas de constituição da família, a regra envolve cerimónias denominadas por “*lobolo*” à família da noiva pela família do noivo.

A residência do casal (*musha*) é um elemento muito importante na cultura *manyikense*, pois ostenta o nome da família que determina todas as relações familiares com a comunidade. A noiva é acompanhada à “*Musha*” e integrada nos primeiros dois anos ou até ao desmame do primeiro filho, pela sogra, especialmente por ser a nora mais velha da família, e pelas tias e cunhadas (*ATete*). Durante este período, a mulher aprende a conviver com a família do marido e a aprimorar-se de todos os seus papéis, valores e princípios aceites naquele contexto. Depois deste período, o casal está pronto para viver de forma autónoma no seu lar, sendo para o efeito o homem o chefe da família.

Portanto, todo o tipo de conflito que o casal encontra na sua convivência deve ser solucionado a partir da base as “*ATete*” e em última estância, ao nível dos pais, familiares e/ou lideranças locais. Contudo, quando se trata de um casamento envolvendo a última filha da família (*Chigumisirwa*), a cultura *manyikense* abre espaço para que seja o genro a habitar em casa dos sogros e consequentemente,

estar isento de pagamento de “*lobolo*” para poder manter uma assistência directa aos sogros, principalmente na velhice.

A forma de descendência do povo manyikense é transmitida de pais para filhos homens. Dai que, em caso da morte do chefe da família, a herança do falecido é passada para um dos irmãos do falecido, incluindo a esposa (viúva) e os filhos (órfãos), com o intuito de preservar a linhagem da família.

Os bens materiais do falecido são partilhados por todos os membros da família como símbolo de solidariedade.

Em casos da morte da mulher, a cultura *manyikense* abre espaço para a família do viúvo junto dos sogros, encontrar uma mãe substituta daquele lar, de preferência uma das irmãs da falecida que seja solteira para desempenhar a função de esposa do cunhado (viúvo) e de mãe dos seus sobrinhos (órfãos).

Casos de esterilidade, quer do homem ou da mulher na cultura *manyikense*, **são** considerados uma desgraça e o seu tratamento é confidencial. Em caso de ser o homem estéril, instrui-se a mulher para que de forma sigilosa junte-se a um dos irmãos do marido, para que possa procriar numa relação extraconjugal consentida. E o filho que resulta desta relação é atribuído a paternidade do seu marido. Dai que se diz: “*Gomba harina mwana*” que significa, o amante jamais será o pai da criança.

Contudo, quando for a mulher que não pode ter filho, ela deve consentir que o marido envolva-se num casamento poligâmico sob risco de ser devolvida para casa dos pais. No geral, a sociedade hostiliza o homem e mulher estéreis e os que não desejam casar-se e ter filhos, pois na lógica cultural, estes indivíduos opõem a transmissão da vida e a manutenção da família e da linhagem.

Formas de Economia na cultura manyikense

O Povo *manyikense* vivia fundamentalmente da agricultura e criação do gado bovino. Esta última era considerada o símbolo de riqueza, pois representava a herança das primeiras comunidades de caçadores de animais.

A actividade agrícola observa três épocas, sendo duas de sequeiro e uma de irrigação dos campos. Devido ao seu clima caracterizado por baixas temperaturas, típico de solos e relevo de montanhas, os *manyikense* produzem excepcionalmente o trigo, milho, cevada, “*Njera*”, hortícolas e leguminosas diversas (alho, batata reno, feijões) e outras.

Em todas as fases do ciclo agrícola que inicia com a lavoura (*Kuburaka*), sementeira (*Kusima*), sacha (*Kuhakera*) e colheita (*Kukowha*), a utilização de junta de gado bovino acompanhado de arado, (*Badza re n'gombe*, “*Hara*” ou “*Sirei*” ou ainda “*Chikoshikari*”) e a enxada de cabo curto são os meios mais importantes e indispensáveis.

O povo *manyikense* dedica-se igualmente a pesca nos rios e lagoas da região, artesanato, comércio e exploração de recursos minerais (garimpo de ouro) que actualmente tem vindo a ganhar proporções maiores, sobretudo nas cadeias montanhosas de Chimanimani em Rotanda-Sussundenga, Chinhambudzi, Penhalonga e Messica em Manica e Serra Shoa em Bárue.

A divisão do trabalho é baseada no sexo e idade dos membros da família, desde crianças, jovens e adultos (homens e mulheres), sendo isentos de trabalhos pesados às mulheres grávidas e idosas.

No seu contexto cultural, os *manyikenses* fazem o uso e aproveitamento de frutos silvestres das florestas para a sua alimentação, medicina, bem como fabrico de materiais de uso doméstico. Por isso que, as famílias exigem o mínimo de competências e cultura de trabalho aos filhos desde a infância a idade adulta. Por exemplo, é dever de toda mulher *manyikense* dominar os saberes como: cozinhar, lavar a roupa, pilar e peneirar os cereais (milho), produzir temperos derivados de oleaginosas (*nhikite*, *nzanya*, *tsangamidzi*). Para além da fruta da época para alimentação, a mulher deve saber recolher a Lenha (*Huni*) para a cozinha; trabalhar o barro para decoração da casa e produção de utensílios de uso doméstico como: panela de barro (*hari*), bilha de água (chifhuko), extração ou colecta de raízes, folhas, tubérculos (*madumbe*, *madima*), frutos (*majange*, *maroro*, *bute*, *mwziro*) e sementes de várias árvores e plantas (cogumelos) incluindo erva da ninha (*derere*, *guku*), com que se preparam os alimentos, medicamentos, produtos de higiene e beleza.

Aos homens e rapazes *manyikenses*, é atribuída a tarefa de defender a família de todo o tipo de perigo para mostrar a força e ousadia, bem como para obter a carne e o pescado para a alimentação da família. Dentro várias actividades, o homem deve saber recolher bambus (*manguere*), estacas (*miti*) e capim (*mwenje*) para as construções de casas; trabalhar a madeira, bambus e caniços para a produção de pilão (*duri*), colher de pau (*mugoti*); colmeias (*mukoko*); cordas (*mapote*), esteira (*bonde*), peneira (*tsero*), cestos, armadilhas diversas como arcos, flechas, redes, fisgas para a caça de animais, desde os quadrúpedes, reptéis, aves e peixe, com base na habilidade de cada um e convivência familiar.

O resultado da produção destina-se ao consumo familiar, sendo a base de alimentação diária a (*sadza*) feita de farinha de milho acompanhada de verduras, feijões e carne. A farinha de *njera* e farelo de milho são basicamente usados para o fabrico de bebidas, que frequentemente são usados para os sacrifícios e cultos aos antepassados.

Cerimónias e Cultos aos Antepassados

O povo *manyikense*, na sua cosmo visão acredita na vida após a morte. Ou seja, acredita que os vivos beneficiam-se dos poderes espirituais (*Adzimu*) dos seus antepassados e gozam da sua total proteção. Daí a necessidade de agradecer-lhos pelos dons da vida, boa produção e produtividade agrícola e pedido a eles para interceder na solução dos seus problemas ou obstáculos da vida.

Os cultos aos antepassados são acompanhados por todos os membros da família, numa cerimónia orientada pelo patriarca da família, na qual é sacrificado um animal (gado bovino ou caprino), para servir de carne que acompanha a “*sadza*” e a bebida alcoólica (*Dhoro re njera*) de produção caseira por sete dias, feita de farinha do cereal previamente fermentado.

Estes cultos variam em função das intenções e intervenientes, podendo assumir uma dimensão familiar a pedido de um ou mais membros da família sempre que necessário; e dimensão comunitária, principalmente em eventos que envolvem todos os membros da comunidade, como por exemplo: agradecimentos pelos rendimen-

tos agrícolas; pedidos ou clamores pela chuva ou para afugentar pragas nas machambas, cerimónias fúnebres, etc.

São Principais proibições tradicionais ou tabus:

- A traição ou o Adultério entre o casal. Para as mulheres o Adultério é intolerável.
- Mas quando envolve o homem, este deve ser responsabilizado a casar se com a amante, passando deste modo, do casamento monogâmico para o poligâmico.
- O casal não deve manter relações sexuais durante todo o período de amamentação e na menopausa;
- Os solteiros sexualmente activos devem abster-se de pegar um recém-nascido até a queda do cordão umbilical;
- Os pais, incluindo os irmãos devem abster-se de repreender com insultos e violência a criança que ostenta o apelido ou nome dos patriarcas da família;
- A rapariga menstruada deve abster-se de salgar os alimentos;
- As raparigas não devem manter a relação sexual antes do casamento e sem o conhecimento dos pais, sob risco de causa-los dores de coluna;
- As mulheres grávidas devem abster-se de consumir ovos cozidos sob risco de nascer uma criança sem cabelos e abster-se de comer bananas unidas para evitar gerar filhos gémeos;
- Sendo a galinha símbolo de hospitalidade e de bom acolhimento familiar, a mulher e crianças devem abster-se de consumir algumas partes da sua carne, nomeadamente a moela, o pescoço, cochas e patas, pois estas peças são atribuídas ao Baba ou Samusha.

A Problemática actual da cultura Cimanyika face ao fenómeno da globalização

Antes de abordar a influência da globalização na cultura, importa revisitar o conceito de Globalização e suas características. A semelhança da cultura, a globalização é o tema da actualidade que

está merecer especial atenção de estudiosos de vários ramos de conhecimento. Brochado, A.O., Caetano, J., Cobra, J., Fonseca, J.M., Portugal, M, Varela, M., ... Miranda, S. (2013).

Giddens (2013) que se debruçou sobre este fenómeno, na sua obra “A Globalização e o mundo em mudança”, acredita que a globalização resulta da conjugação de factores sociais, políticos, económicos e culturais, conduzidos pelas tecnologias de informação e comunicação.

Nesta reflexão, o conceito de globalização é entendido pelos Cépticos, como um processo centrado na regionalização da economia mundial representada pelos grandes blocos financeiros e comerciais.

Ao contrário dos Cépticos, na visão dos *Hiperglobalizadores*, o fenómeno de globalização é real, de grande magnitude cuja influência é testemunhada em todo o mundo. Pelo que, definem-na como sendo um processo indiferente às fronteiras nacionais, do qual resulta uma nova ordem global que deriva de poderosos fluxos de comércio e de produção que transpõe as fronteiras.

Enquanto, os *Transformacionistas* defendem que a globalização é um processo dinâmico e aberto, sujeito a influências e a mudanças. Isto é, um processo contraditório envolvendo um fluxo multidireccional de influências que por vezes se opõem entre si. Giddens (2013)

No contexto moçambicano a globalização veio se instalar na cultura de um povo que carrega consigo sequelas profundas de legados históricos do Continente Africano, como a escravatura, a colonização e os conflitos internos causados pelas mesmas correntes capitalistas ocidentais ou seja, pelos mesmos mentores do pensamento global.

A sua aceitação ou rejeição em todas áreas, quer económicas, políticas, sociais e culturais são uma realidade que deve ser refletida em todos os processos de desenvolvimento do país, dado o forte impacto que a globalização exerce sobre o povo e a cultura moçambicana.

Com a Globalização, ampliaram-se as facilidades de comunicação, ciência e tecnologias e consequentemente, a transmissão dos valores culturais e conhecimentos distintos. Por isso, observa-se que atualmente as diferentes culturas e costumes podem interagir sem a necessidade de uma integração territorial.

Impacto da globalização na cultura manyikense no meio urbano (Aspectos positivos)

Em vários aspectos culturais, os *manyikenses* dos últimos 20 anos estão a passar por inúmeras transformações devido a influências dos modos de ser e de agir do mundo global.

A semelhança de outras culturas que compõem o mosaico cultural moçambicano, os *manyikenses* residentes no meio urbano deixaram de presumir que alguns hábitos e costumes são aceitáveis apenas porque tem em si a autoridade ancestral da tradição. Por exemplo, que a mulher aceite incondicionalmente o regime de casamento poligâmico; que a viúva aceite casar-se com o cunhado ou primo do marido falecido como forma de preservação da linhagem patrilinear; que a principal ocupação da mulher seja doméstica e que a sua indumentária seja limitada as vontades do marido; que a mulher grávida abstenha-se de consumir ovos e que seja apenas o homem a consumir moelas da galinha, etc. Estas e outras restrições corelação as mulheres e crianças são atualmente inconcebíveis, incluindo no meio rural.

Varias são as vantagens assinaláveis, como por exemplo:

- A emancipação da mulher nos campos socioeconómicos e político que veio a dinamizar o seu espaço no campo cultural e consequentemente, na família *manyikense*;
- As ideias como: a superação pessoal, liberdade, igualdade ou participação democrática típicos do mundo global têm vindo a exercer fortes influências na maneira de pensar e fazer as coisas, no posicionamento da estrutura familiar e distribuição de tarefas, na produção e produtividade dos membros, bem como, na formulação de novas atitudes ao nível cultural.
- Na cultura *manyikense*, a aceitação de um genro ou nora de uma outra cultura é uma realidade encarada de forma pacífica nos últimos anos.

- Com a globalização, o campo individual ganha espaço para maiores oportunidades de forma autónoma para a autor-realização humana. Atualmente, a ideia do conjunto entre os *manyikenses* da cidade resume-se no uso e observância de valores básicos como a língua (*Cimanyika*), o canto, a dança (*makuaia, chinguere*), a indumentária (*a capulana*), a alimentação (*verdura e sadza*) em locais onde se sentem confortáveis para se identificar como tal, por exemplo em casa, dialogo telefónico, nas estações de rádio, na rua, mercados, nas igrejas, em cerimónias fúnebres, casamentos, feiras gastronómicas e culturais, etc.

O carácter dinâmico que caracteriza a cultura *manyikense* é secular. O exemplo disso é a adoção de palavras inglesas no seu idioma resultante da endoculturação com os antigos colonos do Zimbabwe, embora com pronúncias locais para atribuição de significados aos novos elementos. Dentre vários, os seguintes:

Tabela 3

Palavra em Cimanyika	Origem da palavra (Inglês)	Significado em (Português)
Capu	Cup	Copo
Pureti	Plate	Prato
Thebu	Table	Mesa
Cheya	Chair	Cadeira

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos depoimentos dos falantes

Impacto da globalização na cultura manyikense no meio urbano (Aspectos negativos)

Uma vez disponível o espaço para que as pessoas vivam de forma mais aberta e reflexiva, desafiando-se a um mundo em constantes mudanças quer no estilo de vida, indumentária, alimentação, habitação, cuidados de beleza e saúde em função do poder de compra, à semelhança de outras culturas, os *manyikenses* vivem um drama de altos riscos e ameaças à sua identidade e valores, diante do fenómeno da globalização.

Neste aspecto, concordo com Giddens (2013) que compara a Globalização com um “Carro de Jagrená” um engenho descontrolado de enorme potência, que pode ser conduzido até um certo ponto, que esmaga aqueles que tentam resistir, e muda erraticamente de rumo em direções que não podemos prever.

Dada a sua natureza caracterizada por mudanças rápidas em tempo real, a globalização é gerida com base em incertezas, riscos e mudanças ao nível de confiança das pessoas e instituições sociais.

Este facto contraria as formas tradicionais de construção de confiança dos *manyikenses*. Isto é, na cultura *manyikense* a confiança ou mesmo a aceitação ou repulsão de uma ideia ou produto são baseadas em interação direta e presencial entre as partes interessadas, incluindo em transações comerciais.

E ao serem forçados a aceitar e confiar sistemas transacionais abstratos através das TIC, faz com que a maioria dos *manyikenses* se sinta excluída e desviada dos seus princípios tradicionais, aliados ao baixo nível de escolaridade e fraco acesso a estes meios.

A vida desafiadora do saber ser e estar e de super talentos *know how* de que o mundo global exige, coloca os *Wamanyikas* em situações de insegurança, desigualdades e desafios que transcendem as fronteiras da família e da sua cultura, como por exemplo: a expansão do HIV/SIDA que se alastrou muito rapidamente na região, em particular nos centros urbanos; a homossexualidade, o consumo de drogas, a criminalidade, a violência doméstica, a desobediência dos

filhos aos pais, os divórcios que tendem a gerar cada vez famílias chefiadas por mulheres e/ou crianças órfãs, idosos abandonados entre outros dilemas, associados às novas exigências de vida e estrutura da família global.

Dos dados recolhidos na cidade de Manica, a maioria das mulheres *manyikenses* afirmaram que com a sua emancipação, passaram a viver maior pressão devido à sobreposição de papéis, tais como: doméstico + reprodutivo (cuidar da sua gestação e dos filhos) + produtivo (ocupação no mercado de trabalho formal ou informal a semelhança dos seus maridos) + comunitário ou religioso, em detrimento do homem que só se ocupa em actividade produtiva formal e lazer; este conflito de papéis tende a deteriorar a convivência familiar e a gerar divórcios.

Dos efeitos negativos da globalização para as novas gerações, destaca-se em algumas famílias a cultura de consumismo passivo em que através das TIC (filmes, telenovelas, vídeos) limitam-se apenas a reproduzir, consumir e valorizar produtos importados em detrimento do local; na maioria dos casos, para além de serem vítimas, são usados pelos peritos do mundo global para os crimes cibernéticos envolvendo práticas como burlas, raptos, difamação, invasão da privacidade, publicidades enganosas, pedofilia, exposição de menores aos conteúdos violentos, pornográficos e de terror, destruição de dispositivos (computadores, telemóveis, etc) e/ou base de dados, documentos por vírus, entre outros males.

O contributo da Comunicação e Marketing na Cultura Manyikense

Dentre as tipologias de marketing, o presente artigo centraliza a sua abordagem no Marketing Social, na perspectiva de que, ao moldar a consciência da sociedade irá provocar mudanças de atitudes e comportamentos referidos no capítulo anterior para o bem-estar dos *manyikenses*, com base em estratégias de comunicação e marketing e no aprimoramento de boas práticas enraizadas na sua cultura e valores.

Diante da magnitude de infinita riqueza de comunicação e tendo em conta os mais variados benefícios e oportunidades que o mundo global apresenta através do marketing, das TICs e internet, os membros da cultura *manyikense* espalhados no país e no mundo lançaram-se no mercado e hoje desfrutam destes, desde as pesquisas temáticas, compras *on line*, trocas de mensagens, pagamentos de contas e acesso a muita informação.

Sendo criadores de gado bovino e produtores de hortícolas, vários são homens e mulheres da cultura *manyikense* que se destacam no panorama socioeconómico e político do país, como agentes da mudança social, comunicadores, académicos, agentes económicos, músicos, fazedores de artes e cultura, operadores e usuários das novas tecnologias de informação e comunicação, facto que nos permite concluir que estes membros, embora contribuintes activos da globalização no mundo, são sem dúvida, os transformadores da cultura e valores *manyikenses* para o bem-estar de todos.

Com o aumento do fluxo de informação até as zonas rurais através da rede elétrica, telefonia móvel, rádio, televisão, o marketing cultural veio alargar o horizonte do conhecimento dos *manyikenses* sobre si mesmos e sobre o mundo. E como transformadores, os *manyikenses* estão a desencadear progressivamente a reformulação de certos valores tradicionais ao assumirem novas atitudes devidamente selecionadas ao nível cultural. Ora, nota-se com frequência e respeito à educação da rapariga; às famílias *manyikenses* chefiadas por mulheres solteiras; a tolerância às viúvas na tomada de decisão sobre seu destino após a morte do marido, não só pelo domínio que se tem sobre os seus direitos, como também para proteger-las de doenças sexualmente transmissíveis, com destaque ao HIV/SIDA.

Como elementos a melhorar para esse processo de Confusão Cultural, a Comunicação e Marketing deve cada vez mais dinamizar a reflexão e divulgar os pressupostos básicos do mundo globalizado com destaque a utilização segura das TIC e Internet no processo de construção da identidade cultural e interação com os outros povos e culturas.

A promoção de ferramentas digitais de comunicação e marketing cultural baseadas em TIC, como *GovNet*, *Skype*, *Blogue*, *Facebook*, *Grupos virtuais de WhatsApp*, embora raramente usados por todos os membros da cultura do país, são de capital importância na promoção da imagem cultural dos *Wamanyikas* e dos moçambicanos em geral.

Segundo Ferraneto (2006), a “rádio é uma extensão tecnológica do homem, devido a sua capacidade de comunicação através da voz humana”. Diante desta verdade, e dada a sua utilidade aos falantes não escolarizados e de baixa renda, a área de comunicação e marketing pode potenciar nas rádios comunitárias a divulgação de assuntos culturais ou de utilidade imediata às comunidades com recurso as línguas locais com garantias de eficácia e abrangência.

O Papel facilitador das instituições de ensino e gestores dos sectores de comunicação e marketing para o melhoramento do diálogo das culturas:

- Tendo em conta que a globalização não tem sede nem fronteiras, os gestores das instituições de ensino ou sectores que trabalham na área de comunicação e marketing são desafiados a refletirem seriamente no quadro legal que regule o uso das TIC e Internet, de forma a minorar o impacto negativo cada vez crescente, resultante da vulnerabilidade e insegurança por parte de milhares de usuários ou cidadãos moçambicanos não escolarizados.
- E para o melhoramento do diálogo das culturas e preveni-las da *hegemonização* cultural na globalização, os gestores destas instituições e sectores de comunicação e marketing moçambicanos de forma estratégica podem potenciar cada vez mais o acesso ao ensino bilingue, ensino a distância, potenciar as pesquisas e estudos culturais para o seu aprofundamento e massificação, promoção de leituras, de artes e culturas nacional;
- Capacitar o servidor público tendo em conta a diversidade cultural dos utentes, a coexistência das tecnologias digitais

de informação e comunicação com os sistemas analógicos prevalecentes.

- Potenciar o uso doméstico das TIC em agendas diárias dos cidadãos tendo em conta a pressão profissional a que estes estão expostos, como por exemplo: acesso bancário digital para pagamentos de bens e serviços como: água, energia, taxas escolares e propinas, reservas de passagens aéreas entre outras, por via telemóvel; e em actos como organizar as filas do hospital, bancos via digital, etc.
- A necessidade de preservação da cultura e identidade linguística não é somente um instrumento de comunicação, mas também um veículo de transmissão de aspectos culturais locais, do vocabulário, das frases idiomáticas, das metáforas deve ser objecto de estudo por parte das instituições de ensino. E o uso das línguas nacionais esta a contribuir para a valorização, preservação e desenvolvimento da moçambicanidade, promovendo deste modo, o multilinguismo e o multiculturalismo no país.

Em suma, os comunicadores e académicos devem encontrar oportunidades cruciais e agregar as forças globalizantes para alcançar resultados cada vez maiores de igualdade, democratização e prosperidade da cultura manyikense e demais culturas moçambicanas no geral, e Fazer da globalização uma oportunidade para divulgar e massificar as potencialidades culturais locais.

Principais referências

Brochado, A.O., Caetano, J., Cobra, J., Fonseca, J.M., Portugal, M., Varela, M., Miranda, S. (2013). *Marketing e Comunicação - Desafios da Globalização*. Lisboa. Portugal: Escolar Editor;

Ferrareto, L. A. (2006). *Rádio no ar: o veículo, a história e a técnica*. Porto Alegre: Luzzatto,

- Giddens, A. (2013). *Sociologia*. (9^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, A. *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editora Presença. (sd).
- Lerma, M. F. (2009). *Antropologia cultural*. (6^a ed.). Maputo. Moçambique.
- Lévy, P. (1997). *Cibercultura*. Lisboa: Instituto PIAGET. Portugal
- Martinez, F. L. (2009). *O povo macua e sua cultura*. (3^a Ed) Maputo: Paulinas editorial.
- Moto, M. (2014). *Filosofia e Cultura Moçambicana*. Revista Eletrónica de Investigação e Desenvolvimento. Nº 2. Pp.1-16.
- Ngunga, A. (2014). *Temas de Gramática de Línguas Bantu I : Interferência de Cimanyika na Língua Portuguesa*. (1^a ed.). Maputo: UEM.
- Ngunga, A. e Bavo (2011). *Línguas Moçambicanas e variantes*. Maputo
- Pena, R.F. A. *Cultura e Globalização*. Maputo. (sd)
- Pinho, J.B. (2008). *Comunicação em Marketing. Princípios da comunicação mercado lógica*. São Paulo, Brasil: Campinas.
- Roland, R. *Globalização*. Rio de Janeiro: editora vozes. (sd)
- Sitoe, B. & Ngunga, A. *Relatório do I Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas*, UEM, Maputo, 2000.
- Sosa, S.J.S. & Godenau, D. (2002). “*Marketing e técnicas de comunicação social*” Recuperado a 12 de Fevereiro de 2016, de: http://www.red-canariarural.org/pdf/18_suarez_sosa.pdf.
- Tylor, E.B. (1871). In *Primitive Culture*. London: Marray.
- Vassoa, A. V. (2010). *Comunicação social e relações interculturais. Desafios e oportunidades de África Contemporânea*. (1^a ed.). Maputo: Sociedade Njira Lda.

Outros Documentos e site consultados

Zambon, M. S., Monteiro, S., Giuliani, A. C., Pizzinato, N. K. & Cunha, C. F. (2012). *Uma análise do entendimento e uso do marketing social, marketing relacionado a causas sociais e responsabilidade social e empresarial: estudo de caso do grupo*. Brasil. Recuperado em http://www.transformare.adm.br/wp-content/uploads/2012/07/06_MARCELO-SOCORRO-ZAMBON.pdf a 15/09/ 2016.

A Política de Informática em Moçambique (2000).

Dados do inquérito sobre a projeção do crescimento populacional do INE (2010).

Estratégia do Governo Eletrónico (2006).



III. PAUTAS DO JORNALISMO BRASILEIRO NA PANDEMIA DE COVID-19

Relações de poder e disputas que reuelam
e encobertam dramas sociais e históricos

O telejornalismo brasileiro e relações de poder: conflitos e disputas tensionados pela pandemia de coronavírus

Ana Carolina Temer

Letícia Renault

O Brasil não é para principiantes

- Aspectos da cobertura política no telejornalismo

A expressão “O Brasil não é para principiantes”, atribuída ao compositor brasileiro Antônio Carlos Jobim (que aqui usamos com certa liberalidade) aponta a complexidade de um país que, marcado por uma extensão territorial considerável, é retalhado por contradições internas. Afinal, o país das liberalidades do carnaval e das fantasias que expõem o corpo feminino, é também o país dos templos evangélicos, que esconde no mito das três raças (brancos, negros e indígenas) o genocídio dos povos da floresta e um racismo estrutural. Um país no qual as universidades estão na vanguarda da pesquisa genética de alimentos e divulgações na internet que a terra é plana.

A representatividade política dos brasileiros é igualmente complexa, e envolve aspectos que vão além da tradicional separação de esquerda e direita. Especificamente, nas eleições de 2018 uma série de fatores políticos, centrados principalmente em discursos contra a corrupção, fez com que representantes dos grupos mais conservadores tivessem acesso a cargos majoritários, aí incluído a presidência da república.

Este foi o cenário no qual as primeiras repercussões dos efeitos da pandemia mundial de coronavírus emergiram na cobertura política pro-

duzida pelo telejornalismo brasileiro. Em função destes aspectos, a cobertura da pandemia que trouxe desafios à cobertura telejornalística no mundo, foi tensionada por aspectos da política nacional, e em particular a atuação do chefe do Poder Executivo, o Presidente Jair Bolsonaro, que minimizou a crise. Consequentemente, a questão transbordou das pautas da cobertura cotidiana da crise sanitária para análises e debates sobre as ações do Estado e suas relações políticas e institucionais.

Neste contexto o telejornalismo brasileiro assume uma posição de ator social privilegiado, tanto em função do acesso organizado a informações de grande importância – o que envolve um conjunto de profissionais voltado para o acompanhamento, pesquisa/investigação e produção de conteúdo, quanto no acesso a recursos econômicos que financiam essas ações. A excelência deste processo é também resultado de um percurso histórico que foi permeado por uma estratégia para conquistar audiência, tornando-se o principal meio de informação de parcelas significativas de brasileiros, e portanto ator/influenciador de importante na política nacional.

A importância do telejornalismo cresce a partir do aumento de audiência dos telejornais, em parte em função do isolamento decorrente da eclosão da pandemia no Brasil, um possível indicativo de que frente a gravidade da crise, os receptores (ou pelo menos parte deles) começaram buscar mais jornalismo e menos informações de origem questionável distribuídas por redes sociais ou miniblogs. O crescimento da audiência no telejornalismo sob a pandemia foi tratado como “explosão” pelo jornal Folha de São Paulo (PADIGLIONE, 2020) em 19 de março, enquanto o portal de notícias Terra (JEFF, 2020) informou em 22 de março, que o Jornal Nacional (JN) registrou 38,1 pontos de audiência na grande São Paulo, a maior média dele nesta década. A partir deste aspecto será analisado também de que forma os conteúdos opinativos incluem elementos de valorização do jornalismo e, em contrapartida, se opõem às chamadas *fake news*.

Neste sentido, este artigo busca fazer um registro de uma análise dos conteúdos opinativos do Jornal Nacional, produto de maior tradição e grande audiência da televisão brasileira. Em termos práticos, o trabalho tem como foco a análise de elementos de hibridização, ou

inclusão de comentários nos conteúdos factuais e o material destacado nos editoriais deste veículo. Busca-se compreender como o telejornalismo reafirma sua missão de informar, mas também investe em colaborar para que a sociedade brasileira busque um ponto de união (de apoio e/ou acesso a informação) no combate à guerra biológica imposta pela pandemia. Portanto, pretende-se entender de que forma o telejornalismo reafirma-se como lousa - agora digital transbordada para as diversas telas-, em uma ação pedagógica para prestar serviço, ensinar e colaborar com o cidadão no combate cotidiano à pandemia.

A base teórica do trabalho é a análise das relações de poder, a partir do conceito de que a política é a ação do homem no mundo e não se restringe aos atos dos atores que cumprem mandatos nos poderes constitucionalmente instalados na República, mas também da percepção que o telejornalismo é um ator social diferenciado que interfere nestas relações. O conceito que fundamenta esse artigo é da política como a ação do homem no mundo, em processos de permanentes interações sociais que não se restringem aos atos dos atores que cumprem mandatos eletivos periódicos nos poderes constitucionalmente instalados na República. Política, portanto, envolve as múltiplas dimensões do Estado, mas também diferentes ações, reações e inações de diferentes indivíduos e instituições, nas múltiplas possibilidades que envolvem o direito à cidadania e a convivência com o aparato do Estado.

A metodologia empregada neste estudo é uma leitura crítica da mídia, considerando os elementos de hibridização dos gêneros jornalísticos, a partir da análise de edições do *Jornal Nacional* (JN) selecionadas por conterem editoriais. Buscou-se compreender como o telejornalismo apresenta os diferentes poderes constitucionais, promove a autovalorização com críticas às *fake news*; expõe as desigualdades sociais e assume uma ação pedagógica como prestador de serviços no controle da pandemia.

Desta forma, foram selecionadas para a análise as edições veiculadas nos dias 23 de março, 5 e 11 de maio e 20 de junho de 2020, uma vez que essas edições contém editoriais, que representam um espaço privilegiado em que o telejornal torna público suas posições políticas e a própria proposta política da empresa de televisão.

2. Telejornal, pandemia, política e fake news

Para além de uma emissão diária estendida ao longo de sete décadas do cotidiano da sociedade brasileira, o telejornal constitui-se como parte significativa da esfera de visibilidade pública (GOMES, 1997), um lugar de enunciação, que dá conhecimento aos receptores, torna visíveis temas, conflitos, atores sociais, logo, configura-se um lugar central de produção de sentido. Neste contexto, foi principalmente o telejornalismo brasileiro que deu visibilidade e materializou a pandemia de coronavírus como evento jornalístico em duas etapas claramente diversas: a internacional e a nacional.

Na primeira fase a pandemia foi abordada a partir de um olhar à distância, como um evento no exterior, reportado pelos correspondentes internacionais, informações e imagens divulgadas pelas agências internacionais de notícias, - imagens da China e demais países asiáticos (em geral vindas de Agências de Notícias), em seguida na Europa. Esse momento foi marcado pelas reportagens que apresentaram o novo vírus, a covid-19, doença por ele causada e a sua dimensão do poder letal, e o potencial da guerra biológica a ser travada no mundo.

Já a segunda fase da cobertura eclodiu em 26 de fevereiro de 2020¹, quando o primeiro caso oficial foi registrado na cidade de São Paulo, consolidando a chegada do vírus em território nacional. A confirmação da chegada do coronavírus ao Brasil determinou a uma intensificação da cobertura jornalística, inserindo as reflexões sobre a possível pandemia e as ações de combate ao vírus na pauta diária. O crescimento do número de casos reforçou a intensificação da cobertura, e progressivamente os telejornais começaram a abordar a questão em diferentes formatos, mesclando reportagens, e conteúdos opinativos, que até então eram pouco habituais no telejornalismo. No caso do Jornal Nacional, a cobertura da pandemia enquanto evento epidemiológico-sanitário foi ampliado para um debate ampliado sobre as ações de governo brasileiro frente ao coronavírus, o que gerou uma fase inédita caracterizada por um posicionamento mais evidente de crítica às ações governamen-

1 Para saber mais: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>

tais, mas também de uma ação continuada de esclarecimentos sobre os diferentes desafios impostos pela pandemia aos brasileiros.

Destaca-se, porém, que a cobertura da pandemia alcançou o telejornalismo brasileiro em um momento em que era visto com desconfiança por parte da sociedade brasileira, uma vez que parcelas significativa da população foi seduzida pela “indústria de fabricação” - as chamadas *fake news*, ou seja, ações intencionais voltadas para a falsificação de informações, a fabricação de rumores, boatos e mentiras com o objetivo de criar a dúvida para atender a fins diversos, sejam políticos, econômicos, corporativos e outros, com a “intenção maléfica” de impedir o exercício do livre arbítrio facultado pela democracia (ORESKES, CONROAY, 2012), que diferem em larga escala dos objetivos do jornalismo profissional.

De fato, as “oficinas de fabricação” de *fake news* tendem a fragilizar a credibilidade do jornalismo, enfraquecendo seu campo simbólico. Consequentemente, estar ações afetam o telejornalismo, fonte que ainda detém a maior audiência no Brasil. Prova disto é a criação e adoção em grande escala da *hastag*² #globolixo. No entanto, mais que denegrir uma empresa em particular, a Rede Globo de Televisão, maior emissora brasileira, produtora do JN, tal *hastag* visa em particular, desmoralizar o telernalismo da emissora e o jornalismo enquanto atividade profissional.

Artigos acadêmicos, como o material publicado em 17 de outubro de 2018, por pesquisadores das Universidades de São Paulo (USP) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no jornal The New York Times apontam que as *fake news* “envenenavam o processo eleitoral brasileiro” na campanha presidencial e pediram que a rede social WhatsApp parasse de colaborar com a disseminação de informações falsas no País³. A “ação maléfica” das *fake news* visa impedir a ação política e a deliberação de forma democrática do conjunto da sociedade ao se considerar que a política é a ação dos atores sociais no cotidiano e

2 *Hastag* nome utilizado para indicar os hiperlinks associados a um tema que se deseja indexar nas redes sociais. Usa-se o símbolo # (cerquilha), popularmente conhecido no Brasil como ‘jogo da velha’.

3 Para conhecer o artigo: https://www.nytimes.com/2018/10/17/opinion/brazil-election-fake-news-whatsapp.html?fbclid=IwAR2UHTzYo4_daTFnDkydjN3IMM76GzSNmENRFQ8-wOwFvGuSes2eVQ5GdSE

como propõe HELD (1987), “*a política cria e condiciona todos os aspectos de nossa vida e está no coração do desenvolvimento dos problemas da sociedade e dos modos coletivos de sua resolução*”, não sendo uma atividade restrita ao político, aquele definido por eleitos que cumprem mandatos políticos nos poderes executivo e ou legislativo.

3. o Brasil unido nas telas: o Jornal Nacional

As transmissões para longa distância do sinal de televisão com intenção de unir todo o país tiveram início com o sistema de micro-ondas pela Embratel em 1967⁴, e graças a estação de rastreamento de Itaboraí, os telespectadores puderam assistir ao vivo a chegada do homem à lua em 1969 e à Copa do Mundo de Futebol no México, em 1970 (MATTOS, 2000). No telejornalismo o recurso veio de encontro aos desejos da Rede Globo de Televisão, que embalada pelo discurso da *era da comunicação espacial* (REZENDE, 1997, p.116), coloca no ar o *Jornal Nacional*. Embora transmitido inicialmente para as cidades das regiões sudeste e sul- Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Brasília e Porto Alegre-, o noticioso nasceu com a proposta confessada de unir o país de norte a sul, em *Um telejornal para que 56 milhões de brasileiros tenham mais coisa em comum*. (VEJA, p. 52-68 apud REZENDE, 1997, p.116).

A implantação do telejornal envolve uma estratégia sofisticada de programação, comandada por Walter Clark, que visa ancorar os receptores na emissora, mas também atender e dinamizar o crescimento da indústria de eletrônicos no país e a implantação do crédito direto ao consumidor. Desde a sua primeira edição, quando anunciou que o país seria governado pelos ministros militares, o telejornal mostrou seu viés político, ainda que obliterado por uma estética de modernidade e por um arsenal de recursos sofisticados (MACHADO: 2006, p. 23). O telejornal trouxe também um maior uso de imagens externas, em parte resultantes de equipamentos mais leves e tecnologias de gravação mais adaptadas à atividade jornalística.

4 O sistema foi implantado em 1967, mas somente se completou em 1972 com a ligação do tronco norte/sul (SOUZA FILHO, 1997).

Em termos práticos, o *Jornal Nacional* aponta um deslocamento na percepção sobre a importância estratégica do telejornalismo que, comparados aos momentos anteriores, passa a ocupar o ponto central do horário nobre, eixo a partir do qual são dispostos outros programas, mas também reforça o uso político destes conteúdos. De fato, embora o telejornal deslumbre pelo uso dos recursos técnicos, em grande parte obtidos em função de recursos advindos de um questionável convênio com a empresa norte-americana *Time-Life*⁵ e do seguro do incêndio, também questionável, da TV Paulista recentemente adquirida pelo grupo Globo, o *Jornal Nacional* torna-se uma operação na qual predomina a qualidade técnica (MACHADO, 2006, p.25). Essa relação torna-se ainda mais evidente a partir de 1974, quando o Governo Militar traz para o Brasil o Sistema Pal-M, de origem alemã, o que possibilita a implantação da TV em cores no Brasil. É o incentivo final para a Rede Globo de Televisão implantar o chamado *Padrão Globo de Qualidade*, uma estratégia de marketing na qual eficiência empresarial se soma a pesquisas mercadológicas para identificas as necessidades subjetivas dos telespectadores (CARVALHO, 1980, p.5).

Mas a opção pela qualidade técnica não é neutra, ela dá espaço para uma linha editorial que valoriza a variedade, a qualidade das imagens e a superficialidade de informações normalmente descontextualizadas, oblitera a proximidade da Rede Globo com o Governo Militar e o viés nacionalista que reforça o discurso do *Milagre Brasileiro*. Não havia ingenuidade nesta ação: servindo ao Regime autoritário (...) a Rede Globo servia a si mesma (LIMA: 2001, p. 169), atuando como *agente legitimador* de uma um regime do qual indiretamente era beneficiada.

O modelo do *Jornal Nacional* torna-se parâmetro de qualidade para o telejornalismo brasileiro, mas ainda assim continua incorporando novidades. Em 1979, a emissora abre mais espaço para as entradas ao vivo e valoriza o imediatismo na veiculação da informação (MARCONDES FILHO, 1985, p.17). O JN se destaca também pelo uso de imagens que fascinam pela estética-independentemente do tamanho da tragédia, a imagem era

⁵ Em 24 de julho de 1962 o empresário Roberto Marinho, assina um contrato operacional com o grupo americano Time-Life. As emissoras rivais questionam a legalidade dos acordos e a repercussão gera o seu cancelamento em 1968.

sempre sedutora, mas também pela rapidez pela qual os fatos são apresentados, uma grande amplitude de informações, mas todas apresentadas de forma rápida e superficial, em um modelo de telejornalismo regido pela cronometragem rigorosa. Cada notícia devia ter, em média, um minuto e meio o que resultava em uma obrigatoriedade superficialidade.

A confluência de interesses entre a Rede Globo e o Estado é marcada por contradições: além de vários conflitos com a censura⁶. Mas a medida em que cresce a oposição ao Governo Militar, a própria audiência majoritária da emissora começa a incomodar ao Estado. A reação é a redistribuição dos canais da antiga TV Tupi, que sai do ar após um processo falimentar, para aliados considerados *confiáveis*⁷. Estão dadas as condições para a Rede Globo se afastar do *bloco histórico* que detinha o controle do Governo Militar.

Embora se mantenha na liderança nos números de audiência, a partir da implantação das novas redes e emissoras, a Rede Globo perde a condição confortável de quase *monopólio informativo*. Essa relação tem alguns momentos icônicos: o primeiro foi em 1982, quando ocorreram as primeiras eleições diretas para governador após a instauração do regime militar. Assim como outros veículos, a Rede Globo montou esquema paralelo de apuração dos resultados, que inicialmente não apontavam a vitória de Leonel Brizola, apontado como favorito e efetivamente ganhador do pleito. O processo teve impacto na credibilidade da emissora, e prenunciou conflitos futuros. Um segundo golpe na credibilidade acontece quando a emissora demora a fazer a cobertura da Campanha das Diretas Já, e mesmo depois de reagir com a cobertura ao vivo das votações no Congresso, sua parcialidade fica evidenciada para boa parte dos telespectadores.

Essa parcialidade é evidenciada também na primeira eleição presidencial, quando a emissora patrocina um debate entre os dois candidatos majoritários, mas a edição que aparece no *Jornal Nacional* no dia seguinte beneficia Collor de Melo, com acusações sobre o seu oponente, Lula da Silva. Nas eleições seguintes a emissora lança publicamente normas que balizam

6 A censura é oficialmente instalada no Brasil dois meses depois da estreia do *Jornal Nacional*, e a condição de líder de audiência torna o telejornal um alvo constante (LIMA, 2001, p. 158).

7 Como Silvio Santos e Adolfo Bloch, que colocam no ar respectivamente o SBT e a TV Manchete.

a cobertura, mas seu apoio a candidatos ou grupos permanece, ainda que de forma mais sutil. No entanto, a emissora não se furta de fazer grandes coberturas das cerimônias de posse negociar entrevistas exclusivas com os vencedores, mesmo quando eles não são os que desejava.

Ao longo da década de noventa e após a virada do século, assume com ainda mais ênfase o discurso de valorização do processo eleitoral como o *espetáculo da democracia*, mas também explora com mais rigor as denúncias sobre corrupção, que se torna um tema recorrente nos telejornais (TEMER, 2002), quase sempre com acusações a representantes de vários níveis do Poder Público. Aos poucos esse tema vai minando a credibilidade do Governo, mais ainda assim ao tentar o segundo mandato, a Presidenta Dilma Rousseff (PT) vence a disputa por uma pequena margem. A partir daí o telejornal ajuda a criar as condições para o Processo de *Impeachment*. Ainda que a cobertura da corrupção seja suavizada durante o período em que o vice-presidente Michel Temer (PMDB) assume a presidência, a questão ganha relevância nas eleições, e é elemento importante para a vitória do candidato Jair Bolsonaro.

É importante ressaltar que a campanha eleitoral de (2018) foi atípica para a Rede Globo, que não conseguiu reunir todos os candidatos para o debate. No segundo turno, sobressai a percepção de que a emissora não está feliz com os dois nomes que permanecem na disputa. Além do candidato do PT, alvo prioritário da cobertura da corrupção, a emissora via Bolsonaro como o candidato da a Rede Record, sua principal concorrente. Eleito Bolsonaro, processos sutis de desgaste tiveram início, mas além do Presidente responder de forma agressiva com críticas a imprensa e acusações que nominais a emissora e e/ou jornalistas da Rede Globo; o panorama político era outro.

O aprofundamento da crise tomou novas formas a partir da Pandemia do Corona Vírus, com a emissora assumindo um discurso de defesa das orientações a Organização Mundial da Saúde, e o Presidente duvidando da gravidade da doença. Esse conflito fez com que o Jornal Nacional reconfigurasse sua cobertura política, que passa a assumir novos formatos e se expandir em processos que envolve a hibridização dos gêneros no telejornalismo.

Gêneros no telejornalismo brasileiro

As análises da linguagem televisiva a partir dos conteúdos e formatos opinativos tem como referência os conceitos de gêneros jornalísticos de Marques de Melo (2003) e Marques de Melo e Assis (2016). A partir desta base, os recursos de linguagem utilizados no conteúdo jornalístico efetivamente veiculados pelo *Jornal Nacional* (TEMER, 2009, p. 93) aponta que os gêneros ordenam a produção jornalística, sendo estratégicos para construção do sentido da narrativa. Nesse sentido, diferentes conteúdos são formatados de forma que possam ser pré-classificados pelos receptores. Entre os gêneros informativos, por exemplo, notas curtas, inseridas com apelo de imediatismo ou de informações urgentes, tendem a ser classificadas como informações importantes, enquanto as reportagens remetem a profundidade na análise de um tema. Já gênero opinativo diz respeito a conteúdos por meio dos quais o telejornal expressa posicionamentos e opiniões (ou de ideias e valores) assume um caráter determinante.

Segundo Marques de Melo (2003), no jornalismo impresso os gêneros opinativos incluem os formatos editoriais, artigo, artigos, carta do leitor, colunas, comentário, caricatura, crítica e crônica, nas suas mais diversas variações. Adaptados para os conteúdos do jornalismo audiovisual, Temer (2002) manteve os aspectos centrais, e constatou sua baixa presença nos telejornais com formato tradicional. Modelos mais atuais apontam uma hibridização, com maior presença de material opinativo – principalmente comentários – inseridos em reportagens.

Os formatos opinativos na cobertura política do Jornal Nacional

O editorial é um formato clássico do gênero jornalístico opinativo, cujo uso remete a noção de apresentar a opinião da empresa jornalística sobre um ponto específico, podendo também ser uma justificativa para uma ação ou tomada de decisão. Uma vez que representa a empresa, o editorial normalmente não é assinado, mas pode ser identificado por meio de recursos gráficos, ou no caso do telejornalismo, pelo uso da primeira pessoa do plural ou pela citação direta da empresa. Em termos de construção de narrativas, o editorial é basicamente um tex-

to de opinião que representa o posicionamento (político, econômico, social etc.) do grupo que controla o veículo, portanto sua construção obedece a regras menos rígida do que o material informativo (como a notícia ou a reportagem), mas também em função disso tende a ter um uso mais restrito no jornalismo, podendo ser utilizado a partir de necessidades comerciais e/ou políticas.

Estes elementos se revelam nos quatro editoriais selecionados para análise neste estudo, no entanto, é igualmente possível perceber aspectos específicos do telejornalismo, mas também das condições específicas decorrentes das condições de produção telejornalística no contexto da pandemia e do isolamento social.

O primeiro editorial analisado foi ao ar no dia 23 de março, uma segunda-feira, em que o Jornal Nacional surpreendeu o telespectador na abertura com um pedido. O apresentador William Bonner pediu: - “Calma. Não dá para começar o JN de hoje sem pedir calma.”⁸ O pedido em tom de conversa cordial, entre amigos, com contornos paternalistas, veio após a escalada das notícias do dia, entre elas, a de que “o número de casos confirmados de covid-19 no Brasil dobra a cada dois ou três dias”. Bonner justificou o pedido ao telespectador: - “é muita informação, todo dia, sobre o coronavírus, sobre o desafio que o coronavírus impõe ao mundo todo. Então, a gente vai fazer uma pausa aqui para pedir calma”. O editorial segue com a apresentadora Renata Vasconcelos reforçando que assim como o brasileiro não deve se desesperar, deve cumprir todas as orientações de proteção prescritas pelas autoridades de saúde, porque a crise é “grave, muito grave”. O editorial segue conselheiro. Bonner sugere ao telespectador “respirar”. E ganha ares pedagógicos, ao afirmar que se deve entender que “esta crise vai exigir sacrifícios, mas no fim, o Brasil e o mundo vão superar, apesar da aflição, apesar da dor que muitas famílias estão enfrentando e outras ainda vão enfrentar”. Por fim, o JN fala em primeira pessoa: - “A gente vai superar este momento junto. E vai ser mais fácil, quanto mais a gente mantiver a calma.”

O editorial entra em um segundo tempo, dedicado a explicar que o ideal é ficar em casa e se proteger, mas como isto não é possível para

8 Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8425010/programa/> Acesso em: 27/07/2020

muitos profissionais, o JN passa a elencar diversos profissionais em campo, como os da saúde, “heróis”, segundo Renata Vasconcelos, os lixeiros, policiais, muitos outros e, é claro, os jornalistas profissionais que “ajudam os jornalistas a levar a notícia até você””. “O trabalho do jornalista é reunir informações para ajudar, para deixar você atento, informado”, explica Vasconcelos. E prossegue, didática em defesa do direito à informação: - “Informação em um momento deste é vital. É fundamental! É como lavar as mãos. Tem que lavar! E a gente tem que se informar!”. Bonner segue informando que a Globo aumentou o tempo diário dedicado à informação na grade de programação para levar informação “sem correria, para você ver, ouvir e saber como se proteger”. O editorial de 23 de março se estende por mais de 5 minutos. Explica alguns protocolos que a emissora tem cumprido para proteger os profissionais de jornalismo que seguem trabalhando, mas “não somos super-heróis”. Agradece o “carinho enorme” de quem se preocupa com os jornalistas e encerra com uma imagem que reúne as capas de diversos jornais impressos brasileiros do dia com a mesma mensagem: “Juntos vamos derrotar o vírus. Unidos pela informação e pela responsabilidade. #imprensacontraovírus”. Trata-se de um editorial pedagógico movido por um certo paternalismo e o tradicional otimismo do JN. É o único dos quatro editoriais observados a não vir ancorado em uma reportagem exibida antes.

O segundo editorial analisado foi ao ar no dia 5 de maio de 2020 (JN adota a máscara para repórteres no vídeo), após a veiculação de uma escalada na qual os noticiaristas destacam que o ministério da defesa reafirma compromisso com a democracia em declaração, mas também que o Presidente Bolsonaro participou de manifestação anti democrática; e em seguida cita os ataques à profissionais de imprensa em ato bolsonarista em frente ao Palácio do Planalto. Também compõe o editorial informações sobre o vídeo da reunião ministerial citada pelo ex-ministro Sérgio Moro, a nomeação de um *amigo de Ramagem*⁹ para a Polícia Federal, e que o Procurador Geral da República quer depoimento dos ministros.

9 Isto é. Brasil, Bolsonaro nomeia subordinado de Ramagem para PF. Ansa. 04/05/20 - 10h32. SÃO PAULO, 04 MAI (ANSA).

A proximidade do editorial não é fortuita. Além de destacar a sua importância, evidencia a excepcionalidade do momento político e social – a crise política e de saúde – o que serve de *pano de fundo* para a justificativa do uso das máscaras pelos repórteres. Lido (interpretado) pelo editor e principal noticiarista do telejornal, William Bonner, explica que anteriormente havia um protocolo para a proteção da saúde dos profissionais de impressa da emissora, mas o uso de máscaras pelos repórteres não ocorria para evitar estranhamento, mas que a partir deste dia os repórteres estariam de máscara nas passagens e matérias ao vivo. O uso de máscara só não acorria no estúdio, - porque é um ambiente controlado – e somente durante o telejornal.

Em termos gerais, o editorial reforça a importância da pandemia (elemento que será relembrado em todas as matérias seguintes pelo uso da máscara), mas também atua como um reforço indireto ao compromisso da emissora com a saúde dos jornalistas e dos entrevistados, que somente não está acima do compromisso com a informação.

O terceiro editorial analisado (11 maio 2020 – JN lança o quadro Aqui Dentro: abre espaço para depoimentos de profissionais de saúde que contam seu dia a dia, desafios) embora mais breve que o primeiro, traz um elemento inédito: é a justificativa do motivo pelo qual o Jornal Nacional abre espaço para depoimentos de terceiros¹⁰, no caso profissionais de saúde comprometidos com o combate à pandemia.

Aparentemente, trata-se de uma homenagem, mas novamente existe um reforço ao caráter excepcional do momento social e político, o que indiretamente atua para justificar as ações excepcionais do jornalismo. Sobretudo é uma ação de humanização e uma estratégica para aproximar o público dos elementos trágicos que compõem a pandemia.

Destaca-se, no entanto, que ao passar a palavra aos profissionais da área médica o telejornal perde parte do controle do conteúdo, assume uma opção de risco, uma vez que se torna dependente da colaboração destes convidados eventuais.

¹⁰ Até este 24 de julho 2020 foram veiculados 56 depoimentos. Acesso em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/playlist/aqui-dentro-profissionais-da-saude-contam-o-que-estao-vendo-fazendo-e-sentindo.ghtml>.

O quarto editorial analisado (20 junho 2020 - JN e o sentido de Nação: editorial dos 50 mil mortos) é o mais longo (4 minutos) e complexo da amostragem, justamente porque é menos explicativo e tem um conteúdo mais emocional. O material começa ressaltando o número de mortes total com exatidão (elemento que curiosamente será revisto no final), o número de mortes nas últimas 24 horas e o número de infectados. Essa exatidão, em si mesma intencional, agrupa veracidade ao editorial, deixando claro que não é uma aproximação - são dados exatos.

O início do texto com os dados também tem outra intencionalidade, reforça o caráter factual/documental do jornalismo, e cria um contraste desejável com o material emocional que se segue, apontando subjetivamente que é justamente a enormidade dos dados que exige um comportamento emocional. Não por acaso o texto contém afirmações como somos todos humanos: o que se busca transmitir é que a humanidade do jornalista se sobrepondo à formação profissional.

O aspecto mais complexo do texto, no entanto, aparece na definição de nação e de empatia, elementos ao mesmo tempo abrangente e excluente. Inclusiva quando cita que *uma nação chora seus mortos, se solidariza com aqueles que perderam seus entes queridos*. É o que o Jornal Nacional está fazendo – em uma sobreposição perceptível que não apenas aponta o Jornal Nacional como parte: ele é a nação (o Brasil) em si mesmo e, portanto, autorizado a sentir essa dor. Mas é excludente quando insiste que é *muito triste ter que explicar*, não para imensa do povo brasileiro, de jeito nenhum, mas para uma minoria barulhenta... A dupla categorização – minoria e barulhenta – força a uma reflexão sobre o grupo, sutilmente separando-o do povo brasileiro. Mas é novamente inclusiva quando afirma que *aqueles que criticam* (a minoria e barulhenta) e acham que o jornalismo profissional não tem o direito de *chorar* os mortos, de se emocionar *de falar nela com essa dor*. De forma circular, o que se diz é que o jornalismo profissional (ou, neste caso o jornalismo da Rede Globo) chora os mortos porque é Brasil e porque é humano, é povo brasileiro, é Brasil. Por extensão, aqueles que não agem desta forma, não são.

O editorial segue em uma linha emocional ressaltando que são pessoas, e não números – que tem família, amigos – como nós. Essa ação mais uma vez uma ação inclusiva, justifica que o jorna-

lismo vai além do factual em função da extensão da tragédia, e se supera ao dar rosto aos mortos e aos profissionais da saúde.

O tom emocional cresce ao falar do julgamento da história – a tragédia que marca vidas e formata a história – vai apontar os bons e os maus, deixando claro que a indiferença do presente vai ter um preço futuro, pois as consequências trágicas envolvem o próprio julgamento da história.

Seguindo um rito quase tradicional nas tragédias, a matéria se encerra com uma mensagem otimista – o JN já pediu para você respirar, porque vai passar – mas é sensível que ao falar isso o tom do noticiarista aponte desanimo, cansaço, indicando subjetivamente que a luta seria mais fácil se as forças contrárias se calassem. Mas aponta também o compromisso, um dever: *Devemos um momento de conforto para todos eles, para nós mesmos, porque nós somos uma nação.*

Um telejornal que fala para e pelo Brasil

A análise dos quatro editoriais aponta construções elaboradas e afinadas com a linha editorial do *Jornal Nacional*, mas também uma proposta de crítica velada às ações governamentais. Embora a política não esteja explicitamente citada nestes editoriais, eles são em si mesmo uma ação política, e revelam elementos significativos, como a proposta de estar à frente das decisões governamentais – usar a máscara antes de ser obrigatório – mas também de ser sensível as necessidades dos brasileiros.

Embora se detenham em aspectos específicos, o sentido dos textos está na explicitação de que o *Jornal Nacional* trabalha para o povo brasileiro – para o Brasil – e por consequência deve denunciar as falhas – inclusive aquelas que surgem em função da omissão, e faz isso mostrando aqueles que se destacam em função das ações pelo bem comum. A partir do material exibido, evidencia-se que o *Jornal Nacional* atua a partir de uma dupla articulação: uma ação política velada; mas nem por isso menos impactante; e fonte genuinamente confiável em um cenário em que a parte significativa da sociedade brasileira se deixou seduzir pelas notícias falsas.

Embora esses elementos estejam sendo analisados a partir dos editoriais é importante ressaltar que o acompanhamento mais amplo aponta que elas se expandem para todo o telejornal, com o destaque das empresas

que fazem doação e daqueles que conseguiram se curar da doença, mas também com inclusões sobre o esforço da pesquisa e dos pesquisadores nacionais. A fazer isso o jornalismo cria pontes que o igualam em importância para o sucesso deste esforço e consequentemente agrega valor a própria atividade jornalística, mas, sobretudo, ao próprio *Jornal Nacional*.

O *Jornal Nacional*, que é colocado no último editorial como a própria nação brasileira – está emocionado e indignado, e remete a si mesmo não apenas como “o que mostra os fatos”; é a consciência vigilante da nação. Ao apontar ações e dados (em matérias que ficam disponíveis no portal da empresa) cria ela mesma as condições para a vingança, uma vez que a *História atribui glória e atribui desonra, e história é para sempre.*

Referências

GOMES, Wilson. **Esfera pública política e media. Com Habermas, contra Habermas.** Texto apresentado na COMPÓS- Rio Grande do Sul, 1997.

HELD, David. **Modelos de Democracia.** Belo Horizonte: Ed. Paidéia, 1987.

Isto é. Brasil. Bolsonaro nomeia subordinado de Ramagem para PF. Ansa. 04/05/20 - 10h32. SÃO PAULO, 04 MAI (ANSA) – O presidente Jair Bolsonaro nomeou o delegado Rolando Alexandre de Souza como novo diretor-geral da Polícia Federal nesta segunda-feira (4). Disponível em <https://istoe.com.br/bolsonaro-nomeia-subordinado-de-ramagem-para-pf/>

JEFF, Benício. Blog Sala de TV. Portal Terra. 22/03/20 Disponível: <https://www.terra.com.br/diversao/tv/blog-sala-de-tv/adeus-boicote-jn-dispara-no-ibope-com-covid-19-e-panelacos,2414606d12007ba541ca-880cb111902783yvwbd.html> Acesso: 27/07/2020

Jornal Nacional. 23 de março de 2020 – JN pede calma. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8425010/programa/> Acesso em: 27/07/2020

Jornal Nacional. 5 de maio de 2020 - JN adota a máscara para repórteres no vídeo Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-767-2UGu6Uo>. Acesso em 27/07/2020.

Jornal Nacional. 20 junho 2020 - JN e o sentido de Nação: editorial dos 50 mil mortos. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8641318/> Acesso em 27/07/2020

Jornal Nacional. 11 maio 2020 – JN lança o quadro Aqui Dentro: abre espaço para as depoimentos de profissionais de saúde que contam seu dia a dia, desafios. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/playlist/aqui-dentro-profissionais-da-saude-contam-o-que-estao-vendo-fazendo-e-sentindo.ghtml>. Acesso em 27/07/2020

LIMA, Venício A de. Mídia. **Teoria e Política**. São Paulo: Editora Perseu Abrano, 2001.

ORESKES, Naomi. CONROAY, Erik. M. **Les marchands de doute**. Paris: Bloomsbury Press. Éditions Le Pommier, 2012.

Memória Globo. Proconsult. Disponível em <https://memoriaglobo.globo.com/acusacoes-falsas/proconsult/>

MARQUES DE MELO, J.&ASSIS, F. **Gêneros e formatos jornalísticos**: um modelo classificatório. **Intercom**, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016.

MARQUES DE MELO, J.. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3^a ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MACHADO, A. Os anos de chumbo: mídia, poética e ideologia no período de resistência ao autoritarismo militar (1968- 1985). Porto Alegre: Sulina, 2006.

PADIGLIONE, Cristina. Audiência do telejornalismo explode durante crise do coronavírus. 19/03/2002. Folha de São Paulo. Disponível:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/03/audiencia-de-telejornalismo-expplode-durante-crise-do-novo-coronavirus.shtml> Acesso: 27/07/2020.

SOUZA FILHO, W. O jornalismo na Televisão. In MATTOS, Sérgio. **Televisão e Cultura no Brasil e na Alemanha**. Salvador: ICBA, 1997.

TEMER, A. C. R. P. **Notícias & serviços nos telejornais da Rede Globo**. Teses (Doutorado em Comunicação). UMESP-Universidade Metodista de São Paulo. 2002.

TEMER, A. C. R. P. A opinião no telejornalismo: uma análise sobre um gênero relutante. In. PINTO, Aroldo José Abreu e SOUZA, Shirlene Rohr de (orgs). **Opinião na mídia contemporânea**. São Paulo: Arte e Ciência, 2009.

Quem pode falar? Os povos indígenas em situação de pandemia no telejornalismo brasileiro

*Wéber Félix de Oliveira
Rosana Maria Ribeiro Borges
Juarez Ferraz de Maia*

Considerações iniciais

Desde o início do ano de 2020, o mundo está convivendo com uma nova dinâmica social devido ao surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19), o que impôs a execução de vários protocolos de segurança à saúde na maior parte dos Estados mundiais. Conjuntamente, assiste-se à implementação de políticas públicas e a instauração de discussões acerca da pandemia no espaço público suscitado por atores políticos dos mais diversos campos sociais, sociedades especializadas e veículos midiáticos.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2020)¹, diante do quantitativo de casos registrados de COVID-19 e a dinâmica de propagação da doença a nível mundial, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em 30 de janeiro de 2020. Menos de dois meses depois, a OMS reconheceu a doença em estágio pandêmico.

¹ Organismo internacional de saúde pública, ligada à Organização Mundial da Saúde (OMS) e integrante dos sistemas da Organização dos Estados Americanos (OEA).

FOLHA informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil, [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 13 jul. 2021.

Dados oficiais da OMS divulgados no boletim diário do sítio eletrônico da entidade indicam que em 13 de julho de 2021, mais de 187 milhões de pessoas já haviam sido contaminadas no mundo e mais de 4 milhões de mortes foram registradas. O mesmo relatório aponta que no Brasil, na mesma data, mais de 19 milhões de casos foram confirmados e o número de pessoas mortas por conta da doença ultrapassou a marca de 533 mil. As estatísticas oficiais auxiliam no monitoramento do ritmo da COVID-19, primeiro para a compreensão da própria doença e da evolução dela e, segundo, para que se determine a dinâmica em populações específicas, observando diversos critérios como gênero, raça, idade, estratificação social e localização geográfica.

Diante dessas questões, a falta de precisão e publicidade dos dados referentes à população indígena brasileira chama a atenção. O acompanhamento tem sido feito de forma não oficial pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e divulgada em plataforma própria. Consta no sítio eletrônico que os dados estão sendo compilados pelo Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena e pelas Organizações indígenas de base da APIB. Na plataforma, atualizada também no dia 13 de julho, encontra-se a informação de que 163 povos indígenas foram afetados pelo novo Coronavírus, com 56.803 casos notificados e 1.130 mortes registradas.

É importante destacar que a falta de divulgação de dados acerca da população indígena pode acarretar em dificuldades do acesso dessas pessoas às políticas públicas e ao serviço de saúde pública no Brasil, uma vez que, ao não se fazer um diagnóstico preciso do cenário específico, dificilmente o Estado compreenderá as necessidades desses povos. O negligenciamento do Estado pode ser interpretado como mais uma ação que compõe a estrutura de silenciamento e apagamento dos sujeitos indígenas, reafirmando o espaço de subalternidade dessa população.

Além do Estado, é notável a maneira como o negligenciamento em relação ao indígena também acontece em outras instâncias da esfera pública. Os produtos midiáticos constituem-se como espaço de destaque em que esse processo se repete. O jornalismo e os veículos jornalísticos, massivamente, vêm abordando a temática da pandemia no Brasil e no mundo, com coberturas especiais e exaustivas em jornais impressos, em

rádios, na televisão e na internet. Contudo, nesse atual momento histórico, a visibilidade dos povos indígenas é quase que inexistente.

O jornalismo tornou-se um dos principais atores da esfera pública que leva a informação à população e conduz, por vezes, a discussão sobre a temáticas de relevância social. No entanto, não se pode deixar de observar que a cobertura realizada por organismos que compõe o *mainstream* midiático também têm subalternizado grupos sociais, como os indígenas. Em uma análise prévia, é possível perceber o pouco tratamento dado aos povos indígenas e as situações que eles, especificamente, enfrentam durante o momento de pandemia.

Tendo os pressupostos enunciados, esta proposta de trabalho tem como objetivo refletir a existência do indígena dentro das reportagens televisivas que os apresentam durante a pandemia de Covid-19 que assolou o mundo em 2020 e que continua em andamento. Isso porque avaliou-se que seria de suma importância realizar um estudo capaz de revelar como os indígenas aparecem e como são representados por veículos jornalísticos televisivos. Mais do que isso, desejou-se observar como a fala desses sujeitos é editada e/ou hierarquizada diante das narrativas de especialistas ou do repórter e âncora.

Assim, pretendeu-se problematizar o direito à fala, as relações de poder e a representação discursiva dos corpos dos sujeitos nos produtos midiáticos. Ao colocar o discurso midiático no centro da problematização, buscou-se compreender a produção discursiva que legitima o *status quo* que se repete também durante a pandemia e a cobertura jornalística sobre os sujeitos indígenas.

Neste estudo, também se objetivou compreender as relações que foram estabelecidas em uma determinada complexidade em que estão o Estado, a sociedade civil e as instituições legitimadoras dos discursos em circulação no espaço público. Para tanto, esta pesquisa foi delimitada em um estudo de caso do telejornalismo nacional, especificamente do *Jornal Nacional*. Para se responder às problematizações levantadas em torno do objeto e diante os objetivos e o *corpus* de pesquisa, adotou-se o levantamento documental como instrumental de coleta de dados e a análise do discurso como instrumental de análise.

O período de coleta se estendeu pelo período de seis meses, entre março e agosto de 2020, período em que o país teve o registro dos primeiros casos confirmados de Covid-19 e o pico do número de infectados e mortes por dia, durante a primeira onda de disseminação da doença. As matérias jornalísticas encontradas foram analisadas por meio da análise do discurso, o que possibilitou a reflexão da existência desses corpos no espaço midiático, com foco nas políticas do sujeito, identidade, representação e direitos humanos. A combinação desses procedimentos permitiu que fosse construído um caminho mais adequado quanto à natureza do objeto de pesquisa e possibilitou que fosse analisado a produção noticiosa acerca da situação dos indígenas durante a pandemia.

Assim, esta proposta pode ser sintetizada em um estudo que tem por objetivo detalhar o processo de produção noticiosa acerca dos sujeitos indígenas, na cobertura do *Jornal Nacional*, a fim de gerar compreensões quanto ao direito à fala/existência, as relações de poder e a representação discursiva dos corpos dos sujeitos nos produtos midiáticos, tendo como horizonte de observação as seguintes questões: a) identificar os espaços de reprodução da fala dos sujeitos indígenas no espaço midiático; b) estabelecer as relações de poder entre os sujeitos no espaço público; c) refletir as representações discursivas dos sujeitos indígenas; d) compreender as relações que se estabelecem na complexidade do exercício do direito à fala/existência.

Em busca pelo reconhecimento da cidadania

Normalmente quando se fala em cidadania, logo se evoca no imaginário popular o reconhecimento de direitos, principalmente, o direito de existência. Mas, realmente, o direito, alcança todos os públicos? Todo ser humano tem a sua existência e a condição de sujeito reconhecida, aceita e respeitada?

Poster (2003) afirma que o conceito de cidadão e a ideia de cidadania estiveram ligados ao nascêdouro da democracia ocidental, no período Moderno. O mais alto grau de expressividade desta ideologia política ocidental foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, diante a Revolução Francesa de 1789, que marcou a virada de eras na história

humana. Segundo o autor, neste documento o conceito de direitos naturais está estritamente conectado à ideia de cidadania. A partir desse marco legal, o cidadão se tornou, teoricamente, a realização prática do ser humano e de todos os direitos inerentes à existência dele.

Peruzzo (2009) explica que no mundo ocidental, o conceito de cidadania se constituiu, à luz das ideias marshallianas, no qual a condição de cidadão é alcançada através da efetivação de direitos da pessoa nas esferas civil, política e social. Para ela, a expressão dos direitos relativos ao ser humano se concentra no ideário de liberdade, sejam eles: “individual de ir-e-vir, de propriedade, de expressão etc.; a liberdade de associação, de reunião, de organização e de participação política; e o acesso à saúde, à educação, ao trabalho, entre outros”. (PERUZZO, 2009, p. 53).

Apesar do reconhecimento desses elementos na constituição do processo de cidadania, a autora ressalta que os direitos e o próprio conceito de cidadão não são estanques, já que são constantemente atualizados de acordo com as necessidades sociais. A título de exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos pode ser considerada uma atualização do primeiro documento que foi assinado no território francês. No novo documento, pode-se perceber o acréscimo, mas também, o detalhamento de questões que foram observadas somente no pós-guerra, período de construção do documento da Organização das Nações Unidas (ONU), ainda em vigor, após 72 anos da sua assinatura.

Ao reconhecer que o status da cidadania se modificou ao longo da história, Peruzzo (2009) considera que o processo de elaboração e maturação dos direitos relativos ao ser humano se estendeu por três gerações específicas. A primeira delas é referente à conquista dos direitos civis no século XVIII e dos direitos políticos no século XIX. A segunda geração trata-se da conquista dos direitos sociais durante o século XX. Ainda segundo a autora, a terceira geração demarca a evolução dos direitos que transfere a titularidade do indivíduo para os grupos humanos. Nessa última geração, a conquista se dá pelo reconhecimento das diferenças existentes entre os diversos grupos, mas também das desigualdades que os afetam de maneiras diversas. São exemplos, nações, minorias étnicas, mulheres, pessoas negras, idosos, crianças e adolescentes, LGBTQIA+, pobres etc.

Independentemente de qual seja a geração, mesmo que cada uma se reivinde direitos diferentes, todas elas possuem um elemento essencial: a cidadania que se dá por meio da mobilização social. Peruzzo (2009) explica que a história de construção do sujeito cidadão e os direitos que o sustenta só ocorreram por conta da pressão coletiva sob as instituições oficiais de cada povo. A autora reconhece que a evolução qualitativa dos direitos do ser humano depende diretamente do grau de organização e da força mobilizadora da sociedade civil. Para ela, a cidadania não pode ser considerada como uma concessão de benefícios realizada por qualquer poder institucional, seja o Estado, as Câmaras legislativas ou, ainda, provenientes do capital. Assim, Peruzzo (2009) pontua que a cidadania é histórica e o aperfeiçoamento ou a ampliação dos direitos se dá exclusivamente mediante a força civil. A partir desse pressuposto, verificam-se distintos graus de conquistas nos mais variados territórios e nações que respondem às lutas coletivas e a demandas específicas de cada grupo.

Como dito por Peruzzo (2009), a cidadania, ao ser histórica, está diretamente conectada a trajetória de cada sociedade. Quando se aproxima da história brasileira, pode-se perceber que as conquistas dos direitos no Brasil também estiveram interligadas às demandas sociais e aos acontecimentos singulares da constituição do país. Isso porque ao longo de mais de cinco séculos, a sociedade brasileira assistiu aos avanços e retrocessos legais no que se refere à constituição dos direitos do cidadão. Concomitantemente, ao longo dessa história, organizações e movimentos sociais desapareceram e, conforme lembra Peruzzo (2009), quando se observa a extensão do direito ao sujeito que está neste país, anteriormente todas essas mobilizações são as grandes responsáveis pelas transformações que aconteceram no Brasil. Assim, não se pode negligenciar a importância de cada manifestação para o atual estágio democrático que o país se encontra atualmente.

A Constituição Brasileira que está em vigor é o resultado mais recente da universalidade dos direitos relativos ao ser humano. A redação desse marco legal no Brasil é fruto da mobilização da sociedade e da contribuição de vários grupos e movimentos sociais que lutaram pela retomada e pelo reconhecimento dos direitos e da cidadania do

povo brasileiro. A promulgação da Constituição, em 1988, demarca a retomada e a preservação dos direitos para a sociedade brasileira, que viu cada um deles ser retirados no período de Ditadura Militar, que assombrou o país por mais de duas décadas.

Carvalho (2015) explica que a Constituição Brasileira é reconhecida pelo título de Constituição cidadã, uma vez que ela centraliza questões que expressam a garantia dos direitos do cidadão, que outrora, na história do país, haviam sido abolidos. Segundo Gohn (2013) a redação do texto, em 1988, foi resultado das ações realizadas pelos movimentos sociais ao longo das décadas de 1970 e 1980, e expressam as demandas da sociedade para aquele período. Com a promulgação da Constituição, a sociedade pôde ter de volta a garantia dos direitos civis, políticos e sociais.

Segundo a Constituição, os direitos civis são expressos pela igualdade do sujeito diante à carta magna e pela inviolabilidade do direito à sua existência, descrito com a seguinte redação, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (CONSTITUIÇÃO, 2016).

No texto, ainda está definido que os direitos políticos são inerentes ao povo brasileiro pela garantia da “soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos” os cidadãos (CONSTITUIÇÃO, 2016). Por último, encontra-se no texto legal que os direitos sociais são aqueles que garantem a existência da vida, ou seja, são aqueles relativos “à educação, a saúde, à alimentação, o trabalho, à moradia, o transporte, o lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, e à assistência aos desamparados” (CONSTITUIÇÃO, 2016) conforme expresso na lei.

Apesar das conquistas alcançadas com a retomada dos direitos civis, políticos e sociais com a promulgação da nova Constituição Brasileira, Dias (2013) alerta que o Brasil ainda goza de “textos prematuros da nova cidadania e de direitos políticos e civis”. (DIAS, 2013, p. 108). A crítica do autor se refere, principalmente, ao fato do tímido avanço em relação aos direitos de terceira geração, aqueles que se referem à extensão de garantias a grupos específicos, que ainda continuam à margem dos direitos

relativos à expressão de cidadania. Noutros termos, o autor alerta que o reconhecimento da diversidade e das diferenças de cada grupo social ainda é uma questão pouco contemplada no texto da Carta Magna.

Apesar da crítica realizada por Dias (2013), a Constituição possui dispositivos que garantem o exercício da cidadania através da expressão de pensamento sem que haja qualquer intervenção ou censura, conforme se vê no inciso IV do Artigo 5º: “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato” (CONSTITUIÇÃO, 2016), preceito que é reafirmado no Capítulo que trata da comunicação social, precisamente no Artigo 220º, onde se lê: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (CONSTITUIÇÃO, 2016). Mesmo com as garantias de acesso à informação e a liberdade de manifestação, é inegável reconhecer que esse direito está, majoritariamente, à cargo da mediação realizada por veículos de comunicação e de jornalismo, os quais organizam esse acesso e controlam a expressão dos sujeitos, como se discutirá a seguir.

Os medias na produção de visibilidades

A introdução de meios técnicos e tecnológicos de comunicação, a partir do século XV, inaugurou novas maneiras de interação entre os seres humanos, aumentou as possibilidades de acesso às informações e estabeleceu novos espaços de circulação de bens simbólicos. Thompson (2008) explica que o desenvolvimento desses novos métodos criou também modos diferentes de visualidade, experimentadas até então. O autor argumenta que o campo de visão humana se ampliou espacialmente e temporalmente, influenciando, dessa forma, na construção de sentidos sobre a realidade apreendida pelo ser humano.

Desse modo, Oliveira (2018) nos alerta para as relações que se estabelecem no que ele define como visibilidade mediada. Para o autor, as instituições que controlam o processo de mediação interferem na construção de discursos e na circulação de imagens, uma vez que a ad-

ministração desse processo está intimamente ligada aos interesses das organizações mediáticas. Com base nas questões levantadas até aqui, pode-se voltar para a instituição jornalística a fim de debater o papel exercido por ela na apreensão da realidade, na produção, interpretação e circulação de discursos, na construção de memórias coletivas e na produção da história humana.

Schwaab e Zamin (2007) explicam que o jornalismo é uma instituição da esfera pública que age discursivamente na seleção de discursos que podem ser mostrados ou não. Oliveira (2018) acrescenta que além de definir o que vai ser dito e o que deve ser silenciado, o jornalismo também opera no modo de leitura dos acontecimentos, fatos e realidade social. Ou seja, “[...] mais do que dar visibilidade a determinados discursos, o jornalismo oferece ao seu público os modos de compreender e ver o mundo”. (OLIVEIRA, 2018, p. 115).

De igual forma, Conrad e Fossá (2015) pontuam que os medias, como também o jornalismo, desempenham protagonismo no processo de significação e ressignificação da realidade. Segundo os pesquisadores, “[...] o modo como atribuímos sentidos e significados às coisas, objetos e pessoas passa, de alguma forma, pelo campo midiático, que os ressignifica, dando novas tonalidades aos acontecimentos [...] e moldando a nossa leitura de mundo”. (CONRAD; FOSSÁ, 2015, p. 105).

Seguindo essa linha de raciocínio, Charaudeau (2015) é categórico ao dizer que as instituições mediáticas agem sob a/e na sociedade a partir de escolhas estratégicamente elaboradas. O autor argumenta que as preferências relativas a conteúdo, edição e formas de comunicação respondem anteriormente às estratégias discursivas que são determinadas por intencionalidades e efeitos de sentidos que se pretende provocar. Dessa maneira, observa-se que os produtos simbólicos consumidos pelos públicos carregam em si crenças, ideologias, posições, intencionalidades e parcialidade.

Oliveira (2018) corrobora com esse pensamento, ao afirmar que os produtos midiáticos, inclusive os de origem jornalística, são orientados por valores e posicionamentos assumidos pelas organizações e por seus criadores, jornalistas ou escritores. Conforme o autor, essas marcas estão entrelaçadas tanto na superfície textual quanto nos vales

discursivos. O reconhecimento delas permitirá ao leitor identificar as estratégias discursivas adotadas pelos agentes de comunicação.

Diante as questões levantadas, é possível inferir que o jornalismo é um dos principais protagonistas no agenciamento de sentidos e mediação discursiva na sociedade. De acordo com Prudêncio (2010), os medias e os sistemas por onde operam, representam importantes canais para a formação da opinião pública. Além de suscitar temas no espaço público, Maia (2010) considera que eles e, de forma singular, o jornalismo, operam a percepção que os públicos fazem de questões colocadas em debate na sociedade. Não obstante, o jornalismo está imerso em uma rede de relações complexas, atravessadas por disputas de poder e hierarquizações discursivas. Carvalho (2012) alerta para que se perceba a atuação jornalística a partir de uma prática social em que constantemente se negocia sentidos com outros atores e campos sociais, sejam: o profissional a sua frente, a própria estrutura do jornalismo, a empresa jornalística, outras instituições e o público.

Assim, reitera-se que o jornalismo é um dos principais agentes que contribuem para a constituição da própria sociedade, no agenciamento da opinião pública, na produção discursiva e na circulação de bens simbólicos. Isso porque “[...] o jornalismo, como ator social, promove quadros que poderão ser utilizados como referências para a construção de sentidos num processo de captura e interpretação da realidade” (OLIVEIRA, 2018, p. 125) que serão disponibilizados ao público que consome suas narrativas. São essas narrativas que marcarão o tempo e o espaço, isto é, elas deixarão rastros que ajudarão no resgate para a produção de uma memória e a escrita da história cultural da sociedade.

Conforme foi pontuado, os jornais são importantes agentes sociais que ajudam a construir a percepção da realidade. Os textos produzidos são peças que simbolizam a representação das experiências em sociedade e do vivido. Ao representar uma dada realidade, os veículos jornalísticos inserem na história, os registros das ações humanas. Nesse sentido, é possível inferir que os jornais são mais do que meros propagadores de informações, eles agem como produtores de sentidos,

interferem no processo de circulação de bens simbólicos e, até mesmo, constroem os caminhos para a interpretação da realidade.

Pelo exposto, destaca-se a necessidade de se olhar para a produção noticiosa a respeito da situação enfrentada pelos povos indígenas brasileiros durante a pandemia de Covid-19 que assolou o país e o mundo, direcionando o foco para a produção desses sujeitos, suas identidades e espaços por eles ocupados nos *mainstream* dos veículos de jornalismo brasileiro em confronto com as existências de outras falas legitimadas/legitimadoras. Assim, este estudo se torna oportuno neste momento, uma vez que as publicações mais recentes sobre essa temática abordam apenas o conteúdo, sem que haja enfoque na construção dos sujeitos ou aprofundamento de discussões sobre questões de direitos humanos, acesso à informação e informação de interesse público.

O indígena e a imagem representada

Tendo em vista a discussão anterior, com foco na produção de (in)visibilidades e as imagens apresentadas a audiência de um espaço público, buscou-se refletir os espaços de reprodução das voz(es) dos sujeitos indígenas e as relações de poder que eles estiveram submetidos durante o processo de construção do discurso midiático na cobertura jornalística sobre a pandemia da Covid-19. Para tanto, optou-se, por um estudo de caso como método desta pesquisa. De acordo com Duarte (2009) o estudo de caso é, nada mais, que uma inquirição empírica em que se lança um olhar para a realidade ou um fenômeno contemporâneo em um determinado contexto.

Martino (2018) corrobora ao dizer que este método permite ao pesquisador encontrar evidências particulares de uma determinada situação para que se comprehenda o fenômeno estudado ou, ainda, que seja possível a partir de um objeto delimitado, refletir sobre um fenômeno mais geral. Duarte (2009) acrescenta que a escolha por esse método reúne condições para que o estudioso possa recolher o máximo de informações possíveis para detalhar, descrever e explicar a particularidade da situação em análise. As-

sim, ao escolher esse método com o objetivo de compreender a organização discursiva da cobertura realizada pelo telejornal *Jornal Nacional*, foi possível observar o *modus operandi* e fazer uma análise dos enunciados para que se compreendessem as relações que se estabelecem na complexidade do exercício do direito à fala/existência, especialmente por se tratar de um programa do gênero jornalístico com cobertura do território nacional.

Marconi e Lakatos (2003) consideram o levantamento documental como a fase da pesquisa em que o cientista tem o intuito de recolher informações sobre o objeto de pesquisa. De forma semelhante, Moreira (2005) comprehende que essa técnica se trata do momento de identificação, verificação e apreciação de documentos que serão fundamentais para a formação do corpus, a partir do qual o pesquisador possa compreender a memória de eventos, compreensão de ações de sujeitos e os contextos em que foram produzidos. Martino (2018) corrobora com essa definição ao dizer que é através desses códigos familiares (documentos) que o pesquisador tem condições de acessar informações e os sentidos da cultura que foram ali armazenados.

No presente estudo, o levantamento documental foi realizado entre os meses de março e agosto de 2020, período em que a cobertura jornalística se concentrou na pandemia do Covid-19. O corpus desta pesquisa foi levantado diretamente no site <https://g1.globo.com/busca/>, no qual estão depositados todos os vídeos de matérias jornalísticas reproduzidas nos veículos noticiosos da rede, formada por emissoras próprias das Organizações Globo e também das emissoras afiliadas, em sinal aberto.

Para tanto, utilizou-se os termos “índigena” e “pandemia” como palavras-chave de busca, do qual foram recuperados 17 conteúdos veiculados apenas no *Jornal Nacional*, conforme indexado no Quadro 1, a seguir inserido. Todas as outras matérias resultantes da busca que não tinham sido veiculadas exclusivamente por esse programa jornalístico foram descartadas, por não fazerem parte do escopo da pesquisa.

Quadro 1 – Reportagens e notas selecionadas - Jornal Nacional

DATA	DIA	MANCHETE
04/05/2020	Segunda-feira	Solidariedade S/A: alimentos para indígenas e doações para Fiocruz e Instituto Butantan
23/05/2020	Sábado	População indígena reclama de subnotificação da Covid-19 no Amazonas
29/06/2020	Segunda-feira	Protocolos sanitários na pandemia impedem cumprimento de rituais indígenas
30/06/2020	Terça-feira	Bachelet diz que a negação compromete esforços para conter a disseminação do coronavírus
15/07/2020	Quarta-feira	Lideranças alertam para o alto número de indígenas infectados
18/07/2020	Sábado	Cacique Raoni está internado em Sinop, MT
25/07/2020	Sábado	Casos de Covid-19 entre os indígenas triplicou em apenas um mês, diz Ministério da Saúde
25/07/2020	Sábado	Cacique Raoni, de 89 anos, recebe alta após ficar uma semana internado
28/07/2020	Terça-feira	Profissionais da saúde desembarcam em Mato Grosso para atender comunidades indígenas
03/08/2020	Segunda-feira	PF investiga quadrilha suspeita de desviar dinheiro de benefícios destinados a indígenas
05/08/2020	Quarta-feira	STF mantém decisão que obriga governo a proteger índios da pandemia
05/08/2020	Quarta-feira	Morre aos 71 anos, de Covid-19, o cacique Aritana da etnia Yawalapiti

DATA	DIA	MANCHETE
20/08/2020	Quinta-feira	Solidariedade S/A: construção de unidades hospitalares e ajuda a indígenas
20/08/2020	Quinta-feira	Situação é crítica em aldeias de Aquidauana (MS); quase mil indígenas já tiveram Covid
21/08/2020	Sexta-feira	Ministro do STF Barroso manda governo refazer plano contra Covid entre indígenas
22/08/2020	Sábado	Tecnologia aproxima povos indígenas no combate à covid
31/08/2020	Segunda-feira	Ministro Barroso, do STF, valida novo programa do governo contra Covid entre os índios

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

A partir do quadro, optou-se em fazer o estudo mais detalhado de algumas matérias, em decorrência da quantidade de material levantado por meio da busca realizada no repositório eletrônico das Organizações Globo. Para isso, foi elaborada uma semana composta por seis dias de cobertura jornalística entre segunda-feira e sábado, dias de veiculação do programa jornalístico *Jornal Nacional*. As matérias que compuseram a semana foram selecionadas em ordem crescente e de veiculação, sem que houvesse qualquer tipo de manuseio aleatório ou que fosse dada predileção a uma matéria específica. Assim, o estudo privilegiou as seis matérias que compõem o quadro 2, a seguir inserido. Por meio dessa técnica foram selecionadas duas matérias veiculadas no mês de maio, uma em junho, uma em julho, e duas em agosto de 2020.

Conforme pontuado, comprehende-se que as instituições midiáticas são um dos atores sociais que detém o poder de controle do que pode ser visto e do que não pode ser visto. Todavia, também mediam a produção simbólica, ou seja, a maneira como as pessoas visualizaram os fatos e acontecimentos. De fato, observa-se, que estamos em um mundo de mediação dos sentidos em que a visibilidade é instaurada

Quadro 2 – Reportagens e notas que compõem a semana composta

DATA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	SÁBADO
04/05/2020	30/06/2020	15/07/2020	20/08/2020	21/08/2020	23/05/2020	23/05/2020
MANCHETE	Solidariedade S/A: alimentos para indígenas e doações para Fiocruz e Instituto Butantan	Bachelet diz que a negação compromete esforços para conter a disseminação do coronavírus	Lideranças alertam para o alto número de indígenas infectados	Solidariedade S/A: construção de unidades hospitalares e ajuda a indígenas	Ministro do STF Barroso manda governo refazer plano contra Covid entre indígenas	População indígena reclama de subnotificação da Covid-19 no Amazonas

Elaborado pelos autores (2021)

por essas instituições, sendo o jornalismo e os veículos de jornalismo parte integrantes desse processo. A partir dessa exposição, é interessante perceber como essa visibilidade mediada foi organizada e gestada pelo programa de jornalismo *Jornal Nacional*.

Como já tratado, há mais de um ano o povo brasileiro assiste à realização de uma cobertura extensa e exaustiva sobre o surgimento da Covid-19, a expansão da doença pelos quatro cantos do mundo e o registro de casos e mortes ao longo desse período. A partir desse pressuposto, chama a atenção a particularidade dada à cobertura quando os indígenas e os territórios indígenas eram o centro do conteúdo produzido, principalmente a inexpressiva produção de material jornalístico que aborde o tema da pandemia em relação aos sujeitos indígenas.

Ao longo de seis meses de exibição de edições do telejornal *Jornal Nacional*, de segunda à sábado, apenas 17 conteúdos foram produzidos. Esse quantitativo corresponde a menos de três materiais exibidos a cada mês. Quando delimitou-se a análise prévia ao conteúdo da seleção que compõem a semana composta, elaborada para esta pesquisa, observou-se que o material corresponde a 3,28% de todo conteúdo veiculado nas seis edições, de segunda-feira a sábado. Vale destacar que cada edição do programa é de uma hora, totalizando 360 minutos, dos quais apenas 11 minutos e 50 segundos foram destinados para a cobertura da pandemia que trouxe que seja a palavra “indígena” no texto. Dessa maneira, pode-se inferir que esse tipo de conteúdo não está entre os principais assuntos abordados por esse telejornal, o que leva a perceber a posição dele em relação a outros conteúdos, considerados, talvez mais relevantes para o momento.

A partir do espaço dedicado no *Jornal Nacional* à exposição da situação de pandemia em relação aos povos indígenas, é necessário não apenas quantificar, mas qualificar a visibilidade construída pelo telejornal da Rede Globo. Para tanto, observa-se que o conteúdo das matérias gira em torno do quadro comumente explorado por este programa, qual seja: casos de contaminação registrados, mortes, protocolos de segurança e ajuda prestada a essa população. Quanto às matérias selecionadas para a semana composta, pode-se dividi-las em três eixos principais: a) ajuda prestada por empresas; b) pronunciamento de lideranças de instituições sociais; c) registro de casos de indígenas contaminados.

Com base nos eixos explorados pelo telejornal, como segundo ponto dessa análise, observa-se a hierarquização das vozes que aparecem no conteúdo produzido. Das seis veiculações, em apenas duas, as vozes dos indígenas são autorizadas. Nas demais, eles são apenas citados por pessoas que ocupam alguma posição de destaque no espaço público, tais como empresários de grandes empresas e lideranças de instituições sociais. Duas matérias selecionadas compõem o quadro “Solidariedade S/A”, espaço criado no telejornal para dar destaque a ajuda prestada por organizações privadas à população indígenas. Nesse sentido, percebe-se que o destaque é dado às vozes legitimadas socialmente, ou seja, homens e mulheres que estão à frente dessas empresas e marcas, fazendo com que os indígenas ocupem apenas a posição de vítimas que devem ser ajudadas.

Em outros dois conteúdos, os indígenas aparecem como pano de fundo de alguma decisão ou pronunciamento feito por uma liderança, que ocupa cargo em uma instituição social. A primeira delas é Michelle Bachelet, que é alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos. O segundo é Luís Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal. Isso demonstra que o conteúdo expresso com enfoque nos indígenas ganhou destaque porque ele estava inserido na fala dessas autoridades, ou seja, a visibilidade construída está mais ligada à personalidade dos pronunciantes do que à presença do indígena no conteúdo retratado. Mais uma vez, é possível inferir acerca da hierarquização das vozes, processo no qual autoridades de instituições sociais estão acima do que a fala/existência dos indígenas. O que se percebe é o reforço de uma voz de uma autoridade que se sobrepõe às vozes dos sujeitos indígenas, levando-os a espaços de subalternização que são operados e organizados por um mecanismo de silenciamento e ocultamento dos sujeitos.

O terceiro ponto que salta aos olhos é a imagem tipificada e tipificadora construída em relação aos povos indígenas a qual reforça o imaginário coletivo sobre esses sujeitos e sobre a vida deles. Em mais de um texto encontra-se termos como vulnerabilidade, mais vulneráveis e isolados, como marcas caracterizadoras desses povos. No curso da produção de sentidos essencializantes, defronta-se com a seguinte frase que faz uma distinção entre os povos indígenas e o povo brasi-

leiro, dando a entender que os povos indígenas não fazem parte do Brasil ou que não possuem atributos suficientes para ser considerados também como brasileiros. “O contágio entre os indígenas é mais alto que a taxa da população brasileira”.

O quarto aspecto que chama atenção é a equiparação do sistema organizacional dos territórios indígenas em tribos com o de comunidade, se assemelhando mais a grupos marginalizados como o das favelas dos grandes centros urbanos. Ao se equiparar a organização desses dois grupos de habitantes, os produtores do texto agem sobre eles com um processo silenciamento e apagamento da complexidade organizacional de suas sociedades, o que leva a compreender que a textualidade escolhida se trata de mais um esforço de caracterizar os povos indígenas com uma imagem de pauperização, conforme se percebe no trecho que se segue, onde há uma equiparação das “comunidades indígenas” e as “comunidades enfaveladas” que devem ser beneficiadas, ao contrário de ter seus direitos de vida resguardados pela lei e assistidas pelo Estado:

A Associação Expedicionária da Saúde foi beneficiada e empregou os recursos na construção de unidades hospitalares no interior de São Paulo e no envio de medicamentos, máscaras e equipamentos médicos para **comunidades indígenas** do Amazonas e do Para. Outras instituições distribuíram alimentos e Kits de higiene para **famílias carentes para a região metropolitana de São Paulo** (JORNAL NACIONAL, 2020. Grifos nossos).

A falta de representatividade é o quinto ponto a ser destacado na produção jornalística em análise. Conforme foi dito, os indígenas pouco participam do conteúdo elaborado e veiculado no *Jornal Nacional*. Das seis matérias selecionadas, eles e elas aparecem somente em duas. Na primeira, três sujeitos indígenas participam e na segunda apenas um. Todos os sujeitos ouvidos são do Amazonas e do Mato Grosso, o que evidencia a falta de cobertura de outras regiões e territórios indígenas. Há, na verdade, uma pasteurização desses sujeitos para uma única personificação, fazendo como que a pluralidade desse grupo não seja apresentada. Além disso, percebe-se que existe uma escolha aleatória de um único território para simbolizar todas as aldeias e tribos indíge-

nas do país, como se a parte desse conta de cumprir a representatividade de um todo, muito mais complexo e com especificidades.

O processo de silenciamento desses corpos continua no ato de nomeação e identificação das pessoas entrevistadas. Normalmente, cada aparição no vídeo é seguida por um crédito, formado pelo nome do entrevistado e da sua profissão ou termo que o identifica. Em três dessas entradas no vídeo, essa dinâmica se repete: “Sônia Guajajara, coordenadora da APIB; Kauti Kuikuro, técnico em enfermagem, Miqueias Moreira, líder indígena”. Porém, isso não acontece na entrevista concedida por Takumã Kuikuro. Ele é creditado como “indígena”. Essa ação se assemelha a mais uma caracterização ou reafirmação do lugar pré-determinado aos indígenas do que simplesmente uma mera identificação despretensiosa. É como se houvesse uma classificação ou identificação pelas origens ou cultura que aquela pessoa pertence. Não se vê crédito para o americano, para o português, para o indiano, para o japonês etc., porém, para o indígena esse mecanismo é adotado.

Como último ponto a ser ressaltado acerca da cobertura realizada sobre a Covid-19 nos territórios indígenas brasileiros, destaca-se aqui, a construção de um espaço determinado para as falas desses sujeitos. A caracterização dessas falas é feita de maneira a esvaziar a legitimidade das falas desses sujeitos em relação a situação que enfrentavam naquele momento, conforme pode-se ver no título de uma das matérias selecionadas: “População indígena reclama de subnotificação da Covid-19 no Amazonas”. A escolha pelo léxico reclamar constrói um sentido de deslegitimização do ato reclamado, como se ele não tivesse tanta importância como querem, diferentemente se tivesse sido adotado o termo “denuncia”. Há nesse mecanismo uma atitude de suavização daquilo que é narrado, uma vez que o ato de reclamar não sintetiza unicamente a ação de protesto, mas popularmente pode ter uma carga negativa de uma pessoa que fala ou protesta sobre algo sem necessidade.

O supracitado sentido pode ser corroborado com a leitura de uma resposta dada pelos órgãos de governo em uma matéria com o mesmo conteúdo. Em 15/07/2020 foi exibida reportagem com o seguinte título “Lideranças alertam para o alto número de indígenas infectados”. Ao fim da apresentação da situação em tribos do Mato Grosso, o ân-

cora do telejornal leu uma nota dada pela Funai, fundação ligada ao governo federal na atuação de assuntos ligados aos povos indígenas: “A Funai afirmou que tem reforçado as ações de proteção da população indígena em parceria com os Ministérios da Saúde e da Defesa. Segundo a Funai foram enviados para as aldeias mais de 200 mil equipamentos de proteção individual e 320 mil cestas básicas”. A leitura dessa nota reitera o tom desnecessário do alerta dado pelos indígenas, uma vez que, segundo essa nota, o órgão responsável já está fazendo o necessário para assistir à população indígena. Dessa maneira, o que se percebe é que o telejornal opta por uma escolha discursiva que ataca as falas de denúncia dos indígenas e, consequentemente, retira a força e veracidade daquilo que foi narrado por eles.

Considerações finais

Conforme foi discutido nesse texto, ainda de forma inicial, compreende-se que apesar da Cidadania ser uma garantia expressa pelo Constituição Nacional, o seu exercício ainda está longe de ser pleno por conta das dificuldades de inclusão das diversidades dos sujeitos que compõe o território nacional. Além disso, é interessante perceber como certas instituições sociais detém o controle do exercício desta cidadania e também exercem papel de mediação dos sentidos cidadãos, como é o caso, em específico, do jornalismo, como um dos principais atores sociais que atuam na mediação e agenciamento de questões no espaço público. A partir de Oliveira (2018), percebe-se que o jornalismo é uma instituição de controle e definidor da visibilidade mediada. Mas do que isso, o jornalismo interfere na construção de discursos e na circulação de sentidos e imagens, como pode-se verificar na análise realizada sobre a cobertura jornalística, de âmbito nacional, nos territórios e da população indígena.

Analisou-se, portanto, que o jornalismo constrói espaços determinados em que os sujeitos podem aparecer. É interessante perceber que os sujeitos indígenas ainda estão submetidos a determinadas cenográficas como o isolamento, pauperização e pendorismo. Tão grave como essa questão é a falta de representativi-

dade da pluralidade dessa população e a hierarquização no qual é submetida. Os sujeitos indígenas ainda não têm sua cidadania reconhecida, primeiro pela não inclusão deles ao conjunto das pessoas reconhecidas como brasileiras e, também, pelo cerceamento da liberdade de expressão, quando eles têm suas falas substituídas por autoridades legitimadas. A expressão da fala desses sujeitos não alcança visibilidade, mesmo em âmbito nacional, porque ela ainda ocupa apenas uma cota do todo que narrado diariamente nos telejornais. O que resta são questionamentos. Qual o real sentido de cidadania? É possível ter a cidadania reconhecida a partir de um espaço de insistência de subalternização? Como o discurso e o poder exercem domínio e controle sobre a existência das pessoas, como é o caso dos sujeitos indígenas?

Referências

- CARVALHO, Carlos Alberto. **Jornalismo, homofobia e relações de gênero.** Curitiba: Appris, 2012.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso.** Trad. KOMESU, Fabiana. São Paulo: Contexto, 2020.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2015.
- CONRAD, Kalliandra. FOSSÁ, Maria Ivete. Da expressão nas ruas para a reprodução na revista. In: **Das ruas à mídia – representação das manifestações sociais.** Porto Alegre, EDIPUCRS, 2015.
- DIAS, Eurípides da Cunha. Arqueologia dos movimentos sociais. In: **Movimentos sociais na atualidade:** manifestações e categorias analíticas. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- DUARTE, Marcia. Estudo de Caso. In.: DUARTE, Jorge; BARROS,

Antônio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** São Paulo: Editora Altas S.A., 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI – Antigos e novos atores sociais.** Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

MAIA, Rousiley. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. In: **Mídia – representação e democracia.** São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARTINO, Luís Mauro. **Métodos de pesquisa em Comunicação: Projetos, ideias, práticas.** Petropólis: Editora Vozes, 2018.

MORAES, Ângela. MACHADO, Liliane. **Comunicação e discursividade – teoria e dispositivos analíticos da AD.** Goiânia: FAC/UNB e Kelps, 2019.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In.: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** São Paulo: Editora Altas S.A., 2009.

OLIVEIRA, Wéber. **Circulação de discursos LGBTs em Goiânia:** reflexões sobre processos comunicativos e fronteiras de sentidos. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8638>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PERUZZO, Cecília. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. In: **Mídia e diversidade cultural:** experiências e reflexões. Brasília: Casa das musas, 2009.

POSTER, Mark. Cidadania, mídia digital e globalização. In: MORAES, Dênis. (org.) **Por outra comunicação:** Mídia, mundialização cultural e

poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PRUDÊNCIO, Kelly. Mobilizar a opinião pública: sobre a comunicação dos ativistas políticos. In: **Mídia – representação e democracia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

SCHWAAB, Reges; ZAMIN, Ângela. Relações entre lugar discursivo e efeitos de sentido no discurso jornalístico. In: **Estudos de Jornalismo e mídia**. Revista Acadêmica Semestral do programa de pós-graduação em Jornalismo e Mídia da UFSC. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 33-41, 2007.

THOMPSON, John B. A nova visibilidade. In: **Dossiê: perspectivas autorais nos estudos de comunicação II**. Revista Matrizes. Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação de São Paulo, São Paulo, n. 2, p. 15-37, 2008.

Pelo direito de permanecer: negritudes no contexto acadêmico e pandêmico

Luciene de Oliveira Dias

Elisângela Gomes

Bruno Mardson de Souza Oliveira

Introdução

Quando o novo coronavírus chegou no Brasil, tivemos vários sentimentos, nos primeiros três meses de pandemia, em quarentena, buscamos o autoconhecimento, formas de fazermos coisas em casa, era novidade falar com familiares e amigos por vídeo chamada e um mundo de tutoriais de “faça você mesmo” foi acessado. Lives benéficas, ações pelo mundo inteiro surgiram com o discurso de fique em casa, logo vai passar.

Mais de um ano e meio depois, ainda não passou. E conforme o tempo de pandemia foi se ampliando, outros sentimentos tomaram conta de nós. O medo de ficarmos doentes e não termos leito e oxigênio. A impossibilidade de estarmos perto das pessoas queridas para auxiliar nas necessidades cotidianas, como ir ao mercado, preparar uma refeição, ou segurar na mão e dar o cuidado e aconchego necessários.

Com a chegada da vacina, dois sentimentos: esperança pela possibilidade da imunização e a retomada da vida, e impotência, pois o estado tem sido negacionista e negligente ao apostar em medidas ineficazes que levaram, até o momento, ao número assustador de 527 mil vidas¹.

¹ Dados do Ministério da Saúde em 07 de jun. 2021.

Além do caos na saúde, outros setores como a economia e a educação foram brutalmente atacados. A retirada e o congelamento² de recursos na educação geraram corte de bolsas de pesquisa e permanência, bem como de pagamento de despesas essenciais (água e energia) e serviços terceirizados (segurança, limpeza etc.).

O aumento nos produtos básicos de alimentação deixou o Brasil na insegurança alimentar. De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), nos últimos meses de 2020, 19 milhões³ de brasileiras e brasileiros passaram fome e mais da metade dos domicílios no país enfrentam algum grau de insegurança alimentar.

Vivenciamos a maior crise sanitária testemunhada pelo mundo e seus impactos têm sido incontáveis. Sob um *modus* de produção ocidental onde não se tem espaço para o luto, para o afeto, para a compreensão, e, é necessário produzir e se fazer útil dia após dia. No âmbito universitário, discentes e docentes têm sido forçados a “fechar os olhos”, ignorar o medo e cumprir requisitos acadêmicos que, por vezes, são inalcançáveis.

Apresentamos nesse relato de experiência algumas percepções discentes coletadas por meio de questionário aberto aplicado em ferramenta on-line no componente curricular Racismo e Antirracismo na Ciência, oferecido pela Universidade Federal de Goiás no primeiro semestre de 2021. Nossa objetivo aqui é refletir sobre a experiência docente e o debate das relações étnico-raciais, tendo como pano de fundo a pandemia de covid-19.

O componente curricular foi ministrado como núcleo livre do curso de Jornalismo. Ocasião em que discutimos de maneira aprofundada a

² UFSB. Corte no orçamento das universidades federais para 2021 pode chegar a R\$ 1,1 bilhão Disponível em: <https://ufsb.edu.br/ultimas-noticias/2860-corte-no-orcamento-das-universidades-federais-para-2021-pode-chegar-a-r-1-1-bilhao> Acesso em: 08 de jun. 2021.

<https://ufsb.edu.br/ultimas-noticias/2860-corte-no-orcamento-das-universidades-federais-para-2021-pode-chegar-a-r-1-1-bilhao>

³ Agência Brasil. Pesquisa revela que 19 milhões passaram fome no Brasil no fim de 2020. 06/04/2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/pesquisa-revela-que-19-milhoes-passaram-fome-no-brasil-no-fim-de-2020> Acesso em: 08 de jun. 2021.

forma como as relações étnico-raciais no Brasil sedimentam a produção do conhecimento. Também focalizamos na forma como opera o racismo na produção científica e na vida acadêmica, acionando o antirracismo como estratégia de superação de um modelo único de fazer ciência.

Racismo e antirracismo na ciência

Diante desse panorama, grandes foram os desafios do componente curricular Racismo e Antirracismo na Ciência. Entre os tantos desafios, destacamos dificuldades de acesso remoto às aulas, precariedade na condição mental e psicológica para seguir com o conteúdo programático e enfrentamento do racismo encontrado no meio acadêmico.

Ser uma pessoa no Brasil é sinônimo da “necessidade de se armar para a luta diária”⁴. Na busca de estratégias que auxiliem nossos corpos negros diáspóricos a sobreviver proposto o componente curricular aqui analisado. Idealizado por uma mulher negra cientista que enfrenta cotidianamente a complexa tarefa de fazer ciência em um ambiente predominante branco, desde a idealização da prática docente, a proposta pareceu uma oportunidade para experimentar a cura.

A cura de feridas causadas por um racismo que, por vezes, aparece de forma tão velada, sutil e violenta que não se torna perceptível de primeira. Não é raro que a vítima desse racismo, que se moderniza dia após dia, se veja em uma posição confusa de dor: o que aconteceu? O que eu fiz? Tais questionamentos exemplificam o quanto violento o racismo é com as pessoas negras, porque além de nos violentar faz com que nos questionemos sobre o motivo, devolvendo para o corpo vitimado a responsabilidade. Mas o racismo existe por ser um problema de intolerância e dominação da população branca pautada no sistema de hierarquia.

Silvio Almeida (2019) exemplifica que o racismo está em todas as instituições, sendo uma violência que atravessa todos os ambientes, está na estrutura das organizações. Assim, o racismo institucional prevalece porque vivemos em uma sociedade que, estrutu-

⁴ Frase dita por um aluno no primeiro dia de aula ao ser questionado sobre o motivo que o levou a se matricular neste componente curricular de núcleo livre.

ralmente, gera e tolera o racismo, evidenciando que a sociedade é racista. Adilson Moreira (2019, p. 51) acrescenta:

grupos sociais minoritários podem ter direitos iguais aos grupos raciais dominantes, porém isso não significa que eles terão acesso a condições materiais necessárias para o gozo deles em função do tratamento discriminatório que podem sofrer dentro e por meio de muitas instituições que são controladas por pessoas brancas.

Mesmo que tenhamos políticas de ações afirmativas, o fato de as instituições de ensino serem controladas por pessoas brancas dificulta que as questões étnico-raciais sejam pautadas de maneira estrutural. A universidade se apresenta a estudantes negros e negras como um local onde esse racismo também é produzido, exemplo disso são as práticas docentes que se furtam em pautar as questões raciais de maneira compromissada e crítica, como se o racismo não estivesse entranhado na estrutura social, ignoram bibliografias escritas por autores e autoras negras.

Segundo dados apresentados pelo IBGE em 2019, apenas 15,8%⁵ do corpo docente de universidades federais brasileiras é composto por pessoas negras. Este dado é uma problemática estridente que afeta a promoção de práticas antirracistas no ambiente acadêmico, que se inicia pela baixa representatividade negra na docência, em especial, na Faculdade de Informação e Comunicação da UFG, que abriu um processo administrativo pouco antes dessa oferta em função de racismo praticado por uma docente contra uma estudante.

Luciene Dias (2020, p. 90) afirma que “uma das possibilidades de pensarmos a comunicação é a de que esta é uma exigência existencial”. A partir daí, questionamos os motivos que levam uma faculdade de informação e comunicação a não apresentar publicações de autoria negra ou que promover uma discussão racial pautada na realidade negra brasileira. Importantíssimo ressaltar que essa ausência não significa que nossos corpos negros não existem. Contudo, é recorrente vermos nossas produções deslegitimadas sob o

⁵ Professores negros são 15,8% dos docentes de universidades federais. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/professores-negros-sao-158-dos-docentes-de-universidades-federais>. Acesso em 01 jul 2021.

argumento dessa pretensa não existência de produções acadêmicas majoritariamente referenciadas por textos negros.

A baixa representatividade negra docente e bibliográfica nas ementas disciplinares dos cursos de graduação e pós-graduação sugerem esse “não existir”. O “não-lugar” em que o corpo negro é colocado é constantemente violentado por práticas racistas.

Para além desta não existência, buscamos reforço mais uma vez em Dias (2020, p. 94), que através de uma análise em referência a Stuart Hall (2009) estabelece que a não existência do negro sugere a “existência de “sentidos dominantes” porque existe um padrão de “leituras preferenciais” que obedece a uma ordem institucional/política/ideológica”. Dias (2020, p. 96) acrescenta:

[...] os sentidos dominantes são referência para a tradução, baseados em um contexto específico da ordem cultural dominante, mas não são os únicos sentidos. Por isso é tão relevante a discussão sobre quem dita os parâmetros de uma ordem cultural dominante, visto que sua codificação e emissão constituem um movimento de continuidade e manutenção de tais parâmetros.

Portanto, inferimos que a baixa quantidade de docentes negros e negras e a ausência de bibliografias negras em sala de aula são resultantes desse processo de doutrinação hegemônica que invisibiliza e silencia negritudes. Como resultado, temos um corpo docente predominantemente branco que leciona a partir de bibliografias que não condizem, por vezes, com a diversidade discente presente.

Tendo como premissa a proposta de uma educação transgressora (HOOKS, 2013), as relações criadas em ambientes educacionais precisam de humanização, da troca de conhecimentos e saberes, do falar e do escutar. Na busca por ser ouvido, é significativo o número de estudantes negros e negras que manifestaram ter encontrado esse afago no componente curricular Racismo e Antirracismo na Ciência, ao se depararem com docentes que entendem as dificuldades de se lidar com o racismo também na universidade.

Para a maioria da turma, era a primeira vez que tinham como docentes pessoas negras e, também, era a primeira vez que tinham espaço para debater sobre o racismo na sociedade, em especial, na universidade.

Uma das atividades avaliativas adotadas foi a produção de um estudo de caso de racismo que resultou em 11 produções - já que se organizaram em duplas - das mais variadas abordagens. Para nossa surpresa, nenhuma das atividades abordou casos de racismo próximo à experiência de quem relatava - como na universidade ou no próprio estado de Goiás. Isso evidenciou o distanciamento que busca ser mantido por quem relata. Como relatado no relatório de avaliação, quando perguntados se já haviam passado por situações de racismo na universidade, responderam: “*Sim. Docentes que diminuem a credibilidade de trabalhos quando voltados para a negritude.*”; “*Já. Um colega afirmou que só entrei na universidade por cotas e que ele deveria ter direito também, sendo que ele é branco e estudou em colégio particular.*”.

Nos relatos de avaliação, nenhum estudante abordou o caso de racismo ocorrido na FIC em novembro de 2020 e que provocou, inclusive, a proposição do componente curricular Racismo e Antirracismo na Ciência. A pergunta que fazemos é: Por que nenhum estudante trouxe para a escrita as violências raciais vividas na universidade e debatidas em sala de aula? Embora não haja resposta, compreendemos a dificuldade em revisitlar situações de violência que nos transportem novamente para o lugar da dor.

Em novembro de 2020, uma estudante negra da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC-UFG), durante uma aula, foi vítima de uma professora branca, quando esta afirmou que pessoas negras não ocupam o mercado de trabalho em cargos de liderança por incompetência. A estudante argumentou que vivemos em uma sociedade racista, que não tolera a presença do corpo negro - principalmente em ambientes universitários e de trabalho. As estatísticas dão conta de que apenas 30% de negros e negras ocupam cargos de liderança em empresas⁶, o que eviencia o Brasil racista e meritocrático que hierarquia grupos e coloca a população branca no poder (NASCIMENTO, 2020).

A atitude criminosa da docente - racismo é crime inafiançável e imprescritível por meio do Inciso XLII do Artigo 5º da Constituição Fe-

⁶ Líderes negros são menos de 30% nas empresas brasileiras. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/eestudante/trabalho-e-formacao/2020/11/4892021-lideres-negros-sao-menos-de-30--nas-empresas-brasileirasdiz-pesquisa.html>. Acesso em 15 de junho de 2021.

deral - demonstra o quanto a luta antirracista é urgente e necessária. As rasas respostas administrativas ao ato criminoso cometido e até mesmo a atitude após o acontecido também causam revolta e dor, porque mais uma vez, o sentimento de impunidade prevalece na população negra.

Durante os encontros promovidos pelo componente curricular Racismo e Antirracismo na Ciência, foram compartilhados diversos relatos de violência racial sofridos por discentes. Na condução do processo, nosso posicionamento foi o de oferecer conteúdo teórico, apoio e empatia através do que aprendemos com a ancestralidade africana e uma pedagogia transgressora.

Entretanto, nessas situações o distanciamento entre docentes e discentes ficou mais perceptível. Por mais que o conteúdo e as referências bibliográficas fossem voltados à produção intelectual negra, colocar esses ensinamentos em prática se mostrou desafiador.

Conforme conhecíamos mais a realidade de cada estudante e da turma como um todo, fomos adaptando a forma de ministrar o conteúdo, entretanto existe uma estrutura acadêmica que ainda engessa nossa possibilidade de autonomia. A exigência de avaliações, a carga horária e a expectativa que criamos de que quem estuda precisa se apropriar das leituras, muitas vezes sem considerar que boa parte da turma estava tendo contato com a discussão racial pela primeira vez.

Essa inquietação só foi possível porque nossa perspectiva teórica estava orientada no entendimento de educação como prática libertadora abordada por Paulo Freire (1987) e bell hooks (2013). Ao nos inquietar, percebemos que agíamos em contradição entre teoria e prática. Somos docentes negras que, durante nosso percurso acadêmico tivemos acesso a um conhecimento distanciado das nossas realidades, e quando acessamos o lugar da docência, em certa medida, compactuamos com posturas antes criticadas por nós.

Com as políticas de ações afirmativas na universidade, tivemos um aumento de pessoas negras, mas esse ingresso não se refletiu em novas práticas pedagógicas. Paulo Freire (1987, p. 24) na obra Pedagogia do Oprimido nos afirma que a educação problematizadora se faz em um esforço permanente de nos percebermos criticamente “como estamos sendo no

mundo, com quem, e, em quem nos achamos”. O nosso desafio enquanto docentes é, portanto, ensinar o que não aprendemos na universidade.

Para construir uma relação de respeito, apostamos nos princípios de valorização da ancestralidade, oralidade, partilha e cooperação. Estabelecendo um vínculo profundo com o que nós somos, aplicando o coração para ensinar e aprender. Matéria e espírito, corpo e mente não se dicotomizam para existir, nós coexistimos pela confluência da ancestralidade que permanece viva e pulsa dentro de nós (RIBEIRO, 2019).

Se não há dicotomia entre corpo e mente, como nos apresenta a filósofa Katiúscia Ribeiro, não há produção científica sem considerar nosso estado emocional, psíquico, estrutural e social. Em uma situação presencial, teríamos a presença física de toda a turma e sabemos o quanto o gestual serve de “termômetro” para as ações e falas e inclusivo nos orienta a mudar o rumo da metodologia adotada.

Embora soubéssemos que o ensino remoto mostraria a falta de estrutura tecnológica e física para o acompanhamento das aulas, não contávamos que a quase totalidade dos estudantes iriam manter seus microfones e câmeras desligadas. A sala estava sempre cheia de vazios. As imagens imóveis das fotos de perfil eram a única representação estudantil que nossas aulas tinham.

As aulas foram acessadas de diversos ambientes: do trabalho, da rua e do ambiente doméstico, nos quais a vida estava acontecendo ao redor, e sem dúvida, demandando a atenção. Além disso, a possibilidade de uso de múltiplas telas poderia tirar o foco da aula.

Um dos objetivos centrais da pedagogia transformadora é “fazer da sala de aula um contexto democrático onde todos sintam a responsabilidade de contribuir” (HOOKS, 2013, p. 56). Mas no ambiente virtual, as possibilidades de manifestação e de contato com o corpo discente são restritas.

Para além disso, ainda que, historicamente, o movimento negro acadêmico tenha ampliado o nosso trânsito na universidade, nosso espaço de fala ainda é pequeno diante de toda estrutura racista. Não raras são as vezes em que somos únicas em determinados espaços e alheio a nossa vontade, viramos “representantes” de todas as outras pessoas negras que tiveram seu espaço negado. Grada Kilomba (2019) chama esse fenômeno

de círculo duplo de inclusão e exclusão, quando uma pessoa negra está incluída em um espaço de exclusão esta torna-se representante da “raça”.

Sem dúvida, esse é um dos fatores que desestimula a participação ativa dos estudantes: “[...] às vezes é difícil se colocar como “representante dos negros”, e nem sempre é possível ter boas respostas para todas as situações de racismo que posso vir a encontrar. Mas é importante refletir essas situações, não me culpar às vezes por uma omissão, além de que, trabalhar esses assuntos me garantem mais confiança para não duvidar das minhas próprias capacidades, como às vezes faço”.

A fala acima faz parte do relato de um estudante e demonstra que inclusão e exclusão compõem um esquema racista, que essencializa e tira a subjetividade das pessoas negras. Portanto, em nenhum ambiente acadêmico de minoria negra, é possível a livre expressão de quem somos enquanto indivíduos, pois nossa fala e ação são compreendidas como representação da nossa “raça”.

Ao se pronunciar, o estudante acrescenta outro ponto importante: a dúvida sobre a sua própria capacidade. Na medida em que o modelo cultural branco é imposto e cristalizado como modelo universal, a cultura não branca é tida como menor, e menos elaborada. Portanto, considerar-se incapaz é sintoma de uma trajetória de negação, invisibilidade e inferiorização da população negra em detrimento da superioridade branca.

Tendo a branquitude como significante cultural (MOREIRA, 2019), esta atua para manutenção da dominação racial ao produzir discursos generalizadores de uma suposta inferioridade negra. Como exercício para a nossa sobrevivência, precisamos cotidianamente nos desvincular desses modelos mentais que nos classificam e generalizam, e nos autoafirmar positivamente como pessoas negras.

Discutimos em sala de aula a forma como compartilhamos experiências de racismo que se tornaram memórias traumatizantes advindas de violências externas, iniciadas na escravização e em curso. Mas também na coletividade, elaboramos estratégias de descolonização.

Diante de diversas possibilidades de dispersão, fomos surpreendidas pela participação de parte expressiva da turma e pudemos concluir que se dava pelo fato de que a busca por cursar o componente curricular foi de interesse em função da temática abordada.

Mais da metade da turma era composta por estudantes negras e negros advindos de diversos cursos de graduação. Dos relatos colhidos ao fim das aulas, percebemos que os encontros proporcionaram suporte para o enfrentamento das situações cotidianas de racismo. “*Me sinto fortalecido de coragem e argumentação. Cheio de referências. Acredito que a disciplina seja o começo de uma caminhada*”, afirmou um dos estudantes, outra estudante complementou: “*Eu sentia muita insegurança em apontar situações de racismo por medo de ser desacreditada por não ter muito embasamento teórico*”.

Refletir sobre ingresso e permanência universitária é de responsabilidade de toda a sociedade e para construir estratégias é preciso pensar a universidade como um lugar possível de escrever nossas experiências de vida. É imprescindível que esse espaço faça eco às manifestações estudantis, garantindo reconhecimento e respeito e escuta ativa.

Trocas plurais

A escrita desse capítulo é composta por três pessoas com caminhadas distintas, mas que compartilham das experiências raciais no ambiente acadêmico. O componente curricular foi ministrado como requisito de estágio para a docência na pós-graduação, atendendo às discussões elaboradas na dissertação e tese, mas também como uma possível retaliação do caso mais recente de racismo na unidade acadêmica.

Se por um lado temos a possibilidade de dialogarmos sobre as epistemologias negras e construir um caminho possível para gestar as nossas potências, por outro vivenciamos o isolamento. A ideia de que falar sobre relações étnico-raciais é fazer militância acadêmica, ainda é muito presente e impede que sejamos vistas como indivíduos de direito para estar, permanecer e tecer críticas ao modelo universitário que, de fato, não comprehende nossas subjetividades.

É urgente a necessidade de o corpo docente rever suas metodologias e seus referenciais, pois a “cara” da universidade está mudando, está negra e se intersecciona com gênero, sexualidade e classe. Um modelo de educação autoritária e hierárquica não é condizente com os anseios de quem busca o saber como prática libertadora.

Ao passo que nós, docentes e discentes negras e negros nos reconhecemos como agentes de transformação, temos a possibilidade de dar continuidade às nossas experiências acadêmicas e construir comunidades de aprendizagem. Essa busca tem se dado em diálogo constante com toda a classe acadêmica que se coloca como aliada na desconstrução das práticas conservadoras de ensino.

Referências

- DIAS, Luciene de Oliveira. **Direitos “quase humanos”:** vivência para ensinar e aprender a comunicação dialógica. Revista de Comunicação Dialógica, Rio de Janeiro, nº3. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcd/article/view/50996>. Acesso em 01 jul. de 2021.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17 ed. Rio de janeiro: paz e terra, 1987.
- HALL, Stuart. **Da diáspora.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- KILOMBA, Grada. **Descolonizando o eu.** In: Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019
- MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pôlen, 2019.
- RIBEIRO, Katiúscia. **(RE)ancestralizar as vozes através das filosofias africanas.** São Leopoldo: Unisinos, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7rsIUDAMJl4>. Acesso em: 24 fev. 2021.

Fazer jornalístico e relações de gênero

*Taissa Gracik Tomé
Rosana Maria Ribeiro Borges*

O jornalismo é o meio responsável por difundir informações cotidianamente às mais variadas esferas sociais. Por meio dessa ferramenta, notícias e acontecimentos chegam com clareza e apuração aos interessados. Segundo Benetti (2008, p. 13), o “[...] jornalismo é, entre outras definições possíveis, um discurso”. Esse discurso dialoga com todas as sociedades, gêneros, regiões e idades. De uma forma ou de outra, o jornalismo chega a essas pessoas e alimenta a curiosidade, a percepção social e a forma de enxergar o mundo.

É importante lembrar que o jornalismo é produzido por pessoas. Sendo assim, por mais imparcial que tente ser, a produção é carregada de características próprias de quem a faz. Benetti (2008, p. 19) afirma que “o jornalista que enuncia tem uma imagem sobre si, seu papel e sua identidade. Essa imagem está alicerçada tanto em ideais como verdade e credibilidade quanto na consciência [...]”. Ou seja, o conteúdo entregue é tão imparcial quanto é possível, mas jamais será isento de uma carga cultural vivenciada por quem o escreve.

O fazer jornalístico como processo de significação e ressignificação exige observação/percepção, reflexão e expressão de mundo. Por isso, os jornalistas devem ir além do “dar a notícia” para compreender

der os fenômenos sociais e compartilhar esta compreensão. Assim, o fazer jornalístico supõe a busca da essência das ações humanas contidas nos fenômenos sociais. (ALVES; SEBRIAN, 2008, p. 2)

À vista disso, a compreensão de valores-notícia se faz importante no sentido de pensar as escolhas de um veículo jornalístico, uma vez que cada notícia veiculada é escolhida. É inegável que alguns fatos devem, quase que por obrigação, aparecer no jornal. No entanto, dentre uma gama de assuntos, alguns específicos são selecionados. Essa preferência pode dizer muito sobre o veículo ao qual se analisa. “A aplicação e invocação dos valores-notícia surgem quando se avalia a noticiabilidade do acontecimento, ao apreciar se as suas características o tornam ou não merecedor de ser notícia.” (BIANCHI; HATJE, 2006, p. 167-168).

O determinismo de assuntos que entram em pauta e os que ficam de fora pode se tratar, também, de uma tática midiática. Ou seja, notícias que geram audiência podem ser escolhidas com mais facilidade, independente do assunto, para permear as editorias do jornal. Entendendo que um jornal é também uma empresa e um comércio, e que faz parte de um sistema capitalista, percebe-se que a prática é possível e vai além da linha editorial do meio jornalístico.

O fazer jornalístico, em face às relações de gênero, aos valores-notícia, à linha editorial do veículo e aos formatos utilizados, é, de certa forma, perpetuador de estígmas sociais. Isso porque o fazer jornalístico pode ser um mero contribuinte para a continuidade de preceitos machistas instaurados na sociedade. Em grande medida, isso ocorre porque as instituições jornalísticas não são soltas no mundo ou mesmo estão isoladas das conjunturas estruturais da sociedade que, cada vez mais, erige em redes econômicas, de poder e, fundamentalmente, comunicacionais, tal como aponta Borges (2013).

Moraes e Silva (2019) argumentam que as técnicas jornalísticas são pautadas em uma perspectiva masculina e branca, o que interfere nos valores-notícia, na seleção de fontes, no recorte dos fatos e na demonstração deles. Dessa maneira, entende-se que o fazer jornalístico tem bases em um sistema patriarcal, assim como a cultura brasileira e goiana. Por conseguinte, é possível perceber que as

amarras culturais machistas são anteriores ao próprio Jornalismo e que regem, então, a criação e atuação da profissão.

A escolha por temas abordados nos jornais demonstra a posição dos veículos frente aos consumidores do conteúdo. Porém, as práticas machistas continuam acontecendo diariamente, no mundo todo. Pode-se dizer que, em alguns pontos, a realidade continua a mesma de vários anos atrás. Não seria função do jornalismo contribuir para essa mudança? Talvez uma resposta possível a esse questionamento esteja vinculada tanto ao modelo no qual o jornalismo brasileiro se estruturou, de forma privada, no qual existem anunciantes que pagam por espaços nos jornais mesmo fugindo ao interesse público, quanto das próprias redes nas quais os jornais se vinculam, a exemplo do que determina Borges (2013).

Se tratando de produtor de conteúdo diário, o jornalismo deveria atuar de forma social e não apenas comercial. A simples reprodução de acontecimentos não gera o impacto necessário às relações de gênero, tão segregadas no Brasil e no mundo. Atuar como instrumento de conscientização deveria ser um pilar difundido dentre o jornalismo, já que as informações ali tratadas conseguem influenciar a forma como os consumidores do conteúdo vão enxergar cada um dos acontecimentos retratados.

Partindo deste entendimento, o presente artigo teve como principal temática a análise da forma como os gêneros masculino e feminino apareceram nas notícias do portal jornalístico *G1 Goiás* no período de um mês, do dia 13 de março ao dia 13 de abril de 2021. Os dois gêneros são os mais presentes nas narrativas jornalísticas, assim como argumentam Martinez, Lago e Lago (2016), o que sustenta a essencialidade da investigação. Embora tenha-se a consciência de que a atual sociedade aponta a existência de inúmeros outros gêneros, como por exemplo os transgêneros, os binários e não-binários, neste estudo tem-se o interesse nos gêneros masculino e feminino pelo motivo exposto.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), em Goiás existem 2.981.627 homens e 3.022.161 mulheres. A partir dos dados apresentados, é possível observar que, no estado, o número de mulheres é maior que o número de homens. Entretanto, considerando que Goiás é um território cuja construção sociocultural é eminentemente patriar-

cal, faz-se importante perceber até que ponto isso interfere na produção jornalística, motivo que embalou o principal escopo do presente artigo que, como dito, está recortado no registro dos assuntos nos quais mulheres e homens são noticiados no *G1 Goiás*, bem como na realização de uma comparação entre eles.

Para além disso, o portal jornalístico *G1 Goiás* é, segundo Braga (2020), o de maior audiência no estado. O supracitado veículo trata-se também de um jornal influente e pertencente a um grupo com raízes consolidadas na mídia goiana, que é o Grupo Jaime Câmara¹. A inspeção da forma como o Portal atua frente ao tratamento de gênero diz respeito não somente à linha editorial do veículo, como também à percepção social perante fatos ocorridos todos os dias nos tensionamentos do que é ser homem e ser mulher na sociedade goiana contemporânea.

O jornalismo, como produtor e difusor de informações que são significadas, tem um papel importante na discussão proposta. Dessa forma, tornou-se necessário entender como homens e mulheres são tratados no fazer jornalístico, e, consequentemente, na realidade diária nas quais todos se encontram e que reflete na representação noticiosa. A hipótese que se tem é que as raízes profundas de um machismo estrutural, normalizado por muitos séculos, interfere na construção de notícias jornalísticas.

Entender como uma ferramenta de informação, que é o jornalismo, explicita realidades cotidianas corrobora no entendimento da sociedade em que se vive. Analisar um portal de notícias local contribui para aguçar a percepção do que acontece diariamente e, dessa forma, notar como se organiza o meio em que se está inserido. Segundo Travancas (2003, p. 4), “o mundo urbano tem características e particularidades que se combinam e se misturam no jornalismo”. Para tanto, entender como mulheres e homens são retratados nas mais variadas notícias permite perceber como ambos os gêneros são vivenciados no cotidiano, que espaço ocupam e como ocupam.

1 O Grupo Jaime Câmara teve início em 1935 com a fundação da papelaria e tipografia J. Câmara e Companhia. A partir de 1938, com uma nova razão social, intitulada J. Câmara & Irmãos, o grupo estreou diversos jornais impressos e televisivos. Com as mudanças e tecnologias no mercado, o grupo deu início também aos portais online, como o G1 Goiás, que lidera o ranking de portais jornalísticos mais acessados no estado (Grupo Jaime Câmara).

Para que essa análise se tornasse possível, foram catalogados os títulos e subtítulos de todas as matérias que fizessem referência a homens e mulheres, publicadas na versão online do *G1 Goiás* dentro de um mês. Ou seja, todas as notícias que citavam um dos dois gêneros, seja como fonte ou personagem principal, foram inseridas como objeto de análise. Aquelas que não indicaram a ação de homens ou mulheres no título ou subtítulo não foram coletadas. Da mesma forma, matérias que utilizaram termos gerais como “pessoas” ou “grupo” não atenderam à proposta e, assim, não entraram nos quadros de análise.

Categorias mais notificadas pelo G1 Goiás entre março e abril de 2021

As 276 matérias referentes a homens e mulheres, publicadas no *G1 Goiás* entre março e abril de 2021, foram elencadas em doze categorias, quais sejam: 1) Covid; 2) Policial; 3) Acidente; 4) Violência de gênero; 5) Saúde; 6) Animal; 7) Política; 8) Auxílio; 9) Resgate; 10) Judiciário; 11) Cultura; 12) Educação.

Na categoria *Covid*, foram inseridas 105 notícias, o que corresponde a exatos 38% de todo o material coletado. Na categoria *Policial* estão 61 matérias, correspondentes a 22,1%. Já em *Acidente* foram inseridas 33 notícias, referentes a 12% do material. Na categoria *Feminicídio*, por sua vez, existem 23 matérias jornalísticas, que correspondem a 8,3% do total. Em uma escala de quantidade de publicações, a categoria *Saúde* ocupa a quinta posição, com quatorze matérias publicadas, equivalentes a 5,1%.

Em *Animal* foram inseridas nove notícias, que correspondem a 3,3% do total. Em sétimo lugar, com oito matérias publicadas, que equivalem a 2,9%, está a categoria *Política*. A categoria *Auxílio*, no que lhe concerne, representa sete notícias, correspondentes a 2,5%. As categorias *Resgate* e *Judiciário* possuem o mesmo quantitativo: cinco matérias, ou seja, 1,8%. Da mesma forma, as categorias *Cultura* e *Educação* possuem a mesma quantidade de matérias publicadas e, assim, ocupam os dois últimos lugares em uma escala que indica a quantidade de matérias publicadas por categoria. Em ambas, foram registradas três notícias e, assim, cada uma corresponde a 1,1% do todo.

Abordagem jornalística sobre homens e mulheres no G1 Goiás

Como forma de exemplificar a análise realizada, foi aplicada a análise de conteúdo em quatro matérias de categorias pré-estabelecidas, sendo uma da categoria *Covid*, que possui a maior quantidade de notícias no período e, assim, torna-se um ponto importante de estudo; uma da categoria *Policial*, que representa a segunda maior quantidade de matérias catalogadas; e duas da categoria *Violência de gênero*, que vai de encontro ao objetivo deste estudo..

A partir da análise minuciosa da forma como as notícias são apresentadas, é possível perceber o tratamento aplicado pelo *G1 Goiás* frente aos gêneros masculino e feminino nas mais variadas vertentes, separadas e identificadas em cada uma das doze categorias elencadas, assim como compreender a influência de uma sociedade patriarcal no fazer jornalístico.

Violência e Covid

Na categoria Covid, apesar do montante de matérias publicadas no portal a respeito da doença e da pandemia no estado de Goiás, optou-se por analisar uma notícia que diz respeito à violência sexual sofrida por uma criança que perdeu a mãe para o coronavírus e ficou com os avós desde então. A escolha foi motivada pela proximidade do assunto com a temática deste estudo, o que contribui para o caminhamento da análise.

A matéria cujo título é “Idoso é preso suspeito de estuprar neta de 9 anos que foi morar com ele após a mãe dela morrer de Covid-19, em Piracanjuba”, foi publicada no dia 31 de março de 2021 e tem como autor um homem. Como imagem para ilustrar o conteúdo exposto, há apenas uma foto da sede da Delegacia de Piracanjuba. Não se trata de uma foto autoral, mas sim de uma imagem de divulgação da Polícia Civil.

O nome do avô, suspeito dos abusos, não foi divulgado devido à lei de abuso de autoridade, como cita a matéria. Dentre as medidas da lei estão a punição de agentes por decretar condução coercitiva de testemunha ou investigado antes de intimação judicial e divulgar gravação sem relação com a prova que se pretenda produzir (CERIONI, 2020).

Na matéria, é dito que “os avós acolheram a menina” após a morte da mãe. A palavra “acolhimento” infere que a criança foi assistida e bem cuidada pelos novos responsáveis. No entanto, como é narrado na própria notícia, após ser destinada aos cuidados dos avós, a menina passou a ser abusada. A escolha do termo “acolher”, então, demonstra um contraposto do que foi afirmado ao longo da narrativa. Assim, é possível dizer que a palavra foi mal colocada no contexto e um outro termo seria mais adequado para reafirmar a situação enfrentada pela garota.

No entanto, mesmo com o entendimento de que um equívoco possa ter sido cometido na escolha das palavras, o sentido dado à frase é o de que os avós prestaram um bom papel familiar ao cuidar da criança, promovendo de fato um acolhimento àquela que havia perdido a mãe. Essa percepção, porém, é logo refutada com as informações posteriores, de que a avó é suspeita de saber da ocorrência dos abusos.

É possível perceber, também, que as violações não se restringiram ao âmbito familiar, uma vez que uma amiga da criança também pode ter sido estuprada pelo suspeito. Ademais, a narrativa infere que os estupros aconteceram por mais de uma vez ou até de forma cotidiana, já que, segundo expõe o delegado responsável pelo caso, as meninas contaram, em depoimento, como eram abusadas. Aqui, a escolha do termo “eram” aponta uma frequência na ação, já que, caso a violência tivesse acontecido apenas uma vez, o termo mais adequado seria “foram”, que indica uma ação que já terminou.

Além disso, ao explicar que a avó é suspeita de saber dos crimes, a notícia usa palavras no plural, indicando uma prática recorrente de abusos. Somado a isso, há a constatação de que a criança foi morar com os avós em 2020, ano em que a mãe faleceu. Não foi indicado, na notícia, a data exata do falecimento e da mudança da menina para a casa dos avós, mas considerando a data da publicação da matéria, já no fim de março de 2021, comprehende-se que a criança ficou vários meses sob a guarda da avó e do avô. Dessa forma, os estupros podem ter acontecido pelo mesmo período ou menor, ficando restrito a dias.

É importante perceber que, como fonte para a notícia, há apenas o delegado responsável pelo caso. Assim como em outras categorias, como *Policial* e *Violência de gênero*, nota-se o uso restrito de fontes ofi-

ciais. Para além disso, os desencadeamentos do caso são apenas citados superficialmente e incluem a pena que o suspeito pode pegar caso seja condenado e a destinação da criança a um abrigo temporário até que uma tia consiga na Justiça o direito de ficar com ela.

Conjuntamente à análise já realizada, vale salientar que os abusos não foram motivados exclusivamente pela oportunidade após a morte da mãe da criança. Visto que a violência não foi praticada somente contra a garota, mas também a uma amiga dela, é possível inferir que, em algum outro momento que o avô tivesse proximidade à neta, os estupros poderiam ter sido cometidos. Isso porque a avó é suspeita de saber dos crimes e assim, consequentemente, acobertar a prática do companheiro, e também porque a violação foi realizada contra mais de uma criança.

Estupros em abrigo

A matéria intitulada “Polícia indicia ex-primeira-dama e mais três pessoas por omissão diante de estupros contra crianças em abrigo de Quirinópolis” foi publicada no dia 22 de março de 2021 e escrita por uma mulher. Apenas uma imagem ilustra a matéria, inserida na categoria *Policial*. Trata-se de uma foto não autoral, de reprodução da Polícia Civil, que mostra a Delegacia de Quirinópolis.

A notícia narra a descoberta dos crimes a partir da denúncia de um casal que adotou uma criança que ficava no abrigo e que relatou a eles a vivência de episódios sexuais no local. De acordo com uma delegada, usada como fonte na matéria, também houve, pela polícia, a ciência de abusos relatados por outras duas crianças que fugiram do abrigo, que é uma instituição municipal, como define a matéria.

É dito, logo no início da narrativa, que a ex-primeira dama da cidade e outras três pessoas foram indiciadas por omissão diante dos estupros, incluindo a ex-presidente do Conselho da Criança e Adolescente e a coordenadora do local. Também há a explicação de que outras seis cuidadoras do abrigo foram indiciadas por maus-tratos. Apenas no fim da notícia é apresentada a informação de que todas as

pessoas envolvidas também foram indiciadas por crime de submissão à humilhação, com pena de 6 meses a dois anos, e pelo crime de maus-tratos, com pena de 2 meses a um ano.

Chama atenção o fato de que em nenhum momento é dito por quem os abusos foram cometidos. A matéria afirma, por diversas vezes, a ocorrência da violação contra as crianças e o conhecimento dos crimes por parte dos indiciados mas, do início ao fim, a pessoa responsável (ou as pessoas) pelos abusos não é sequer indicada.

Outro ponto passível de análise é a participação do atual prefeito de Quirinópolis como fonte da matéria. Por ele, é dito que a maioria das pessoas suspeitas de envolvimento nos crimes já foram substituídas e que várias providências já foram tomadas. No entanto, essas medidas não são apontadas e o fato de se afirmar que quase todas, mas não todas, as pessoas envolvidas nos abusos foram substituídas indica uma falta de urgência em tratar do assunto, mesmo diante da gravidade dele.

Nota-se, tanto por parte da autora da notícia quanto por parte do prefeito, usado como fonte, o tratamento superficial atribuído aos crimes. Entende-se que relações de poder influenciam relações sociais e permitem, muitas das vezes, que poucas informações sobre determinados assuntos sejam divulgadas, assim como permitem que autores de crimes não sejam mencionados em matérias jornalísticas. A respeito do que diz Giordani (2011, p. 6), “o âmbito do poder e da dominação, via linguagem, e por sua vez realidade social, vai desde a atuação do Estado até as relações sociais, manifestando-se por meio de estratégias, atores e dispositivos”.

No entanto, o Jornalismo tem papel fundamental na manutenção do acesso à informação e deve se assegurar como tal, cumprindo com o exercício de levar o máximo de veracidade ao público, a exemplo do que explica Karam (1997):

A liberdade de expressão e o direito social à informação, mediados pela atividade profissional dos jornalistas, podem - mesmo com as contradições inerentes ao capitalismo - caminhar na defesa da informação como bem público e social, tensionando os limites políticos e ideológicos da atual estrutura informativa, a fim de constrangê-los pela fundamentação teórica, ontológica e epistemológica ao lado da ação política concreta num movimento que

sintetiza e analisa a realidade e, simultaneamente, age sobre ela. No jornalismo, essa práxis comprometida com a potencialidade epistemológica, política e tecnológica da atividade deve ser somada à radicalidade da defesa ética da profissão. Se a informação é um bem público e social, como define a Unesco, precisa superar os complexos limites em que se move atualmente. A informação implica ser mediada por uma ética que, sem apegar-se somente a normas de conduta, reflita uma própria teoria moral que rompa com a moralidade conservadora, com a legalidade e dominação vigentes e construa-se com base em valores como *liberdade* e *humanidade*. (KARAM, 1997, [n.p.]. Grifos do autor)²

A matéria em questão teria potencial para explorar o assunto com diferentes fontes e vertentes. A partir da análise das matérias catalogadas, é possível perceber que o portal jornalístico adota um modelo de notícias mais curtas e que apenas alguns casos são aprofundados. Nota-se, também, que quando há a escolha de discutir um assunto já apresentando, são feitas várias notícias e não apenas uma só com maior amplitude. No entanto, aqui optou-se por analisar as matérias individualmente e, assim sendo, foi possível verificar a necessidade de um debate maior a respeito de alguns temas, como o apresentado nesta análise.

Uma vez escolhido o tema que será objeto de investigação do jornalista (escolha de pauta, ou seja, relevância), o problema pode ser investigado de maneira menos ou mais intensiva, o que afeta a objetividade. Um assunto de menos importância pode merecer uma nota no jornal e o repórter/redator/editor vai se contentar com as informações de um release. Um outro tema pode resultar em uma reportagem, o que exige do jornalista uma pesquisa mais apurada. Em ambos os casos, a busca da realidade será afetada pelo grau de importância que se dá ao fato. (SPONHOLZ, 2003, p. 114)

Sendo assim, é compreensível que as temáticas apresentadas no Portal refletem as vivências sociais instauradas no estado, mas não são performances exatas daquilo que é vivido cotidianamente. Isso porque, em uma redação jornalística, opta-se pelo destaque maior em alguns acontecimentos enquanto outros, de mesma importância, não são noti-

² A versão digital do livro “Jornalismo, Ética e Liberdade”, a qual eu tive acesso, não está paginada.

ciados e, se são, tornam-se pouco discutidos. Essa prática pode se tornar um empecilho entre a realidade e o que é noticiado.

A falta de diversificação de fontes também é um ponto que chama atenção, já que apenas a opinião de uma delegada é demandada, além de uma rápida informação advinda do atual prefeito da cidade em que o abrigo fica localizado. Contudo, é necessário reconhecer que houve, sem sucesso até a publicação da matéria, a tentativa de obtenção de um posicionamento da ex-primeira dama de Quirinópolis, indiciada no caso.

Entende-se, também, que algumas informações a respeito de investigações ficam restritas ao domínio policial e os meios comunicacionais não podem ter acesso a elas. Porém, em um caso de tamanha gravidade como o exposto, seria interessante, para não dizer necessário, que mais pessoas fossem ouvidas e que informações aprofundadas fossem exibidas ao público.

Todavia, a partir da percepção de que o Jornalismo faz parte de um meio capitalista, como explicita Genro Filho (2004), comprehende-se que o *G1 Goiás* está inserido nessa esfera. Assim, o portal deve manter a audiência que, como dito anteriormente, é a maior de Goiás. Através disso, é decifrável a necessidade de se publicar notícias importantes em acontecimento no estado, mesmo sem os devidos aprofundamentos, como foi observado.

Violência familiar

A notícia cujo título é “Homem é preso suspeito de matar irmã a facadas em briga envolvendo máquina de lavar roupas, em Aparecida de Goiânia”, foi escrita por uma mulher e publicada no dia 29 de março de 2021. Na matéria existem duas imagens, sendo a primeira uma foto da vítima, retirada de uma rede social, e a segunda uma foto de um cômodo da casa em que a vítima morava, que estava bagunçado, indicando luta corporal, segundo o texto. Esta imagem também não se trata de uma produção autoral da equipe do *G1*, mas sim de uma reprodução do conteúdo fotográfico da Polícia Civil.

A matéria narra mais um caso de feminicídio ocorrido no estado de Goiás, dessa vez por motivo fútil. À exceção da maioria dos casos,

este foi cometido pelo irmão da vítima. O acontecimento fica, então, na esfera familiar mas sem ter sido cometido por cônjuges, como se percebe na quase totalidade do conteúdo catalogado. Nota-se que a veiculação de conteúdos como o apresentado concerne na realidade vivenciada no estado de Goiás, assim como remete a uma escolha do próprio portal jornalístico.

A visibilidade feminina no jornalismo vem há tempos sendo tema de questionamentos e análises no espectro acadêmico – mas é a partir de uma democratização da problemática feminista que, percebemos, a imprensa passa a se pensar e repensar como reproduutora de representações violentas. (MORAES; SILVA, 2019, p. 11)

É importante considerar que assuntos principais são definidos pela equipe de redação do veículo e, a partir daí, tem-se a escolha sobre o que será ou não abordado. Da mesma forma, é necessário reconhecer que a predileção só acontece porque os acontecimentos estão em voga na sociedade.

Poucos assuntos são mais aterradores do que os crimes em família. Pais que matam filhos em vez de protegê-los. Filhos que matam pais em vez de lhes serem gratos. Irmãos que matam irmãos, maridos que matam suas mulheres grávidas, mulheres que encomendam a morte de seus maridos. São *eventos fascinantes* para o jornalismo, dotados de notabilidade porque, a cada fato singular, renasce o seu elemento universal: os laços se unem aqueles que se amam. A cada ruptura dessa “certeza natural”, ressurge o horror de saber que esses laços nem sempre existem, ou nem sempre são suficientes, ou nem sempre podem ser compreendidos em toda sua extensão ou patologia psíquica. (BENETTI, 2009, p. 293. Grifos da autora)

Chama atenção o fato de que apenas o delegado responsável pelas investigações do caso é apontado como fonte. Além disso, as informações contidas no texto foram, como é informado no próprio portal, extraídas de registros policiais. O autor da notícia explica que não foi possível contatar a defesa do preso, uma vez que ele ainda não havia sido ouvido pela equipe policial. Da mesma forma, é dito,

ao fim da notícia, que a Polícia Técnico Científica foi acionada, mas não deu retorno até a última atualização da reportagem.

Não foi informado, no texto, o horário em que a última atualização foi realizada. Porém, é possível observar que a tentativa de contato foi realizada às 10h40 e a notícia foi publicada exatamente às 11h, o que implica em um curto espaço de tempo para que a possível fonte possa responder. Compreende-se, em um viés comercial, a necessidade da maior antecipação possível dos fatos ao leitor, mas é exequível a noção de que o fazer jornalístico pode ficar prejudicado.

No caso das mudanças que vêm ocorrendo no campo do jornalismo, uma das principais questões que resultam da grande aceleração, principalmente após a emergência das mídias digitais no cenário da comunicação, é a mudança dos ciclos de notícias, que, tanto pelo lado da produção quanto da recepção, parecem ser governados pela velocidade, passando a concorrer com os antigos ciclos que obedeciam a padrões industriais de divulgação de notícias. (MELO, 2018, p. 4)

O caso de feminicídio em questão, cometido pelo irmão da vítima, foi escolhido como objeto de análise para demonstrar que a violência contra a mulher vai além da cometida por maridos, ex-maridos e companheiros de qualquer espécie, que são, no entanto, maioria (SANTOS et al., 2014). Um sistema patriarcal, que leva homens a julgar como cabível de punição qualquer atitude feminina que desgrade, instiga a violência de gênero e mantém a continuidade dela.

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, consequentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo (CASTELLS, 2010, p. 169).

Dessa maneira, é passível de análise o fato de um homem matar a própria irmã por um motivo fútil que é, nesse caso, uma discussão por uma máquina de lavar roupa. A cultura de que, em uma hierarquia familiar, a mulher deve respeitar a opinião do pai, irmão e marido, ainda coloca o gênero feminino como suscetível a episódios como o relatado, em que um familiar julga necessário tirar a vida de um ente por conta de um desentendimento.

A apresentação das informações na matéria permitem inferir que a agressividade relatada não foi destinada exclusivamente à vítima e que no episódio foi aplicada demasiada violência, uma vez que outra irmã do agressor foi ferida ao tentar separar a briga. Também é possível concluir que a agressão chamou a atenção daqueles que estavam na rua, dado que o homem foi agredido por populares ao sair da casa da vítima, após cometer o crime.

Este é mais um indício da dimensão da violência aplicada contra a irmã, já que pessoas que estavam fora do local conseguiram ouvir a discussão e tentaram punir o agressor quando ele saiu da residência. Por conseguinte, é admissível que muitos fatos devem ser deduzidos e não são apontados diretamente no *G1 Goiás*, o que indica um tratamento superficial ao conteúdo veiculado. Como já dito, essa característica pode ser explicada pelo modo de jornalismo “rápido” vivenciado nos dias atuais, além de uma escolha própria do portal. No entanto, há a sensação, para aquele que lê, de que falta algo, seja um esclarecimento ou informação.

Feminicídio

A notícia inserida na categoria *Violência de gênero* e que tem como título “Homem mata a ex-mulher e o marido dela a facadas em Palmeiras de Goiás, diz polícia” foi publicada no dia 01 de abril de 2021 e escrita por um homem. Apenas uma imagem ilustra a matéria, sendo uma montagem com fotos das duas vítimas: a mulher e o esposo. Há, também, a opção de assistir a reportagem televisiva veiculada na TV Anhanguera sobre o ocorrido. As duas vítimas foram identificadas e tiveram os nomes divulgados na matéria. Já o nome do agressor não foi revelado.

A narração relata a prática do crime e a motivação na qual a polícia acredita. De acordo com o que é exposto, o autor dos assassinatos, que também morreu, pode ter tentado contra a vida das duas vítimas e contra a própria por ciúmes. As informações às quais o portal jornalístico teve acesso são de cunho policial, sendo considerados o relato da Polícia Civil e o boletim de ocorrências realizado pela Polícia Militar.

O boletim da Polícia Militar, por sua vez, indica que um vizinho acionou a corporação após ouvir gritos de socorro vindos da casa da mulher. Ao chegar no local, a polícia se deparou com o portão trancado e precisou quebrar a tranca para entrar na residência. É exposto, também, que o homem agredido foi encontrado ainda com vida e contou aos policiais o que havia acontecido. Os dois homens, vítima e agressor (posições apontadas na matéria), foram encaminhados ao hospital mas não resistiram aos ferimentos.

Assim a descrição é feita, com informações inteiramente advindas da polícia. Não são apontados maiores detalhes a respeito do relacionamento entre a mulher e o agressor, que é ex-marido dela, como por exemplo há quanto tempo o término ocorreu. Todavia, mesmo com a mulher dando seguimento a própria vida, o ex-companheiro sentiu-se detentor do direito de interromper a vida dela por ciúmes, como se ela não pudesse ter uma vida sem ele.

“[...] na sociedade patriarcal, gerada no período colonial, o homem tinha o direito de controlar a vida da mulher como se ela fosse sua propriedade”, argumentam Boris e Cesídio (2007, p. 456). A realidade apontada está longe de ser restrita ao período colonial. Como dito anteriormente, o patriarcalismo ainda interfere na forma como as relações são ditadas e, consequentemente, os crimes são praticados. Essa verdade corrobora na incidência de notícias com o mesmo cunho, como observado neste artigo.

As raízes machistas da sociedade brasileira reforçam o papel da mulher como pertencente ao homem. Mesmo após o fim do relacionamento, a mulher segue passível das determinações masculinas e pode ter a vida interrompida por aquele que estabelece que o direito de viver foi encerrado. Haja vista o que afirma Blay (2003), a cultura de subordinação na qual mulheres estão inseridas as colocam como uma alienável e eterna propriedade.

Essa constatação é reafirmada quando se percebe que o agressor opta por tirar a própria vida, mas não aceita que a ex-companheira possa ter vivências que não sejam mais vinculadas a ele, como notou-se no caso analisado. A percepção é ainda mais reforçada quando há a morte do atual marido da mulher, o que demonstra a não aceitação de outro homem na mesma posição que um dia foi ocupada pelo agressor, como se aquele lugar fosse único e não houvesse mais possibilidade de outra pessoa ocupá-lo.

A ideia de propriedade é altamente pleiteada nesse contexto, uma vez que a mulher torna-se um objeto pertencente ao homem e, assim, está submetida às vontades dele e unicamente dele. Aquilo que ela deseja não está em questão, assim como o direito à vida não cabe a ela, mas sim ao parceiro, ex-parceiro, pai, irmão.

Considerações finais

A partir de toda a análise construída até aqui, é possível refletir acerca dos objetivos propostos e os resultados encontrados. Como principal guia deste trabalho, almejou-se elaborar elementos teóricos, metodológicos e instrumentais para analisar a forma como os gêneros masculino e feminino aparecem nas notícias jornalísticas do portal jornalístico *G1 Goiás* entre março e abril de 2021. Assim, discussões teóricas foram construídas de modo a embasar as observações posteriormente realizadas, possibilitadas a partir da criação de quadros e categorias que delimitaram os assuntos nos quais ambos os gêneros estão inseridos.

Em congruência com as problemáticas pensadas, foram analisadas matérias específicas que abarcasse especialmente as condições de homens e mulheres no estado de Goiás. Com isso, foi possível perceber que, na maioria das vezes, as mulheres são temas de notícia quando estão na posição de vítima. Os crimes aos quais elas são submetidas são, inclusive, narrados de forma parecida, uma vez que o comportamento dos agressores se repetem. Da mesma forma, elas são pouco requisitadas como fontes. Notoriamente, os fatos noticiados que têm mulheres como personagens principais, à exceção dos que envolvem violência, são minoria no portal jornalístico.

Esse indicador não reflete somente a posição do *G1 Goiás*. Em maior parte, tem-se a representação social de um sistema excludente em relação às mulheres, o que as mantém na condição de vítimas e perpetuam os homens nas situações de poderio, tanto em relação a outros corpos quanto em relação a si próprios. Nota-se, então, que na parcela de realidade representada no Portal, as construções sociais patriarcas são reforçadas, já que as mulheres são colocadas em poucas situações além dos majoritários casos noticiados sobre violência, seja ela moral, sexual, física ou patrimonial.

O jornalismo, atuando como um espelho da realidade, é determinante no que concerne ao saber público. Assim, a grande quantidade de notícias publicadas no *G1 Goiás* a respeito de casos de violência contra mulheres é um fator deliberativo da realidade vivenciada no estado. No entanto, a forma como esses assuntos são tratados está diretamente ligada ao fazer jornalístico e, consequentemente, na representação da realidade.

Considerando as interlocuções jornalísticas explicitadas, tornou-se possível a construção de leituras sobre o modo como mulheres e homens são retratados em notícias publicadas diariamente, refletindo a realidade social de um sistema patriarcal enraizado na sociedade brasileira. A percepção já discutida de que o fazer jornalístico é pautado em premissas masculinas corrobora na comprovação da hipótese pensada neste trabalho, de que as raízes profundas de um machismo estrutural, normalizado por muitos séculos, interfere na construção de notícias jornalísticas. Como um reforço para a evidência da resposta à hipótese, tem-se o fato de que as mulheres não adquirem voz sequer no momento em que suas vidas são exploradas e expostas pela mídia.

Opiniões são comumente requisitadas, mas de forma habitual sempre há alguém para falar sobre elas e por elas, como no uso de fontes oficiais que, como foi possível notar, são preferíveis pelo Portal. Assim, em alguns casos, o baixo índice de mulheres nessa posição se dá pela pouca ocupação delas nas esferas de poder, uma vez que, apesar dos avanços conquistados, a desigualdade no mercado de trabalho permanece e algumas funções continuam sendo majoritariamente ocupadas por homens, como exemplificam Melo e Di Sabatto (2011).

Dessa forma, são explorados os casos em que as mulheres são violentadas, mas a opinião delas sobre as situações não são demandadas. Para além disso, apesar da influência que o *G1 Goiás* tem no estado e das informações em primeira mão que muitas vezes são divulgadas por ele, notou-se que a urgência pela necessidade de publicação dos conteúdos para que a captação do público leitor ocorra na frente de outros jornais, acarreta no uso de termos com sentido diferente do que se quer passar.

Essa prática vai além da conduta do jornalista já que, muitas das vezes, a rotina das redações impõe ao profissional a rápida produção do material para publicação, o que implica na baixa reflexão acerca do que está sendo produzido. Consequentemente, ações como essa podem reforçar ainda mais as concepções sociais discutidas neste artigo, contribuindo para a manutenção dos estigmas nos quais as mulheres são, ao longo dos anos, mantidas.

Entender como itens de uma construção social com bases antigas mas tão presentes na atualidade, como o machismo estrutural, permeiam a construção jornalística é perceber-se como ser presente e participante de uma sociedade. Ademais, trata-se de uma percepção, enquanto indivíduo, do lugar que se ocupa em um meio social e, mais ainda, como é constituído esse meio social. O exercício de perceber como o contexto interfere na produção jornalística vai além da importância do trabalho acadêmico, tornando possível a visão crítica do que acontece ao redor de cada um e qual é a posição de cada indivíduo dentro de um sistema conservador e patriarcal.

Compreender a forma como situações cotidianas refletem e instituem notícias dentro de um portal jornalístico é importante não só para pesquisadores da área, mas também para toda a população que consome tal conteúdo. Implicitamente, os usuários da página produzem sentidos a partir do que é visto. Essa produção contribui para a perpetuação de um sistema que vai além do jornalismo. Trata-se de um sistema social, que institui atividades, ramos, situações e condições “ideais” para o gênero masculino e para o gênero feminino.

Como tendo a função de informar tais situações ocorridas no cotidiano, o jornalismo se coloca como uma ferramenta de tradução e de transformação social. Partindo dessa premissa, revela-se a necessidade

de observar como mulheres e homens são retratados dentro de um cerco midiático que tem a função de explicitar, à população em geral, fatos ocorridos corriqueiramente. Afinal, relações de gênero implicam em poder e, à medida que as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, mantêm a mulher subjugada ao homem, assim como detalhou Costa (2008).

Considerando que se trata de um tema atual, já que discussões de gênero e a posição que cada um ocupa na sociedade estão cada vez mais fomentados, a análise de como ambos os gêneros citados aparecem nas notícias de um significativo portal jornalístico de Goiás se fez significativa. A pesquisa, portanto, promoveu a divulgação do tema, tão importante na atualidade. Contudo, é desejado que outros estudantes e pesquisadores se interessem pela análise e que mais trabalhos surjam da relação entre gênero e jornalismo, uma vez que se trata de um amplo cenário e que deve ser, cada vez mais, discutido e explorado.

Referências

ALVES, Fabiana; SEBRIAN, Raphael. Jornalismo Humanizado: o ser humano como ponto de partida e de chegada do fazer jornalístico. In: IX **Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**, Guarapuava, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2008/resumos/R10-0540-1.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BENETTI, Marcia. Jornalismo e imaginário: o lugar do universal. In: MARQUES, Ângela et al (org.). **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3996/399641241002.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BIANCHI, Paula; HATJE, Marli. Mídia e esporte: os valores-notícia e suas repercussões na sociedade contemporânea. **Motrivivência**,

Florianópolis, n. 27, p. 165-178, dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2270>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ryqNRHj843kKKHjLkgrms9k/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 01 jun. 2021.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro. **Pensamentos dispersos, hegemonias concentradoras:** discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no cerrado. 2013. 420 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESÍDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista Mal-estar E Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, 2007.

BRAGA, Alexandre. Os 10 sites mais acessados e influentes de Goiás em 2020. In: **Diário do Estado**, Goiânia, 8 out. 2020. Disponível em: <https://diariodoestadogo.com.br/os-10-sites-mais-acessados-e-influentes-de-goias-em-2020-77080/>. Acesso em: 01 jun. 2021.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CERIONI, Clara. Entenda a Lei de Abuso de Autoridade, que começa a valer hoje. In: **Exame**, São Paulo, 3 jan. 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/entenda-a-lei-de-abuso-de-autoridade-que-comeca-a-valer-hoje/>. Acesso em: 25 maio 2021.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres.** 2008. Disponível em: http://www.reprolatina.institucional.ws/site/repositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Genero_poder_e_empoderamento_das_mulheres.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

GENRO FILHO, Adelmo. Sobre a necessidade de uma teoria do Jornalismo. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 01, n. 1, p.

160-162, jan./jun. Florianópolis: Programa de Pós Graduação em Jornalismo: UFSC, 2004.

GIORDANI, Rosselane Liz. **As Relações de Poder Exercidas através do Discurso.** Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Universidade da Beira Interior. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/giordani-rosselane-as-relacoes-de-poder-exercidas-atraves-do-discurso.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2021.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho de Souza. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 1-23, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revista-famecos/article/view/22464>. Acesso em: 01 jun. 2021.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABATO, Alberto. A estrutura econômica num prisma de gênero. **Revista Gênero**, Niterói, v. 12, n. 1, 2011.

MELO, Mônica Chaves de. Mais rápido e mais devagar: como o paradoxo da aceleração afeta o ciclo de notícias do jornalismo. In: II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais, 2018, São Leopoldo. **Anais [...]**. São Leopoldo, Unisinos, 2018, p. 1-6.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: XXVIII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2019, Porto Alegre. **Anais [...]**. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5L-FXYWXOMDTM6JSBQBBT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

SINOPSE do Censo Demográfico 2010. In: IBGE. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=52>. Acesso em: 13 abr. 2021.

TRAVANCAS, Isabel. O jornalista e suas representações literárias. In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org>.

br/pdfs/31584531481350414315024434624514870327.pdf. Acesso em: 14 maio. 2021.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 2014.

SANTOS, Amanda Freire *et al.* Violência doméstica contra mulher. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n. 2, p. 71-78, 2014.

SPONHOLZ, Liriam. Objetividade em jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 10, n. 21, p. 110-120, 2003. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/3219>. Acesso em: 15 maio 2021.



IU. PAUTAS DO JORNALISMO BRASILEIRO NO COMBATE À HOMOFÓBIA

Da narratividade dos cartuns
à cobertura do futebol masculino

A representação homossexual masculina nas tiras de jornais: das primeiras strips à Mãe de gay

Salvio Juliano Peixoto Farias

Introdução

Em setembro de 2019, a exibição de um gibi retratando o beijo entre dois homens jovens causou alvoroço na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, primeiramente nas redes sociais, depois na imprensa e, por fim, no Tribunal de Justiça carioca¹. A história em quadrinhos *Vingadores – A cruzada das crianças* foi publicada pela Marvel nos Estados Unidos, em 2010. No Brasil, saiu pela Editora Panini Comics em 2012 e pela Salvati em 2016. Mas foi na Bienal do Livro que ganhou repercussão e causou debate acalorado e polêmico.

A edição foi escrita pelo estadunidense Allan Heinberg e ilustrada pelo britânico Jim Cheung. Mas foi mesmo a imagem – mais propriamente o quadro do beijo gay² – que motivou o pastor Marcelo Crivella, então prefeito do Rio de Janeiro à época, a pedir o recolhimento da publicação do mercado.

1 Após denúncias em redes sociais, um grupo de fiscais da Prefeitura, chefiados pela Secretaria Municipal de Ordem Pública, visitou a Bienal do Livro em busca de obras que fossem impróprias para crianças, no dia 6 de setembro de 2019. E mesmo sem encontrar nada impróprio, a organização do evento entrou com um mandado de segurança preventivo no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, onde obteve uma liminar que determinava a proibição de aprender livros e cassar o alvará da entidade (FINOTTI; MOLLINERO, 2019).

2 Apesar da palavra “gay” ser um adjetivo ou substantivo de dois gêneros e definir o que ou aquele que sente atração sexual e/ou mantém relação amorosa e/ou sexual com indivíduo do mesmo sexo, neste artigo é empregada para se referir a indivíduos masculinos.

Apesar do título, a obra não é direcionada às crianças. E mesmo se casualmente alguma criança tivesse acesso à publicação, a organização da Bienal do Livro alegou que um beijo (entre pessoas do mesmo sexo ou não) não é considerado pornografia. Muito provavelmente a polêmica não se instalaria se fosse um beijo entre os personagens Clark Kent/Super-Homem e sua namorada Lois Lane.

Não é novidade que ao longo de sua história os quadrinhos foram mal vistos inúmeras vezes e perseguidos por educadores, religiosos e progenitores que consideravam que a narrativa embasada em texto e imagens sequenciais “deseducavam”, incentivavam o desprezo pela leitura de textos mais profundos, infantilizavam o desenvolvimento intelectual de jovens leitores etc. No clássico livro *Desvendando quadrinhos*, Scott McCloud (2005, p. 18) escreve que “a expressão ‘história em quadrinhos’ teve conotações tão negativas que muitos profissionais preferem ser conhecidos como ‘ilustradores’, ‘artistas comerciais’ ou, na melhor das hipóteses, ‘cartunistas’”.

Cada vez mais, busca-se a criação de personagens mais diversos e inclusivos, como a obra citada acima, da Marvel, ou com o recente anúncio igualmente polêmico do filho bissexual do Super-Homem³. Entretanto, de sua origem comercial até os dias atuais, as histórias em quadrinhos e estiveram na especial mira de censores e moralistas de toda ordem, e no rol de temas amaldiçoados, a homossexualidade é um dos mais recorrentes.

Este trabalho visa mostrar como a “arte sequencial”, como se refere o célebre quadrinista Will Eisner (1999), fez dos jornais o veículo imprescindível para atingir e conquistar leitores em sua origem. Paralelamente, é intenção também montar um panorama da representação de personagens homossexuais em cartuns ao longo do século XX.

Por fim, direciona-se o holofote para a produção totalmente independente de um cartunista goiano que, na passagem da década de 1990 para os anos 2000, apresentou aos leitores do extinto jornal *Gazeta de Goiás* as tiras Mãe de gay, sua personagem-título que representa o coroamento de liberdade editorial para se tratar do tema na virada do milênio.

³ Divulgado em 11 de outubro de 2021, o personagem Jon Kent, filho de Clark Kent, assume ser bissexual na HQ *Superman: Son of Kal-El* #5, quinto volume da série que mostra a vida do herói de 17 anos. O anúncio da DC Comics causou alvoroço nas redes sociais, com a polarização evidenciada por comentários de apoio e repúdio.

O intuito é evidenciar como a formação e naturalização de uma identidade social LGBTQIA+, por mais múltipla que ela seja, abriu trincheiras ao longo dos anos para desembocar no que temos hoje: a representação romântica de um beijo entre dois personagens do mesmo sexo.

As tiras nos jornais

Os jornais estão no nascimento e na consolidação das histórias em quadrinhos. As narrativas com desenhos apresentados em sequência conquistaram leitores e ampliaram imensamente sua popularidade graças às publicações de historietas⁴ nas páginas dos jornais. Com o advento da litografia nas oficinas tipográficas no século XIX, a reprodução de imagens tornou-se mais rápida, fácil e foi ampliada. Isso ajudou a transmitir a mensagem com mais recursos e maior qualidade informativa. Nesse contexto, os desenhos satíricos não tardaram a aparecer e charges e caricaturas tiveram papel fundamental na conquista de leitores – letrados e com pouca ou nenhuma escolaridade.

Os cartuns com personagens ficcionais foram o passo seguinte da evolução das charges de quadro único, que costumavam ser acompanhadas de legendas de apoio, eram muito populares e, em geral, com teor crítico à política e vida social. No Brasil, o gravurista alemão Henrique Fleuiss já publicava as aventuras de Dr. Semana e Moleque nas páginas de sua revista *Semana Illustrada*, de 1860 a 1875. Os personagens eram Moleque, um jovem escravo alfabetizado, e Dr. Semana, seu senhor branco. Juntos, circulavam pelas ruas do Rio de Janeiro, observando a vida na cidade durante o Segundo Reinado e fazendo piadas com os costumes sociais (PEREIRA, 2015).

O ítalo-brasileiro Angelo Agostini fez de Nhô-Quim os primórdios dos quadrinhos no Brasil, com narrativa sequencial em quadros, no prestigiado semanário *A Vida Fluminense*, de 1869. Segundo o pesquisador Athos Eichler Cardoso, a série *As Aventuras de Nhô-Quim*⁵ foi

⁴ Os termos *historietas em quadrinhos*, ou apenas *historietas*, foram usados no Brasil até os anos 1940, provavelmente numa incorporação do espanhol. O termo *gibi*, que é amplamente usado no Brasil hoje, surgiu de uma revista publicada semanalmente pelo jornalista Roberto Marinho, a partir de 1939 (JUNIOR, 2001).

⁵ O título original é *As Aventuras de Nhô-Quim, ou Impressões de Uma Viagem à Corte*.

“a primeira história brasileira em quadrinhos de longa duração e uma das primeiras no âmbito mundial. Agostini desenhou os nove primeiros capítulos e os cinco restantes foram executados pelo seu companheiro de trabalho, Cândido A. de Faria” (CARDOSO, 2013, p. 22).

Nota-se que embora a fotografia começasse a ser utilizada nos jornais da última década do século 19, ainda era rara a sua reprodução naquele momento. A utilização dos desenhos litografados perdurou mesmo depois que a fotografia passou a ser sistematicamente impressa e publicada em periódicos, a partir de 1900.

Os cartuns ganham força nesse momento, caindo rapidamente no gosto popular. Publicados em jornais, charges e cartuns eram armas certeiras na disputa acirrada por cada leitor. Nesse momento em que a imprensa de massa se consolida nos Estados Unidos, período em que ficou conhecido como *penny press*, sobretudo referente aos periódicos nova-iorquinos, com jornais recheados de notícias sensacionalistas e escândalos a 1 centavo de dólar. Pierre Albert e Fernand Terrou afirmam que:

Esses jornais de títulos atraentes e abundantemente ilustrados adaptavam-se bem à mentalidade rude e à cultura ainda primária da massa dos novos imigrantes, que também fizeram o sucesso dos *comics*, histórias em quadrinhos imitadas das histórias sem palavras das folhas humorísticas e dos jornais infantis europeus. Um dos primeiros personagens desses *comics*, *Yellow Kid* (1894), contribuiu para dar à imprensa de 1 cent o cognome de *imprensa amarela*. (ALBERT; TERROU, 1990, p. 57)

Albert e Terrou referem-se à guerra travada – sobretudo – entre Joseph Pulitzer e William Randolph Hearst. Proprietários e editores-chefes de seus jornais extremamente populares a 1 cent o exemplar: o *New York World* e o *New York Journal American*, respectivamente.

O personagem Yellow Kid⁶, citado acima e tido como um precursor dos quadrinhos modernos ao inovar utilizando balões e

⁶ O personagem Mickey Dugan era um garoto de traços orientais que vivia no Brooklin e usava uma camisola amarela, onde eram escritas suas falas, daí ter ficado conhecido como “The Yellow Kid”. Ele foi o principal personagem das tiras intituladas *At the Circus in Hogan’s Alley*, sendo publicadas periodicamente de 1895 a 1898 (GORDON, 1998).

sendo umas das primeiras histórias impressas colorida, representa muito bem os duelos entre os dois mais notórios representantes da *penny press*. As tiras começaram a ser publicadas no *World*, em fevereiro de 1895, passando a serem coloridas em maio do mesmo ano. No entanto, Hearst conseguiu levar o autor do Garoto Amarelo, o desenhista Richard Felton Outcault, para o seu *New York Journal*, em 1897. O pesquisador Ian Gordon (1998) registra que Pulitzer contratou o desenhista George Luks para continuar produzindo as tiras para o *New York World*, originando, assim, duas versões do mesmo personagem que conquistava milhares de leitores com suas aventuras em um beco da periferia da cidade.

Em *A Guerra dos Gibis* (2004), Gonçalo Júnior relembra o episódio em que o jovem repórter Adolfo Aizen, de *O Globo*, e futuro editor de quadrinhos no Brasil, viajou aos Estados Unidos e ficou impressionado com a importância da publicação de tiras nos jornais daquele país:

Em conversas com colegas americanos, Aizen descobriu que aqueles suplementos⁷ aumentavam substancialmente as vendas dos diários, uma vez que muitos leitores compravam o jornal apenas para lê-los. Notou ainda que nenhum caderno fazia mais sucesso que o infanto-juvenil, que trazia curiosidades, passatempos e muitas histórias em quadrinhos – chamados *comics* pelos americanos porque os primeiros artistas exploravam o gênero para fazer graça com o universo miserável dos cortiços das grandes cidades americanas no final do século XIX. Impressionou-se com aquele tipo de leitura por ser uma obsessão nacional consumida avidamente em praças e metrôs. Todos os grandes jornais tinham suas séries de quadrinhos, principalmente com heróis de aventuras. (JÚNIOR, 2004, p. 25).

O ano da viagem foi 1933, logo após a Grande Depressão, momento tido como Era de Ouro dos quadrinhos, pois a população precisava de entretenimento a baixo custo e qualquer forma de escapismo da realidade social na época. Foi nesse período que surgiram personagens célebres, como Popeye, o marujo (1929), Mandrake, o mágico (1934),

⁷ Além do infanto-juvenil, os suplementos citados são: feminino, literário, de contos policiais e de esportes (JÚNIOR, 2004).

O Fantasma (1936) e Sheena, a Rainha das Selvas (1937). No início dos anos 1930, o principal meio de veiculação continuava sendo os jornais.

No Brasil, *O Tico-Tico* já existia desde 1905, como uma publicação independente da editora de *O Malho*. No entanto, a revista que reunia ilustradores como Angelo Agostini e J. Carlos trazia uma miscelânea de histórias em quadrinhos, passatempos, tarefas educativas, História do Brasil e contos (JÚNIOR, 2004).

Nos jornais, toda a sorte de temas fantasiosos poderia ser explorada sem restrições, pois embora os críticos dos quadrinhos as considerassem sem grandes méritos na educação e sem conteúdo informativo relevante, eram vistas como entretenimento para adultos e crianças. Temáticas consideradas reprováveis estavam fora do rol de assuntos permitidos: havia sátiras aos costumes e à vida em sociedade, mas nada que ofendesse a moral vigente. Para ganhar liberdade temática e ampliar as narrativas, os quadrinhos tiveram que ganhar seus próprios espaços fora das tiras dos jornais. Somente no final da década o gênero ganhou prestígio suficiente para conquistar circulação independente, com edições regulares com o nome de cada herói em publicações próprias: os *comic books*.

A homossexualidade como tema

Embora a sexualidade estivesse fora dos temas abordados nas tiras dos jornais, um dos primeiros personagens a fazer sucesso nas *strips* do *New York Journal American*, foi um gato sem sexo determinado. O emblemático e agênero *Krazy Kat*⁸ era mencionado por seu autor, George Herriman, por vezes como um animal mancho, outras como fêmea. O pesquisador Ian Gordon (1998) descreve o cartum como uma delicada mistura de sensibilidade, ironia e fantasia e considera o personagem um dos mais cultuados por críticos e estudiosos de HQs até os dias atuais.

A homossexualidade foi raramente abordada como tema pela indústria cultural por quase todo o século XX, pois era considerada

8 Krazy Kat foi publicado como Gato Maluco no Brasil, na Revista *O Tico-Tico*.

doença⁹, crime¹⁰, pecado ou, no mínimo, desvio moral mesmo em países ocidentais e com altos níveis de desenvolvimento socioeconômico. Quando isso ocorria explicitamente, em charges ou cartuns, era feito em tom de sarcasmo ou em publicações de conteúdo pornográfico. Em seu livro *Além do Carnaval*, o pesquisador James Green (2000) apresenta uma dessas representações. A charge coletada da prestigiosa revista carioca *O Malho*, publicada em junho de 1904, mostra um homem em desenho caricatural, com a silhueta em forma de “S”, como se usasse um espartilho. As formas e a postura efeminada ficam acentuadas com o dedo indicar no queixo e as calças extremamente ajustadas ao corpo. Junto à imagem, há o título “Fresca Theoria (requerimento)”, e um poema satírico. Ao fundo, há a estátua equestre de D. Pedro I, um explícito indicativo cenário: o Largo do Rossio. O espaço, que logo seria rebatizado como a Praça Tiradentes, era um conhecido local de encontro de homens gays no Rio da virada do século.

O Malho era uma revista de sátira política e humor de costumes, de sucesso entre a classe média carioca, que circulou entre 1902 e 1953. Naquele momento, a homossexualidade era caso de polícia no Brasil, que fazia constantes batidas noturnas no local. Segundo Green, as acusações mais comuns eram vadiagem e prostituição. Nas primeiras décadas do século XX, acreditava-se que a “inversão sexual” fosse um distúrbio mental e que só os homens que autodeclaravam passivos eram homossexuais. Havia uma nítida distinção entre o “fanchono”, para quem desempenhava o papel interpretado como masculino, e “prostituto”, para quem se reconhecia como passivo na relação (GREEN, 2000).

Nos Estados Unidos, desde 1920, era possível encontrar quadrinhos com a temática gay na sarcástica e pornográfica revista *Tijuana Bibles*. Extremamente populares, esses quadrinhos foram produzidos até meados de 1960, quando revistas com fotografias coloridas tiveram de vez esse segmento do mercado editorial pornográfico. Sem

⁹ A Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde (CID) em 17 de maio de 1990.

¹⁰ A Associação Internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Trans e Intersexuais (ILGA) relata que a homossexualidade ainda é criminalizada em 72 países, com a possibilidade de multa, encarceramento e até pena de morte (BOTH, 2021).

qualquer pudor, as *Tijuana Bibles* distorciam a vida de celebridades reais ou personagens fictícios, com pequenas histórias inventadas. Entre as vítimas estavam atrizes e atores de Hollywood e personagens de HQs, como Mickey Mouse e Popeye.

No Brasil, um pouco mais tarde, e igualmente com surpreendente sucesso, o carioca Carlos Zéfiro conseguiu burlar a polícia, a censura imposta pela ditadura militar e a perseguição dos moralistas e fiscais de costumes e publicou seus “catecismos” pornográficos por três décadas a partir de meados de 1950. As revistinhas em formato de bolso, desenhadas à mão e em uma única cor, com modelos físicos inspirados em quadrinhos clássicos dos Estados Unidos, eram impressas em diferentes e pequenas gráficas durante a madrugada e vendidas na clandestinidade.

Odiado por juízes e inspetores de menores que o caçavam entre jornaleiros, Zéfiro teria sido investigado por delegados de polícia, agentes da Polícia Federal e de órgãos ligados à repressão durante a ditadura militar – em 1970, foi apreendida em Brasília uma carga de 50 mil de seus livrinhos. Não foi descoberto certamente porque boa parte dos policiais que o investigavam era formada por leitores seus e coniventes com sua assídua produção [...]. (JÚNIOR, 2004, p. 319)

Essa produção “assídua” a que se refere Gonçalo Júnior pode ter chegado a 600 revistinhas, segundo estimativas de colecionadores, pois não há número exato, uma vez que não havia data ou numeração (JÚNIOR, 2004). Com uma produção tão extensa, sem reservas morais ou receio de escândalo, protegido pelo anonimato¹¹, evidentemente o sexo gay também foi exibido. Entre mulheres – sozinhas ou com algum parceiro – era bastante comum. Entre homens era mais raro. Pode-se citar o título *A raspadinha e o trava*, em que um rapaz faz sexo com sua vizinha bailarina e o seu parceiro da escola de dança. Fifi, o bailarino gay, é retratado com um laço de fita no pênis, o que é visto com certa admiração pelo “machão” e isso não o impede de tocá-lo durante o ato sexual.

11 Falou-se muito a respeito do anonimato do autor que se protegia sob o pseudônimo de Carlos Zéfiro, a ponto dessa narrativa ter se tornado quase tão surpreendente quanto sua popular obra. A identidade foi revelada por uma reportagem liderada pelo jornalista Juca Kfouri, à época editor da revista *Playboy*, em 1991: Carlos Zéfiro era escriturário, casado, pai de cinco filhos, morador da Baixada Fluminense (JÚNIOR, 2004). Especula-se que produziu seus gibis ao longo 30 anos sem que sua mulher desconfiasse dessa atividade paralela.

Embora nenhum jornal tenha publicado a obra do mais renomado ilustrador do homoerotismo no século XX, ele precisou de um veículo de circulação periódica para exibir sua obra e alavancar a carreira. Tom of Finland¹² tornou-se um ilustrador conhecido após publicar seus desenhos numa revista de esportes e musculação, nos Estados Unidos, em 1956. Fato bastante compreensível, pois como James Green (2000) aborda, o Brasil não produzia nenhuma pornografia masculina nos anos 1950 e as revisas de fisioculturismo tornaram-se a alternativa viável. “Atletas musculosos com roupas de banho escassas e justas, com tiras de couro cruzados no corpo, acentuando suas poses, ofereciam estimulação erótica a um público leitor interessado” (GREEN, 2000, p. 268).

Censura X contracultura

Na epígrafe de *A Guerra dos Gibis*, livro sobre a censura nas histórias em quadrinhos brasileiras entre 1933 e 1964, o pesquisador Gonçalo Júnior (2001, p. 13) escreveu: “Esta é uma história sobre preconceito e intolerância com bandidos e mocinhos reais”. Falava do Brasil, mas poderia referir-se a qualquer parte do globo por onde cartuns circularam.

Em 1954, o médico Frederic Wertham, que tinha sido um respeitado psiquiatra-chefe do Hospital Psiquiátrico de Nova York, publicou o livro *A Sedução dos Inocentes*¹³, que tratava de supostos “efeitos nefastos” das histórias em quadrinhos sobre crianças e adolescentes. Gonçalo Júnior (2004, p. 235) relata a gravidade das acusações: “Wertham publicou um tratado implacável contra os *comics* com base em conclusões que teria tirado dos tratamentos feitos em sua clínica em crianças e adolescentes com distúrbios de comportamento”.

O médico criou uma verdadeira cruzada contra os gibis nos Estados Unidos, que gerou uma polêmica subcomissão no Senado daquele país e acabou indo parar nos tribunais. Amparado pela imprensa de linha con-

12 O nome real de Tom of Finland é Touko Valio Laaksonen. O artista ficou conhecido por seus desenhos eróticos, com homens trajando uniformes, roupas de lenhadores ou veste de couro. Apesar do traço realista, seus personagens são retratados com musculatura e órgãos sexuais acentuados.

13 Publicado pela editora Rinehart & Company, sob o título original *Seduction of the innocent*, em inglês.

servadora e pelo marcarthismo¹⁴, a investida promoveu a retirada de publicações do mercado, boicote a bancas e supermercados, remessas massivas de cartas a políticos e a queima de gibis em praça pública. O resultado foi a criação de um código de autocensura (o Comics Code Authority), que culminou na derrocada do mercado que crescia a cada ano desde a Segunda Guerra Mundial, o cerceamento da autonomia criativa de artistas, a queda da qualidade das obras e a quase falência de algumas editoras.

Embora Wertham e seus seguidores denunciassem especialmente as histórias de terror (as mais perigosas, segundo suas apresentações), o médico assegurava ver “imoralidades” onde os autores alegavam não haver. Foi a partir de seus ataques que se divulgou que Batman e Robin tinham um romance homoerótico (OPPERMAN, 2016). Outra personagem da DC Comics, a Mulher-Maravilha, por sua vez, foi acusada de ser masculinizada e ter um comportamento não condizente com o que se esperava de meninas. O resultado, pelas próximas décadas, foi a invasão de personagens mais infantilizados, dóceis e divertidos, no padrão dos Estúdios Disney, Hanna-Barbera, Looney Tunes e Merrie Melodies, mais próximos dos primeiros quadrinhos, com narrativas ingênuas.

No Brasil, apesar de não ter sido criado um código no modelo norte-americano, as editoras apressaram-se na autocensura. Além da importação de patos, ratos e toda a sorte de animais falantes, enfatizou-se a obras de caráter educativo, como os famosos Císsicos Ilustrados da Literatura Brasileira, da Editora Ebal, e publicações de cunho cristão – para acalmar correntes mais conservadoras das igrejas, que há tempos pregavam contra a “influência deseducadora” dos gibis.

Depois de mais de uma década de controle intenso, a contra resposta começou a aparecer em 1968. Ainda ressaca da Segunda Guerra Mundial e no auge da Guerra Fria, com questionamentos ao establishment e revoluções culturais ocorrendo simultaneamente em vários países do Ocidente, o cartunista Robert Crumb ignorou o código de conduta e a censura imposta pelas editoras, e criou a *Zap*

¹⁴ Movimento ultraconservador liderado pelo senador Joseph McCarthy, que promoveu uma verdadeira caçada a todo e qualquer movimento de esquerda ou pessoas que fossem consideradas ligadas a eventos, ações ou produção que remetesse à União Soviética e ao Comunismo. O movimento foi especialmente deletério na indústria hollywoodiana, com a perseguição e vigilância censória ao trabalho e à vida pessoal de roteiristas, diretores, atores e atrizes.

Comix, uma revista de quadrinhos completamente independente que não tinha pudores para tratar de assuntos fora do mercado.

Conforme relata o jornalista Diego Calazans, em uma resenha sobre a *Zap Comix*, o próprio Crumb produziu os três primeiros números e vendeu em esquinas de São Francisco, com a ajuda de sua mulher. Depois, juntaram-se a ele outros desenhistas, como S. Clay Wilson, Rick Griffin, Robert Williams, Manuel Spain Rodriguez e Victor Moscoso. “A juventude rebelde, acalorada pelo *rock*, excitada pela literatura *bop* da geração *beat*, estava ansiosa para se expressar e construir um mundo que em nada lembrasse o de seus pais. As HQs pareciam o ideal” (CALAZANS, 2011, np).

Para a abordagem deste ensaio, interessa especialmente a obra de S. Clay Wilson (1941-2021), principalmente o *Capitão Sporra e os Piratas Perversos*¹⁵, que mostrava o grupo de homens que navegavam os oceanos enquanto promoviam orgias entre o capitão e os marujos, fumando ópio, exercitando fetiches sadomasoquistas e, por vezes, abusando do batom vermelho.

Enquanto isso, na Europa mais libertária após os derrocados governos totalitaristas dos anos 1940, experimentava as sofisticadas aventuras de Valentina Rosselli, a fotojornalista sexy e bissexual criada do milanês Guido Crepax. A jovem de cabelos curtos surgiu em 1965 como uma personagem secundária em histórias que tinham tramas policiais e fantásticas, mas logo ganhou o destaque como protagonista.

Os quadrinhos alternativos dos Estados Unidos, ou erotizados e bem elaborados da Europa Ocidental, lançados nas décadas de 1960 e 1970, abriram espaço para o retorno de adultos ao mercado, que tinha sido dominado por personagens infantis em mundos maniqueístas. As editoras Marvel e DC Comics ganharam destaque e voltaram a investir em histórias de super-heróis psicologicamente mais complexos, inseridos em tramas intrincadas e contextos plurais. Inevitavelmente, um personagem homossexual que não fosse ridicularizado ou pertencente a um enredo sexualizado, apareceria para falar com esses leitores, que desde os anos 1960 reivindicavam ampliação de direitos políticos, sobretudo em Nova York e em São Francisco.

15 *Captain Pisgums and his pervert pirates*, no original em inglês.

Foi nesse contexto que a Marvel Comics abordou o tema da homofobia. O mutante Estrela Polar, integrante da equipe canadense Tropa Alfa, foi o primeiro super-herói a se assumir gay. Apesar do personagem ter aparecido em 1979 e haver fortes indícios de sua sexualidade desde 1983, a revelação definitiva aconteceu na revista Alpha Flight #106, publicada nos Estados Unidos em março de 1992. O enredo da história envolve homofobia, o avanço da aids e o respeito à diversidade. Conforme escreveu Gabriel Ávila (2020, np), “Stan Lee¹⁶ mostrou uma Marvel Comics, que está longe de ser, apenas, pura testosterona – Uma vez que é preciso humanizar os jovens desde cedo para não encararem um beijo homossexual com estranhamento”. Na sequência, vieram outros heróis e vilões assumindo-se LGBTs, como Arlequina e Hera Venenosa, Loki, Batwoman, Mulher Gato, Constantine e Homem de Gelo, dentre outros, até chegar em Miss America: ela é negra, latino-americana, e a primeira personagem lésbica da Marvel a estrelar uma série (ÁVILA, 2020).

Na década de 1990, vê-se considerável abertura em relação à diversidade sexual e maior naturalidade no que tange à identidade de personagens homossexuais, agêneros ou transexuais – ao menos em países com melhores índices de desenvolvimento econômico e com direitos humanos assegurados. Isso ocorreu no cinema, na literatura, na música, e nos quadrinhos também. A cultuada graphic novel *V de Vingança*, dos ingleses Alan Moore e David Lloyd, que mostra uma Londres distópica e controlada por um partido totalitário, apresenta Valerie Page como uma das personagens de destaque, uma famosa atriz que é detida justamente por ser lésbica.

Da Alemanha, em 1993, o cartunista Ralf König lançou a HQ *O homem ideal*, obtendo enorme sucesso e sendo publicada em diversos países, inclusive no Brasil, em 1997. A divertida história de Norbert, gay que se apaixona pelo amigo heterossexual e bonitão, Axel. Em tom cartunesco, a obra foi especialmente importante no momento de sua publicação por mostrar a identidade e aspectos de uma “cultura” homossexual entre um grupo de amigos vivendo em Dusseldorf. Basea-

¹⁶ Stan Lee (1922-2018), cujo verdadeiro nome era Stanley Martin Lieber, foi escritor e editor de HQs, sendo cocriador de super-heróis consagrados na Marvel Comics, como o Incrível Hulk, Homem-Aranha, Pantera Negra e os X-Men.

do no êxito popular da HQ, foi filmada a comédia *Der bewegte Mann*, em 1994, que no Brasil recebeu o título de *O homem mais desejado do mundo* e foi exibida em circuito comercial de cinemas.

No Japão, surgiram os *dōjinshis*. Esses populares e precários fanzines, criados a partir de mangás publicados por editoras comerciais, possuem dentre seus seguimentos, o subgênero *yaoi*. Direcionados a jovens mulheres, o *yaoi* exibe romances vividos por rapazes. Com a ampliação de circulação, esses mangás ampliaram a gama de leitores e originaram o segmento *bara mangá*, especificamente para leitores gays. A popularização dos mangás, a internacionalização de distribuição e a produção de outros países, como Coréia do Sul e Tailândia, levou os mangás *yaoi* a serem conhecidos como *boys love* (ou definidos simplesmente pela sigla BL). Gustavo Aranha e José Pugas-Filho (2010) mostram que em 2002, havia no Japão, ao menos duas dezenas de HQs e revistas especializadas em *boys love*.

O retorno ao jornal

Em plena década de 1970, o cartunista Henfil destacou-se no Brasil pela ousadia e senso crítico propagado pelas vozes de seus personagens. Uma de suas criações mais icônica, o frade Baixim (mais ranzinza que seu parceiro, o alegre Cumprido) metamorfoseia-se em mulher e “bicha” (fazendo uso da expressão bastante utilizada por Henfil em suas narrativas). O pesquisador Marcos Silva (2002), autor do livro *Rir das Ditaduras: Os dentes de Henfil (Fradim - 1971/1980)*, publicado pela editora Intermeios em 2018, explica esse processo em Henfil:

É assim que os Fradim, após uma etapa inicial mais marcada pelo universo existencial e moral, espécie de balanço sobre os valores católicos da sociedade brasileira, invadiram o cotidiano de esquadrões da morte, psiquiatras, mulheres, homossexuais, etc. Através dessas mudanças, eles conseguiram se manter os personagens mais conhecidos de seu criador, justificando a preservação de seu nome como título da revista, irregularmente periódica, espécie de almanaque que abrigava múltiplas criações de Henfil em quadrinho, texto e cartum. (SILVA, 2002, p. 346).

Henfil foi um dos nomes do celebrado *O Pasquim*, a mais bem sucedida publicação alternativa brasileira feita durante o regime militar. Assemelhando-se a um jornal, mas recheado de humor e sarcasmo, o semanário circulou de 1969 a 1991. Henfil integrava um time respeitadíssimo de chargistas e cartunistas, ao lado de Jaguar, Millôr Fernandes, Ziraldo, Claudius, Miguel Paiva, Fortuna, dentre outros. Apesar do humor e das pautas de contracultura que desafiaram a ditadura militar no Brasil, *O Pasquim* é comumente tido com o veículo de viés machista e pouco atento às pautas de diversidade.

James N. Green (1999) relembra que o jornal ajudou a popularizar a expressão “bicha” nacionalmente, e cita dois momentos em que seus editores deram atenção a homossexuais célebres: quando entrevistaram Rogéria e Madame Satã. Green afirma que nos dois episódios os editores do jornal não sentiram que as tradicionais representações de gênero estavam comprometidas: “o discurso convencional machista e heterocêntrico do jornal permanecia seguro” (GREEN, 1999, p. 419). O pesquisador explica que Rogéria buscava o ideal de beleza feminina, elegante e tradicional; Madame Satã, por sua vez, encarnava o perfil do cultuado malandro da Lapa, que sabia ser respeitado e “brigava como homem”.

Em pleno período ditatorial, o ilustrador Henrique Magalhães criou Maria, em João Pessoa, na Paraíba, em 1975. Inicialmente era uma moça solteira, briguenta, corajosa e inconformada com a situação político-social do Brasil. Surgiu em publicações alternativas e de circulação restrita entre estudantes, mas logo se assumiu lésbica e à medida que ganhava popularidade, conquistou espaço nos diários paraibanos. No centenário *A União*, começou a ser publicada em 1979. Maria continua sendo publicada em tiras nos jornais até hoje e figura entre os personagens mais populares dos cartuns paraibanos.

Após 1985, acompanhando a redemocratização do Brasil, o jornal *Folha de São Paulo* fez uma série de investimentos, redesenho das edições, reforma editorial e ampliou sua abrangência nacional. No início dos anos 1990, tornou-se seguramente o diário mais lido do país. Dentro dessa “jovialização” da *Folha*, estava a reformulação de sua seção de quadrinhos. Além dos pacotes consagrados de sempre, com quadrinhos importados dos Estados Unidos – e que também circulavam em outros periódicos –, o jornal começou a investir em jovens cartunistas

brasileiros, cujas carreiras haviam começado poucos anos antes em circuitos alternativos de zines e publicações independentes.

Dessa lista, constavam nomes como Angeli, que estava na *Folha* desde 1973, como chargista, depois vieram Laerte e Glauco, que já eram conhecidos de parte da sociedade, graças às suas revistas para jovens e adultos, editadas pelo Circo Editorial¹⁷. Dessas revistas de HQ e humor, *Chiclete com Banana*, criada por Angeli, em 1983, era a mais conhecida do grande público, chegando a uma tiragem de 110 mil exemplares.

Dentre seus personagens mais populares, como Bob Cuspe e Rê Bordosa, figurava Nanico, um simpático gay. O próprio cartunista fala da criação do personagem em entrevista a Ernane Guimarães Neto (2008, np.), quando explica a criação de Meiaoitô e Nanico: “Eu fazia charges para a *Folha* desde 1975 e, quando passei a fazer tiras, em 1983, criei uma leva de personagens. Ele foi o primeiro [Meiaoitô]. Logo coloquei Nanico como seu companheiro. Um, seco e moralista; outro, que queria soltar as plumas”. Embora tentando camouflar sua sexualidade, Nanico declara-se insistente para Meiaoitô, noite após noite, em encontros nos balcões dos bares da cidade. Meiaoitô é um “marxista de boteco”, que vive envolto nas lembranças de um passado revolucionário do qual ele nunca participou ativamente.

Mais direto, Adão Iturrusgarai criou a dupla Rocky & Hudson – os caubóis gays, em 1987. Segundo o cartunista, a ideia inicial era ironizar o comportamento masculino de seus conterrâneos, os gaúchos, mas acabou transportando a ambientação para o cenário de filmes de faroeste. Circulando inicialmente em revistas de quadrinhos, as tiras ganharam as páginas da *Folha* nos anos 1990 e tornaram-se populares.

Apesar dos nomes de seus personagens¹⁸ e do teor despreocupado em relação às questões caras aos ativistas dos movimentos LGBTQIA+, Adão declarou em entrevistas que os gays não reclamam de suas tiras. “Talvez porque eu tenha acertado o tom do

¹⁷ Segundo Tomé (2019), a partir de 1985 e pelos dez anos seguintes, a Editora Circo registrou “estrondoso” sucesso. Na sequência da revista *Chiclete com Banana*, surgiram outras publicações de grupos editoriais, como Animal, Dundum, Mega, Mil Perigos, Tralha e Udigrudi (TOMÉ, 2019).

¹⁸ Em entrevistas, o cartunista Adão Iturrusgaray reconhece que foi politicamente incorreto ao nominar os personagens de sua dupla e que “pegou pesado” no humor (TRIGO, 2016). Os nomes remetem ao ator Rock Hudson, que morreu em decorrência de aids, em 1985.

humor de Rocky & Hudson. Eles são divertidos e sacanas e acabam sempre se dando bem” (TRIGO, 2016, np.). Além da seção de quadrinhos da *Folha*, Rocky & Hudson foram publicados na revista *Sui Generis*, que circulou nos anos 1990, e é tida como a mais bem sucedida publicação impressa com conteúdo jornalístico direcionado exclusivamente a leitores gays. As aventuras de Rocky & Hudson foram levados para o cinema, em 1994, pelas mãos do diretor Otto Guerra. Em 2020, Guerra uniu-se à diretora Erica Maradona para realizar uma série de animação para o Canal Brasil.

No auge da *Chiclete com Banana*, em 1987, Angeli reuniu outros dois colaboradores da revista e futuros parceiros na *Folha de S. Paulo*. Laerte Coutinho e Glauco Villas Boas foram chamados para juntos criarem Los Três Amigos, uma sátira aos antigos filmes de Velho Oeste, com aventuras do trio num estereotípado Viejo México. Adão Iturrusgarai se reuniu ao grupo mais tarde, em 1994, e Los Três Amigos ganharam espaço no *Folbateen*, suplemento juvenil da *Folha*, e publicações de álbuns independentes. Com personagens que remetiam aos próprios autores – Angél Villa, Laertón e Glauquito –, destaca-se nas histórias as esparsas investidas de Laerte acerca de sua homossexualidade, como nas narrativas em que ele se mostra com a mania de se vestir de mulher para dançar can-can no *saloon* da cidade.

Laerte, provavelmente seja, hoje, a mais reconhecida cartunista a abordar questões sobre homofobia e transfobia em seu trabalho, sobretudo pelas tiras de Hugo/Muriel. O personagem Hugo Baracchini foi desenhado para o caderno de Informática da *Folha de S. Paulo*, em 1995. Em artigo para a revista *Transverso*, a pesquisadora Vera Maria Bulla (2018) mostra que Hugo se veste de mulher pela primeira vez em 2005, quando precisa se disfarçar para fugir de credores. O hábito fica mais rotineiro e ele se torna crossdresser. Com o passar do tempo, ele continua brincando com os padrões de gênero e segue com as transformações, até Muriel conquistar cada vez mais espaço e tornar-se uma mulher independente. As transformações de Hugo em Muriel, adiantam-se em alguns anos às transformações de identidade de gênero às quais a própria Laerte se submeteu nos últimos anos.

As angústias e agruras da Mãe de gay

É possível verificar que a partir da segunda metade da década de 1980 personagens LGBTs conquistam espaços nos cartuns de jornais. Em Goiás, a primeira e mais relevante iniciativa aconteceu na *Gazeta de Goiás*, um jornal de circulação regional, publicado em Goiânia pela Editora RBN Comunicação e Publicidade, de 1997 a 2003. Inicialmente semanal, passou a ser diário em 1999. Com uma estrutura de redação pequena e circulação reduzida, o foco do jornal era a cobertura do cenário político local. O perfil editorial era favorável ao governo estadual, pois – em tom propagandístico mal disfarçado –, buscava-se o aporte financeiro do Estado por meio de anúncios. Por esse motivo, a editoria de cultura era bem menos relevante para os editores-chefes, que a viam como parte secundária da publicação. O caderno de cultura – inicialmente denominado *Folha G*, depois rebatizado de *Folha Z*, quando o jornal foi convertido em diário – acabou se destacando pelo projeto gráfico inovador do designer Carlos Sena e diagramadores, pelas pautas sensíveis ao cenário cultural da cidade e graças aos esforços dos repórteres.

Sempre com o foco na produção local, a equipe da *Folha Z* propôs uma seção de quadrinhos apenas com cartunistas de Goiânia e região metropolitana, onde o jornal circulava. Para isso, um convite foi publicado nas páginas internas do jornal, ao lado das tiras de Ruptura Marx, de autoria do ilustrador Marcos Roberto, e Carrapato Joe, do designer gráfico Thiago Luís Gomes, ambos da equipe do caderno. Externos ao grupo havia as tiras do papagaio Loro, assinadas por José Carlos, e o simpático judeu mal-humorado, de Tiago Lopes.

Atendendo ao anúncio de publicação, o jornalista, cartunista e ilustrador Gilson Rodrigues de Afonseca remeteu para a redação um envelope com uma série de tiras. A personagem era uma mãe inconformada com a revelação da homossexualidade do filho. O mote das tiras, inusitado – e até mesmo ousado – para um jornal goianiense, de circulação convencional, agradou a equipe. Gilson Afonseca relata¹⁹

19 A entrevista para este ensaio foi realizada com o jornalista e cartunista Gilson Afonseca no dia 16 de agosto de 2021, por meio de chamada de vídeo na plataforma Google Meet. A entrevista durou cerca de 70 minutos e foi gravada mediante a autorização do entrevistado.

que chegou à *Gazeta de Goiás* pelas mãos do ator e comediante goiano Júlio Vilela, que lhe apresentou o jornal e sugeriu que ele enviasse as tiras para a redação. “Achei que ninguém fosse publicar, por causa do tema. Eu pensava que até podia passar a temática gay, mas não associada ao universo das mães”, recorda-se o cartunista.

Gilson diz que a ideia inicial era fazer uma história em quadrinhos sobre duas mulheres, onde uma delas concedia uma entrevista para uma psicóloga. À medida que o desenho e o roteiro foram sendo criados, ele acabou enfatizando apenas a figura da mãe, cujo nome, os leitores não ficam sabendo: é apenas “Mãe”, os outros personagens são o Filho (que nunca é visto, apenas mencionado), o Gato, a Samambaia e a Vizinha. Todos sem nomes, como mostra a fig. 1.

Ele chegou a desenhar outros personagens, inclusive dois rapazes gays, mas acabou investindo na figura da Mãe e de suas poucas companhias. “Além da samambaia ela tem uma amiga (fig. 2) para poder conversar. Essa amiga foi inspirada em duas senhoras, que viviam no Parque das Laranjeiras [bairro de Goiânia onde Gilson passou a infância e parte considerável da vida adulta, mesmo quando saiu da casa dos pais].”

O cartunista diz que boa parte da referência para a construção da tira veio mesmo de sua mãe, pois a personagem nasceu logo depois que sua família tomou conhecimento de sua homossexualidade. Ele conta que o pai recebeu com tranquilidade a revelação, mas a mãe ficou um ano sem conversar com ele. “Assumi e saí de casa. Já tinha 27 anos. No primeiro ano, minha mãe praticamente não falava comigo. Ela chegou a sair da igreja, pois começou a achar que por ter um filho gay não poderia dar aulas na escola dominical”. Ele sintetiza a função da criação do cartum em relação à sua vida pessoal: “Na verdade, eu



Fig. 1 /Fonte: acervo Gilson Afonso/ Publicada na *Gazeta de Goiás*, ed. 28



Fig. 2 /Fonte: acervo Gilson Afonsenca/Publicada na *Gazeta de Goiás*, ed. 97

criei a personagem para entender e aceitar a minha mãe naquela época". A fig. 3 foi a segunda tira publicada no jornal²⁰, e ilustra o tema:

Ele recorda-se que esboçou a Mãe de gay no final desse período, quando voltaram a conversar e retomaram a relação afetuosa que tinham antes. "Eu não entendia o que estava acontecendo naquele momento. Só depois consegui desvendar um pouco isso, a entender que ela se sentiu excluída de uma parte importante da minha vida", avalia, pontuando que desenhar os quadrinhos o ajudou a refletir sobre o assunto e compreender com mais paciência e atenção o que estava acontecendo.

Contudo, a Mãe também foi inspirada em outras mulheres. Gilson diz que o jeito da personagem se sentar ou cruzar os braços lembra os gestuais de uma tia. Ele se recorda afetuadamente dessa tia, que era muito próxima e a única que abordava o tema da homossexualidade quando ele ainda era jovem.

O cartunista afirma que, diferente das crianças que interrompem o hábito de desenhar quando crescem, ele nunca parou. "Para mim, desenhar era um passatempo. Meu pai trabalhava no serviço público e trazia folhas e papel para rascunho, que eu preenchia com desenhos". Os gibis da Tuma da Mônica eram os mais lidos na infância, mas as historinhas de super-heróis o inspiraram – junto a seu grupo de amigos – a criar os Laranja-Men, numa referência aos X-Men da Marvel transpostos para o bairro onde vivia, o Parque das Laranjeiras.

Como já faz a personagem há mais de 20 anos, o cartunista viu seu desenho migrar das técnicas tradicionais em tinta nanquim e pincel fino para

²⁰ Não há registros de arquivamento da *Gazeta de Goiás*, por isso a exatidão das datas de publicações é incerta. As tiras apresentadas neste artigo chegaram às mãos do autor por meio de CDs, quando o jornal foi fechado, no início de 2003.

uma mesa digitalizadora. “Apesar de achar mais gostoso fazer no pincel, a passagem do método tradicional para a mesa digitalizadora foi tranquila e eu resisti por pouco tempo. Mudei logo que o escâner ficou obsoleto.”

Quanto à tipografia, o cartunista diz que prefere a sua própria escrita manual, por não ter se adaptado a nenhuma fonte pronta. “Gosto de usar a minha letra, mesmo que perca um pouco da compreensão. A tipografia faz parte da identidade dela, e eu gosto da parte de manufatura do texto”. Mas ele lembra que a quantidade de texto pode ser um problema: “Tenho medo de ficar muito textual e o balão sobressair mais do que o desenho”.

A preocupação do cartunista é compreensível, pois suas tiras possuem total interdependência entre palavra e imagem. Na fig.4, por exemplo, caso o texto fosse suprimido, poderíamos imaginar que a personagem está descontente com a pilha de roupas a serem passadas. É possível ver ainda, quando o autor “desenha” com o texto: a palavra “ódio” tem um peso que evidencia o pico de raiva da personagem. Conforme explica Will Eisner (2001, p. 125), Gilson exerce o “controle do ouvido do leitor” ao expressar visualmente no texto a voz com o sentimento da Mãe.

Sobre o argumento, o cartunista revela ter medo de se repetir, mas por outro lado sabe que o rol de intolerâncias não cessará tão cedo. Ele enumera alguns temas, que vão desde questionamentos corriqueiros sobre quem é a “mulher” do relacionamento ou a continuidade da espécie humana, quem vai cuidar dos gays na velhice e uma série de assuntos mais densos surgidos nas instituições religiosas conservadoras, que costumeiramente perseguem os gays quando não têm o que tratar em seus cultos e missas.

Como um cronista visual, o autor diz que os temas aparecem no dia a dia, surgem da observação de alguém com determinado compor-



Fig. 3 Fonte: acervo Gilson Afonso/ Publicada na Gazeta de Goiás, ed. 27

tamento. “Uma ideia rende uma semana de tirinhas: houve a época em que ela lia muito sobre o assunto, ou se embasava em alguma tese de religião, culpava o diabo ou uma problema na cabeça, uma doença... Ela já tentou todas as explicações possíveis, a única conclusão a que chegou é que ela é mesmo uma mãe de gay”, diz Gilson, rindo e declarando-se fã de Charles Schulz, o pai da Turma do Charlie Brown e Snoopy. Ele pondera que o que desenha não se trata de um tira de ação ou de humor escrachado, e sim uma reflexão sobre as relações interpessoais.

Em tom de humor, o tratamento do discurso é fundamentado na indignação da Mãe, mas quase sempre com tom hiperbólico, em que as lamurias da personagem resvalam em autovitimização, como se vê nas figuras 4 e 5.

Embora os questionamentos e comentários da Mãe representem uma imensa gama de possíveis críticas e ataques que os gays costumeiramente sofrem, o cartunista dilui o discurso homofóbico no tom de humor e na figura afável da personagem. Em sua fisionomia caricatural, ela apresenta o corpo compacto, os ombros caídos e arredondados, as pernas curtas e o cabelo em coque: características visuais que a tornam mais afável que detestável.

A expressão maior está no rosto, pois como enfatiza Eisner (1999), na arte das HQs é a face que desperta maior envolvimento do cartunista e dos leitores. Sobre as expressões faciais, Eisner (1999, p. 111) diz que, por se tratar de um terreno familiar à humanidade, “seu papel na comunicação é registrar emoções”. Scott McCloud pondera que a simplificação do cartoon é universalizante. “Quanto mais cartunizado é um rosto, mais pessoas ele pode descrever, dizem”. (MCLOUD, 2005, p. 31). No caso da Mãe, os



Fig. 4 Fonte: acervo Gilson Afonso/ Publicada na Gazeta de Goiás, ed. 281

olhos juntos e a posição das sobrancelhas caídas nos cantos externos – por vezes tristonhos, raramente raivosos – geram a empatia dos leitores.

Embora não haja registro de carta de leitores sobre a tira na extinta *Gazeta de Goiás*, o autor diz que não se lembra de reclamações. Também não se recorda de comentários negativos no perfil do Facebook e blog maedegay.wordpress.com, onde a tira é publicada hoje. “Vejo as pessoas se identificando com ela, nunca com o filho. As pessoas falam que ela se parece com a mãe delas ou com elas mesmas. Às vezes me falam que ela é muito triste, que deveria ser mais alegre, mas em geral a protegem e pedem para ela ser mais amorosa, não tão dura”, avalia Gilson, lembrando que o público leitor da tira não é constituído exclusivamente por gays.

Como um criador zeloso, o cartunista também defende sua personagem, destacando que tem muito carinho por ela. “Mesmo quando as histórias têm temas pesados, eu tento deixá-la o mais humana possível. Muitos gays que me dão retorno, dizem que gostariam que ela fosse como aquelas mães de filmes norte-americanos, em que a mãe se rende no final e aprova, aceita e abraça o filho.” Mas ele sabe que a Mãe de gay existe para mostrar o quanto estranha e absurda a homofobia pode se apresentar.

Considerações sobre o contexto

Após a formação e crescimento dos grupos afirmação e reivindicação de direitos civis de gays e lésbicas nos Estados Unidos e Europa, a partir dos anos 1960, e no Brasil, a partir do final 1970 (GREEN, 2000), a década de 1990 se firmou como período de afirmação de identidade do movimento homossexual para a sociedade,



Fig. 5 Fonte: acervo Gilson Afonso/Publicada na *Gazeta de Goiás*, ed. 283

em geral. Trata-se de um momento que uma subcultura gay saiu do gueto e conquistou um lugar definitivo ao sol.

Na década anterior, a visibilidade forçada nos anos mais crueis da epidemia de aids mostrou para a sociedade que os homossexuais estavam em todos os lugares e eram galãs de Hollywood e da novela das 6, mas também vizinhos de rua, amigos, colegas de trabalho. Isso gerou um segundo e mais pesado estigma, pois, como aborda João Silvério Trevisan (2000, p. 438), “o terrorismo instaurado pelos empresários morais difundiu a aids como a peste gay, ao estabelecer metáforas entre a prática homossexual e a doença letal”.

No Ocidente de maneira geral, e também no Brasil, num período pré-internet, diversos filmes fizeram sucesso entre o grande público e divulgaram que gays existiam e tinham vida comum. Eram filmes que ganhavam espaço em Hollywood e se beneficiavam do marketing e sistema de distribuição universal do mercado cinematográfico. Além disso, conseguiam furar a bolha dos festivais alternativos, como o Mix Brasil, e atingir o grande público.

As pessoas voltaram a cantar antigos sucessos do ABBA graças ao australiano *Priscilla, a Rainha do Deserto* (1994), que também difundiu uma alegria colorida e a visualidade elaborada das drag queens; Ou *I will survive*, canção de sucesso de Glória Gaynor que foi tema da comédia romântica *Será que ele é?* (1997).

Nessa mesma década, a Parada do Orgulho LGBTQIA+ (na época ainda definida pela sigla GLS, como se vê na fig. 8) consolidou-se em São Paulo, levando multidões para a Avenida Paulista e ganhando edições regionais em capitais e cidades interioranas de grande e médio porte.



Fig. 6 Fonte: acervo Gilson Afonso/ Publicada na *Gazeta de Goiás*, ed. 289

Nesse conjunto de produções, estavam as obras de artistas populares, como as dos músicos Cazuza, Cássia Eller e Renato Russo, que cantaram amores entre iguais e questionaram padrões de sexualidade e gênero também por suas biografias. O mesmo aconteceu no teatro, nas séries – importadas ou nacionais –, em telenovelas, no mercado editorial, com livros e revistas temáticas sendo lançadas em todo o Brasil, com destaque para *Sui Generis*, de cultura e comportamento, e *G Magazine*, de nudez masculina, que chegou a atingir 120 mil exemplares vendidos nas edições mais concorridas. Trevisan (2000) relata de 30% do público da *G Magazine* era formado por mulheres heterossexuais.

Sem dúvida, a década de 1990 abrigou uma série de avanços, pois, alguns anos antes, Edward MacRae apontou que a homossexualidade ainda era tratada como um tabu pelos meios de comunicação de maior difusão. “Quando abordado, o tema tem sido tratado de forma oblíqua e eufemística, ou então em tom caricatural e ridicularizador” (MacRAE, 1986, p. 83), escreveu ele, em meados dos anos 1980.

Evidentemente que na década de 1990 o mundo estava longe de ser igualitário para as questões de sexualidade, mas havia um movimento para romper a bolha do gueto ou expandi-la o máximo possível. Por gueto, MacRae (1986) define aquele “campo social” formado por determinados bares, boates, saunas, praças, parques e festas onde, por algum período, serve de local de reunião para grupos homossexuais. “Lá se estabelecem redes de amizade, que podem vir a desempenhar funções importantes nas vidas de seus frequentadores, oferecendo, além de sociabilidade, oportunidades de trabalho, moradia, ajuda financeira e sexo” (MacRAE, 1986, p. 82).



Fig. 7 Fonte: acervo Gilson Afonso/Publicada na Gazeta de Goiás, ed. 277

É nesse contexto que a Mãe de gay se insere, na virada do milênio, inaugurando mais um canal de veiculação e normalização da existência homossexual, por meio de uma mídia convencional e repercutindo para a sociedade em geral, a exemplo do que estava acontecendo em São Paulo – com um time de cartunistas egressos da revista *Chiclete com Banana*, via *Folha de S. Paulo*, como apresentado na parte anterior.

Um dos principais feitos da tira Mãe de Gay foi abrir espaço para o tema fora do underground, das publicações de circulação restrita a determinados grupos e do mercado pornográfico. Além disso, jogou luz sobre um tema que não era explorado nos quadrinhos fora do Rio-São Paulo, com raras exceções, pois, conforme escreveu McCloud (2005), os cartuns – e os desenhos em geral – têm a capacidade de concentrar nossa atenção numa mensagem específica.

Gilson a exibiu em um jornal de circulação convencional, numa cidade no centro do Brasil, que comumente é vista como conservadora. O cartunista defende que sua tira tem a capacidade de conversar com o público em geral. “Se as pessoas percebessem que fosse algo político e militante, criaria aquela barreira do ‘eu de cá, você de lá’”, explica ele.

Sem dúvida, com sua falta de empatia tão peculiar, a Mãe de gay segue levantando questões homofóbicas e, contrariamente ao seu discurso, mostrando que de tão absurda, a intolerância à diversidade é no mínimo risível.

Referências

ALBERT, Pierre; TERROU, Fernand. **História da imprensa**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ARANHA, Gláucio; PUGAS-FILHO, José Maria. Do bishônen aos bears: diálogos de estética e recepção nos mangás. In: COSTA, Horaçio (org.). **Retratos do Brasil homossexual**: fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

ÁVILA, Gabriel. 8 momentos de representatividade LGBTQI+ nas

HQs. Portal **Ometele**. 26 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.omelete.com.br/banca-de-hqs/8-momentos-de-representatividade-l-gbtqi-nas-hqs#13>> Acesso em: 10 ago. 2021.

BOTHA, Kellyn. Nuestras identidades bajo arresto: Un panorama global de la aplicación *de normas que* criminalizan los actos sexuales consensuales entre personas adultas del mismo sexo y las expresiones de género diversas. **ILGA World**. Genegra, dez 2021. Disponível em: <<https://ilga.org/es/nuestras-identidades-bajo-arresto>>. Acesso em: 2 dez. 2021.

BULLA, Vera Maria. Tírinhas, Alívio cômico e a identidade de gênero em transição: Hugo e Muriel no mundo imaginário de Laerte. **Transverso**, ano 6, n. 6, dez. 2018. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/transverso/article/view/4007/2177>> Acesso em: 16 set. 2021.

CALAZANS, Diego. Reviews Quadrinhos: Zap Comix. **Universo HQ**. 18 nov.2011. Disponível em <http://www.universohq.com/quadrinhos/2004/review_zapcomix.cfm> Acesso em: 15 ago. 2021.

CABRAL, Guilherme. Aos 40 anos, personagem Maria é tema de dois livros acadêmicos. **A União**. 11 abr. 2016. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_cultura-aos-40-anos-personagem-maria-e-tema-de-dois-livros-academicos>. Acesso em: 30 jul. 2021.

CARDOSO, Athos Eichler (org). **As Aventuras de Nhô-Quim & Zé Caipora:** os primeiros quadrinhos brasileiros 1869-1883/Angelo Agostini. Brasília: Senado Federal, 2013.

EISNER, Will. Quadrinhos e arte sequencial. 3^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FINOTTI, Bruno; MOLINERO, Ivan. Fiscais vão à Bienal do Livro após críticas de Crivella a beijo gay em quadrinhos. **Portal UOL**. 6 set. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/fiscais-vao-a-bienal-do-livro-apos-criticas-de-crivella-a-beijo-gay-em-hq.shtml>> Acesso em: 15 set. 2021.

GALILEU. “Vingadores, a Cruzada das Crianças”: conheça a HQ que Crivella tentou proibir na Bienal. 6 set. 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2019/09/vingadores-cruzada-das-criancas-conheca-hq-que-crivella-tentou-proibir-na-bienal.html>. Acesso em: 18 set. 2021.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GORDON, Ian. **Comic strips and consumer culture (1890-1945)**. Washington (EUA): Smithsonian Institution Press, 1998.

GUIMARÃES NETO, Ernane. Guerrilha dentro do botequim. **Folha de S. Paulo**. 4 mai. 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0405200817.htm>>. Acesso em: 22 set. 2021.

ITURRUSGARAY, Adão. **Rocky & Hudson** – Os cowboys gays. Zarabatana Books, São Paulo, 2012.

JUNIOR, Gonçalo. **A guerra dos gibis**: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

_____ (org). **Quadrinhos sujos 2 – O catecismo americano – 1930-1950**. Peixe Grande: São Paulo, 2012.

KÖNIG, Ralf. **O homem ideal**. São Paulo: Via Lettera, Esculta, 1997.

LLOYD, David; MOORE, Alan. **V de Vingança**. Panini Comics: São Paulo, 2018.

MacRAE, Edward. **A construção da Igualdade** - Política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018.

OPPERMAN, Álvaro. O doutor que odiava heróis. **Revista Superinteressante** (Ed. Abril). 31 out. 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/cultura/o-doutor-que-odiava-herois/>>. Acesso em: 9 set. 2021.

PALANKOF, Dandara. A HQ é queer. Revista **O Grito**. 17 jun. 2020. Disponível em: <[https://www.revistaogrito.com/plaf-a-hq-e-queer-1/>.>](https://www.revistaogrito.com/plaf-a-hq-e-queer-1/>.) Acesso em: 24 ago. 2021.

PEREIRA, Renan Rivaben. **Semana Ilustrada, o Moleque e o Dr. Semana**: imprensa, cidade e humor no Rio de Janeiro do 2º Reinado. 2015. 188 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2015.

SILVA, Marcos. Rir por último: Henfil, a ditadura militar e os contextos. Revista **Projeto História** (PUCSP). v. 24 (2002): jan/jun. Arte da História e Outras Linguagens. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10625>> Acesso em: 10 ago. 2021.

SOARES, Gustavo. Novo Superman: filho de Clark Kent assumirá ser bissexual, revela DC Comics. **Correio Braziliense**. 11 out. 2021. Disponível em: <<https://www.correobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2021/10/4954790-novo-superman-filho-de-clark-kent-assumira-ser-bissexual-revela-dc-comics.html>.> Acesso em 9 jul. 2021.

THOMÉ, Luciano. **Sexo, drogas e história em quadrinhos**. 2019. 337 f. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2019.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 3 ed, rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TRIGO, Luciano. Rocky & Hudson sobrevivem ao politicamente correto e viram livro. Portal **G1**. 7 fev. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/blog/maquina-de-escrever/post/rocky-hudson-sobrevivem-ao-politicamente-correto-e-viram-livro.html>> Acesso em: 15 ago. 2021.

Por uma prática jornalística anti-homofóbica na cobertura do futebol masculino brasileiro

Amanda Vieira da Silva Dutra

Ricardo Pavan

Introdução

O Brasil é popularmente conhecido como o país do futebol. O mesmo Brasil é o país que mais assassina pessoas LGBT+ — lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, dentre outras minorias de sexo e gênero — em todo o mundo. Como reflexo da sociedade brasileira, o meio futebolístico apresenta preconceitos enraizados na cultura de arquibancada, na qual a homofobia é explícita, seja nos cânticos entoados, nos xingamentos, provocações ou nos trejeitos expressados pela torcida, os quais não se limitam nos estádios, mas perpassam bares, becos e ruas, em dias de jogo ou mesmo em conversas cotidianas. Com isso, ocorre um processo de normalização de falas e ações homofóbicas, como se um *costume* de ódio disseminado em massa pudesse naturalizar o preconceito aos homossexuais.

Acerca desta problemática, é perceptível que a prática jornalística no âmbito esportivo não concede visibilidade necessária a esta questão, expressando negligência e marginalização do assunto nos debates, uma vez que o núcleo do jornalismo esportivo, majoritariamente, omite e até corrobora a cultura da homofobia no futebol. Tal argumentação é reforçada no fato de que o tema dificilmente é incluído nas agendas de notícias esportivas, mas é, por vezes, citado em comentários degradantes, como em alguns programas do nicho.

Em detrimento deste jornalismo esportivo, que, em geral, apresenta caráter estritamente comercial, de comunicação linear e limitado à informações técnicas ou, até desumanizadas, este artigo objetiva problematizar e trazer à discussão a importância de uma prática jornalística de cunho esportivo que preze pelos Direitos Humanos e pela construção da cidadania em detrimento à homofobia enraizada no âmago do futebol brasileiro.

Para tal abordagem, o artigo foi dividido em tópicos que contam com a contribuição, em forma de citações, de pesquisadores e estudiosos de áreas como o Jornalismo Esportivo e as Ciências Sociais Aplicadas, com o foco em questões relacionadas a preconceito, discriminação, homofobia, cidadania e Direitos Humanos. O texto tratará sobre o surgimento do futebol no Brasil e o preconceito, o padrão de virilidade neste esporte, o silenciamento midiático e violação dos Direitos Humanos, para expor a problemática, além da construção da cidadania na prática jornalística anti-homofóbica, bem como a criminalização de manifestações homofóbicas nos estádios.

Futebol e preconceito no Brasil

Nelson Rodrigues em *A Pátria de Chuteiras* (2013) e Roberto Da Matta em seu *O que faz do Brasil, Brasil* (1986) já observaram que o futebol se tornou no século XX uma das principais expressões da cultura nacional. Nesse universo, a identidade social também foi sendo construída por uma seleção de papéis entre os quais o de torcedor, em muitas situações, atingiu o protagonismo: “O povo brasileiro, dizem, é formado por milhões de técnicos de futebol, pois quase todos se consideram autorizados quando se trata de escalar um time, criticar um sistema ou apreciar o desempenho de uma equipe” (DA MATTÀ, 1986, p. 78).

Embora inúmeras pesquisas de preferência apontem o futebol como o esporte mais popular do mundo, o assunto ocupou espaço de particular destaque no debate público nacional: “Se o brasileiro soubesse de política, economia e cidadania o que sabe de Seleção Brasileira, Flamengo e Corinthians, certamente o Brasil seria outro.” (BETING, 2005, p.16). Para ilustrar a situação, Messa (2005) apura em sua pesquisa que mais de 80% das notícias esportivas no país tratam exclusivamente de futebol.

No caso do jornalismo brasileiro, aliás, a relação entre imprensa e esporte foi fruto do desenvolvimento do futebol como objeto de consumo. Nota-se que a evolução e a consolidação do jornalismo esportivo está intimamente ligada com a popularização e fortalecimento do futebol, mesmo que nos primeiros anos de cobertura esportiva poucos acreditassesem que o esporte pudesse conquistar grandes espaços nos jornais da época. Uma das razões era de que o futebol se apresentava como uma novidade vinda da Inglaterra e não estava sendo bem vista por formadores de opinião da época (COELHO, 2003).

Ainda assim, o autor revela que o futebol começa a ganhar destaque nos jornais por volta de 1920 quando se torna profissional e os atletas passam a ganhar para defender as cores de seus clubes. Vale dizer que, no âmbito jornalístico, Coelho (2003) entende que o jornalismo esportivo enfrenta historicamente preconceitos, carregando o rótulo de “editoria inferior” às demais especializações do campo profissional. Para piorar a situação, no olhar de considerável parte da crítica cultural, o jornalismo esportivo ainda é visto como mera fonte de entretenimento.

As origens do futebol no Brasil, como se mostra perceptível, é cercada de preconceitos sociais. Alguns deles persistem no imaginário coletivo mais de um século depois. Na sociedade escravocrata do início do século XX, não é de se surpreender que a presença de afrodescendentes fosse inicialmente barrada nas diferentes esferas da prática e do consumo do esporte. Apesar do posterior protagonismo negro no futebol brasileiro, o campo profissional, com seus desníveis salariais, torna-se uma boa referência para a análise das desigualdades socioeconômicas e raciais existentes no país.

Também machista, o futebol também resistiu/resiste à inserção da mulher nesse universo, um ambiente supostamente destinado para o público masculino. Mas ainda foi mais evidente que a marca da virilidade do futebol se mostrou especialmente avessa à identificação de uma minoria específica: a dos homossexuais, cujas representações até hoje são estereotipadas e segregadas por diferentes atores sociais que atuam nas praças esportivas. Essas manifestações homofóbicas reforçam o discurso heteronormativo que se naturalizou ao longo da história da

formação da sociedade brasileira, mas que nas décadas recentes enfrenta a resistência e os impactos de graduais avanços nos processos de reconhecimento desse grupo social.

O padrão de virilidade no futebol brasileiro: hegemonia e violência

Se por um lado, o futebol é o esporte das massas, popular, respeitado e admirado por milhões de brasileiros, por outro, promove exclusão de grupos que não compartilhem dos padrões dominantes estabelecidos de modo estrutural no ambiente do esporte bretão. Um desses padrões vigentes é o do perfil da masculinidade viril: frequentemente, o motor de manifestações homofóbicas¹ não só dentro dos estádios, mas em qualquer ambiente relacionado ao futebol. É possível afirmar que a homofobia é fortemente estabelecida por uma construção social embasada na masculinidade hegemônica:

É um regime de predomínio e soberania praticado por homens — e também por algumas mulheres —, que historicamente deriva do patriarcado, e busca legitimá-lo. Tem como objetivo, sobretudo, a busca masculina pelo poder, visando exercer influência e controle, sendo altamente normativa. É a reivindicação cultural da dominação de um grupo na escala da hierarquia social. Discurso fortalecido pela tradição, pois é um processo histórico. Onde existe poder na sociedade, o homem está lá. (OLIVEIRA, F., 2018, p. 11-12)

De acordo com Anjos e Mendes (2014), essa masculinidade viril, ou compulsória, utiliza o comportamento homofóbico como meio de ofender e desestabilizar o adversário, seja entre torcidas ou jogadores movidos pela busca por poder, dominação e controle masculino, tais como citados por Oliveira, F. (2018). “A forma mais corriqueira de ofender um adversário, no futebol brasileiro, é distanciá-lo do modelo hegemônico de masculinidade.” (ANJOS; MENDES, 2014, p. 1) E, não apenas como ofensa e afronta voltadas exclusivamente ao

1 É importante ressaltar que homofobia refere-se à aversão irreprimível, medo, ódio, repugnância ou preconceito por parte de alguns indivíduos contra pessoas homoafetivas, seja por razões institucionais, culturais ou religiosas. (BORRILLO, 2001)

rival, mas também como forma de repreender quaisquer características que destoam deste regime predominante dentro de uma mesma torcida ou elenco de jogadores.

Ademais, esta masculinidade *constrói* o indivíduo ideal para ser inserido no âmbito do futebol, seja como torcedor, jogador ou em qualquer outra ocupação nesse nicho. Esse indivíduo ideal carrega consigo certos valores, em especial virilidade, força, competitividade, coragem e bravura. Como aponta Anjos e Mendes (2014, p. 1), “essa hegemonia não é estática nem dada, mas continuamente reafirmada, estando passível a modificações e nuances em diferentes culturas e tempos históricos.” Ou seja, a reafirmação da masculinidade hegemonicá está em constante transformação e, no Brasil, se apresenta de maneira singular: desde padrões de comportamento na sociedade até formas reprimidas de enxergar e lidar com emoções naturais de um ser humano.

Inseridos na cultura brasileira, os sujeitos são marcados pela expectativa de que, como “homens de verdade”, dêem vazão aos seus desejos, mas sem perder o controle. A lógica acionada para a expressão ou a afirmação dessa masculinidade é beber muito, mas sem perder o domínio sobre si mesmo; a de comer bastante, mas sem passar mal; a de fazer muito sexo, mas sem deixar que isso intervenha ou atrapalhe sua vida profissional e familiar [...]. (MISKOLCI, 2013 *apud* SOARES et al., 2016, p. 1154)

A masculinidade hegemonicá exige compulsoriamente do sujeito uma intensa capacidade de poder e autocontrole. Um paradoxo de exagero e domínio próprio. E, como afirma Miskolci (2013, *apud* SOARES et al., 2016), estar em conformidade ante as masculinidades anteriormente descritas prova-se um exercício difícil e que gera constante tensão psíquica.

Retomando a abordagem no cenário do futebol, um exemplo bastante marcante acerca da exigência de expressões performativas das masculinidades em questão refere-se ao caso emblemático do choro de Thiago Silva, então capitão da Seleção Brasileira de Futebol em 2014, em uma partida disputada contra o Chile pelas oitavas de final da Copa do Mundo Fifa do mesmo ano. Na ocasião, o jogo resultou em um empate de 1 a 1 no tempo regulamentar e na prorrogação. Na disputa de

pênaltis, uma cena chamou a atenção e trouxe demasiada repercussão midiática: o zagueiro – que até então, segundo a mídia especializada, havia feito uma boa partida –, se recusou a bater um dos pênaltis e se dirigiu até um canto afastado do campo, sentou sobre uma bola e começou a chorar copiosamente.

A atitude de Thiago Silva repercutiu majoritariamente de forma negativa entre internautas, jornalistas, comentaristas esportivos, torcedores e diversas outras pessoas que acompanhavam a Copa de 2014, surtindo efeitos de revolta, indignação, estranheza, incompreensão e intensa intolerância por conta da significação dissidente atribuída, neste contexto, ao choro, tanto pelo desporto em si, quanto à figura do líder, do jogador e do próprio *ser homem* (SOARES et al., 2016). É importante ressaltar a aversão ao choro neste contexto em específico, pois, como aponta Soares et al. (2016, p. 1155),

o choro no futebol é ritualizado. Há momentos em que ele é permitido e até esperado, como nas vitórias e derrotas, nas graves lesões e entrevistas, geralmente quando o atleta rememora sua trajetória de vida, a superação de possíveis problemas no processo de ascensão na carreira de atleta; em outros momentos, o choro deverá ser interditado, a fim de não ser confundido com “descontrole”, “covardia”, “medo” ou qualquer conduta que “abale” os significados viris atribuídos aos atletas, como nos confrontos corporais com outros atletas e demais dinâmicas da modalidade e nos momentos decisivos das partidas – como nas cobranças de pênaltis.

Assim, os prantos do jogador, independentemente de qual tenha sido o real motivo de ocorrerem, demonstraram divergir das normas de gênero e foram compreendidos e expostos pela mídia como contrários ao que se espera de um líder, um capitão ideal, na medida em que

o choro é imputado às meninas e mulheres na cultura brasileira e “negado” aos homens, que deverão aprender a suprimi-lo e a resguardá-lo ao espaço privado, longe dos olhares dos espectadores do espetáculo esportivo e dos adversários, a fim de não serem colocados na condição de “despreparados” e “descontrolados”. (SOARES et al., 2016, p. 1154)

Ressalta-se, então, que estes valores de repressão emocional imputados aos homens, no Brasil, objetiva o desenvolvimento de “indivíduos ideais”, influenciados pelos padrões de virilidade hegemônica, os quais, segundo Anjos e Mendes (2016), são construídos desde a infância quando o esporte bretão costuma ser apresentado a tais— e de forma ínfima às mulheres, as quais, geralmente, são marginalizadas desse processo — por conseguinte, esses jovens são coagidos a desenvolver paixão por um time e ocupar um espaço no meio do futebol.

Nesse processo, o desporto abre portas para que esses garotos alcancem socialização na escola e em ambientes de lazer. Serve, assim, de caminho para que consigam fazer amigos em seus anos mais precoces e se destaquem por suas masculinidades em construção. Estas, por sua vez, são reveladas na demonstração de força e agressividade enquanto se joga ou torce, de virilidade enquanto se socializa, e de características do gênero enquanto se reafirma como homem em todas estas etapas de iniciação no meio futebolístico (ANJOS; MENDES, 2016).

Assim, pode-se afirmar que, “para o padrão normatizador do futebol, a ausência de alguns comportamentos reconhecidos como emblema de uma forma específica de masculinidade representa uma falta de virtude e até mesmo um desvio de caráter.” (PINTO; ALMEIDA, 2014, p. 109). Com isso, para reafirmar a figura do *macho*, desde jovem, o indivíduo do sexo masculino precisa demonstrar atitudes que reforcem a heterossexualidade, como xingar, agredir e, ainda, reprimir atitudes que se desviam da masculinidade hegemônica. No caso de um jovem rapaz não simpatizante ao futebol, grandes são as chances de sofrer exclusão no meio escolar, e até familiar, além de opressão homofóbica, mesmo que o próprio não seja homossexual. Para Pinto e Almeida (2014), a homofobia no futebol é definida, então, como um meio de reiterar a heteronormatividade.

A legitimidade desse modelo que chamamos de hegemônico é construída não apenas na valorização desse modo de subjetivação, mas também pela desqualificação de outras possibilidades performativas do gênero e da sexualidade. Assim, torna-se mais masculino na medida em que se questiona a masculinidade de outrem. (ANJOS; MENDES, 2014, p. 3)

E é nesta reafirmação do masculino no ambiente futebolístico, segundo Pinto e Almeida (2014), que surge a violência. Esta, propaga-se entre cânticos ensurdecedores carregados de termos homofóbicos à violência física expressa pela discriminação direta, principalmente nos estádios. A reforçar esta ideia, Gastaldo (2010) pontua que, no país, o campo simbólico do futebol pode expressar diversos fatores da sociedade, desde a percepção da Seleção do Brasil como “o povo brasileiro em campo”, até as mazelas dos dirigentes de clubes como metáfora da classe política e suas negociações. Assim, a violência explícita no ambiente fervoroso do desporto é retrato do sentimento reprimido de ódio às minorias sexuais presente na cerne do Brasil. Na perspectiva de Elias e Dunning (2002, *apud* ANJOS; MENDES, 2014, p. 4),

em nosso cotidiano somos cobrados a apresentar um perfeito domínio do nosso estado de espírito, sobre nossas emoções, sejam elas de raiva ou de felicidade. Já no futebol, assim como em outras atividades de lazer, existe um quadro mais flexível em que podemos exercê-las com mais liberdade.

Ou seja, no ambiente futebolístico há um sentimento coletivo de maior liberdade para a expressão de emoções exacerbadas negativas, mesmo que signifiquem a materialização da violência, do ódio e da discriminação para outrem. A violência se normaliza a partir da sensação de pertencimento a um grupo de ideais similares e do sentimento de anonimato em meio a uma multidão vibrante de torcedores. Enquanto isso, o número de mortes de pessoas LGBT+ continua alto no *país do futebol*.

Dados do Grupo Gay Bahia (GGB), Organização Não-Governamental (ONG) direcionada à defesa dos direitos de pessoas homossexuais brasileiras, demonstram que o Brasil é o país que mais assassina LGBT+s em todo o mundo². E ainda, segundo um relatório publicado por esta Organização Não-Governamental em 2020, 329 LGBT+s (lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e demais orientações de gênero e sexo) tiveram morte violenta no Brasil em 2019, sendo que a maioria (54%) destas eram gays — é importante ressaltar que os dados apre-

² OLIVEIRA, J.; MOTT, 2020. Disponível em: <<https://observatoriomortesviolentaslgbtibrasil.org/2019>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

sentados referem-se a uma realidade anterior à pandemia da Covid-19 eclodida no ano seguinte, em 2020, a qual ocasionou a paralisação dos campeonatos de futebol brasileiro por muitos meses, incluindo o fechamento de estádios e a presença nula ou reduzida de torcedores nas arquibancadas com o retorno dos jogos. Sendo assim, os dados do GGB representam um ano em que ainda havia torcida constante nos estádios e os jogos ocorriam normalmente.

“A cada 26 horas um LGBT+ brasileiro morre de forma violenta vítima de homicídio ou suicídio, o que faz do nosso país o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais” (OLIVEIRA, J.; MOTTA, 2020, p. 14). A partir destes dados, é perceptível que esta realidade é refletida nos estádios pela tamanha selvageria e violência ante estes indivíduos, com ênfase a homens gays, afeminados, fora do padrão másculo e viril de um torcedor ou jogador *convencional*.

Nesse sentido, o ambiente futebolístico, seja dentro ou fora de campo, se torna um espelho da opressão e do ódio homofóbico estrutural presente na sociedade brasileira. Está nos xingamentos e associações à homossexualidade e à feminilidade para uma torcida ou um time adversário, como em gritos em coro de “bicha! ” quando o goleiro cobra um tiro de meta, por exemplo, ou de “veado! ” a ecoar nas arquibancadas, ou mesmo em cânticos insultuosos, conformando um cenário de rivalidades em que tais expressões são entendidas como parte da “cultura do jogo” (PINTO; ALMEIDA, 2014). Assim, o silêncio midiático e a má repercussão da problemática ante a esta perspectiva acaba por estar direta ou indiretamente ligada à morte de centenas de pessoas.

O silêncio midiático e violação dos direitos humanos

A normalização e omissão da homofobia no futebol por parte da imprensa admitem, de certo modo, uma violação dos direitos humanos de toda uma comunidade, um gênero, uma orientação sexual. Este fato se intensifica quando percebe-se que o jornalismo esportivo brasileiro apresenta caráter quase que estritamente comercial e possui um norteamento linear de notícias, repleto de informações que limitam as reporta-

gens a fatos previsíveis e desumanizados como o mercado de jogadores nas janelas de transferência, dados da tabela dos campeonatos, desempenho dos jogadores nas partidas, favoritismo clubista, entre outros.

Segundo Romero (2004, p. 107 *apud* CRUZ, 2018, p. 8), “a mídia pode parecer simplesmente reportar o que acontece, mas na realidade constrói, por intermédio dos responsáveis pelas matérias, notícias permeadas por estruturas, valores e convenções”. Assim, o jornalismo possui um poder significativo de influenciar pessoas, discutir posicionamentos e apresentar informações de interesse público à sociedade. Se a imprensa esportiva omite pautas de cunho social, está dialogando diretamente com a ideia popular de que *futebol não se mistura com política ou problemas sociais*. De acordo com o jornalista e escritor João Abel (2021), em entrevista à Folha de São Paulo³,

o Brasil é um país onde se vê violência doméstica, abuso sexual e abandono de muitos menores acontecendo com muita força. No recorte do futebol, há todos esses exemplos muito claros: o feminicídio do goleiro Bruno contra a Eliza Samudio, o caso do jogador Robinho, recentemente condenado em segunda instância por estupro de uma jovem na Itália, e da Seleção Brasileira de 2018, na qual de 11 titulares, 6 foram criados por mães solo. Então temos que entender que o futebol não está à parte da sociedade: o que acontece ali deve ser olhado como um prisma social também.

O autor revela nesta entrevista que a homofobia no futebol vem do mais alto escalão da sociedade brasileira, explícita nas próprias esferas de poder, em exemplo enfático ao comportamento e declarações de cunho homofóbico feitas pelo atual Presidente da República Jair Bolsonaro. Nesta lógica, parafraseando o jornalista José Trajano (2018), ao ser entrevistado no documentário *BICHA! A Homofobia no Futebol Brasileiro*⁴, coloca-se, no Brasil, o jornalismo esportivo fora de foco acerca de assuntos importantes, como pro-

³ Disponível no canal do *YouTube* do referido veículo em um vídeo intitulado “Homofobia no futebol não é pauta secundária, afirma jornalista”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lSoHzKF7FS0>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sRiLuDKj_vw>. Acesso em: 26 jun. 2021.

blemas sociais vivenciados dentro do meio desportivo e a relação social nas arquibancadas, o que ressalta o engajamento das mídias com banalidades, e homofobia não é uma frivolidade.

Entende-se, então, que a problemática apresentada explicita a ausência de uma comunicação circular, comprometida com múltiplas perspectivas, bem como abarcada na humanização, neste caso, dos profissionais do esporte – jogadores, técnicos, auxiliares etc. –, e, principalmente, da torcida. É preciso que o profissional da comunicação dê ouvidos a essa torcida, questione os coros, exponha os comportamentos violentos e denuncie o ódio que não só ecoa e oprime nas arquibancadas, mas também fora dos estádios: em bares, ruas e becos nos dias de jogo, conversas cotidianas acerca do esporte, entre outros espaços públicos. “As expressões de preconceito não se restringem ao esporte de alto rendimento [futebol profissional], sendo observáveis nos campos de várzea, nos clubes, nas escolas. A ideia de que futebol é coisa de macho parece estar presente em todo lugar onde ‘role uma bola’” (ANJOS; MENDES, 2014, p. 2). Pinto e Almeida (2014, p. 111), em consonância com tal pensamento, ainda afirmam que

a mídia especializada, que atua como mediadora das informações e dos saberes sobre o jogo a serem transmitidos para o público, muitas vezes, contribui para naturalizar estereótipos, como a de que gays e mulheres não gostam ou não se interessam por futebol. A repetição dessa ideia e a sua força performativa, produz o efeito de introjetar tal estigma em grande parte dessas pessoas, até por conta da dificuldade de homossexuais e mulheres encontrar referências já inseridas no esporte com as quais consigam estabelecer identificação.

Nesse cenário, percebe-se a falta de discursos plurais em reportagens e matérias, realçando um grande descaso com a cidadania e os direitos humanos das minorias não só no futebol, mas no Brasil como nação, uma vez que o ambiente futebolístico é reflexo da sociedade. Acerca disso, Dias (2020, p. 96), afirma que “o processo comunicacional se torna frágil se não cuidamos de todos os termos, expressões e formas com que comunicamos, zelando pelo caráter polissêmico da existência, acreditando na diversidade”.

Se o jornalista, que como profissional deve estar dotado pelo “tripé de sustentação do jornalismo: a ética, a técnica e a responsabilidade social” (DIAS, 2020, p. 88), não pratica um jornalismo comprometido com tais preceitos, não concede voz e visibilidade ao apelo de um problema tão patológico e vigente no nicho futebolístico, fere os direitos humanos por tais silêncios e induz o público para a mesma passividade e normalização, que se sucede por décadas, em relação à homofobia. Nesse âmbito, os direitos humanos dos jogadores e torcedores oprimidos são marginalizados e silenciados.

Sobre a torcida, toda pessoa possui o direito de frequentar espaços esportivos como estádios, quadras, entre outros ambientes. O artigo 24 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), sustenta que “toda pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres”. Assim, é de extrema responsabilidade dos clubes desportivos, do Estado e a sociedade em geral, trabalhar e lutar pela garantia desses direitos a todos os indivíduos “sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.” (ARTIGO 2º - DUDH, 1948).

Contudo, além destas instituições, é indispensável o papel jornalístico na construção desse direito de modo efetivo na sociedade. O jornalista é o porta-voz das massas. Precisa orientar a sociedade pelo poder da palavra. Precisa disseminar um pensamento que desconstrua preconceitos. Necessidades que, na atualidade, são pouco levadas em consideração no jornalismo esportivo.

Beting (2005) observa que é função básica da imprensa tornar interessantes os assuntos importantes. Segundo ele, é preciso falar, criticar, questionar, procurar. Acrescenta que são poucos os veículos e, ainda menos, jornalistas capazes de entrar a fundo nas questões extracampo: “Os jargões ‘o público não se interessa’, ‘isso não dá ibope’, ‘é assunto técnico e político e as pessoas só querem bola na rede’ tiram o assunto da pauta, e o futebol do sério” (BETING, 2005, p.17).

Construção da cidadania na prática jornalística anti-homofóbica

Em 2015, a jornalista Gabriela Moreira, então repórter da ESPN Brasil, protagonizou uma situação curiosa: um torcedor palmeirense por ela entrevistado, ao ser questionado sobre a expectativa de ver uma vitória no clássico paulista entre a Sociedade Esportiva Palmeiras e o São Paulo Futebol Clube, respondeu: “A expectativa é a gente ganhar dos ‘bicha’ hoje...”. A repórter, claramente surpresa com a resposta, contrapôs dizendo: “Rapaz, vou te falar uma coisa, não sei se vai ganhar..., mas com essa bicha? Não a homofobia, né? Você tem quantos anos, 25? Por favor, vamos tentar modernizar um pouquinho este pensamento.”⁵

Diante deste episódio, apesar da jornalista ter recebido grande apoio de internautas nas redes sociais, a profissional sofreu diversos ataques em sua conta no *Instagram*, com ameaças e ofensas. Mesmo assim, Gabriela Moreira não se abalou e, em relatos ao documentário *Bicha!* (2018) — já citado no tópico anterior —, afirmou estar cumprindo sua obrigação, sabendo que tem como missão jornalística levar a diversidade para a casa das pessoas e dar voz às minorias. Este caso é um exemplo relevante de como os jornalistas devem se portar diante de comentários e trejeitos preconceituosos enraizados na “cultura do jogo”, como aponta Pinto e Almeida (2014), de forma com que colaborem para a construção da cidadania na sociedade brasileira por meio da prática jornalística anti-homofóbica.

Sobre a efetividade da cidadania, Manzini-Covre (1995, p. 10) afirma que “só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços e da pugna para fazer valer os direitos do cidadão”. Tal afirmação dialoga com a atitude de Gabriela Moreira apresentada anteriormente, a qual não hesitou em defender a comunidade gay ao fazer seu comentário. Esta prática é essencial para uma ação comunicativa cautelosa e responsável por parte dos jornalistas.

A ação comunicativa é acionada como instrumento de garantia individual e coletiva na sociedade. Esta, por sua vez, tem como pres-

⁵ REPÓRTER da ESPN dá bronca em torcedor que fez comentário homofóbico. **Veja São Paulo**, 2015. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/reporter-espn-bronca-torcedor-comentario-homofobico/>>. Acesso em: 12 out. 2020.

suposto a cidadania enquanto direito à vida, à liberdade, à igualdade, ou seja, ao acessarmos os direitos civis, políticos e sociais, e paralelamente incorporarmos a consciência dos deveres, passamos a ocupar um lugar de responsabilidade para a construção da nação, da sociedade que queremos. (DIAS, 2020, p. 100).

Em contrapartida, é possível encontrar um lado da imprensa brasileira que desconversa drasticamente com o exercício do respeito e da construção cidadã. Em 2013, o ex-jogador do Corinthians Emerson Sheik postou uma foto em suas redes sociais, na qual dava um “selinho” em um amigo, o empresário Isaac Azar. Na legenda, o jogador havia escrito: “Tem que ser muito valente para celebrar a amizade sem medo do que os preconceituosos vão dizer”, como denúncia à homofobia no futebol. Por conta desta publicação, o jogador sofreu bastantes ataques de caráter homofóbico, não apenas das torcidas rivais do clube paulista, mas também da própria torcida corintiana, a ponto de uma organizada levantar faixas no estádio do clube com mensagens de baixo calão: “Fora Sheik *Viadinho*”, “*Viado Não*», «Vai beijar a *PQP*” e “Aqui é lugar de homem”.⁶

Ao invés de se posicionarem repudiando este ódio contra homossexuais, muitos jornalistas trataram este comportamento como algo do futebol, achando ser “parte da zoeira”. A exemplo, alguns debatedores de mesas redondas da televisão, como o comentarista e ex-jogador Denílson *Show* do programa esportivo da Rede Bandeirantes “Jogo Aberto”, aproveitaram a ocasião para provocar os torcedores corintianos, ao afirmar que “o gavião virou beija-flor”⁷ — em alusão a um dos símbolos do clube, o gavião.

Assim, demonstra-se preocupante a ação de muitos jornalistas esportivos no Brasil, os quais tendo a nobre responsabilidade de levar diversidade, respeito e informação de qualidade aos amantes de

⁶ NAÍSA, Letícia; ARAÚJO, Peu. Por que o futebol brasileiro ainda está trancado no armário? *Vice*, 2016. Disponível em: <<https://www.vice.com/pt/article/53m433/homofobia-no-futebol>>. Acesso em: 12 out. 2020.

⁷ DENILSON: “esse gavião virou beija-flor”. **BOL: Band Esportes**, 2013. Disponível em: <<https://www.bol.uol.com.br/videos?id=denilson-esse-gaviao-virou-beijaflor-04028C9C3970CCB14326>>. Acesso em: 12 out. 2020.

esportes, acabam não só ignorando estes comportamentos errôneos, machistas e homofóbicos de alguns torcedores e jogadores, mas também compartilhando dos mesmos pensamentos com o público que os acompanham. “A função social dos meios de comunicação em formar opiniões e fomentar discussões também refletem nesta conduta jornalística que reforça o preconceito existente no futebol brasileiro” (CRUZ, 2018, p. 8).

Dentre tal problemática, um ponto relevante fica em evidência: o ramo do jornalismo esportivo, segundo Cruz (2018), é, geralmente, formado por um número significativo de colunistas e comentaristas os quais não são especificamente jornalistas por formação, mas sim, especialistas em esportes, representados pelas figuras de ex-jogadores, ex-árbitros, dentre outras personalidades da área. Assim, “a utilização de conhecimento empírico emparelhado ao senso comum para emitirem opiniões é frequente tendo em vista que, a grande maioria não tem formação superior no jornalismo.” (CRUZ, 2018, p. 8).

Ainda, de acordo com Borelli (2002 *apud* CRUZ, 2018), tal situação pode ser explicada pela autonomia concedida pelas empresas à editoria de esportes, tanto na estruturação das narrativas que, por vezes, não seguem os padrões técnicos previstos nos manuais de redação, quanto na “normalidade” sustentada na mídia esportiva em moldar especialistas ao jornalismo, ao invés de jornalistas à especialidade. Enquanto a especialização do jornalista pode trazer uma crítica social concreta e sensata, que não esteja carregada de preconceitos emergidos do senso comum, o uso de pessoas provindas de uma carreira no futebol para a formação de opinião nas coberturas esportivas, pode abrir brechas para que o senso comum e a passionaldade ocupem o espaço que, por obrigação, deveria ser preenchido por um profissional dotado de conhecimentos específicos do jornalismo em si e de uma editoria de esportes (CRUZ, 2018).

Retoma-se, então, o pensamento de Dias (2020), o qual afirma que o tripé de sustentação do jornalismo é a ética, a técnica e a responsabilidade social. Nesta abordagem, entende-se que uma possível solução dos problemas apresentados por Borelli (2002) e Cruz (2018) no que se refere a realidade da mídia especializada em esporte

atualmente, seria, de acordo com Chaves (2015), a atuação de profissionais da comunicação capacitados mediante ensino superior.

Uma formação profissional superior voltada não só para a atuação técnica, mas também para o indivíduo e para as relações sociais, faz parte de todas as diretrizes curriculares dos cursos de graduação em vigor no país. Assim, assenta-se no entendimento geral da necessidade de um profissional que compreenda o contexto onde se encontra inserido e que se volte à promoção do desenvolvimento deste, seja por meio da sua atuação profissional ou política, econômica, social e cultural, de forma que as diversidades sejam respeitadas e as relações sejam construídas a partir da equidade. (CHAVES, 2015, p. 7-8)

Por outro lado, para além do desafio em formar jornalistas sustentados pela ética, técnica e responsabilidade social (DIAS, 2020), que não propaguem discriminação e preconceito, uma outra problemática fortalece a discussão: a recente criminalização da homofobia no Brasil e sua recepção discreta no cenário futebolístico. A homofobia foi criminalizada após décadas de luta e resistência de militantes LGBT+ no país.

A criminalização de manifestações homofóbicas nos estádios

Em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 13 de junho de 2019, a homofobia e a transfobia foram enquadradas na Lei de Racismo (7716/89), que criminaliza a discriminação ou preconceito por “raça, cor, etnia, religião e procedência nacional”⁸. A discriminação por orientação sexual e identidade de gênero incluída nesta lei acarreta uma pena ao agressor que pode variar de 1 a 5 anos prisão, pagamento de multas e/ou prestações de serviços comunitários⁹.

Ainda assim, não existe no país qualquer legislação relacionada especificamente a crimes motivados por orientação sexual e identidade de gênero. O projeto de lei mais antigo sobre o tema apresentado na Câmara dos Deputados se encontra arquivado desde 2006, após ter sido enviado para o Senado. No mesmo ano de sua criminalização, o

⁸ BARIFOUSE, Rafael. STF aprova a criminalização da homofobia. **BBC News Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

⁹ OLIVEIRA, Mariana *et al.* STF permite criminalização da homofobia e da transfobia. **G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

Supremo Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) emitiu uma recomendação aos Clubes, Federações e à Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol contra a homofobia, motivado pela decisão do STF. De acordo com a Recomendação nº 01/2019¹⁰, expedida pelo procurador-geral do STJD Felipe Bevilacqua,

em caráter preventivo, com o objetivo de evitar eventuais demandas futuras, recomenda-se que auxiliares e delegados das partidas relatem na súmula e/ou documentos oficiais dos jogos a ocorrência de manifestações preconceituosas e de injúria em decorrência de *opção sexual* [sic] por torcedores ou partícipes das competições, devendo os oficiais das partidas serem orientados da presente recomendação, bem como, cumpram todas as determinações regulamentares aplicáveis em vigor; que os Clubes e Federações realizem campanhas educativas (...) com o fim de evitar a ocorrência de infrações desta natureza; Dê-se ciência desta Recomendação aos Clubes, Federações e à Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol, além das Procuradorias dos Tribunais de Justiça Desportiva dos Estados da Federação para ser aplicada a partir do dia 19.08.2019.

Apesar da recomendação, na prática, as manifestações homofóbicas continuaram a todo vapor. Um exemplo desta afirmativa refere-se ao ocorrido em uma partida entre o Clube de Regatas Vasco da Gama e o São Paulo Futebol Clube válida pelo Campeonato Brasileiro Série A de 2019. No jogo em questão, os gritos homofóbicos soavam tão alto no estádio São Januário, que fizeram com que o árbitro Anderson Daronco tivesse que interromper a partida e comunicar o fato ao quarto árbitro, aos treinadores e aos capitães da equipe, principalmente ao então técnico do Cruzmaltino, Vanderlei Luxemburgo, para pedir que a torcida parasse. Foi a primeira vez que a arbitragem paralisou um jogo por causa de cânticos homofóbicos¹¹

Em contrapartida das manifestações homofóbicas no futebol, nos últimos anos surgiram diversas torcidas organizadas *queer* e anti-ho-

¹⁰ Disponível em: <<https://www.tjdrs.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Recomendacao-001-2019-Procuradoria-STJD.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

¹¹ PIRES, Breiller. Com homofobia não tem jogo. **El País Brasil**, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/26/deportes/1566852465_773027.html>. Acesso em: 30 jul. 2021.

mofóbicas, por exemplo: a pioneira Coligay, a Flagay, além das Galo *Queer*, Cruzeiro Maria, Bambi Tricolor, Palmeiras Livre, Grêmio *Queer*, Queerlorado, dentre outras. Essas organizações representam resistência e luta pelo direito de torcer e vibrar pelos seus times do coração, porém também expressam a segregação que muitas torcidas homofóbicas e preconceituosas forçaram que existisse.

Nesse *apartheid* futebolístico, há as torcidas *gay* e as torcidas “hetero” em uma segregação ligada à errônea e discriminatória ideia de que os integrantes destas torcidas são extraordinariamente distintos em algum aspecto biológico, psicossocial ou intelectual. O ideal seria se todos pudessem torcer na mesma vibração, no mesmo espírito de *fair play*. Todavia, enquanto a igualdade e o respeito às diferenças não for, em sua totalidade, vigente no cenário futebolístico brasileiro, discussões sobre o assunto e sobre os desafios de uma prática jornalística anti-homofóbica ainda precisam ser levantadas.

Considerações finais

Enquanto não se concretiza o ideal de uma sociedade igualitária refletida nas arquibancadas, nos gramados e em qualquer ambiente social, é dever do jornalista continuar prezando pelo combate às injustiças contra minorias sexuais ao se posicionar contra cânticos, gritos homofóbicos e machistas, comentários inóspitos, degradantes e preconceituosos, contribuindo, assim, para a construção de um jornalismo esportivo mais humanizado.

O sonho de todo bom amante do futebol e de todo profissional da comunicação da área esportiva movido pela ética e pelo respeito, é ver, em breve, arquibancadas de estádios cheias de diversidade, de mulheres, negros, minorias étnicas e pessoas LGBT+ torcendo juntos, gritando juntos, sem medo de serem ofendidos, violentados, oprimidos ou rechaçados.

Colocar exigências éticas como base da atividade jornalística, bem como o compromisso permanente com as gerações futuras, é um paradigma que extrapola o campo político e profissional para a vida cotidiana de cada cidadão. Desse modo, é preciso “cuidar de

informações acerca dos direitos humanos, da importância da luta pela justiça e pela liberdade, assim como a geração de conhecimentos específicos que auxiliem na consolidação de uma cultura de paz” (FISCHMAN et al., 2002, p.17).

Nesta perspectiva, é de extrema relevância que a discussão sobre práticas jornalísticas que compactuem com o combate à homofobia no futebol brasileiro continue tanto nos estudos de jornalismo, quanto nas redações de jornais, pois contribui em um processo de construção da cidadania e resgate dos direitos humanos das minorias sexuais nesse ambiente, em consonância com a difusão de informações de qualidade no que se refere à real situação destes indivíduos oprimidos. É necessário que a sociedade esteja abarcada na causa anti-homofóbica a partir da disseminação de reportagens e notícias a respeito de ocorridos que ainda persistem num âmbito futebolístico essencialmente homofóbico, exclusivo e machista.

Referências

ANJOS, Luiza Aguiar dos; MENDES, Bárbara Gonçalves. Homofobia no futebol masculino brasileiro: algumas reflexões. **I Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2014. Disponível em: <https://anaiscongressodivsex.files.wordpress.com/2015/03/41-luiza-dos-anjos_-barbara-gonc3a7alves.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BARIFOUSE, Rafael. STF aprova a criminalização da homofobia. **BBC News Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BETING, Mauro. **Pago para ver** – Jornalista futebolístico deveria vestir a camisa de sua profissão, e não apenas a camisa do patrão. In: VILAS BOAS, Sergio (org.). **Formação & Informação Esportiva** - jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus Editorial, 2005, p. 12-41.

BICHA! A Homofobia no Futebol Brasileiro. Direção: David Feldon. Produção: Candy Saavedra. Documentário YouTube: VICE Brasil, 2018. (28 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sRiLuDKj_vw> Acesso em: 26 jun. 2021.

BORRILLO, Daniel. *L'homophobie. France: Presses Universitaires de France*, 2001. 128p.

CHAVES, Fabiana Nogueira. A mídia, a naturalização do machismo e a necessidade da educação em direitos humanos para comunicadores. **Intercom**: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Manaus, p. 1-13, 2015. XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, Manaus - AM, 28 a 30/05/2015. Disponível em: <<https://www.portalintercom.org.br/anais/norte2015/resumos/R44-0606-1.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

COELHO, Paulo Vinicius. **Jornalismo Esportivo**. São Paulo: Contexto, 2003. 120p.

CRUZ, Simon Henrique Nascimento. É coisa de macho?! Hierarquização de gênero no futebol: O machismo e a homofobia refletidos no jornalismo esportivo sobre futebol. **Intercom**– Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Belo Horizonte, p. 1-16, 2018. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2018/resumos/sobra/R63-0266-1.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986. 128p.

DENILSON: “esse gavião virou beija-flor”. **BOL: Band Esportes**, 2013. Disponível em: < Denilson: “esse gavião virou beija-flor” - Entretenimento - BOL> Acesso em: 12 out. 2020.

DIAS, Luciene de Oliveira. Direitos “quase humanos”: vivência para ensinar e aprender a comunicação dialógica. **Revista de Comunicação Dialógica (RCD)**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 86-106, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcd/article/view/50996/34392>>. Acesso em: 6 out. 2020.

FISCHMANN et al. O dia internacional da tolerância e a ciência. In: KUNSCH, Margarida M. K., FISCHMANN, Roseli (orgs.) **Mídia e Tolerância: A ciência construindo caminhos de liberdade.** São Paulo: Edusp, 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Homofobia no futebol não é pauta secundária, afirma jornalista.** YouTube, 7 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lSoHzKF7FS0>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

GASTALDO, Édison. As relações jocosas futebolísticas: futebol, sociabilidade e conflito no Brasil. Revista Mana: Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 2, ed. 16, p. 311-325, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/zMLqFHnSgJtGfmXWmtCvyTR/?lang=pt>>. Acesso: 20 jun. 2021.

LEMES, Luiz Fernando Rodrigues; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. Violência simbólica e Cidadania no Futebol: o discurso homofóbico em programas esportivos. **Intexto:** UFRGS, Porto Alegre, n. 49, p. 233-248, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/82739>>. Acesso em: 12 out. 2020.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1995. 112p.

MESSA, Fábio de Carvalho. **Jornalismo Esportivo não é só entretenimento.** 8º Fórum Nacional de Professores de Jornalismo. Maceió, 2005.

NAÍSA, Letícia; ARAÚJO, Peu. Por que o futebol brasileiro ainda está trancado no armário? **Vice**, 2016. Disponível em: <<https://www.vice.com/pt/article/53m433/homofobia-no-futebol>>. Acesso em: 12 out. 2020.

OLIVEIRA, Felipe Tadeu Silveira. **Os desdobramentos das masculinidades e homofobia no âmbito futebolístico.** Juiz de Fora, v. 1, 2018. 14 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Juiz

de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/FELIPE-TADEU-SILVEIRA-OLIVEIRA.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia**– 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020. 175p. Disponível em: <<https://observatoriomortesviolentaslgbtibrasil.org/2019>>. Acesso em 18 jun. 2021.

OLIVEIRA, Mariana *et al.* STF permite criminalização da homofobia e da transfobia. **G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

PINTO, Mauricio Rodrigues; ALMEIDA, Marco Bettine. As Torcidas *Queer* em campo: a emergência de grupos que questionam a homofobia e o machismo no futebol. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 105-116, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/454/297>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

PIRES, Breiller. Com homofobia não tem jogo. **El País Brasil**, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/26/deportes/1566852465_773027.html>. Acesso em: 30 jul. 2021.

REPÓRTER da ESPN dá bronca em torcedor que fez comentário homofóbico. **Veja São Paulo**, 2015. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/reporter-espn-bronca-torcedor-comentario-homofobico/>>. Acesso em: 12 out. 2020.

RODRIGUES, Nelson. **A Pátria de Chuteiras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

SOARES, João Paulo Fernandes *et al.* “O choro do capitão”: Notas sobre performatividades de gênero e masculinidades no futebol profissional. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 4, p. 1149-1162, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/63205/39724>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL (STJD) (Brasil). Felipe Bevilacqua. Recomendação contra Homofobia. **Recomendação nº 01/2019**. 19.08.2019. Disponível em: <<https://www.tjdrs.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Recomendacao-001-2019-Procuradoria-STJD.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2021.



U. PAUTAS DO JORNALISMO GOIANO NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

*Empreendedorismo e diversidade de
ferramentas como estratégia comunicacional*

Jornalismo empreendedor em contexto de crise: a construção do portal Aparecida de Goiânia (GO)

Átila Giovani Lima Freitas

Alfredo José Lopes Costa

Introdução

A recente crise econômica no Brasil, intensificada por uma crise política a partir de 2013 com as jornadas de junho e que culminou com o golpe de 2016, gerou retrocesso social e desemprego. Na área do Jornalismo, num cenário de relações precarizadas, demissões em massa, más condições de trabalho nas redações e salários reduzidos, os profissionais foram compelidos a se tornar empreendedores, buscando alternativas para montar seu próprio negócio.

Nesse contexto, os jornalistas procuraram opções dentro de sua área de trabalho – ou mesmo novas fronteiras –, para garantir a sobrevivência no mercado. Em busca de alternativas para superar desafios e aproveitar oportunidades, alguns jornalistas perceberam as transformações sociais do mundo contemporâneo provocadas pela popularização da internet e a presença das novas mídias digitais, que estão mudando o modo como as pessoas se comunicam entre si. Essas mudanças possibilitaram, por meio das mais diversas plataformas digitais na *web*, maior interatividade entre os mais diversos grupos sociais, ao mesmo tempo em que surgem soluções baseadas em modelos de negócios empresariais.

Isso significa novos desafios ao Jornalismo em relação à produção e difusão das notícias e ao oferecimento de serviços por meio de tecnologias convergentes. A comunicação mediada por computador

oferece possibilidades de independência midiática e monetização de plataformas, utilizando estratégias de comunicação digital.

A ideia principal deste artigo é apresentar e problematizar transformações que as tecnologias da informação e comunicação (TICs) proporcionam ao jornalismo empreendedor em tempos de crise, tomando como exemplo o planejamento e desenvolvimento do “Portal Aparecida de Goiânia”, hospedado no endereço <<https://www.portalaparecidadegoiania.com.br>>, que começou a ser desenvolvido na disciplina de Webjornalismo do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Goiás, em 2016, e foi concluído, no ano seguinte, como Relatório de Projeto Experimental apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo na mesma instituição de ensino superior.

O portal se caracteriza como divulgador de notícias e guia de negócios do município de Aparecida de Goiânia (GO). A proposta é aproximar a prática acadêmica da realidade do Jornalismo na *web* e da Publicidade, promovendo uma interação entre o mercado, a universidade e a sociedade local.

Jornalismo e ciberespaço: aproximações teóricas

A partir da nova realidade do mercado, que revela como a internet descentralizou o poder dos veículos de comunicação tradicionais, buscamos analisar a alternativa que o ciberespaço oferece aos jornalistas. O ciberespaço é um universo não palpável, mas totalmente real, um meio de comunicação que possibilita a interação de qualquer um, em qualquer parte o mundo, um espaço construído a cada clique do internauta. Lèvy (1999, p. 92) entende o ciberespaço “como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial e das memórias dos computadores”. Segundo Recuero (2009), por meio de ferramentas mediadas por computador, os indivíduos se relacionam no ciberespaço.

Esse espaço virtual se faz na rapidez com que as coisas acontecem ao redor do globo, criando assim a necessidade do usuário da internet de buscar informações a todo tempo, com uma rapidez incapaz de ser reproduzida por outro meio de comunicação.

No instante em que um fato acontece, já está na rede, sendo comentado, discutido e disseminado por qualquer um, em vários segmentos da internet, tanto em sites de empresas de comunicação, blogs ou nas redes sociais, fazendo com que a informação não seja retida. Segundo o francês Pierre Lévy (1993, p.127). , filósofo, sociólogo e pesquisador em ciência da informação e da comunicação, “a imediatez estendeu seu campo de ação e de retroação à medida da rede informático-mediática”.

A interatividade reproduzida na rede mundial de computadores é mais um dos fatores que a faz diferente dos demais meios de comunicação. O espaço para o indivíduo deixar seu ponto de vista está, na maioria das vezes, presente em sites e blogs; esse é um local no qual o leitor se diferencia do espectador, nele é possível explicitar sua opinião no momento em que recebe a informação.

Diante dessa realidade virtual, o cenário jornalístico passa por uma espécie de mutação, na qual deixa de apenas informar para interagir com o público. Ainda hoje a presença na internet é sabidamente uma ferramenta essencial para todos que desejam criar reputação positiva em determinadas áreas ou profissões. Os jornalistas estão entre essas pessoas que precisam manter uma página na rede para mostrar quem são, no que acreditam e como trabalham.

Levando essa nova realidade em consideração, o jornalista Leandro Beguoci (2016, p.146) destaca que “todo comunicador precisa ter uma visão global: se empreender era para poucos no século XX, isso é uma realidade de muitos mais profissionais na era digital atual.” Entre outros fatores, ele destaca a importância da base de dados no jornalismo na *web*.

Assim, o portal constitui ferramenta essencial para o jornalista que vive os novos processos comunicacionais influenciados pelas TICs. Esses processos podem ser resultantes de uma cultura da convergência da sociedade atual que, segundo o professor de Jornalismo da Universidade do Sul da Califórnia Henry Jenkins (2009, p. 44) é “tanto um processo corporativo, de cima para baixo, quanto um processo de consumidor, de baixo para cima”. Trata-se de conceito que se refere a junções de esforços e percepções, expressas por dispositivos tecnológicos, reconfigurações de funções profissionais (estimulando a multitarefa) e de es-

paços de trabalho (multimidiáticos), mudanças na relação com o público (tendente a ser mais interativo), entre outras ocorrências.

O jornalista que se forma dentro desse ambiente de convergência de conteúdos, de mídias e de audiências precisa saber utilizar as mídias, tradicionais e novas, que permeiam esses processos que ocorrem em todos os âmbitos. O portfólio, neste caso, é apenas uma das ferramentas possíveis que podem ser usadas a favor desse jornalista, tanto na perspectiva profissional, quanto pessoal.

Os jovens que já nasceram cercados pela TICs são chamados de “nativos digitais”, termo cunhado pelo educador e pesquisador Marc Prensky (2001). Muitos deles tornam-se jornalistas inovadores, com domínio da tecnologia de ponta, que não cessa de incorporar as possibilidades de novas narrativas que preocupam profissionais “imigrantes digitais”, ou seja, vindos das gerações anteriores, que viram essas tecnologias se desenvolverem, se solidificarem e invadirem seu cotidiano.

Essas TICs fazem com que as relações entre o profissional e o pessoal se misturem dentro do ambiente *on-line*, que constitui fator cada vez mais crescente. O jornalista e professor da Indiana University nos EUA Mark Deuze (2008) discorre justamente sobre essa cultura da convergência, na qual profissionais como os jornalistas estão inseridos, que integra diferentes aspectos da vida e do trabalho.

Na cultura digital atual, o trabalho de mídia pode ser visto como uma força comum de produção e inovação diferenciada, e a complexa interação e integração entre trabalho, vida, e entretenimento, tudo que é expressado, e facilitado, pelo rápido desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação (DEUZE, 2008, p. 103).

Dentro dessa perspectiva, o novo profissional de jornalismo precisa ter uma postura proativa sobre sua posição enquanto produtor de conteúdo em ambiente multimídia. É a partir desse contexto que surge a necessidade de ser multimídia e de se inserir na mídia digital que a construção de um portal oferece alternativa empreendedora para os jornalistas. Estes, ao buscar a criação de suas páginas virtuais, ainda fazem um exercício de escolhas formais, que

passam pela seleção de conteúdo, e ainda manuseiam ferramentas virtuais, ao mesmo tempo em que ampliam seu conhecimento técnico no que diz respeito a tecnologias convergentes.

Ver a internet como ferramenta que pode ser manuseada pelos jornalistas, além de colocar esses profissionais em sintonia com novas exigências do mercado, os tornam capazes de criarem oportunidades para obter resultados que lhes interessam.

A oportunidade de se envolver com a criação e manutenção de um projeto online faz o usuário comum enxergar a internet não como uma coisa pronta, mas como uma série de soluções tecnológicas combinadas segundo a necessidade de produzir interatividade visando a obtenção de resultados (SPYER, 2007, p. 96).

O antropólogo digital Juliano Spyer (2007) compara sites a casas, que são compostas por cômodos tal como os sites são compostos por páginas conectadas entre si por links, ou ligações. As páginas e *links* que compõem o *website* existem para facilitar a movimentação do leitor ou usuário dentro desse *website*.

Em termos gerais um site possui três camadas de informação: a *home*, que é a área central, as seções internas ou canais e o conteúdo, que pode ser um artigo informativo, um arquivo de vídeo ou de áudio, uma imagem, um formulário ou uma combinação de elementos (SPYER, 2007, p. 97).

Ao conjugar essas camadas de texto, imagem e vídeo, a principal ferramenta que possibilitou novo modo de leitura de documentos foi o hipertexto, que proporciona interatividade, ao permitir acesso a dados de maneira não-linear, por meio de *links*.

Segundo Lévy (1999), ao elaborar um hipertexto, o autor constrói uma matriz de textos potenciais, que podem ser combinados entre si, pelo leitor, como leitura particular entre diversas alternativas. O leitor, consequentemente, participa ativamente da redação e edição daquilo que lê, conectando inúmeros documentos, como se estivesse criando novo documento hipertexto a partir dessas associações. O conhecimento não precisa estar mais vinculado a uma

página impressa: os acessos cruzados entre documentos são autorizados; com o hipertexto, toda leitura é uma potencial escrita.

Para a pesquisadora em Tecnologia da Informação Cláudia Dias (1999), a criação de hipertextos é fruto da leitura de outros hipertextos à disposição, os quais podem ser vinculados ao documento em elaboração. O autor, portanto, ao estruturar o texto, lê, avalia e “linka” outros documentos que contribuem para a compreensão de seu ponto de vista ou sirvam como referência sobre o tema. Com a inclusão de sons e imagens nos textos a escrita hipertextual demanda habilidades adicionais de seus autores.

É dentro dessa perspectiva da interatividade que o site é mais do que um site porque ele toma dimensões de um portal, com suas camadas de informação que se movimentam em mão-dupla para servir tanto como uma ferramenta de interesse para o jornalista como para o público-alvo.

Além disso, a construção de um portal é importante porque permite que o novo jornalista pense sobre como gostaria de ser visto como indivíduo e profissional. É impossível também deixar de olhar para o portal na perspectiva do jornalista como um sujeito altamente afetado pelo aumento do acesso à informação por parte das sociedades globalizadas, e como esse sujeito precisa se adaptar às novas consequências da vida na mídia. Cláudia Nonato, pesquisadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT-ECA/USP), comenta a transição de carreira dos jornalistas:

Os trabalhadores/sujeitos precisaram vencer desafios e repensar posições, para poderem se adaptar – e sobreviver – aos novos tempos. Assim como os funcionários das ferrovias, da indústria cinematográfica, do rádio, da televisão, os jornalistas estão em fase de transição, não só tecnológica, mas também cultural, de relações pessoais, liberdades individuais (NONATO, 2015, p.188).

O jornalista que vive essa mudança, resultado dos avanços tecnológicos, precisa encontrar maneiras de se preparar para um mercado de trabalho que “exige um profissional com diversas habilidades em multiplataformas, também com noções de marketing e de administração, visto que se prioriza o consumidor e os públicos mais diversos” (NONATO, 2015, pp. 189 – 190). A autora não deixa de mencionar que há

uma precarização do jornalismo enquanto trabalho, que está cada vez mais competitivo e com baixa remuneração, mas não há dúvida de que os “comunicadores-jornalistas hoje são profissionais requisitados em todas as áreas, inclusive como gestores; apresentam múltiplas habilidades, escrevem para jornais impressos, sites de internet, blogs, revistas, rádio e televisão” (NONATO, 2015, p.190).

A capacidade de lidar com ferramentas multimídia é uma necessidade em formas de trabalho que usam a internet como principal mídia. Mais ainda, essa capacidade pode constituir diferencial para se criar um espaço virtual que coloca o próprio jornalista em posição de produtor e publicador de conteúdo. Isso porque o portfólio funciona como uma ferramenta capaz de expor as habilidades do novo profissional de jornalismo de trabalhar com esses multimeios dentro de uma mídia digital.

Informação como negócio

Sochats e Robins *apud* Aparício *et al* (2004, p. 244) definem um portal como “conjunto de serviços *web* que facilitam o acesso à informação e às hiperligações especializadas e focalizadas, ao mesmo tempo em que filtram informação irrelevante, sendo customizado para o utilizador individual.” Mas há diversas outras definições para a palavra “portal, cada uma relacionada a um modelo de negócio. Pelas características do “Portal Aparecida de Goiânia”, podemos identificá-lo como um portal “provedor de informações”, conforme descrição de Angulo e Albertin (2000, p. 17), que está relacionado à disponibilização de conteúdo na internet ou a intermediários que adicionam valor à grande quantidade de conteúdos/informações presentes na *web*.

O objetivo principal do “Portal Aparecida de Goiânia” é publicar notícias regionais da cidade goiana do mesmo nome – localizada na região metropolitana de Goiânia (GO) –, além de trazer para cidadãos e consumidores informações sobre utilidades, eventos, cultura, turismo e negócios no município.

A tendência do jornalismo regional é de assumir o papel de prestador de serviço à comunidade por meio de diferentes meios de comunicação, impulsionado pela convergência das mídias e pela popularização

das ferramentas digitais, trazendo a democratização da informação, neste caso, para sociedade aparecidense. Visando atingir o objetivo principal, alguns objetivos específicos são requeridos, entre eles:

- Compreender o processo de elaboração de um site jornalístico, planejá-lo, estudar sua viabilidade mercadológica e seu potencial enquanto veículo noticioso.
- Ser capaz de trabalhar com informações, ferramentas e produtos oferecidos (ou produtos inéditos) por empresas jornalísticas e de comunicação em geral.
- Adquirir o conhecimento do processo de construção de um site jornalístico.
- Permitir que o usuário consiga encontrar e compreender as informações que necessita com facilidade.
- Realizar uma discussão dos resultados oriundos do processo de descoberta de conhecimento.

Identificando a oportunidade de mercado

A internet é hoje um dos meios mais viáveis de se propagar a informação, tanto em relação ao espaço quanto ao custo, tornando-se ferramenta útil para as empresas de comunicação. O uso da internet cresce exponencialmente, e as possibilidades de interação que propicia influenciam a maneira com que as pessoas acessam, recuperam e utilizam a informação.

Mas, apesar da popularidade da internet, o leitor se sente carente quanto aos meios virtuais que explorem essa realidade, uma vez que as temáticas de interesse regional ou local nem sempre são trabalhadas pela grande mídia. O espaço local é potente e rico na geração de conteúdo, o que o torna importante para as comunidades. Um site com notícias regionais opera de maneira segmentada, com a disponibilização de conteúdos, entretenimento e serviços para comunidades específica de uma determinada região.

A necessidade de ter conhecimento de fatos e notícias regionais tem sido uma carência no cotidiano do cidadão comum na busca por informações acerca do que acontece na cidade ou no bairro. Isso faz com que as pessoas procurem a internet como fonte alternativa de informação.

Observando tal carência, o projeto buscou implantar no município de Aparecida de Goiânia esse tipo de produto jornalístico e publicitário.

Com o intuito de produzir um conteúdo jornalístico multimídia para a construção de um site de notícias e um guia de negócios para o município de Aparecida de Goiânia, realizamos inicialmente um levantamento de material publicado a respeito da cidade. A pesquisa de campo visou observar os fatos sociais da cidade que revelam a percepção da indústria publicitária em relação aos grupos sociais com os quais interagem. O roteiro da pesquisa incluiu questionamentos sobre notícias e ações desenvolvidas no município, os benefícios que trazem para os grupos sociais, com reflexo no espaço público. Os dados secundários foram obtidos por meio de levantamento bibliográfico, com consulta a materiais das áreas de comunicação, ciências políticas e ciências sociais.

O professor luso-americano Nélson Traquina (2004) ressalta que a produção de notícias é influenciada pela repartição dos recursos da empresa jornalística, sendo então necessário tomar decisões em relação aos acontecimentos que serão cobertos e transformados em notícias. Além do componente comercial, as mídias regionais e locais também têm um compromisso com os conteúdos comunitários.

Ainda segundo Traquina (2004), existem duas formas de ver o jornalismo: o pólo ideológico e o pólo econômico. O primeiro acredita que o jornalismo é serviço público. O segundo, que é um negócio onde a informação é encarada como uma fonte de renda pelos empresários de comunicação. Traquina (2004), afirma também que a notícias é um produto perecível, deve chegar ao cliente o mais rapidamente possível para ser utilizada.

O jornalismo tem custos, a começar pela contratação de jornalistas e pelos vencimentos oferecidos a eles (...). Com poucos recursos econômicos muitas empresas jornalísticas regionais tem sérias dificuldades em contratar profissionais de tempo integral e oferecer vencimentos que sejam atrativos(...). A dimensão econômica poderá igualmente enfatizar a dinâmica da concorrência entre as empresas jornalísticas, nomeadamente na luta pelo furo jornalístico (TRAQUINA, 2004, p. 159).

O jornalismo atua sob os princípios dos interesses de serviço público quando valoriza as notícias de importância social, oferecendo aquilo que o leitor precisa saber. A pesquisadora portuguesa Ana Sofia Figueiredo (2010) acredita que a imprensa local e regional permite a revitalização do espaço público, pois além das funções básicas de informar e entreter, deve manter e promover a democracia, e permitir a troca de idéias que favoreça o debate.

O objetivo é fazer com que os leitores assumam uma atitude participativa do ponto de vista social, pois é através do jornalismo regional que se forma uma opinião pública em volta das questões que se prendem com os problemas e decisões finais(...). É portanto necessário que o desenvolvimento regional seja sustentado racionalmente por uma opinião pública dotada de sentido crítico, capaz de identificar problemas e de se questionar sobre as soluções necessárias (FIGUEIREDO, 2010, p.25).

Ainda de acordo com Figueiredo (2010), é graças às especificidades do jornalismo regional, que se pode constituir um modelo de comunicação mais próximo da racionalidade crítica que contemple a abertura à comunidade e que reforce a idéia de cidadania.

Os meios de comunicação, sendo instituições de relevante ação junto à realidade, em função da produção de fragmentos do real – as notícias –, contribuem para esse processo. Por isso, a mídia em geral pode ser considerada participante ativa do processo de socialização. Segundo a professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Cicília Peruzzo (2002), o jornalismo cidadão traz a noção de dever da mídia em contribuir para a revitalização da vida pública, favorecendo o debate e ajudando a sociedade a se conhecer e agir pela cidadania.

Entendemos por informação de proximidade aquela que expressa as especificidades de uma dada localidade, que retrate, portanto, os acontecimentos orgânicos a uma determinada região e seja capaz de ouvir e externar os diferentes pontos de vista, principalmente a partir dos cidadãos, das organizações e dos diferentes segmentos sociais (PERUZZO, 2005, p.81).

Após a fase de pesquisa, definimos o modelo de negócio, com base no *Business Model Canvas*¹ e, em seguida, iniciamos a fase de desenvolvimento do site e de postagem do material na *web*. Nessa etapa, foi implementado leiaute, em que são publicadas as matérias jornalísticas, fotos, informações, áudios e vídeos.

O primeiro passo necessário quanto às sugestões para a confecção de um *website* estava relacionado à infraestrutura tecnológica: registro de domínios, linguagem de programação.

Várias tecnologias estão disponíveis para a criação de um site na internet; entretanto deve-se levar em conta as limitações financeiras, técnicas e de tempo dos editores. A tecnologia considerada para o desenvolvimento do site foi a PHP (*PHP Hypertext Preprocessor*). Em seguida foi necessário fazer a programação do site. Optamos pelo Word Press, disponível para *download* em <<http://br.wordpress.org/>>.

Foi necessária também a contratação de uma hospedagem, entre os diversos sistemas disponíveis na internet, para que o site fosse disponibilizado para o acesso dos internautas. Outro passo importante para criação do site foi o registro de domínio. A possibilidade de utilizar recursos como textos, fotos, imagens, mapas e áudio, integrando-os na mesma mensagem, bem como de conectar, por meio do hipertexto, a matéria a informações de arquivo e/ou complementares disponíveis na *homepage* do próprio veículo ou em outro site, sem dúvida, incrementam a produção.

O portal em detalhes

A criação de um portal não demanda apenas a postagem de conteúdos, para que seja visitado com a frequência desejada. Foram indispensáveis alguns elementos que compõem o projeto:

Opção de busca: esta ferramente permite ao usuário a procura por um *post* específico sobre um determinado assunto.

Botões de compartilhamento: são grandes facilitadores da difu-

¹ O *Business Model Canvas* ou “Quadro de modelo de negócios” é uma ferramenta de gerenciamento estratégico, que permite desenvolver e esboçar modelos de negócio novos ou existentes. Fonte: Wikipédia. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Business_Model_Canvas. Acesso em 15 de set.2016.

são de conteúdos. Optou-se pela adoção de três redes sociais que consideramos as mais importantes como difusoras dos nossos conteúdos: Facebook, Twitter e Google +.

Comentários: julgamos extremamente importante destinar um campo para comentários, pois é um espaço por meio qual o portal poderá receber *feedback* sobre o conteúdo. A interação com o público leitor através dos seus comentários rendeu profícuos debates e sugestões.

Categorização de conteúdos: a categorização de conteúdos é tão útil quanto o campo de buscas no sentido de permitir ao usuário o acesso facilitado a determinado conteúdo.

Sistema de Web Analytics: essencial para entender o que está e o que não está funcionando no seu blog. Essa forma de acompanhar o desempenhos dos *posts* é importante para fazer os ajustes necessários. O Google Analytics (gratuito) é o mais conhecido.

A contratação de um serviço de hospedagem de sites foi necessária para criação de um domínio próprio, no qual foi batizado como: <www.portalaparecidadegeioania.com.br> e <www.guiaparecidadegeioania.com.br> .

Logomarca:



Figura 1. Logotipo do Portal Aparecida de Goiânia

Favicon²:



Figura 2. Favicon do site

² Favicons (palavra derivada de *favorite* (favorito) e *icon* (ícone), são pequenas imagens no formato *.ico com de cerca de 16×16 pixels que ficam guardados em um site para visualização pelo navegador. Fonte: O QUE SÃO FAVICONS E COMO COLOCAR NO SEU SITE. Disponível em em: <<http://www.ninjawp.com.br/o-que-sao-favicons-e-como-colocar-no-seu-site/>>. Acesso em 31 de jan. 2017.

Em suma, o Portal Aparecida de Goiânia apresenta estrutura que disponibiliza os seguintes espaços (ou *links*):

- *Slides* de fotos da cidade;
- *grid* de notícias;
- quem somos e contato;
- busca;
- guia de negócios;
- ícones de informações.

Para trazer acessos para o site foram adicionados alguns ícones na seção “O que você procura?” (Figura 3). São informações importantes sobre onde estão localizados os principais restaurantes, shoppings, cinemas, feiras, bairros, viaturas, praças e bancos de Aparecida de Goiânia. Todos os ícones possuem *links* para páginas com as devidas informações.

Entre os serviços oferecidos no site está a busca por serviços e por estabelecimentos que funcionam ou prestam serviços em Aparecida de Goiânia. O guia de negócios embutido no site tem o objetivo de obter recursos financeiros para viabilizar o funcionamento e atualização do portal. O site foi feito para o usuário encontrar informações e localização de estabelecimentos de forma rápida e eficaz. O guia de Aparecida de Goiânia, que faz parte do portal, usa o *API* do *Google Maps* (Figura 4) para Geolocalização. Esse código é compatível com os navegadores *Opera*, *Firefox*, *Chrome* e *Safari* e também com o *Safari Mobile*.



Figura 3. Ícones com acesso para informações

A geolocalização é o processo de conversão de endereços em coordenadas geográficas, com latitude e longitude, que podem ser usadas para inserir marcadores em um mapa ou posicionar o mapa. O Guia de negócio também dar a opção do usuário fazer filtros ou preferência por localizações.

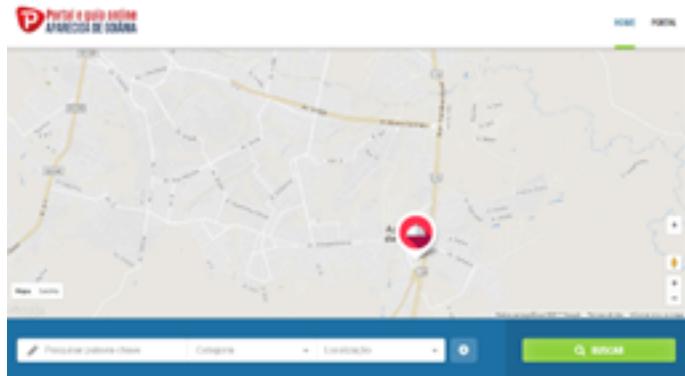


Figura 4. API do Google Maps para Geolocalização

A programação de busca de negócios e serviços (Figura 5) está presente na página inicial do site, que possibilitado ao usuário procurar diversas categorias de negócios e serviços no município de Aparecida de Goiânia. Para ter acesso o usuário deve selecionar uma opção no *menu drop down* que fica na lateral esquerda do site. Cada categoria do menu vai abrir uma aba com diversas opções relacionadas ao segmento.



Figura 5. Seção de guia de negócios

E, por último o Portal Aparecida de Goiânia utiliza a ferramenta *online* do Google Analytics (Figura 6) para aferir as métricas como: número de visitas totais do site; número de páginas visualizadas pelos internautas; tempo médio no site por visita; percentual de novos visitantes; localidade (cidade) dos acessos; origem do tráfego, que revela por meio de qual mecanismo o usuário chegou ao site; conteúdo mais visto; navegadores e conexões mais utilizados pelos usuários que acessam o site; e palavras-chave usadas em buscas que mais trouxeram visitantes para o site.

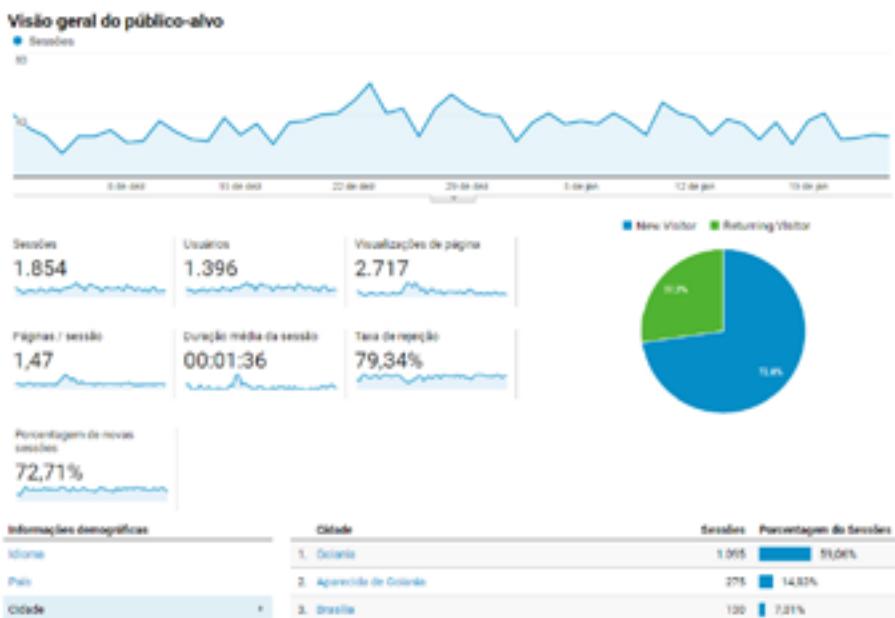


Figura 6: Painel do Google Analytics.

Considerações

Voltou à tona o discurso de que o Jornalismo hoje está cada dia mais dinâmico, e que há também cada vez mais possibilidades de explorar novos formatos de divulgação da informação. Na verdade o que move os profissionais empreendedores não é o prazer de correr riscos, mas sim a sobrevivência num mercado marcado por mudanças de *sta-*

tus, tarefas e funções, além da permanente ameaça de desemprego.

As mudanças em curso afetam tanto a maneira de fazer Jornalismo quanto as formas de emprego, contexto no qual a flexibilidade da web não é panaceia, mas permite que o indivíduo ocupe as funções de jornalista e de editor ao mesmo tempo, na tentativa de obter meios de rentabilizar sua atividade. Os sites e blogs estão cada vez mais presentes no cotidiano dos profissionais de Comunicação, constituindo alternativa aos grandes veículos da grande imprensa, mergulhados em crise econômica e de credibilidades.

O Portal de Aparecida de Goiânia, além de chegar ao mercado com a proposta de ser um site de notícias, é ainda um portal de informações sobre o município de Aparecida de Goiânia, buscando divulgar por meio da internet os potenciais mercadológicos e turísticos que a cidade nos oferece, nos seus mais diversos segmentos de negócios e de prestação de serviços, fazendo do portal não só um veículo laboratorial, mas também uma vitrine, que serve de portfólio, para informar à sociedade e gerar novos negócios dentro do município, constituindo um norte para o jornalista ou publicitário que deseja montar um site de notícias regional.

Referências

- ANGULO, Marcelo J.; ALBERTIN, A. L **Um estudo do modelo de negócio dos portais na internet.** Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2000 (Relatório Final de Pesquisa apresentado ao Programa de Iniciação Científica do CNPq).
- APARÍCIO, Manuela; MARTINS, Antonio Cesar G.; LOPES, Pedro F. Portais: procura de um conceito. *In:* J. Gutiérrez, J. Martinez & P. Isaías, **Actas da Conferência IADIS Ibero-Americana 2004**, Madrid, Espanha. 7 a 8 de Outubro, pp. 243-250.
- BEGUOCI, Leandro. Empreendedorismo digital. *In: Comunicação digital na era da participação.* [recurso eletrônico] / Pollyana Ferrari - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.

DEUZE, Mark. O Jornalismo, a Vida na Mídia e a Sociedade Empreendedora. In: **Revista Parágrafo**: Agosto-Dezembro de 2014.

DIAS, Cláudia A. Hipertexto: evolução histórica e efeitos sociais. In: **Ciência da Informação**. CI. Inf. Vol.28 n.3, Brasília, Sept./Dec. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000300004>. Acesso em 20 de jan. 2017.

FIGUEIREDO, Ana Sofia S. **Comunidade e crime**: o discurso dos media. Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2010 (Dissertação de mestrado em Jornalismo: imprensa, rádio e televisão). Disponível em <<https://ubiblitorum.ubi.pt/handle/10400.6/1273>>. Acesso em 28 de dez. 2016.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2^a ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Ed. 34, 1993.

NONATO, Cláudia. **Migrantes da Comunicação**: novas tecnologias, reorganização produtiva do trabalho e adaptação dos comunicadores às novas mídias. V. 2, N. 3, 2015.

PERUZZO, Cicilia Maria K. **Mídia regional e local**: aspectos conceituais e tendências. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 1o. sem. 2005. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/8637>>. Acesso em 28 de dez. 2016.

_____, Cicília Maria K. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. In: **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 Set 2003. Anais...** Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/99061099541813324499037281994858501101.pdf>>. Acesso em 28 de dez 2016.

PRENSKY, Marc. Digital Natives Digital Immigrants. In: PRENSKY, Marc. **On the Horizon**. NCB University Press, Vol. 9 No. 5, October (2001a). Disponível em <<http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>>. Acesso em 28 de dez. 2016.

RECUERO, Raquel. Mapeando redes sociais na internet através da conversação mediada pelo computador. In: NASCIMENTO, AD., and HETKOWSKI, TM., orgs. **Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, Disponível em <<http://books.scielo.org/id/jc8w4/pdf/nascimento-9788523208721-12.pdf>>. Acesso em 28 de dez. 2016.

SPYER, Juliano. **Conectado:** o que a internet fez com você e o que você pode fazer com ela. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

TRAQUINA, Nelson. **A cultura noticiosa:** O que é jornalismo. Lisboa: Quimera: 2002.

_____, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** Porque as notícias são como são Vol 1. Florianópolis: Insular, 2004.

Comunicação pública na polícia militar: uso de mídias contemporâneas na melhoria da imagem institucional e na aproximação com a sociedade

*Maria Flora Ribeiro Costa
Fernando Machado de Castro
Angelita Pereira Lima*

Introdução

Este artigo que aqui se apresenta aborda a temática da Polícia Militar de Goiás e o uso das mídias digitais¹ para uma maior aproximação com a sociedade e ampliação da consciência social sobre a importância e a necessidade dessa instituição para o bem social.

A proatividade de uma organização está intimamente ligada aos meios com que esta procura intensificar os laços com a sociedade. Compreende-se que as mídias digitais são possíveis ferramentas de difusão das ações corporativas e também de aproximação com a população. Entretanto, foram identificados poucos estudos que tratassem acerca dos benefícios ou da utilização das mídias digitais para a polícia militar, haja vista sua missão frente a comunidade. Levanta-se a seguinte questão: Como uso institucional das mídias digitais e ações da polícia militar influencia na aproximação da população com a segurança pública?

Sabe-se que a inclusão digital, tida como um importante via de levar a tecnologia até as camadas mais carentes da população,

¹ Mídia digital é todo e qualquer conteúdo que tem como base principal o meio digital, mas não necessariamente só a internet como muitos se confundem, um conteúdo gravado em um pen drive também é uma mídia digital (BECKER; GAMBARO; SOUZA FILHO, 2015).

tem mudado a conjuntura “digital” no Brasil. Projetos têm sido executados com propósito de facilitar a aproximação da sociedade com a tecnologia e possibilitem, dentro de cada realidade, a redução das desigualdades sociais entre aqueles que têm acesso a essas ferramentas midiáticas e os que não dispõem de qualquer tipo de acesso à informática, à exemplo da Internet (LAMES, 2011).

Os celulares, segundo (BRASIL, 2020), dispõem da maior proporção das vendas se tratando de tecnologia móvel. A proporção de aparelhos no país evidencia que além do consumo, a sociedade apoia nesta tecnologia um substituto a nível do computador, mediante sua mobilidade. O celular faz parte da vida dos jovens, tais aparelhos já se tornaram um instrumento de trabalho pelo suporte e funcionalidade, alterando a rotina em todo o mundo. À vista disso, a telefonia móvel diz respeito a um grande avanço do século, com grande diversidade de faixa de preços e predileções, disponibilizando serviços como aplicativos, redes sociais, entre outros, todos realizados via internet.

Do mesmo modo, equipamentos que usam tecnologias digitais como computadores e tablets são itens que vem atravessando grande momento de vendas (BRASIL, 2020). A numerosidade de informação que pode veicular nesses meios revela sua magnitude para ser uma via de comunicação predileta na sociedade, que as usam das mais diferentes maneiras, cabendo, dessa forma, às instituições públicas o benefício institucional que pode vir a ser usado a partir dessas tecnologias digitais.

As redes sociais que alimentam o mundo com informações de maneira cada vez mais veloz são mídias potentes, o mercado do marketing tem novas perspectivas orientadas a essas tecnologias que já compactuam milhões de usuários ao redor do mundo. As redes sociais Instagram, Facebook e WhatsApp são as ferramentas mais recorridas, portanto, demandam visibilidade quando se fala de ferramentas de comunicação (BRASIL, 2020).

As pesquisas ligadas à utilização das mídias digitais na iniciativa privada são bastante difundidas, visto que esta identifica seu grande benefício na procura por mecanismos tecnológicos que a ajudem na conquista de vantagens competitivas, através da proa-

tividade eminente alcançada pela aproximação e relacionamento factual das empresas com o seu público alvo.

A falta de estudos de mídia digitais voltados à polícia militar colabora no entendimento acerca da utilização e os desafios dessas ferramentas na conjuntura de um serviço de segurança pública. Tendo em vista que a Polícia Militar opera para a comunidade juntamente com outros órgãos que integram a segurança pública, é fundamental o uso de mídias digitais para aperfeiçoar e conceder mais segurança à sociedade.

Logo, de modo prático, este estudo também pode colaborar para que a Polícia militar consiga usar as mídias digitais no intuito de se aproximar da sua comunidade e fazer uso de conhecimentos/informações para combater, com ainda mais êxito, a criminalidade, em virtude que ela passaria a conhecer melhor a comunidade em que produz seu trabalho e, por outro lado, difundiria a instituição mediante a sociedade, ao expor transparência em suas atividades.

Visto isso, o objetivo desse trabalho visa avaliar como as ferramentas de mídias digitais podem fomentar a eficácia das ações da polícia militar e, dessa forma, colaborar na aproximação da comunidade e desenvolvimento da sociedade. Especificamente, descrever os conceitos e ferramentas acerca das mídias digitais existentes na literatura; demonstrar como se inserem as mídias digitais no contexto da Segurança Pública; e relatar os possíveis benefícios que as ferramentas de mídias digitais apresentam (ou poderiam apresentar) para a Polícia Militar e sua relação com a sociedade no uso eficiente de informações, bem como dos desafios existentes.

Foi utilizado o método dedutivo que consiste em procurar a confirmação da hipótese de que as mídias sociais são instrumentos potenciais de políticas públicas para a segurança pública. Foram questionados, baseado no levantamento dessa hipótese, os pontos negativos e positivos, formas e conceitos concretos para embasar a pesquisa, e assim chegar às conclusões.

Para elaboração dos capítulos foram utilizadas pesquisas bibliográficas, exame de livros, investigação de artigos científicos.

A obtenção de dados foi feita no sentido de proporcionar consistência ao trabalho de modo que consiga alcançar os objetivos anteriormente traçados e proporcione essencial conhecimento e esclarecimento do tema em análise. Para atingir os objetivos desta pesquisa buscou-se autores de obras didáticas e artigos disponíveis na literatura científica, que abordem a temática proposta. Utilizou-se pesquisa bibliográfica através de obras relacionadas ao assunto, artigos científicos, periódicos eletrônicos, entre outros (LAKATOS; MARCONI, 2003).

1 Novas mídias

A exemplo das grandes instituições, a tecnologia pode ser uma ferramenta de apoio adotada pelas polícias, visto que as mídias digitais são capazes de ampliar o sentido da palavra segurança, propiciando grandes benefícios para a sociedade por meio de uma via de comunicação indispensável nos dias de hoje.

As novas mídias tiveram origem com a chegada da computação, que por intermédio de dados numéricos, transformaram as novas mídias, as chamadas mídias digitais. Ao posto que as diversas mídias digitais apresentam afinidades em certos aspectos, e que com advento das novas mídias, transformou o entendimento por mídia no mundo.

O termo mídias digitais é, às vezes, intercambiado com nova mídia, novas mídias, novas tecnologias e expressões derivadas. De algum modo, essas expressões procuram estabelecer uma diferença entre os chamados meio de comunicação de massa ou mídias analógicas, como a televisão, o rádio, jornais e revistas impressos, dos meios eletrônicos (MARTINO, 2014, p.10).

As novas mídias, por mais distinções que tenham entre si, nesse momento que o computador atingiu no século XXI, possuem características conciliantes, que são ligadas ao modo de conceberem suas produções, pelas incontáveis formas de aplicação do computador (MARTINO, 2014).

A mídia digital se tornou em um meio prontamente versátil, as inumeráveis alterações possíveis são feitas devido a um código elementar de cada máquina que é digital, o denominado código binário.

Todos os elementos das novas mídias são, em última análise, partem de um código digital, uma representação numérica baseada em uma sequência de 0s e 1s. Quando uma fotografia é digitalizada, todos os seus elementos são convertidos em um código numérico de 0s e 1s que, combinados, formam a versão digital da foto (...) A consequência imediata disso é que a mídia se torna manipulável nas palavras de Manovich, programável. O fato de elas serem compostas por partes relativamente separadas, ou separáveis, entre si. Seus componentes podem ser desmontados e reorganizados em um número aparentemente infinito de combinações. Para cada elemento utilizado existe um código binário que a identifica, uma espécie de DNA dos componentes. No momento que objetos são criados nas novas mídias, esses códigos são combinados maiores, formando aquilo que é visto, lido e ouvido. Embora combinados, cada elemento é um “módulo” no documento, mantém suas características e pode ser editado separadamente. A combinação numérica binária e a modularidade das estruturas da nova mídia permitem que tarefas sejam executadas automaticamente pela máquina a partir de suas próprias decisões, tomadas de acordo com as informações oferecidas pelo usuário. (MANOVICH, 2001, Apud MARTINO, 2014, p.16).

Os atributos das mídias digitais e como eles se apresentam, concedem aos usuários uma infinidade de possibilidades para alterar e transformar como bem requerer o material trabalhado.

A automação das novas mídias lhes permite, em alguns casos, trabalhar a frente do indivíduo, antecipando suas ações futuras a partir da análise de suas atuações recentes, entre outros fatores, algum tipo de personalização dos conteúdos, selecionados dentro de uma gama mais ou menos ampla de possibilidades. Uma das características das novas mídias é a possibilidade de mudança constante e imediata. A variabilidade, característica fundamental das novas mídias, significa que nada está fixo e acabado. Tudo está potencialmente aber-

to a mudanças, às vezes, por qualquer pessoa. As criações nas novas mídias se definem também, segundo Manovich, pela possibilidade de criar “infinitas versões de si mesma” a partir de pontos principais. Essa variabilidade se manifesta na possibilidade de criar produções mais ou menos semelhantes ao mesmo objeto, variando em pequenos detalhes. Essas possibilidades de escolha e personalização das interações nas novas mídias significa, entre outras coisas, a substituição da noção “permanência” pela de fluxo. Manovich trabalha essa característica das novas mídias a partir de um quase paradoxo resultante da “computadorização da mídia” isto é, da transformação das mensagens da mídia em dados de computador. De um lado, o “lado cultural”, estão os elementos reconhecíveis por seres humanos: imagens, letras, sons, figuras, interfaces baseadas em objetos reais (a “lixeira” do computador é parecida com uma lixeira física) e assim por diante. De outro lado, essas informações são armazenadas e trabalhadas a partir da lógica matemática do processador (o “lado do computador”). Cada objeto visível ou audível gerado por computador segue uma detalhada linha de instruções com informações a respeito de duas características, como seu tipo, tamanho, uso e assim por diante. (MANOVICH, 2001, Apud MARTINO, 2014, p.18).

As mídias digitais alteraram os moldes de comunicação existentes, abrangendo e modificando os sistemas de comunicação. O relacionamento humano foi expandido e mudado por meio desta ferramenta, a ampliação na quantidade de usuários é imensurável. A barreira digital ainda existe, porém as mais variadas formas estão sendo elaboradas para superar os entraves e expandir o acesso a essa ferramenta fundamental e de tanta relevância para o desenvolvimento da sociedade (MARTINO, 2014).

Uma mídia digital é aquela que tem como suporte um objeto que permite o armazenamento e decodificação em formato digital que, via de regra, é oposto ao analógico. Um suporte analógico permite representações, como o próprio nome diz, por analogia, ou por comparações. Ele representa as grandezas de forma contínua. Como exemplos de objeto analógico pode ser

citado o clássico relógio de parede, com ponteiros indicando as horas e minutos. Nesse sistema, a representação é por comparação, ou seja, é possível saber as horas e minutos comparando a posição dos ponteiros no relógio (SILVA, 2016, p.95).

De acordo com Cannito (2009, p.48), “dentro do campo audiovisual, podemos denominar digital um vasto conjunto de tecnologias de captação, finalização, distribuição, recepção e reprodução de imagens e sons em diversos suportes”.

Para definir de maneira mais compreensível, os objetos de mídias digitais podem ser entendidos como um complexo de aparelhos constituídos de tecnologia digital, assim como: computador, telefone celular, tablet, revistas digitais, televisão digital, vídeo digital, foto digital, entre outros. Tais mídias digitais estão se distinguindo das mídias analógicas, não apenas por sua composição de existência, a internet, como também pela velocidade e funcionalidade que esta tecnologia propiciou nos últimos anos (CANNITO, 2009).

Conforme Martino (2014, ApudFlew, 2008), o computador coleta dados convertidos em uma série de números, esses dados são interpretados pelo computador, propriedade basilar de uma mídia digital. De acordo com Cannito (2009), essa transformação produz uma série de características próprias das mídias digitais, que não se encontram no meio analógico, no decorrer do tempo essas características são chamadas como conceito-chave das mídias digitais.

Baseado nos conceitos-chave para as mídias digitais, Martino (2014, p.11-12) estabeleceu os conceitos com base nos autores Flew (2008), Gane e Beer (2008), Abercombrie e Longhurst (2008) e Chandler e Munday (2010), para melhor demonstrar as mídias digitais.

Quadro 1: Conceitos-chave de mídias digitais

CONCEITO	DEFINIÇÃO INICIAL
Barreira Digital	Diferenças de acesso às tecnologias e mídias digitais, bem como à cultura desenvolvida nesses ambientes, vinculadas a problemas sociais e econômicos.
Ciberespaço	Espaço de interação criado no fluxo de dados digitais em redes de computadores, <i>virtual</i> por não ser localizado no espaço, mas <i>real</i> em suas ações e efeitos.
Convergência	Integração entre computadores, meios de comunicação e redes digitais, bem como de produtos, serviços e meios na internet.
Cultura participatória	Potencialidade de qualquer indivíduo se tornar um produtor de cultura, seja recriando conteúdos já existentes, seja produzindo conteúdos inéditos.
Inteligência coletiva	Possibilidade aberta pelas tecnologias de rede de aumentar o conhecimento produzido de maneira social e coletiva.
Interatividade	Interferência e interação entre usuários, ou usuários, programas e conteúdo, em diferentes níveis e formas, nos sistemas de comunicação digital em rede.
Interface	A operação das mídias digitais acontece a partir de pontos de contato “amigáveis” entre dispositivos e usuários, moldados a partir de referências culturais anteriores.
Segurança e vigilância	Possibilidade de identificação de dados gerados nas mídias digitais em rede, ultrapassando os limites público/particular e redefinindo a noção de “privacidade”.
Ubiquidade	Presença, em todos os lugares, de mídias digitais conectadas em rede, estabelecendo conexão em qualquer espaço e tempo.
Velocidade	A rapidez de conexão de dados nas mídias digitais se articula com aceleração de inúmeras atividades, processos e acontecimentos da vida cotidiana
Virtualidade	Dados das mídias digitais existem de maneira independente de ambientes físicos, podendo se desenvolver livres, a princípio, de qualquer barreira desse tipo.

Fonte: MARTINO (2014, p.11-12)

A fim de deixar a definição de mídia digital mais íntegra e clara, é necessário haver uma variável que seja particular desse processo, sendo que uma qualidade categórica para a reconhecer é a convergência (CANNITO, 2009).

Em períodos de convergência digital, as incontáveis maneiras de se conseguir informação expandiram o uso da internet, a exemplo de revistas digitais, livros digitais (E-books), jogos digitais, entre outros, no qual mudaram a forma de receber notícias ou desenvolver algo novo. Logo, não poderia ser de outra maneira, visto a numerosidade de informação existente nas mídias que são usadas no dia-a-dia e é através desse tipo de tecnologia que a segurança pública, Polícia Militar, é capaz de dar um novo nível na prestação de suas ações à população, sendo possível conceber um contato mais próximo com a comunidade, que almeja a sensação de segurança.

A tecnologia chegou para mudar o mundo e viabilizar aspectos antes nunca imaginados. A origem do computador foi um marco dessas grandes inovações e possibilitou a geração de outras tecnologias hoje tão essenciais na sociedade (TELLAROLI; SQUIRRA, 2012).

Dessa forma, e pelo perfil de muitos aparatos digitais, constata-se que o território ampliado das tecnologias avança rapidamente e abarca de forma consistente também todas as dimensões do segmento da comunicação. Afinal, há cerca de 20 anos quem poderia imaginar a comunicação móvel, a interatividade, a troca e o compartilhamento de arquivos entre polos opostos no mundo ou uma biblioteca virtual disponível com todo tipo de conhecimento produzido pelo homem? Tanta inovação em um período tão curto altera consistentemente a sociedade, a economia, a cultura e a vida. (TELLAROLI; SQUIRRA, 2012, p.377)

Fruto da amigabilidade dos atracamentos tecnológicos, as facilidades digitais tiveram processos tecnológicos unificados e hoje permitem que a partir de um aparelho seja possível se comunicar com outras pessoas (com imagens dos dialogantes), ler notícias (em tempo real), tirar fotos (e enviá-las imediatamente), fazer filmagens (e expô-las nos sites de compartilhamento), trocar informações (individualmente ou nas redes sociais),

assistir a conteúdos televisivos (das emissoras ou dos anônimos produtores de documentários), e por ai caminha a humanidade. (TELLAROLI; SQUIRRA, 2012,p. 381).

As mídias digitais são utilizadas no meio de aprendizagem, empreendimentos e entretenimentos, à vista disso, já usufruem de um mercado bilionário por sua transformação em qualquer setor aplicável, o custo reduzido e a demanda por novas tecnologias, tornam as mídias digitais um grande aliado na construção de ideias pelo mundo (TELLAROLI; SQUIRRA, 2012).

A informação, ao passo que é difundida em um meio digital, precisa da colaboração de uma ferramenta importante, a internet, com esta ferramenta tão fundamental na sociedade moderna, as mídias digitais foram largamente expandidas. Segundo os autores Souza e Giglio (2015), foi o apoio da internet que transformou a veiculação da mensagem, o formato das mídias digitais possibilitam que internet faça um trabalho imprescindível. Com isto, as antigas mídias foram inseridas em um segundo plano pelas mídias digitais, e a internet mudou a forma de veicular as informações com este apoio tecnológico.

Considerando o papel da internet nesta transformação, o desenvolvimento carece desta tecnologia para dar suporte aos computadores e tantos outros equipamentos que facilitam o dia a dia das pessoas em sociedade. A partir disso, desenvolver, explorar e aprimorar qualquer projeto se torna uma realidade mais simples (REGIS, 2008).

Lames (2011) ressalta que a existência da internet no cotidiano das pessoas não é uma condição alheia, sendo que esta produz elementos fundamentais para a troca e multiplicação de informações instantâneas.

Ainda segundo os autores, as mídias digitais que, atualmente, dispõem um extenso mercado em muitos países, são alvo de inúmeros embates políticos no Brasil. O movimento mais popular, que pode ser mencionado, diz respeito aos movimentos de rua, haja vista a insatisfação com a classe política, no qual por meio de computadores, smartphones e outros meios digitais foram chama-

das milhares de pessoas. O ponto forte dessas mídias digitais está relacionado a sua abrangência e poder de persuasão, a maneira que uma propaganda alcança seu público indica a efetividade das redes sociais e o que elas podem conseguir com mídias digitais potentes.

Dado a globalização e a concepção da Internet, adveio um fenômeno de redes sociais que usam as tecnologias da informação e da comunicação para se organizar e se auto planejar, que tomou proporções globais. Como a progressão das mídias digitais, há um movimento civil internacional que reúne informações, repassa e pressiona governos através dos meios eletrônicos, e que é bastante difícil de conter e censurar. Mídia digital, conhecimento e a rede são três fatores que atuam conjuntamente (SOUZA; GIGLIO, 2015, p.50).

2 Tecnologias digitais

As mídias digitais estão presentes na nossa sociedade concebendo um novo modo de vida (SILVA, 2016). Ainda segundo Silva, é fundamental salientar que os meios são abrangidos de acordo com o surgimento de novas tecnologias, cada objeto de mídia utilizando como elemento o suporte digital cria e abrange essa enorme rede chamada tecnologia.

Por meio de suas incontáveis funções, o computador foi pioneiro da tecnologia hoje conhecida. Com propósito de realizar uma tecnologia móvel análoga, os celulares e tablets surgiram como uma ferramenta tecnologia de ponta. O computador, por sua vez, apresentou-se como ferramenta capaz de mudar e integrar informações antes inseridas de maneira manuscrita (SILVA, 2016).

“A tecnologia, especialmente a mídia, não é apenas um instrumento para se transmitir e compartilhar informações. Mais do que um suporte para mensagens, é um elemento decisivo na formação de mente, dos modos de sentir, perceber e compreender a realidade” (MARTINO, 2014, p.204).

A tecnologia está entranhada na atual geração. Em seus mais diversos formatos de tecnologias digitais, estas compõem uma rede de comunicação fundamentalmente potente, tendo por finalidade desde

a comunicação cotidiana nas relações interpessoais, assim como no setor empresarial, o que tornou a tecnologia ainda mais requisitada.

Com a ascensão da tecnologia em todo o mundo, apareceram espaços para produzir mídias potentes que sustentam as informações que a sociedade carece, os tablets, bastante requisitados na atualidade, são ferramentas que guardam e carregam dados importantes, ferramentas que podem ajudar na produção de dados assim como o computador. O banner digital, a revista digital, vídeos digitais e os outdoors digitais recebem cada vez mais importância na mídia, viabilizando o desenvolvimento de novos mercados (LAMES,2011).

A concepção de fomentar a tecnologia digital ao alcance da sociedade, recebe mais impetuosidade dia após dia. A inclusão digital, tida como um importante via de levar a tecnologia até as camadas mais carentes da população, tem mudado a conjuntura “digital” no Brasil. Projetos têm sido executados com propósito de facilitar a aproximação da sociedade com a tecnologia, esses projetos possibilitam, dentro de cada realidade, a redução das desigualdades sociais entre aqueles que tem acesso à tecnologia e os que não dispõem de qualquer tipo de acesso à informática, a exemplo da internet (LAMES, 2011).

Os celulares, segundo (BRASIL, 2015), dispõem da maior proporção das vendas se tratando de tecnologia móvel. A proporção de aparelhos no país evidencia que além do consumo, a sociedade apoia nesta tecnologia um substituto a nível do computador, mediante sua mobilidade. O celular faz parte da vida dos jovens, tais aparelhos já se tornaram um instrumento de trabalho pelo suporte e funcionalidade, alterando a rotina em todo o mundo. À vista disso, a telefonia móvel diz respeito a um grande avanço do século, com grande diversidade de faixa de preços e predileções, disponibilizando serviços como aplicativos, redes sociais, entre outros, todos realizados via internet.

Do mesmo modo, equipamentos que usam tecnologias digitais como computadores e tablets são itens que vem atravessando grande momento de vendas (BRASIL,2015). A numerosidade de informação que pode veicular nesses meios revela sua magnitude

para ser uma via de comunicação predileto na sociedade, que as usam das mais diferentes maneiras, cabendo, dessa forma, às instituições públicas o benefício que pode vir a ser usado a partir dessas tecnologias digitais.

As redes sociais que alimentam o mundo com informações de maneira cada vez mais veloz são mídias potentes, o mercado do marketing tem novas perspectivas orientadas a essas tecnologias que já compactuam milhões de usuários ao redor do mundo. As redes sociais Instagram, Facebook e WhatsApp são as ferramentas mais recorridas, portanto, demandam visibilidade quando se fala de ferramentas de comunicação (BRASIL, 2015).

3 Contexto da segurança pública

A redemocratização do país, assegurada pela Constituição Federal de 1988, finalizou uma era conhecida pelo não cumprimento dos direitos humanos, realizado no decorrer do período militar². A partir disso, é notável que a segurança pública se tornou um dos alicerces da Carta Magna, enfrentando, diariamente, novos desafios a fim de assegurar a ordem e o progresso nacional.

O entendimento acerca das instituições públicas, que por vezes é inexistente por parte da população, mostra-se como um dos obstáculos a ser superados pela Polícia Militar, uma vez inclusa na segurança pública para conceber uma imagem de confiança para sociedade.

A atual realidade que se percebe entre a Polícia e a sociedade é de insegurança mútua, dado que as funções de segurança nem sempre integram as categorias de baixa renda, o que os leva a serem avaliados por criminosos que buscam uma forma de resistir e defrontar o poder do estado, introduzindo-se em meio a comunidades mais vulneráveis e utilizando o povo como “escudo” mediante às forças de segurança. Do mesmo modo, a confiança que a sociedade possui na Polícia Militar é bastante suscetível em ambientes de confronto ou com altas ocorrências de criminalidade.

2 Período Militar: Regime sob comando dos governos militares que durou de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985.

Conforme Carvalho e Silva (2011),

Mecanismos essenciais não têm sido utilizados pelos diversos governos para possibilitar o pensar, o implementar, o implantar, o efetivar, com eficácia e eficiência, uma política de segurança pública como instrumento do Estado e da sociedade (CARVALHO E SILVA, 2011, p. 62).

O estado que muito embora enfrente enorme deficiência no campo do desenvolvimento tecnológico, tem se consolidado com a apoio de ações exercidas junto a sociedade, que pelas muitas maneiras de acesso às informações privilegiadas conseguem colaborar para o desenvolvimento de uma segurança pública efetiva e almejada, visto que conhecimentos na área de segurança têm apresentado muitas vertentes no enfrentamento de problemas com segurança em todo território nacional.

Carvalho e Silva (2011, p63) fortalecem esta concepção ao salientarem que “as questões relacionadas à segurança pública não podem ser tratadas como política limitada de governo, mas como um processo amplo e complexo a ser enfrentado, tanto pelo Estado quanto pela sociedade”. E pensam que, uma boa parcela das políticas públicas existentes tem se orientado para o desenvolvimento de uma política de segurança eficaz, tendo que diversos investimentos tem sido destinados para treinamento e pesquisa, com intuito de viabilizar um estado seguro aos brasileiros.

A magnitude da segurança, no Brasil, já se tornou uma responsabilidade de muitas classes sociais e políticas, dado que a presença da criminalidade anda em contramão ao desenvolvimento de uma sociedade civil justa (CARVALHO; SILVA, 2011).

O envolvimento de grandes estudiosos tem sido cada vez mais assíduo, não muito longe, foi concebido o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) com intuito de espalhar conhecimentos no campo da segurança pública para, dessa forma, relacionar os riscos frequentes que a sociedade está atravessando, buscar causas e respostas para avaliar uma possível resposta do problema, no menor tempo possível.

Segundo Gussi (2005), quem reivindica por segurança pública

não pode aguardar que essa se altere se baseando em dados, somente; o envolvimento da sociedade civil na concepção de uma resposta tem revelado grandes efeitos, bem como, em diversos casos de participação popular, a segurança pública carece de auxílio e concepções vindas do povo, seja por meio dos políticos, a quem estes o representam, ou de modo direto pela própria comunidade.

Quem está mais próximo dos locais onde geralmente a criminalidade acontece são também os primeiros a vivenciá-la. Portanto, é a partir desse local que iniciativas de combate à criminalidade devem iniciar, a fim que se fomente a segurança pública, dado que nenhum político reconhece tão profundamente as necessidades da população quanto ela mesma.

De acordo com Marques (2016), o problema da segurança pública sempre foi observado como um objeto de ordem e associado à polícia, unicamente, gerenciada pelos governos que executavam e distribuíam sua força pelo país, sem nenhuma participação da sociedade civil em sua concepção.

Percebe-se então que, no decorrer de muitos anos, a participação civil na composição da segurança pública foi colocada em segundo plano, por ausência de conhecimento ou esclarecimento da sociedade geral.

Os dados relacionados aos casos de violência na sociedade possuem influência, seja ela direta ou indireta, na elaboração de políticas de segurança pública. Dessa forma, a colaboração da comunidade vai desde criação de ideias para o contexto nacional, como nos pequenos conselhos comunitários, observados pelo país para ajudar a Polícia a atender sua meta constitucional, sendo que a Constituição Federal assegura a segurança como um dos valores elementares da sociedade (GUSSI, 2005).

Durante muitos anos a polícia foi avaliada com certa insegurança pela população, por meio de conceitos enraizados de que essa era pactual com criminosos e tirava benefício de um povo vulnerabilizado pela violência. Forças policiais que foram inseridas em segundo plano durante muitos anos por governos que pararam de investirem no policiamento do Brasil, fazendo com que atraves-

sassem maus momentos e vivenciassem grandes dilemas pessoais, como conceder segurança a quem os vê com desconfiança.

A segurança tem se tornado em um fato indiscutível de condição para um íntegro convívio em comunidade, bem como outras áreas cruciais da sociedade, a segurança pública está abrindo espaço no governo, dado que nada ocorre em um estado sem o absoluto direito de ir e vir.

Há, reconhecidamente, um déficit histórico de políticas públicas nessa área, mas a incapacidade gerencial dos administradores públicos ao longo dos anos foi o aspecto mais avassalador no sistema de segurança pública, despreparo cujas consequências estamos vivenciando agora (LAURIA, 2011, p. 20).

Os constantes índices de violência que vêm ocorrendo por todo território nacional influenciam os governos a investirem em inteligência e interação, no qual a cada dia vê-se essa interação da comunidade, na concepção, elaboração e ampliação de novas políticas em esfera nacional ou regional. Não se pode conceber uma sociedade livre, sem uma corporação comprometida com as pessoas, então, o envolvimento popular se torna, nesse instante, tão intenso e fundamental, que qualquer investida de progressão para diminuição da criminalidade, nesse contexto, é obrigatoriamente realizada com a interação da comunidade.

4 Polícia comunitária

A polícia militar por meio de suas incontáveis ações, procura de modo eficaz demonstrar que a relação com a comunidade não deve ser distanciada, mas sim consolidada com os mecanismos disponíveis. Desta maneira, a polícia comunitária manifesta-se como um conceito de aproximação e composição de uma “nova polícia”.

A polícia comunitária é uma nova parceria entre a população e a polícia, buscando, acima de tudo, uma conscientização popular acerca da responsabilidade social de cada indivíduo e ainda do comprometimento de ambas as partes na solução de problemas

e na busca de melhoria da qualidade de vida da comunidade. Para chegar nesse estágio, entretanto, é preciso que a polícia se aproxime do cidadão e inicie a construção de uma relação de cumplicidade, que foi negligenciada por muito tempo. (MARCINEIRO, 2009, P. 126).

As diversas instituições que hoje integram o sistema de segurança pública, dispõem seus serviços fundamentados na constituição, o princípio fundamental do respeito as pessoas, todavia ofertar um serviço eficiente para as pessoas em seus mais distintos ambientes têm se revelado como um obstáculo à polícia. Os ambientes que hoje existem envolvidos de violência, ausência de condições básicas de saúde e educação, junto ao contato direto com o crime organizado, geram um impedimento na confiança que deve haver entre a sociedade e a polícia.

De acordo com (MARCINEIRO, 2009), o conceito de polícia comunitária não é recente, várias autoridades policiais já usam dessa premissa e os resultados tem se revelado surpreendentes, as ações feitas pelo modelo de polícia tradicional limitando-se em conter a criminalidade e encarcerar criminosos, tendo com a comunidade apenas uma relação vaga e neutra, não mudou a segurança e também não concedeu uma aproximação com a sociedade. O combate ao crime não é eficiente apenas na prisão em flagrante do autor, sendo este também positivo quando aliado com a comunidade.

O policiamento comunitário é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, como o objetivo a melhorar a qualidade geral da vida na área. (TROJANOWICZ; BUCQUEROUX, 1994, p.4).

O pensamento da Polícia Comunitária vem seguida da abertura democrática no país, com advento da constituição de 1988 no qual a proteção aos direitos humanos e liberdades individuais foram enfa-

tizadas, com propósito de não ressaltar qualquer linha das opressões já tidas na realidade dos brasileiros. Com esse novo cenário surge a precisão de adequar a polícia uma conduta de aproximação com a sociedade, além de novos conceitos de policiamentos, abordagens e contatos com a comunidade foram incrementados, concebendo policiais comunitários, aptos para solucionar as muitas dificuldades identificadas em conformidade com a comunidade em que o policial está inserido (MARINHO, 2002).

Na polícia comunitária o fator principal ocorre pela aproximação da população aos órgãos de segurança, a polícia militar tem uma interação frequente com a comunidade e essa transmite suas demandas aos policiais. Os policiais realizam rondas frequentes na mesma região e serão instruídos com temáticas como direitos humanos, cidadania e ética, dessa maneira, uma nova composição com a comunidade é produzida. As muitas ações que aparecem com essa forma de policiamento cooperam na perspectiva de melhorar a segurança para as comunidades onde em contrapartida o policial com a anuência da população, realiza um trabalho preventivo tendo consciente que suas atividades estão fundamentadas no respeito à dignidade humana e o suporte da comunidade em que realiza suas ações são por essa elogiados (MARCINEIRO, 2009).

Segundo Fernandes (1994), a polícia comunitária é a alternativa de aproximar efetivamente os agentes de segurança pública da comunidade, assim como um médico de um setor ou um comerciante local, modificando a polícia de um número ou uma repartição física em um agente que comprehende as dificuldades do dia a dia vivenciados pela comunidade. É a forma inovadora de reunir as forças policiais em relação a origem dos problemas, identificar antecipadamente as adversidades existentes e obter experiência, com essas condutas a polícia passa a ser um ente atuante na comunidade e muda a percepção da população.

Um programa bastante reconhecido na sociedade graças a sua abrangente veiculação pelas forças de segurança é o CONSEG, sendo este um conselho comunitário de segurança, no qual são feitas reuniões mensalmente para debater, definir e incentivar a segu-

rança entre as instituições que integram a comunidade. Por meio desse programa a comunidade consegue discutir temáticas fundamentais, com intuito de realizar um melhor convívio em sociedade onde problemas coletivos são solucionados por meio de parcerias comunitárias, integrando a polícia militar, polícia civil, prefeitura e demais órgãos (MARCINEIRO, 2009).

A maneira de se aproximar da comunidade com reuniões no qual os moradores conhecem os policiais, possuem informações das atividades desenvolvidas e ações preventivas para evitar delitos, compõem uma corrente de cooperação entre polícia e comunidade (MARCINEIRO, 2009).

Como parcela importante na concretização da polícia comunitária, as pessoas envolvidas precisam admitir o conceito com cuidado, dado que essa política de aproximação depende de diversos fatores ambientais e humanos, tendo em conta a variedade de ambientes e a multiplicidade de pensamentos que existem na sociedade, esses fatores precisam ser levados em consideração para que essa forma de policiamento seja adotada integralmente.

A confiança que a polícia busca na sociedade acontecerá a partir da criação de novos pensamentos alcançados conjuntamente. Segundo Marcineiro (2009) é imprescindível fazer uso de todos os mecanismos possíveis para atingir tal objetivo, considerando os aspectos humanos e tecnológicos, uma vez que a sociedade já está bastante inserida, o que propicia ao reconhecimento das tecnologias como alternativa de acesso as atividades policiais.

A polícia militar utiliza as mídias digitais da mesma forma como ocorre em qualquer empresa, os objetos que compõem as mídias digitais são dos mais diversos, sendo possível mencionar computadores, notebooks, smartphones, tablets, além de outros. As mais diversas funções administrativas são desempenhadas por essas mídias e direcionam os serviços concedidos pela polícia militar.

A sociedade pode acompanhar de modo integral as atividades realizadas por meio do site institucional e também das redes sociais alimentadas pela polícia militar do estado de Goiás. Logo, as mídias digitais apresentaram uma nova perspectiva acerca do serviço poli-

cial. Segundo Marcineiro (2009), a imagem de confiança da instituição está ligada a diversos fatores, com a utilização das tecnologias digitais o policial terá uma relação de confiança junto a comunidade, assim como a população conseguirá conhecer os muitos feitos da instituição, podendo, também, receber dicas de segurança e prevenção, conteúdos disponibilizados pelas mídias digitais na Polícia Militar.

Conclusão

Através do uso das mídias digitais e ações da polícia militar pode-se ter aproximação da população aos órgãos de segurança. A polícia militar comunitária tem uma interação frequente com a comunidade através de rondas, e essa, transmite suas demandas aos policiais através das mídias digitais.

As mídias digitais e ações da polícia militar podem influenciar na aproximação da população com a segurança pública, pois, as mais diversas funções administrativas são desempenhadas por essas mídias e direcionam os serviços concedidos pela polícia militar.

A aproximação da polícia militar com a população através das mídias digitais desburocratiza a ação da segurança pública, dando sensação de maior assistência à população.

Com a segurança ainda mais completa de recursos humanos e tecnológicos, a comunidade nota a atenuação da conhecida “sensação de segurança”, pertencendo aos estados aprovisionar este serviço, uma vez que a segurança depende de diversos setores da sociedade.

A inclusão da tecnologia para aproximar a comunidade da polícia militar pode tornar descomplicada atos em prevenção contínua, com um policiamento mais próximo do cidadão, o qual pode solicitar através de denúncias, requisições e reclamações, fatos que modificam um serviço público.

Através das mídias digitais e suas imensuráveis linhas, pode-se formar um paralelo e conceber um suporte na rede mundial de computadores com intuito de manter um elo entre comunidade e polícia.

Os desafios relacionados à temática ainda precisam ser melhor discutidos e reordenados para seu pleno desenvolvimento. A acei-

tação do policial depende, além de si mesmo, como também de cada cidadão, ao passo que o uso de modo inteligente e frequente das ferramentas de mídias digitais já tem revelado frutos aos policiais na conquista de confiança nas ações e ainda o reconhecimento da população com o desenvolvimento da nova polícia cidadã.

Referências

- BECKER, Valdecir; GAMBARO, Daniel and SOUZA FILHO, Guido Lemos. O impacto das mídias digitais na televisão brasileira: queda da audiência e aumento do faturamento. **Palabra Clave.**, v.18, n.2, p.341-373, 2015.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. Presidência da República. **Pesquisa brasileira de mídia 2020:** Hábitos de consumo de mídia. Disponível em <<http://www.Pesquisa Brasileira de Mídia - PBM 2020.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2021.
- CANNITO, Newton Guimarães. **A televisão na era digital.** 2009. 304 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Comunicação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Pesquisa Teórica**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p.59-67, 17 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a07.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2021.
- FERNANDES, Rubens César. **Policimento Comunitário:** como começar. Rio de Janeiro: POLICIALERJ, 1994.
- GUSSI, Evandro Herrera Bertone. **A segurança na constituição.** 2005. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/8782>>. Acesso em: 05 jun. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003. 310 p.

LAMES, Liliane Costa Jacob. **Docência no ensino superior:** o uso das mídias digitais como estratégia pedagógica. Dissertação de mestrado, FECAP, São Paulo, Brasil, 2011.

LAURIA, Lélio. **A questão da Segurança Pública no Brasil.** 2011. Disponível em: <http://acritica.uol.com.br/blogs/blog_do_lelio_lauria/seguranca-publica-Brasil_7_551414854.html>. Acesso em: 05 jun. 2021.

MARCINEIRO, Nazareno. **Policía comunitária:** construindo segurança nas comunidades. Florianópolis: Insular, 2009. 232 p.

MARINHO, Karina R. Leite. **Mudanças Organizacionais na implantação do Policiamento Comunitário.** 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais:** linguagens, ambientes, redes. Petrópolis: Vozes, 2014. 273 p.

MARQUES, Archimedes Jose Melo (Ed.). **A segurança pública e a sociedade.** 2016. Disponível em: <<https://www.algosobre.com.br/interesse-publico/a-seguranca-publica-e-a-sociedade.html>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

SILVA, Eli Lopes Da. **Labirinto rizomático de experiências com mídias digitais.** 2016. 373 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Ciências de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167467>>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

SILVA, Jardel Carlito. **Policiamento tático comunitário no bairro Monte Cristo:** uma proposta de implantação. Projeto de pesquisa. Palhoça/SC: 2009.

SOUZA, Márcio Vieira de; GIGLIO, Kamil (Org.). **Mídias digitais, redes sociais e edu VI – PAUTAS DO JORNALISMO PARA ALÉM DA SALA DE AULA: do roteiro de produtos audiovisuais às reflexões sobre a prática jornalística que emanam de disciplinas curriculares cação em rede:** Experiências na pesquisa e extensão universitária. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2015. 171 p.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policimento Comunitário: como começar.** Trad. Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.



VI. PAUTAS DO JORNALISMO PARA ALÉM DA SALA DE AULA

Do roteiro de produtos audiovisuais
às reflexões sobre a prática jornalística
que emanam de disciplinas curriculares

O Espiritismo e as imaginações: a operacionalização da imaginação melodramática e da estrutura imaginativa da Bíblia na representação do Espiritismo em *Nosso Lar*

Lisandro Magalhães Nogueira
Artur Felício Costa

Introdução

No texto “Cinema e Religião”, Jean-Claude Bernardet (1996) estabeleceu uma interessante distinção entre *filmes sobre religião* e *filmes religiosos*. A partir desta leitura compreendemos que a diferença entre ambos está fundamentada, sobretudo, na “distância” do olhar. No primeiro caso, a religião é um tema, um assunto a ser tratado. O olhar qualifica-se a partir de uma pretensa separação objetiva. Já nos filmes religiosos a religião não está propriamente na temática. Neste caso, “A questão religiosa informa a própria estrutura e a linguagem dos filmes [...]”¹ (BERNARDET, 1996, p.194). Sendo assim, nos filmes orientados pela fé a religião não está contida tão somente naquilo que se fala, mas, sobretudo, no *modo* como se diz.

Adotando-se esta perspectiva interpretativa, no presente artigo serão analisados alguns aspectos do modo com o Espiritismo é representado no filme *Nosso Lar*² (2010). Lançado no ano em que Francisco Cândido Xavier completaria cem

¹ Esta citação é uma análise da perspectiva religiosa no cinema de Jorge Furtado.

² O filme, dirigido por Wagner de Assis, é uma adaptação de um livro homônimo psicografado por Chico Xavier, em 1944. De acordo com Sandra Jacqueline Stoll (2003, p.89), este romance - com 40 edições até o ano de 1992 - é o mais popular do referido médium espírita.

anos de vida, esta obra angariou significativo sucesso de público, compondo a “onda” de filmes espíritas brasileiros que, desde 2008, começaram a ser produzidos de forma mais sistemática.

Numa enquete realizada por nós em 2012, durante a semana de lançamento de “*E a vida continua...*³” em Goiânia, constatou-se a preferência do público goiano pelo filme aqui analisado. De acordo com Reginaldo Prandi (2012, p. 75-76), os espíritas declarados no censo de 2010 não chegavam a quatro milhões. No entanto, *Nossa Lar* alcançou a marca de 1,6 milhões de espectadores nos primeiros dez dias de exibição. Estas são razões pelas quais a análise temática e estrutural desta obra foi aqui priorizada. Por ser um filme que se comunicou amplamente com o seu público alvo, tentaremos perceber por meio da análise filmica de que modo o Espiritismo foi representado.

Com o apoio da Federação Espírita Brasileira (FEB), *Nossa Lar* (2010) apresenta como tema central a vida após a morte. Não se sabe, de pronto, a orientação religiosa do diretor, dos produtores, atores, etc., mas é certo que este apoio institucional indica o escopo imaginativo operacionalizado por esta narrativa. O que se verificou foi um direcionamento para as bases do cristianismo, uma vez que o Espiritismo se define, no contexto da modernidade, como a terceira revelação no tronco judaico-cristão (KARDEC, 2011, pp.55-65).

Não é propriamente uma novidade a relação entre o cinema e a temática religiosa. Sabe-se que no contexto hollywoodiano do início do século XX este vínculo foi parte fundamental na legitimação do cinema como arte perante a sociedade burguesa norte-americana. As produções do diretor David W. Griffith, que segundo Ismail Xavier (1984) propunha uma espécie de sermão visual moralizante, podem ser consideradas um exemplo significativo deste processo.

Neste caso, a recente “onda” dos filmes espíritas no contexto nacional indica que a relação entre o cinema e a religião ainda se mantém atual. Por esta razão, buscou-se compreender como uma doutrina, per-

³ *E a vida continua...*(1968) é o último livro da coleção “A Vida no mundo Espiritual”. O primeiro livro desta coleção é o *Nossa Lar*, ambos adaptados para o cinema. O filme *Joelma 23º Andar* (1979), considerado o primeiro filme espírita produzido no Brasil, é também uma adaptação cinematográfica de uma obra psicografada por Chico Xavier. Observa-se assim, a influência da literatura espírita e da imagem de Francisco Cândido Xavier na produção dos filmes espíritas nacionais.

tencente à esfera religiosa, exprime-se em linguagem cinematográfica, valendo-se de uma forma narrativa canônica neste meio (empregada pelos filmes espíritas de maneira geral): o melodrama.

Por fim, consideramos o cinema, o melodrama e a Bíblia (base textual do cristianismo e, portanto, do Espiritismo), como referências de elevada importância na constituição do modo imaginativo, do repertório crítico e cultural do Ocidente. Neste sentido, uma obra como *Nosso Lar* (2010) é certamente debitária do encontro entre essas referências culturais e imaginativas.

Sendo assim, a partir deste escopo lançou-se mão do método da análise filmica para a construção deste artigo. O presente *corpus* foi posicionado em um horizonte interpretativo composto pela intersecção de dois modos imaginativos: a imaginação melodramática (Brooks, 1995) e a estrutura imaginativa derivada da Bíblia, de sua imagética e forma narrativa (Frye, 2004). Por meio deste encontro julga-se perceber melhor de que modo o Espiritismo é representado em *Nosso Lar*. Representado não somente como temática, mas como uma referência discursiva que orienta a linguagem e a estrutura narrativa empregada na construção do filme. O nosso ponto de partida será a apresentação de como a *imaginação melodramática* se faz presente nesta obra.

1. O “oculto moral” em *Nosso Lar*: Espiritismo vs materialismo

Como um modo imaginativo, o melodrama é interpretado “não só como um gênero narrativo, mas também como um modo de percepção do mundo” (BALTAR, 2007, p.87). Dessa maneira, o melodrama se torna “um espaço catalizador de um universo valorativo” (BRAGANÇA, 2007, p.07). Este argumento requer a apresentação de um conceito central em Peter Brooks (1995): a noção de *oculto moral*. Este conceito designa a forma como o melodrama recupera, para a narrativa, um determinado conflito valorativo (**às vezes oculto no cotidiano**) que emerge das tensões culturais latentes na sociedade. Nota-se, assim, que o histórico aspecto dialógico do melodrama está para além de uma dimensão “endógena” de recombinações estruturais

com base na influência de outras formas dramáticas⁴, e de diferentes meios de expressão cultural aos quais se adaptou (como o teatro, a literatura, as artes plásticas, o cinema, etc). O melodrama também estabelece uma relação dialógica e dialética com o público e o contexto social no qual se insere.

Como afirma Huppé (2000, p.23) acerca da ampla capacidade de adaptação e permanência desta forma narrativa, “o melodrama busca deliberadamente a sintonia com o grande público identificando nessa adesão o caminho para o sucesso. Quem lhe assegura a continuidade é a recepção positiva”. Também nesta perspectiva, Thomasseau (2005, p.136) demonstra que, historicamente, o melodrama sempre esteve “firmemente entrelaçado ao tecido social, [ganhando] novo viço nas épocas de crises sociais e nacionais, nos momentos em que os valores se redefinem e que se reencontra o gosto pelas oposições fortes e a necessidade de uma criação mítica e compensatória⁵”. Desta feita, o melodrama poderia ser percebido como uma caixa de ressonância dos conflitos sociais. Em uma perspectiva interpretativa mais ampla, como uma reação às instabilidades suscitadas pela modernidade, período histórico em que surgiu (SINGER, 2001; BROOKS, 1995, XAVIER, 2003, etc.).

Para Peter Brooks (1995, p.12), em “seu estado mais ambicioso, o modo melodramático de concepção e representação pode parecer ser o próprio processo de se alcançar um drama fundamental da vida moral e de encontrar os termos de expressá-lo” (1995, p.12). A partir da recuperação de conflitos fundamentais, as narrativas melodramáticas formulam quadros valorativos, postulando a existência de um universo moral no cotidiano. Para o oculto moral vir à tona, a realidade deve ser virada do avesso; deve superar as aparências do drama externo, pois é no âmbi-

⁴ De acordo com Robson Camargo (2009, p.326), em seu período de formação o melodrama “reúne e desconstrói os estilos e estilemas teatrais numa relação dialógica e hipertextual. Sem cerimônia, o melodrama reutiliza-se dos elementos da tragédia, da comédia, do drama burguês, do romance inglês e francês, da novela de cavalaria, da picaresca, da ópera cômica, da comédia lacrimosa, do romance gótico. Retirou destes os elementos para a produção justaposta de seus textos e de sua cena, compondo-se como estrutura dramática dinâmica na qual se trabalha a reorganização de diferentes estilos. Compondo-se então como forma misturada de distintas matrizes que se organizam por contradição ou justaposição, ele mesmo um não gênero, uma matriz, um procedimento”.

⁵ Grifos dos autores.

to do oculto que reside o verdadeiro drama. Por esta razão, segundo Brooks (1995), faz-se necessário o exagero, a hipérbole, a intensidade dramática e a polarização. Ou seja, todo um conjunto de procedimentos melodramáticos que, ao serem operacionalizados, fazem emergir o verdadeiro teor da tensão valorativa recuperada⁶. Compete-nos apresentar, portanto, a partir de qual oposição valorativa fundamental articulam-se as engrenagens do melodrama em *Nosso Lar*. E, assim, tentar compreender o modo como o Espiritismo é representado.

Em nosso ponto de vista, a oposição valorativa entre o *materialismo* e o *Espiritismo* estabelece as bases do melodrama nesta obra. Deste conflito fundamental, o filme lança mão dos símbolos, imagens, sons e personagens que evidenciarão, da forma mais clara possível, a divisão moral no campo dos valores particulares a este contexto.

Devemos ressaltar que o conflito valorativo mencionado é intrínseco ao processo histórico de surgimento do Espiritismo na França do século XIX. Trata-se de uma particularidade cultural vivenciada até mesmo por Allan Kardec, codificador da doutrina Espírita. Segundo Aubrée e Laplantine (2009, p.41): “Prudente e pouco inclinado ao irracional, é, portanto, em completo *ceticismo* que Allan Kardec inicia sua carreira espírita⁷”. Diante desta vigorosa polarização (o crer e o não crer), que dialoga diretamente com o universo cultural do Espiritismo, o filme se edifica.

Há uma fala categórica em *Nosso Lar* que expõe, de forma sentenciosa, o conflito fundamental que identificamos como sendo o motor do melodrama nesta obra: “o ceticismo termina quando se acorda no mundo espiritual”. Existe, portanto, uma correspondência terminológica proposta por este filme entre materialismo/ceticismo e espiritualidade/Espiritismo. Trata-se de uma polarização sem nuances, cuja clareza visa produzir a legi-

⁶ Vale ressaltar, e concordamos com essa perspectiva, que esses procedimentos caracterizam um melodrama. Mas, como argumenta Singer (2001, p. 44) a partir do conceito de cluster, não o reduzem a um conjunto estanque de mecanismos de significação. Para Ben Singer, o melodrama é visto “como um termo cujo significado varia de caso a caso em relação a diferentes configurações de uma série de características básicas ou fatores constitutivos”. (Singer, 2001, p.44). Este é um posicionamento que evita o campo minado de se procurar uma definição unívoca para o termo “melodrama” que, desde o nascimento no século XIX e ao longo dos seus mais de duzentos anos de existência, tem se adaptado a diferentes formas de expressão cultural, assumindo em cada uma delas características peculiares.

⁷ Grifos dos autores.

bilidade do campo semântico de forças entre o Espiritismo como sinônimo de espiritualidade e o materialismo como sinônimo de ceticismo.

De acordo com Peter Brooks (1995, pp.40; 44), a polarização, a hipérbole, o modo sentencioso e inflado são características da retórica melodramática. O intuito é produzir a clareza dos signos utilizados, tanto verbais quanto não verbais. Desta forma as bases do drama se estabelecem. Ou seja, o seu campo semântico de forças polarizadas se expressa.

Para reforçar a percepção de que a polarização valorativa evidenciada pelo filme encontra-se enraizada nas bases culturais do Espiritismo, evidenciando-se assim o modo de operação da imaginação melodramática, apresentamos a seguir outra referência de Allan Kardec à oposição materialismo/Espiritismo: “O maior *inimigo* da religião é o *materialismo*. E esse não tem mais *rude adversário* do que a *doutrina espírita*” (KARDEC, 1984, p.298)⁸.

Por meio desta citação, percebemos a ideia de que a crença no Espiritismo está condicionada à superação das concepções materialistas. “Seja qual for a ideia que dos Espíritos se faça, a crença neles necessariamente se funda na existência de um princípio inteligente fora da matéria. Essa crença é incompatível com a negação deste princípio” (Kardec, 2011, p.19). Portanto, sendo esta uma questão capital para a doutrina espírita, expressa na oposição entre materialismo/Espiritismo, é neste ponto que a trama de *Nosso Lar* se inicia (tanto no livro quanto no filme). Inicia-se com o despertar do protagonista André Luiz (Renato Prieto) na vida após a morte.

Uma vez localizada a oposição valorativa que fundamenta o melodrama nesta obra, partiremos desta tensão cultural para dar continuidade à análise dos demais aspectos que informam esta narrativa em diálogo com a imaginação melodramática. Priorizou-se, ainda que de forma breve, um olhar sobre a influência da Bíblia (como a fonte de uma estrutura imaginativa) em *Nosso Lar*. Esta priorização fundamenta-se no fato de o cristianismo ser a base teológica e cultural do Espiritismo.

⁸ Grifos dos autores.

1.1 A Bíblia e a imaginação no Ocidente

Pelo viés analítico de Bernardet (1996), pode-se formular a seguinte questão sobre o modo de representação do Espiritismo em *Nosso Lar* (e no cinema): até que ponto a questão religiosa nos filmes espíritas “*informa a própria estrutura e a linguagem dos filmes?*”. Tendo posicionado o nosso objeto em um horizonte interpretativo que promove o encontro entre duas estruturas imaginativas – a bíblica e a melodramática – pode-se questionar: qual é a influência da Bíblia no filme *Nosso Lar*?

Essa questão se torna muito mais ampla em Northrop Frye (2004). Com relação à Bíblia, ele se faz perguntas do tipo: “porque esse livro enorme, extenso, desajeitado, fica bem no meio de nosso legado cultural, como o “grande Boyg” ou a esfinge em Peer Gynt, impedindo nossos esforços de circundá-lo?” (Frye, 2004, p.18). Para Frye (2004), a Bíblia é um grande manancial de referências imaginativas para a tradição cultural do Ocidente. As *imagens* e a *estrutura narrativa* da Bíblia conformaram, ao longo do tempo, uma “estrutura imaginativa” (Frye, 2004, p.9).

Sendo assim, partindo da premissa de que a “Bíblia certamente é um elemento da maior grandeza em nossa tradição imaginativa” (Frye, 2004, p.18), conduzimos nossas interpretações levando em consideração as análises feitas por Frye (2004) da estrutura narrativa e da imagética bíblica. Buscamos compreender, conforme será apresentado a seguir, o modo como essas referências operacionalizam o aspecto religioso em *Nosso Lar* no processo de representação do Espiritismo.

2. Nosso Lar: a casa do filho pródigo

Há na doutrina espírita uma nomenclatura diversa para se designar a espacialidade no “plano espiritual”⁹. Contudo, no cotidiano espírita, estas expressões acabam se reduzindo a uma dicotomia ele-

⁹ Expressão designada para se definir o “além-túmulo”; o lugar da “vida após a morte”.



(Fig. 1) Referências imagéticas do Éden caracterizam *Nossa Lar*.

mentar entre “plano superior” e “plano inferior”. Respectivamente, estes lugares seriam habitados pelos espíritos “superiores” ou “inferiores” moralmente. No filme em questão o espaço se divide conforme a expressão cotidiana, ou seja, de forma polarizada. Desta feita, pode-se dizer que a divisão espacial em termos dicotômicos representa, na obra, a expressão material de uma polarização moral.

Sabendo-se que o melodrama adota a polarização como parte da sua propositura estética¹⁰, este recurso operacionalizou a distinção espaço-moral em *Nossa Lar*. O modo como se estabeleceu esta divisão no filme, entre um “plano superior” e um “plano inferior”, evidenciou o uso de um conjunto de imagens e metáforas com raízes bíblicas para a representação de tais categorias.

De acordo com Frye (2004, pp.172-205), pode-se fazer uma divisão das imagens da Bíblia em duas categorias básicas: as apocalípticas e as demoníacas. As imagens apocalípticas representam um estado superior de natureza. Elas preenchem o cenário do Éden. “As imagens do jardim do Éden são as de um oásis, com

¹⁰ Esta é uma característica analisada de forma recorrente na literatura sobre o melodrama e se encontra presente em autores como Brooks, 1995; Camargo, 2009; Huppé, 2000; Singer, 2001; Thomasseau, 2005, Xavier, 2003, dentre outros.



(Fig.2) A representação do “umbral” em sintonia com as imagens demoníacas da Bíblia.

árvores e água. Para um povo originariamente habitante do deserto, o oásis é a imagem inevitável que remonta a uma ordem providencial” (Frye, 2004, p.175).

No plano destacado a seguir (Fig.1), pode-se notar a influência da Bíblia no modo como se representou o espaço na colônia Nossa Lar, que possui elementos vinculados à caracterização do Éden. A seguinte fala emoldurou a cena: “Nossos sentimentos e pensamentos comandam aonde estaremos.” Neste sentido, a composição do espaço torna-se também a exteriorização, o símbolo de uma condição moral.

Esta é uma forma da superfície da realidade no filme se tornar um indicativo metafórico da natureza do oculto moral, recuperado pela narrativa. Trata-se de uma dinâmica própria da imaginação melodramática em que a metáfora é utilizada como uma “transição entre contextos” (Brooks, 1995, p.09), um veículo entre a superfície da narrativa e o âmbito do oculto moral. Tal relação reflexiva – espaço/moral - é também a síntese de uma questão doutrinária do Espiritismo: a Lei de Sintonia, presente na codificação espírita, é explicada no filme com o sentido de que o lugar aonde uma pessoa se encontra é o reflexo do que ela é.



(Fig. 3)



(Fig. 4)



(Fig.5.) Transição entre o paródico-demoníaco e o demoníaco manifesto.

Por sua vez, as imagens demoníacas designam o âmbito da natureza inferior a ser dominada (FRYE, 2004). Em *Nosso Lar*, percebeu-se a utilização de imagens com essas características para a representação do “umbral”, definido no filme como “uma espécie de purgatório” no processo de tradução entre nomenclaturas. Segundo Frye (2004, p.173), as imagens demoníacas se caracterizam pelo aspecto árido, sem vida, de paisagens em ruínas, vinculadas à morte e às glórias passageiras. No enquadramento a seguir podemos verificar na representação do umbral a presença dessas referências na caracterização do espaço mencionado.

De acordo com Frye (2004), existem duas categorias de imagens demoníacas: uma paródico-demoníaca “associado às nações pagãs temporariamente bem-sucedidas; e o manifesto do tipo você-vai-ver-só, a terra devastada, plena de ruínas, assombrada por hienas e corujas, em que aquela glória passageira fatalmente se transformará” (FRYE, 2004, p.173). Em *Nosso Lar*, este conjunto de imagens também aparecem em uma relação de causalidade. O personagem André Luiz era um médico vaidoso e bem sucedido. Mas, como pai e marido, era distante e tinha vícios. A narrativa tendeu a evidenciar esta condição como parte das glórias passageiras. As cenas que

promoviam esta leitura moral da personagem foram justapostas às cenas do umbral, articulando-se uma relação causal entre o paródico-demoníaco e o demoníaco-manifesto.

Um movimento vertiginoso de câmera para baixo, nas cenas iniciais, indicou a queda moral de André Luiz, representado como o fruto de suas paixões e, desde a infância, de sua desobediência. Por sua vez, esta relação entre queda e desobediência é um tema que ecoa diretamente do contexto original bíblico sobre a Queda de Adão e Eva, conforme se pode verificar no livro do Gênesis.

Nesta sequência de abertura e representação da queda moral de André Luiz, a voz do narrador ajuda a dirigir a interpretação do filme. Observemos as cenas abaixo (Fig.3, Fig.4 e Fig.5) para melhor observarmos o modo em que se construiu a relação de causalidade entre o paródico-demoníaco e o demoníaco manifesto nesta obra.

Nesta sequência, a fumaça do charuto conduziu a transição entre o ambiente do bar e o umbral. A justaposição das imagens promoveu o vínculo de causalidade. A fumaça do charuto se transforma em neblina no ambiente representado como uma espécie de purgatório. Esta ideia de reflexo, de causa e efeito, é reforçada pela presença marcante do grande espelho que fica em segundo plano, mas centralizado, no ambiente do bar. É em direção ao espelho que segue a fumaça do charuto, enquanto se promove a transição da imagem para o umbral. Trata-se, por sua vez, de uma transição simbólica em que a fumaça do charuto e da neblina demarcam, metaforicamente, a transição entre as imagens do paródico-demoníaco e o demoníaco-manifesto. É por meio deste processo que a narrativa contesta os vícios, os hábitos morais vinculados a uma suposta concepção materialista do mundo, e expõem as consequências advindas deste paradigma: o sofrimento. A fumaça, neste caso, representa a efemeridade das glórias passageiras que conduzem ao sofrimento moral.

Utilizando-se de recursos estéticos do cinema de estrutura clássica, caracterizado pela linearidade, coerência narrativa, clareza e outros aspectos, a descrição a seguir sobre este modelo de cinema colabora para uma melhor compreensão acerca do modo de produção de sentido em *Nosso Lar*.

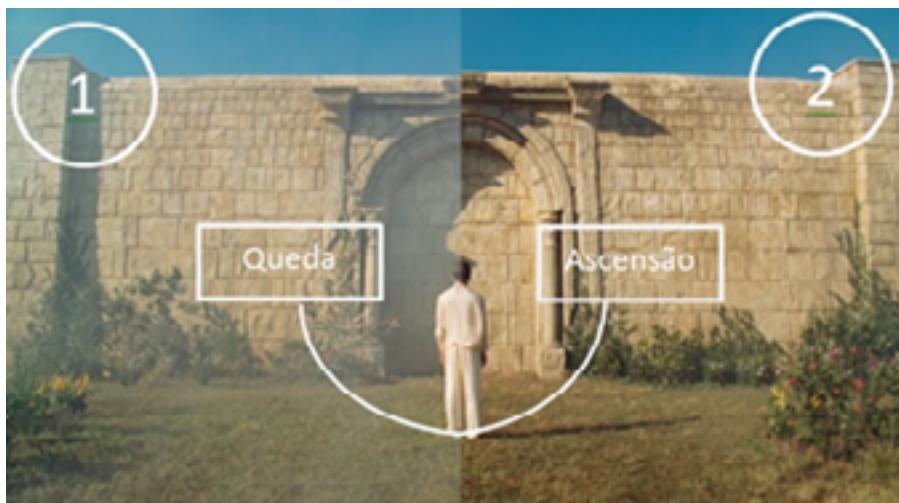
O encadeamento das cenas e das sequências se desenvolve de acordo com uma dinâmica de *causas* e *efeitos* clara e progressiva. A narrativa centra-se em geral num personagem principal ou num casal (...) de “caráter” desenhado com bastante clareza, confrontado a situações de conflito. O desenvolvimento leva ao espectador as respostas às questões (e, eventualmente, enigmas) colocadas pelo filme. (VANOYE e GOLIOT-LÉTÉ, 1994, p.27)¹¹.

Interpretamos assim, que é também por meio desta forma de encadear as imagens que a narrativa promove a valorização dos polos em tensão. A centralização do charuto, como o símbolo de um determinado modo de vida, torna-se o veículo para a exposição das consequências negativas na tessitura das causas e dos efeitos.

Neste contexto de produção de sentido, promoveu-se um jogo de sinais (BROOKS, 1995, p.28). Ou seja, por meio deles tornou-se visível e operativo o campo semântico de forças que se estabelece entre as oposições valorativas no filme. A dinâmica de causas e efeitos explicou a queda de André Luiz e, para isso, utilizou-se da moldura paródico-demoníaca em imagens vinculadas aos vícios e às glórias passageiras. Da mesma forma em *Nosso Lar*, no âmbito das imagens apocalípticas, André Luiz é condecorado com um pingente em forma de cruz no momento em que se torna trabalhador da casa, alçando e assinalando-se, assim, a nova posição moral do protagonista na trama. “Estes sinais carregam a mensagem da ação e decifram o texto moral do mundo” (BROOKS, 1995, p.45).

Por fim, retomando a interpretação de Bernardet (1996) sobre a caracterização dos filmes religiosos (de que “a questão religiosa informa a própria estrutura e a linguagem dos filmes” (BERNARDET, 1996, p.194)), poderíamos dizer que a escolha e utilização dos recursos da estrutura clássica em particular, sobretudo a promoção das imagens encadeadas em uma dinâmica de causas e efeitos, ilustra um princípio caro ao Espiritismo em *Nosso Lar*: a Lei de ação e reação. Esta lei é abordada nos livros codificados por Allan Kardec. Trata-se da ideia de que existe uma relação de causalidade entre os nossos atos e as reações advindas do mesmo. Contudo,

11 Grifos dos autores.



(Fig.6) Estória em forma de U: semelhança entre a estrutura narrativa da Bíblia e de *Nosso Lar*.

esta lei ultrapassa a dinâmica da física para também se vincular ao âmbito moral, conforme este filme tenta articular.

Desta feita, podemos afirmar que tal questão doutrinária do Espiritismo informa a própria linguagem e organização da narrativa em *Nosso Lar*. A imagética utilizada na representação do umbral e da colônia espiritual, por sua vez, remonta à estrutura imaginativa oriunda da imagética bíblica, fazendo-se evidente o uso da matriz textual do cristianismo nos fundamentos da obra. O drama aparente, portanto, se reveste dessas imagens que se tornarão o veículo metafórico de acesso ao oculto moral. Este, por sua vez, configurado a partir da polarização, já mencionada, entre os valores de espiritualidade e os do materialismo.

Como afirma Peter Brooks (1995, p.10), para a imaginação melodramática “gestos e coisas significantes são necessariamente metafóricos em sua própria natureza, porque eles devem se referir e falar de outra coisa. Tudo parece carregar a estampa do significado, que podem ser expressos, pressionados para fora, a partir deles” (BROOKS, 1995, p. 10). Neste sentido, como vimos, o oculto moral em *Nosso Lar* se reveste de uma superfície metafórica composta por imagens derivadas da Bíblia.

Para além do conteúdo imagético, há também uma semelhança entre a estrutura narrativa da Bíblia e a de *Nosso Lar*. A trajetória de André Luiz descreve um movimento de queda e ascensão, ilustrada em movimentos de câmera. Utilizando-se de uma “rima” imagética (XAVIER, 1984, p. 43) no começo e no final do filme, a narrativa evidencia este percurso (Fig.6).

Esta representação gráfica da estrutura narrativa em forma de U em *Nosso Lar* é também particular à Bíblia, vista como uma “divina comédia”:

Nesta [na comédia], uma série de infelicidades e de incompreensões leva a ação a um ponto baixo e ameaçador; a partir daí uma reversão afortunada no enredo despacha a conclusão para um final feliz. A Bíblia em seu conjunto, vista como uma ‘divina comédia’, está contida numa estória em forma de U. Nela, o homem, como já exposto, perde a água e a árvore da vida no começo do Gênesis e os recupera no fim do Apocalipse. (FRYE, 2004, p.206)

De acordo com Frye (2004, p.206), a estrutura narrativa em forma de U está presente em mais de uma ocasião na Bíblia. O autor elenca, por exemplo, a estória de Jó e a parábola do filho pródigo. Neste caso, para além da semelhança estrutural, a estória de André Luiz possui ressonâncias de ordem temática que são **próximas** à parábola do filho pródigo.

Em ambos os casos há um afastamento deliberado do protagonista do seio de sua família. O filho pródigo gasta seus bens com uma vida extravagante e André Luiz define a sua existência como sendo de excessos materiais (portanto uma vida extravagante) e vazio espiritual. Por consequência, ambos atingem “um ponto baixo e ameaçador” na narrativa e o retorno dos protagonistas para o seio familiar tem como alavanca o processo de arrependimento.

Em ambos os casos, o movimento de retorno do filho pródigo e de André Luiz tem seu clímax na manifestação de compaixão de seus pais. O primeiro é abraçado por seu pai, que lhe restitui a posição no lar dando-lhe um anel, roupas e sandálias. Já André Luiz se reencontra com sua mãe. Este momento demarca um ponto de giro na narrativa em que o protagonista muda de conduta, assumindo uma nova posição em *Nosso Lar*. Esta nova posição de André é assinalada com um pingente em forma de cruz.

Como se pode notar, a semelhança estrutural e temática entre as duas narrativas é significativa. Pode-se dizer até que a parábola do filho pródigo seja o molde temático, imagético e estrutural para a construção da narrativa de *Nosso Lar*.

Considerações finais

Com o objetivo de compreender como se dá a representação do Espiritismo no filme *Nosso Lar* (2010), tentou-se evidenciar os processos de significação nesta obra que derivam, em nosso ponto de vista, do encontro entre duas matrizes textuais: o melodrama e a Bíblia. Ainda que se possa apenas sugerir que a facilidade como esta sinergia ocorreu indique uma influência da Bíblia na formação procedural melodramática, destacou-se aqui o encontro entre a imaginação melodramática e a estrutura imaginativa derivada da Bíblia.

Destes vínculos constatou-se que esta obra colocou a linguagem cinematográfica a serviço da expressão de alguns conceitos do Espiritismo. As ideias da doutrina, portanto, influenciaram nos recursos de linguagem utilizados. Como exemplo disso observou-se o uso da ligação causal entre as cenas - um procedimento canônico da linguagem cinematográfica - para se expressar de forma clara um preceito doutrinário do Espiritismo: a Lei de Ação e Reação. Da mesma forma, empregou-se uma leitura moral e polarizada do mundo - um recurso melodramático utilizado para a produção da clareza na leitura do drama – como uma forma de se expressar a Lei de Sintonia, outro conceito do Espiritismo.

Observamos também que este filme utilizou-se de referências temáticas e imagéticas derivadas da Bíblia. Notamos ainda a existência de uma estrutura narrativa semelhante na parábola do filho pródigo e na forma narrativa adotada em *Nosso Lar*. Ou seja, a forma em “U” da “divina comédia”.

Neste sentido, convém apontar como é profícua a leitura comparada entre as narrativas melodramáticas e o “**código dos códigos**” (Frye, 2004): a Bíblia. Este nível de influência temático/formal indica que se trata de um filme religioso. De maneira geral, *Nosso Lar* se vale

das mencionadas referências estéticas como uma forma de veicular um discurso e conceitos doutrinários de maneira didática.

Em suma, percebeu-se aqui como o modo melodramático recuperou um conflito valorativo inerente ao contexto do Espiritismo e, para expressá-lo, utilizou de imagens e de uma estrutura narrativa que também se vinculam ao substrato teológico no qual o Espiritismo se fundamenta: no texto base do cristianismo. O modo melodramático estabeleceu, assim, uma relação hipertextual com a Bíblia para produzir sentido e se manter em sintonia com o público alvo dos filmes espíritas. Tal capacidade dialógica, como se viu, é uma característica muito particular ao melodrama que, desta feita, segue adaptando-se para permanecer.

Referências

- AUBRÉE, M.; LAPLANTINE, F. **A mesa, o livro e os espíritos:** gênesis, evolução e atualidade do movimento social espírita entre França e Brasil. Maceió: EDUFAL, 2009.
- BALTAR, Mariana. **Realidade Lacrimosa:** diálogos entre o universo do documentário e a imaginação melodramática. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2007.
- BERNARDET, J. C. In XAVIER, I. (org.). **O cinema no século.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- BRAGANÇA, Maurício de. **Trópicos de lágrimas:** um estudo sobre melodrama e América Latina a partir do cinema de *cabaretera* mexicano e da literatura de Manuel Puig. 2007. 277f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2007.
- BÍBLIA. Português. **O Novo Testamento.** Tradução de Haroldo Dutra Dias. Brasília (DF), Brasil: Conselho Espírita Internacional, 2010.
- BROOKS, P. **The melodramatic imagination:** Balzac, Henry James, Melodrama, and the Mode of Excess. USA, 1995.

CAMARGO, Robson Corrêa de. **Os espetáculos do melodrama.** 2009. 306 f. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) - Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2005.

FRYE, Northrop. **O código dos códigos: a Bíblia e a literatura.** 1.ed. Trad. Flávio Aguiar. São Paulo: Boitempo, 2004.

HUPPES, Ivete. **Melodrama:** o gênero e sua permanência. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

KARDEC, A (1857). **O livro dos espíritos:** princípios da Doutrina Espírita. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2011.

_____. **Iniciação Espírita:** livros de introdução à teoria e prática da doutrina. São Paulo: Edicel, 1984.

PRANDI, R. **Os mortos e os vivos:** uma introdução ao Espiritismo. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

STOLL, Sandra Jacqueline. **Espiritismo à Brasileira.** 1.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Curitiba: Editora Orion, 2003.

THOMASSEAU, J.M. **O melodrama.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

XAVIER, Ismail. **O olhar e a cena:** Melodrama, Hollywood, Cinema Novo, Nelson Rodrigues. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

_____. **D. W. Griffith:** o nascimento de um cinema. São Paulo: Brasiliense, 1984.

O Roteiro na ficção e no documentário

– Parte II: a construção da escrita

Solange Franco

“Não quero saber do paraíso. Quero saber o que as pessoas fazem frente à dureza da vida e dos tempos”.

Eduardo Coutinho¹

1 Introdução

Por onde começar a escrever? Uma resposta bem elementar foi dada por Field (1996, p. 4): por meio de uma “página de papel em branco”. Parece evidente, mas o que se subentende de suas palavras é que não se cria uma história inteira na cabeça. O papel limpo e alvo tem como características ser muito permissível, acatar os mais elementares rudimentos e atuar como um aceno para qualquer ideia. Materializar no papel o que se tem em mente nos leva a organizar ideias, a estabelecer um nexo entre elas e a encadear fatos. Cada frase exige dados, puxa outros, estimula mais rascunhos e reelaborações do texto.

Mas como começar? Essa questão antecede a escrita, nasce e amadurece com uma ideia, definida antes de se começar a escrever. Não se trata basicamente da estória, ainda que uma boa e original seja surpreendente e rara. Em geral, costuma-se repetir o enredo por meio da releitura, alterando a forma da narrativa, o ritmo, estilo, tom, etc., enfim, uma outra referência diferenciada, um olhar mágico e novo em cada produção.² Estabelecido esse viés do filme, pode-se começar. Delimitar o começo, meio e fim da sua ficção. Em se tratando de um docu-

¹ COUTINHO, 2012 *apud* OHATA, 2013, p. 321.

² Sobre o tema, ver Franco (2020).

mentário, que não permite uma estrutura rígida, defina qual a história, seu enfoque ou abordagem. Em qualquer caso, responda por escrito. Escreva. Reescreva. E reescreva, exercitando no papel.

Obviamente, algumas questões surgem para quem é iniciante em roteiro e estão relacionadas às linhas de abordagem: estrutura, formato, forma e etapas. Estrutura diz respeito aos modelos de construção da narrativa. Formato faz referência ao *layout*, à configuração especial e esquemática de disposição da escrita no roteiro e às características do seu feitio (códigos e elementos textuais). Forma se ocupa da essência da escrita, uma espécie de linha editorial do filme, como linguagem, público, estética. Etapas compõem a metodologia utilizada para o desenvolvimento do roteiro, uma diretriz ou ordenamento sequencial, começando pela ideia, até alcançar o roteiro final.

As definições dessas linhas de abordagem foram tratadas em outro texto, anteriormente publicado,³ que, inclusive, detalha a forma e a estrutura do roteiro; já o formato será tema de uma discussão futura. O presente artigo, continuação do anterior (parte I),⁴ ocupa-se das etapas de escrituração do roteiro: ato de elaborar o texto – o que escrever – o qual envolve conteúdo e informações filtradas necessárias para sua construção; e esquema da escrita – como escrever – que estabelece níveis ou estágios para evolução da história.

2 Etapas do roteiro

Existe um método eficaz que responde às perguntas O que escrever?, Como escrever?, cujos princípios de ordem e lógica permitem a elaboração de qualquer roteiro, começando pelo princípio, ou seja, pela ideia, até chegar ao roteiro final. “É um plano infalível”, como diria um personagem de gibi. Não tem nenhuma necessidade de ficar quebrando a cabeça ou de tentar inventar de novo a roda. Ela já existe. O desenvolvimento do audiovisual legou à atualidade uma fórmula que, sem ser mágica, oferece uma prescrição segura. Porém, como toda

³ Ver Franco (2019).

⁴ Ver Franco (2020).

receita, demanda contrapartidas pessoais que podem ser desenvolvidas com esforço, disciplina, persistência, habilidade e talento.

A elaboração do roteiro se assemelha ao início de um forte medicamento, começa-se devagar e vai aumentando a dosagem aos poucos. Sua escrita é um exercício de engenhosidade criativa em construção paulatina. Tal esquematização obedece a um incremento crescente de dados no texto, numa ordem metodológica de cumprimento de cada estágio, para se alcançar outra fase. Uma verdadeira maratona, denominada de etapas do roteiro, que, com pequenas variações na literatura, podem ser enumeradas, de modo extenso, em oito fases sequenciais: ideia (*insight*), conflito (*story line*), sinopse (resumo), argumento (história em prosa), escaleta ou estrutura (esboço do roteiro, primeira divisão em cenas), roteiro literário ou primeiro tratamento (texto e diálogos incluídos), roteiro técnico (roteiro a ser revisado e finalizado); e roteiro final (roteiro pronto). Cada uma dessas etapas será detalhada a seguir.

2.1 Ideia

O termo “ideia”, do grego “*idéa*” e do latim “*idea*”, significa, segundo o *Dicionário Aurélio*, tanto uma “elaboração intelectual”, uma “concepção”, um “plano” ou “projeto” quanto uma “representação mental de uma coisa concreta ou abstrata” ou uma “imagem”. Filosoficamente, é aquilo que o pensamento apreende, uma percepção mental, uma representação sensível das coisas (FERREIRA, 1975, p. 738).

Nessa reação súbita a um determinado estímulo, ela surge como um estalo, uma lâmpada que se acende na nossa mente, igual à imagem símbolo das ideias do Prof. Pardal. Fruto da intuição, da capacidade de discernimento, ou do prodígio criativo, o resultado dessa inédita formulação tem sido atribuído a uma espécie de *insight*, traduzido como aquilo que traz, de modo súbito, uma clareza das coisas, mas que a ciência explica como resultado do trabalho inconsciente do cérebro, que reage oferecendo uma solução a um problema, um novo caminho, uma luz sobre questões ainda obscuras.⁵

⁵ Para mais informações, ver Franco (2020).

No audiovisual, a concepção de ideia está relacionada ao significado de elaboração do intelecto e associada à capacidade inventiva. Como diz Comparato (1983, p. 38), a ideia “é um processo mental oriundo da imaginação” que se diferencia de tantas outras pela originalidade entre algo novo e a cópia. Apesar de parecer muito conceitual, a ideia é bem simples na prática, pois quando escrita torna-se palpável, fora do mundo etéreo do pensamento. Souza (2010) diz que a ideia é a “estória resumida em uma frase”. A seguir, um dos exemplos citados pelo autor:

Ideia:

“Uma história de amor a bordo do Titanic”

Fonte: Souza (2010).

Ainda que a ideia surja de modo inesperado e abrupto, seu nascimento pode ser demandado. É possível buscar uma ideia de diversas maneiras, por meio de uma reflexão, investigação ou por outros esforços e diligências. Segundo Comparato (1983, p. 47-48), “as ideias não surgem do nada”, elas são encontradas em “campos” de busca, sintetizadas no famoso *Quadro de Ideias*⁶ do roteirista Lewis Herman.

Por este quadro, a ideia pode ser *selecionada* (vem de dentro, da memória ou da experiência de vida); *verbalizada* (nascida de alguma coisa que se ouviu); *lida* (vem de graça, *for free*, quando se lê um jornal, livro, panfleto, entre outros); *transformada* (nasce de algo já produzido, existente, mas de outra forma, sem ser plágio); *solicitada* (vem a partir de uma encomenda); e *pesquisada* (buscada para preencher uma lacuna no mercado ou para atender a um nicho específico, seja temático, comercial ou outro). Portanto, a primeira etapa do roteiro é a ideia. A partir dela inicia-se todo um exercício de escrita que demanda constante reescrita, retirada de repetições, palavras imprecisas, sentidos truncados e alinhamento do texto, para torná-lo objetivo, claro e simples.

Para saber se seu texto está no caminho certo, faça o teste dos antigos manuais de telejornalismo: conte ao vizinho, à sua mãe, a um amigo ou uma amiga, ou a qualquer pessoa completamente alheia à

⁶ Cf. Franco (2020).

história ou leiga no audiovisual. Se essa pessoa não entender, é porque você não está sabendo o que quer contar. Vizeu (2002, p. 1) nos revela que Odejaime de Hollanda, quando editor do Jornal Nacional da Rede Globo, costumava dizer a quem tivesse dúvidas sobre algum material: “minha mãe vai entender?” A frase, que se tornou “uma espécie de guia” da emissora na época, sintetiza bem a preocupação com o texto e com a audiência; ela também norteia adequadamente como deve ser a escrita de um roteiro, com simplicidade, objetividade e clareza.

2.2 Story line

Escreva, revise, reescreva, revise de novo, até que o texto, de três, quatro ou no máximo cinco linhas, trate resumidamente da história. Feito isso, está pronta a segunda etapa do roteiro: a *story line*. De acordo com Comparato (1983, p. 16), a *story line*, que nada mais é que a “ideia anotada numa frase”, surge quando a ideia sai do campo mental e nasce “a palavra”.

Story line, na versão literal, significa linha da história, mas o termo “*storyline*”⁷ costuma ser traduzido como “enredo” ou “trama”. Na prática, segundo Rey (1997, p. 10, 12), trata-se do “resumo resumido” de uma história, “a ideia já posta no papel com definição de gênero” do filme. Por essa razão, há quem a associe à ideia, reduzindo ambas a uma só fase. Contudo, manter cada etapa separada tem sido muito mais didático. A nosso ver, a *story line* diverge da ideia, cuja concepção vaga não se preocupa com o alinhamento da história, e comprehende uma ideia melhor delineada, que se ocupa em delimitar suscintamente o enfoque, o ponto central de interesse, o conflito.

Não há diferença da *story line* na ficção e no documentário, escreve-se o que se pretende documentar, o que se quer contar e filmar, muito resumidamente. Para isso, deve-se exercitar todo poder de síntese em um único texto. De acordo com Puccini (2009, p. 35), ela deve estabelecer “o interesse principal do filme”. Portanto, apresenta características de texto claro, direto e curto, com objetivo de contar em poucas palavras o

⁷ O termo aparece nos dicionários grafado de forma conjunta, sem uso do hífen. No entanto, a maioria dos livros sobre audiovisual utiliza hífen ou a escreve separada (*story line*). Assim, optou-se aqui pelo uso separado, sem hífen.

enredo, ou seja, expõe rapidamente a estória/história com seu conflito principal e, em alguns casos, a resolução. Segue um exemplo:

Story Line:

[...] minha estória conta o drama de uma mulher que mata 4 filhas e depois enlouquece.

Fonte: Comparato (1983, p. 16).

2.3 Sinopse

A etapa seguinte, denominada de sinopse, mantém o conceito de resumo da história, porém, mais extenso que a *story line*, mais desenvolvido, apresentando brevemente protagonista, personagens principais e local onde se passa. Porém, deve conter apenas os dados realmente importantes. A maioria das referências sobre o tema sugere um texto de dez a quinze linhas, trazendo assim a essência do filme.

O termo “sinopse” é usado também para se referir ao resumo de livro, ópera, peça teatral, evento, entre outros. Já na etapa do roteiro, a sinopse segue o padrão de concisão, de um relato sucinto, com propósito de apresentar a história, seu problema, o desenvolvimento e ainda a solução do conflito principal. Aqui, faz-se necessário incluir duas observações.

A primeira refere-se à diferença existente entre o conceito específico de sinopse, como etapa do roteiro em produções audiovisuais, ao usualmente utilizado nas fichas técnicas dos filmes expostos em catálogos ou jornais. Essa sinopse de ficha técnica, na verdade, se parece muito mais com uma *story line*, cuja finalidade é atrair público. O texto é um chamariz, um convite para se assistir ao filme ou ler o livro. E, como atrativo, fornece apenas os elementos iniciais ou de maior interesse da história ou de seu conflito, jamais revelando seu desfecho, prática atualmente conhecida como *spoiller* (termo em inglês que significa “estragar”).

A segunda observação está relacionada ao meio a que se destina o produto audiovisual. Geralmente, sinopses para televisão costumam ser mais extensas do que no cinema, mas há uma variação entre roteiristas sobre essa dimensão. Há quem siga as normas apontadas acima, de a sinopse ser uma

terceira etapa importante na construção do roteiro. Mas há também quem a associe ao argumento, unificando-os e lhes dando idêntica definição, como no caso das novelas de televisão. Na falta de experiência, é preferível a elaboração sequencial, que obedece a cada etapa de forma evolutiva.

Didaticamente, sinopse se diferencia de argumento por seus significados literal e prático. Pela origem dos termos, “sinopse”, do grego “*synopsis*” e do latim “*synopsē*”, significa visão de conjunto, apresentação concisa de determinado conteúdo, resumo, narração breve, sumário, síntese (FERREIRA, 1975, p. 1306). Portanto, sinopse é um resumo, uma versão mais curta do conjunto da história; já argumento deriva do latim “*argumentum*”, com significado de prova, lógica, proposições, justificativa. De modo pragmático, a sinopse seria a síntese da história; já o argumento, a história. Adiante, um exemplo de sinopse:

Sinopse:

Minissérie retrata vida e obra de Chiquinha Gonzaga, uma das mulheres mais representativas da música popular brasileira.

Musiciante revolucionária, republicana e abolicionista, Chiquinha Gonzaga desafia a sociedade da época com sua postura. Sua arte é seu amuleto. A temer o medo e a paixão de uma mulata que se vasilha em homenagem a Chiquinha Gonzaga (Gabriela Duarte, na primeira fase, e Regina Duarte, na segunda).

Aos 87 anos, a protagonista assiste à sua trajetória, fazendo, vés ou ouves, enquanto a encenação transcorre, interrupções e comentários sobre o que realmente lhe aconteceu. Já idosa, relêmbra sua vida, estruturada em duas fases: antes e depois dos 30 anos de idade.

Nascida em 1847, no Rio de Janeiro, a jovem Chiquinha (Gabriela Duarte) é criada com conforto, sob a tutela dos melhores professores, montando, desde cedo, quando aptidão musical. Seu pai, major José Basílio (Edilson Wagner), a prepara para ser uma dama da corte imperial. Mas, após ouvir as músicas tocadas em um terreiro de negros, e influenciada por amigos como o compositor Joaquim Callado (Milton Mattosso), Chiquinha começo a compor misturando ritmos como polca e lundu.

Faz imposição do pai, casa-se com Jacinto (Marselillo Novais), com quem tem três filhos. Mas o casido a preibé de todos, e ela, sempre com os pedidos sociais da época, se separa. A partir de então, Chiquinha luta pela liberdade de tocar em público e passa a viver com seu grande amor da juventude, o engenheiro e músico João Batista do Cachorro Jr. (Carlos Alberto Riccelli). Os dois têm uma filha, Alice (Carla Regina, na segunda fase).

No lado de seu amor, Chiquinha parte para uma nova fase em uma fazenda em Minas Gerais, para onde se muda. João Batista mantém uma relação mal resolvida com Suzetta (Daniella Miniti, na primeira fase, Susana Vieira, na segunda), a proprietária do maior cabaré da corte. Mas é com outras mulatas que Chiquinha se liga. Sem aceitar a traição, ela termina o romance e volta para o Rio de Janeiro, deixando com ela a filha Alice. O pai tinha mais condições financeiras para deixar a menina e lhe dar um futuro seguro.

Na segunda fase da história, Chiquinha (Regina Duarte) volta a integrar-se aos grupos de samba e choro, em pleno desenvolvimento, e é reconhecida artisticamente. Aos 52 anos, apaixonar-se pelo jovem João Batista (Cáio Blat, mais novo, e Fabio Junqueira, como o personagem mais velho). Para calar a sociedade moralista da época, Chiquinha anuncia o casamento com o pedreiro do adogão. Logo após, viaja para Portugal, onde passa dois anos. As filhas retiram o processo, e, em 1909, o casal volta definitivamente para o Rio.

Apesar da oposição das filhas, que chegam a processá-la, e com Joãozinho que Chiquinha vive até o fim de sua vida, e é ao seu lado que ela assiste à estreia da basileia no Theatro Municipal do Rio de Janeiro.

Fonte: Monjardim (1999).

2.4 Argumento

O argumento constitui a quarta etapa de construção do roteiro e, talvez, uma das mais importantes. É com ele que, na maioria das vezes, o projeto começa a sair do papel e a se concretizar como filme ou novela, convencendo e aglutinando pessoas, empresas financiadoras e equipe para a produção. Como bem explica Comparato (1983, p. 60), “[...] é no argumento que se pode ver a viabilidade de um projeto. Com um argumento pronto, as viabilidades de produção, mercadológicas, artísticas e autorais, poderão ser analisadas”.

Nesse sentido de viabilidade e de persuasão, o argumento adquire significado de justificativa (na acepção de defesa), já que serve de amostragem do que virá a ser o produto e tem o poder de convencimento ou não sobre os resultados. Mas apenas aí. No mais, toma outro sentido, diferente na sua aplicação técnica, por ser a ideia desenvolvida em forma de história, na qual devem estar definidos a temporalidade (data em que se passa a história), a localização (onde), o percurso da ação (o que acontece) e o perfil do protagonista (quem). Obviamente, a composição das personagens principais, coadjuvantes e figurantes normalmente é detalhada em material separado, com mais descrições, a partir de uma pesquisa minuciosa.

Comparato (1983, p. 92) diz que “[...] um argumento é a primeira forma textual de um roteiro – assim ele deve conter, de forma clara e sensível, todas as principais indicações de sua estória.” Apesar dessa recomendação, muitos livros e manuais de roteiro apresentam exemplos que, se analisados conforme as etapas anteriormente descritas, na verdade, são sinopses, talvez, por muitos fazerem junção entre essas etapas ou por haver uma névoa entre suas definições e características. O autor traz um exemplo de argumento a partir de um caso real de parricídio na França, no começo do século XIX.⁸

⁸ A história do jovem camponês Pierre Rivière, que assassinou a mãe, a irmã e o irmão em 1835, foi retratada pelo filósofo Michel Foucault, em 1973, no livro *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. A obra ganhou versão cinematográfica em 1976, com o mesmo nome e argumento do próprio Foucault.

Argumento - Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão:

Pierre Rivière, 20 anos, é camponês, vivendo com os pais, dois irmãos menores e a avó, numa aldeia da França de 1816. A mãe, autoritária e cruel, infeliziza a vida do pai e Pierre sofre essa situação. Sámi-analfabeto, ele frequenta a igreja da aldeia, onde 10 livros sagrados são todos uma espécie de mistério solitário. Seu comportamento é visto com estranhamento e, apelidado de "idiota", assusta as crianças com brincadeiras de crucifixar rãs e passarinhos nas árvores. Um dia, não suportando mais as brigas diárias dos pais, ele planeja matar a mãe e a irmã, já que elas são cúmplices contra o pai. Planeja também matar o irmão menor, menino dócil e adorado pelo pai, porque acha que ele sofreria com a perda da mãe. Assim faz: degola a mãe, grávida de seis meses de outro homem que não o marido, a irmã, o irmão. Depois, foge, procurando pelos bosques até apresentar-se ao juiz da aldeia.

Preso, julgado e condenado à morte, ele é considerado louco até escrever um memorial de 30 folhas onde analisa, na primeira parte, a vida conjugal dos pais e, na segunda, seu próprio comportamento, desde a infância. O memorial faz com que o júri reconsidera a pena, pois não se trata de um louco, mas de um supersticioso. Pierre é condenado à prisão perpétua, onde se encontra em 1840.

Fonte: Comparato (1983, p. 127-128).

O exemplo citado se identifica com as características de uma sinopse e não com as de um argumento. Isso ocorre no cinema quando, muitas vezes, se constrói a ideia apenas até o argumento, para que se tenha um material para apresentação na busca da viabilidade do filme. Também é encontrado em formas individuais de trabalho, em que cada roteirista cria o roteiro de um filme a partir de um “argumento” muito simplificado.

Todavia, o melhor caminho para iniciantes é a adoção de todas as etapas, considerando a sinopse como um resumo do conjunto da história e o argumento como revelador da história, como se fosse um filme, mas por meio de uma prosa escrita. O argumento, bem construído, ajuda no desenvolvimento da próxima etapa, a estrutura, que, conforme Comparato (1983, p. 95), seria a “fragmentação do Argumento em cenas”. Sendo assim, não seria possível fragmentar o argumento exemplificado de Foucault em cenas, pois está escrito de forma distante, resumida, como se a história tivesse sendo apresentada.

A sinopse desse filme poderia ser a história de um camponês jovem que comete parricídio etc., que fale ‘sobre’ a história, mas não conte o filme. Argumento, ao contrário, traz a história para perto, como ela começa, se desenvolve e termina. Em outras palavras, o argumento é a história, tal qual vai ser filmada, por isso o texto requer maior elabora-

ção. Menezes (2001, p. 7) dissolve a dúvida e explica que “[...] o argumento consiste na história contada em sua íntegra, tendo como base a sinopse”. Não se trata de falar sobre a história, mas de contar o filme de modo objetivo, claro e sucinto até o final da história.

Apesar de conter o filme na sua integralidade, o argumento não deve ser longo. Mas há divergências nos manuais de roteiro sobre seu tamanho, pelo fato de muitas autoras e autores tratarem sinopse e argumento como sendo a mesma coisa, ou seja, ambos seriam a síntese da história. Segundo Rey (1997, p. 11), o argumento em telenovelas chega a 100 páginas ou mais, porém, esse trabalho detalhado “[...] só é solicitado quando a emissora já decidiu produzir a novela.” Vale lembrar que novelas são obras abertas, podendo sofrer alterações ao longo da produção e exibição dos capítulos, conforme a aceitação do público.

O argumento traz o essencial da história, ou seja, mostra seus pontos principais, sem minúcias, valendo-se do rigor da objetividade e do poder de síntese. De acordo com Rey (1997, p. 11), ele “[...] descreve toda a ação da história, começo, meio e fim, personagens e tudo mais. É como um conto, porém objetivo, preso aos fatos, e narrado sem literatices.” Nele, a estória/história segue contada em prosa, mas de modo que permita visualizar o filme e também possibilite que se fragmente em cenas na próxima etapa do roteiro.

Outra recomendação está relacionada às regras de escrita. Assis Brasil (2003) observa que a redação deve ser clara, com uso da voz em terceira pessoa e verbos no presente, ainda que a história se passe num passado distante, uma vez que o filme está se desenrolando e a ação está acontecendo, só que no papel. Ele também recomenda evitar termos técnicos e adjetivos, utilizar palavras filmáveis e obedecer a ordem filmica, ou seja, a ordem em que os acontecimentos vão aparecer.⁹

Comparato (1983, p. 92) destaca a “[...] necessidade de clareza, de fluência, de indicações precisas sobre os principais elementos da estória [...]”, em razão de que um “[...] argumento escrito por um autor pode ser desenvolvido em roteiro por outro autor [...]”. Menezes (2001, p. 7) novamente socorre roteiristas iniciantes sobre a questão: “[...] um roteiro

⁹ Sobre o tema, ver mais em Assis Brasil (2003) e Menezes (2001), cujos textos estão disponíveis no site Roteiro de Cinema.

é uma história para ser contada em imagens (mostrada).” Isso significa que se deve escrever utilizando termos ou situações que sejam filmáveis.

Furtado (2007), em “Saneamento Básico, o filme”, é pródigo em fornecer exemplos de trechos de roteiros não filmáveis. Então, vale o conselho de Menezes (2001), “[...] não crie problemas para você mesmo, muitas vezes é difícil passar para a imagem determinadas situações”. A seguir, um exemplo de argumento de um filme de ficção:

Argumento - Filme Ficção - O exterminador do futuro:

O presente.
Gueto de Los Angeles.
Fim da manhã.
Noite.

Entre as pedras assoladas pisadas, um gato anda entre as lixeiras. Ele olha para cima, congelando um alerta para algo além da percepção humana.

Um vento sem fonte se eleva, e com ele, um redemoinho. Papéis voam pela calçada. O gato mia e se esconde. Janelas chacoalham.

O redemoinho intensifica-se com ele vira um rio de lata e lixo sujo. Uma concussão como uma trovada logo acima atinge todos os vidros em direção ao pátio, os olhos do gato estão esbugalhados no que o brilho desaparece.

Campos de descargas elétricas sacudem as lixeiras e tornais. Os sons elétricos desaparecem com diminuir.

No meio do anteriormente pátio vazio, está um HOMEM NU.

Alto. Musculatura poderosa. Bonito de um jeito incomum, exceto pelos olhos, que são de um azul intenso e profundo.

[...]

Fonte: Cameron (1985).

As regras descritas são válidas para as produções de ficção e servem também para os filmes de representação do real, com alguns ajustes e adaptações. Documentários históricos, expositivos e biográficos permitem uma estruturação maior no argumento e sua feitura segue quase os mesmos moldes do argumento para ficção.

Outros modos de documentário exigem uma condução mais aberta, geralmente seguindo apenas uma proposta inicial ou um argumento elaborado nos termos de uma justificativa do projeto, que conduz ou norteia as escolhas do diretor. Isso não significa que o argumento não mereça ou precise ser escrito. Pelo contrário, o argumento (assim como a sinopse) tem funções fundamentais conforme Puccini (2009, p. 36), pois “[...] serve como um mapa de orientação para o roteirista,

sinaliza os principais caminhos da história e, principalmente, seu desfecho.” Veja um exemplo de argumento de filme de não ficção:

Argumento - Não Fiquei - Documentário Vigilante

Vigilante é um documentário curta-metragem que tem como proposta principal o acompanhamento de bairros noturnos da zona portuária da cidade do Recife.

Um portariairamenta saído do treinamento e em seu primeiro dia num prédio residencial de classe alta em Boa Viagem, um portaria com 20 anos de carreira prestados no mesmo edifício de classe média no bairro da Torre, e um vigilante noturno que cuida de uma rua do bairro do Neópolis.

O aumento na violência nos grandes centros urbanos brasileiros é evidenciado diariamente pelas manchetes de todos os veículos midiáticos do Brasil. Esta onda de criminalidade, consequência direta de um processo antigo de desestabilização social, revela a crise em que a segurança pública no país se encontra e o alto grau de fragilidade atual das instituições democráticas. Políticas públicas em todas as instâncias governamentais estão sendo criadas e colocadas em prática a fim de tentar esse alto índice apelado de violência.

....

Fonte: Lordello (2010).

Tal como no jornalismo, o argumento no documentário deve responder a seis elementos fundamentais da notícia: O que?, Quem?, Quando?, Onde?, Como? e o Porquê?. Puccini (2009, p. 37, grifo nosso) explica:

O *que?* diz respeito ao assunto do documentário, seu desenvolvimento, sua curva de tensão dramática. *Quem?* especifica os personagens desse documentário (os personagens sociais e, se por acaso houver, os de ficção muitas vezes criados para auxiliar a exposição do tema), além de estabelecer os papéis de cada um deles. O *Quando?* trata do tempo histórico do evento abordado. O *Onde?* especifica locações de filmagem e/ou o espaço geográfico no qual transcorrerá o evento abordado. O *Como?* especifica a maneira como o assunto será tratado, a ordenação de sequências, sua estrutura discursiva, enfim, suas estratégias de abordagem. E o *Porquê?* trata da justificativa para a realização do documentário, o porquê da importância da proposta (a necessidade de uma justificativa é mais pertinente em projetos de filmes documentários do que em filmes de ficção).

Importante observar que a resposta à primeira questão – o *quê?* – não se limita ao tema, mas abrange o desenvolvimento e também a curva dramática. Não se trata de como contar – há uma questão específica sobre isso –, mas de dar atenção especial à dramaticidade. A re-

gra é válida, inclusive, no jornalismo, como diz Bucci (1997, p. 29), não basta contar, “precisa chamar a atenção, precisa surpreender, assustar”.

Uma reportagem jornalística que reporta um fato de forma objetiva e tem como fundamento os elementos da notícia (o que, quem, quando, onde, como e o porquê) também se preocupa com uma narrativa que desperte interesse do público, embora haja exagero em alguns impressos e dramatização e espetacularização de muitas notícias no telejornalismo.

Mas, diferentemente da reportagem, e apesar de o documentário estar classificado na categoria informação,¹⁰ a representação do real envolve escolhas subjetivas, denota um ponto de vista e adquire ou deve ostentar um caráter autoral. Nesse sentido, o argumento de não ficção vai além de responder às seis questões do jornalismo, mas deve incluir um arranjo filmico que sustente uma estrutura dramática que estimule o espectador.

Segundo Field (1996), a história deve ser construída seguindo uma sistematização em três atos, chamada por esse autor de paradigma, o que, na prática, representa um ordenamento simples, de início, meio e fim. Apesar dessa referência do paradigma constar no roteiro esquematizado, a divisão em apresentação do conflito, confrontação ou desenvolvimento do conflito já no argumento é importante para estabelecer pontos fixos da estrutura dramática.

2.5 Escaleta ou Estrutura

A estrutura é a “fragmentação do argumento em cenas” e funciona como uma “engenharia de um roteiro” (COMPARATO, 1983, p. 95). Também denominada de “escaleta”, o trabalho dessa etapa é marcar, como em uma escala, as sequências e o ambiente das cenas a partir do argumento, mas sem indicações de diálogo (ou raras indicações). Também nessa fase se define o tempo do filme ou da novela, os pontos de virada, os ganchos etc.

As marcações da estrutura são feitas diretamente no argumento, portanto, a forma de lidar com a estrutura vai depender da qualidade

¹⁰ Classificação estabelecida por Melo (1985) para programação da televisão brasileira, baseando-se em critérios de intencionalidade e natureza estrutural dos relatos, denominados, respectivamente, de categorias e gêneros.

do argumento. Segundo Rey (1997, p. 11), “[...] um argumento ou sinopse bem trabalhado facilita muito o trabalho posterior e livra o roteirista de complicações futuras”. A seguir, um exemplo de marcação, onde cada barra vertical “|” corresponde a uma cena.

Fragmentação do Argumento - Marcações:

Seu Pereira, um senhor de 63 anos de idade, cabeça branca | acorda ainda com noite escura na sua pequena casa de dois cômodos. | Ele mesmo prepara seu café, | se barbeia | e se veste com a roupa colorida e saliente da gári. | Fecha a porta | e caminha pelas ruas sem asfalto, | chega no ponto e espera o ônibus. |

Essa é a primeira | de três conduções até chegar ao trabalho. | Quando entra no caminhão que o deixará | na rua com seu carrinho e apetrechos de limpeza, | o céu começa a clarear. | Início de mais um dia, igual aos outros dos últimos 36 anos de sua vida. |

[...]

Fonte: Elaborado por Franco (2021) a partir de uma história real.

Com as marcações feitas, começa a ser erguida a carcaça, o esqueleto do roteiro, como mostra o exemplo de estrutura de um especial para tevê:¹¹

Estrutura - Especial sobre Pedro - 1º bloco:

Cena 1 - Ext. Rio de Janeiro / Localização da estória

Cena 2 - Centro da cidade - carteiro entrega cartas e pacotes.

Cena 3 - Escritório. Editor fala ao telefone - recebe pacote do carteiro. Lê o manuscrito contido no pacote. Lê trecho do manuscrito de Pedro.

Cena 4 - Trecho do livro em "flash-back" - infância de Pedro onde vemos que ele maltrata animais.

[...]

Fonte: Comparato (1983, p. 128).

Field (1996, p. 12) afirma que a estrutura “é o elemento mais importante do roteiro”, o “esqueleto”, a “espinha”, o “arranjo ou inter-relação de todas as partes com o todo”, ou seja, “a força que mantém tudo coeso”. Segundo o autor, a história contada em imagens (e áudios) vai

11 Estrutura montada por discentes do curso de roteiro para um especial para televisão, com 45 minutos de duração, sobre a história de Pierre Rivière, adaptada e atualizada em 5 blocos, se passando no Brasil com o personagem se chamando Pedro.

sendo amarrada entre o que uma ou mais pessoas (personagens) estão fazendo (ação) em algum lugar (locação e cenário). Desse modo, a estrutura seria “o que sustenta a história no lugar”, mas sempre se movendo para adiante, seguindo um “[...] caminho, uma direção, uma linha de desenvolvimento do início ao fim.” Estrutura, então, pode ser definida como uma “[...] progressão linear de incidentes relacionados, episódios e eventos que conduzem a uma resolução dramática” (FIELD, 2001, p. 8).

A estrutura deve ser construída em termos de imagens, isto é, considerando qual ou quais imagens poderão representar aquela cena. O mesmo vale para o áudio, cada imagem tem seu som ou ausência de som correspondente. Por essa razão, a estrutura geralmente é utilizada para indicação de produção de imagens, esquemas de personagens ou textos a serem usados em narração em off, entre outros. Contudo, trata-se ainda de um roteiro em construção, um esboço para se antever à obra ficcional, ou um dispositivo estratégico de ensaio e avaliação em representações do real.

Mesmo em documentários, a estrutura ou escaleta norteia o encadeamento do filme. E sua característica segue igual, sem falas, depoimentos/personagens. Nessa etapa dos filmes de não ficção, faz-se apenas apontamentos do que se deseja obter da entrevista no momento em que for efetuada a gravação. As listas de perguntas não são indicadas, pois nem sempre auxiliam de modo eficaz, a não ser para cineastas mais experientes.

Para evitar se perder no momento de gravação, que exige muitas demandas, recomendamos pontuar aquilo que realmente se quer saber. Não se trata de calcular uma resposta assim ou assado, mas de alinhavar o discurso pretendido. A marcação na estrutura para a entrevista precisa refletir a informação que se espera alcançar; além de mais produtiva, é também bem mais adequada do que uma listinha tipo questionário.

Jornalistas e documentaristas mais experientes sabem que muitas vezes se faz uma pergunta e a pessoa entrevistada conduz a resposta por outro caminho, somente na ilha de edição se percebe que esse assunto não foi abordado, ou seja, que não há aquele conteúdo gravado “na boca” de quem concedeu a entrevista.¹² Importante observar que, em certas ocasiões, a divagação em um depoimento pode surpreender

12 Jargão jornalístico usado para indicar que o próprio entrevistado disse isso ao microfone.

positivamente e brindar a gravação com uma fala bela, intensa e rara. Por isso, não corte quem está falando. Deixe a entrevista fluir, até que a pessoa conclua o raciocínio. Apenas não se perca da sua colinha esquematizada (estrutura).

Um diferencial importante entre ficção e não ficção é que a estrutura feita e muito bem revisada é o estarte para a gravação dos depoimentos nos filmes documentais; enquanto na ficção, somente inicia-se a etapa de produção (gravação e direção) com o roteiro pronto. A seguir, um modelo de estrutura para entrevista em documentário.

Entrevistas - Documentários	
Entrevista José da Silva - lavrador	
Técnicas	
— DEDOLIMENTO José da SILVA	
— Entregando-lhe seu nome, dicas e o que faz	
— Trabalhando com animais	
— Palavras das minhas, outras	
— Uma humilde contribuição da minha	
— E... E	
Entrevista José da SILVA	
— Obrigado por dizerem meu nome, dicas e o que faz	
— Gosto quando meus amigos me trabalham nas sementes, ainda mais se é amizade familiar...	
— A vida me ensinou	
— O trabalho que gosto, me ajuda, me ensina	
— Vida boa da gente.	
— DEVE ESCOLHER DA VIDA...	
— Tem outras sementes	
[...]	

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

2.6 Roteiro literário

No roteiro literário se delineia o primeiro formato de roteiro. A partir das marcações de cenas feitas na estrutura, inclui-se diálogos e outros elementos textuais. Também é nesse momento que são definidas as aberturas, o desenvolvimento e o fechamento das cenas, que representam “o acontecimento total de cada cena” e definem o ritmo do filme. No entanto, ainda é um roteiro “sem revisão, correção ou ajustes” e por isso essa etapa também é conhecida como primeiro tratamento (COMPARATO, 1983, p. 17).

O roteiro literário permite as primeiras leituras, avaliações e adequações. O primeiro tratamento é um instrumento de trabalho para toda equipe, “[...] diretor, produtor, elenco, montador (edição), câmera, cenógrafo, figurinista, etc. [...]”, portanto “[...] deve conter todas as informações necessárias para

a transformação do roteiro em filme [...].” Serve para mostrar “[...] como o autor deseja que seu texto seja filmado, revelando as intenções do autor e sua visão do espetáculo” (COMPARATO, 1983, p. 134).

Na ficção, escrever, cortar, reescrever no papel auxilia muito, poupa desperdício de tempo, de gravações, enfim, retrabalhos que podem ser evitados apenas por meio da escrita prévia. Somente quando tudo está devidamente correto, texto e imagens equivalentes, tempo, entre outros, começa a fase de gravação, mas aí será uma outra etapa de obra ficcional. No documentário, como já dito, inicia-se a gravação tão logo esteja pronta a estrutura.

Informações, elementos textuais de divisão de cena (número, ambiente, luz, local), narração da ação, descrição de personagens e cenários, diálogos ou textos de narração e rubricas (indicações de intenção para atrizes e atores, como entonação de voz, atitude corporal etc.) são escritos de modo mais resumido possível. Comparato (1983, p. 135) explica que “[...] essa exigência de síntese e de exatidão se deve ao fato de que enquanto instrumento de trabalho, um texto deve ser ágil, claro, para evitar confusão na hora da execução.”

Nessa etapa, todos os dados de cenas, diálogos e textos são redigidos ou transportados para o modelo de roteiro que se quer adotar, no formato em duas colunas (script de tv) ou centralizado (mais comum no cinema), conforme o exemplo de roteiro literário a seguir:



Fonte: Adaptado de Menezes (2001) com alterações na fonte da linha da cena.

Em se tratando de documentário, o roteiro literário ou primeiro tratamento também inclui falas concedidas em entrevistas. Por isso, essa etapa necessita da decupagem das entrevistas gravadas, ou seja, do processo de transcrição do áudio (texto falado no depoimento), bem como das imagens capturadas, com a marcação do tempo medido pelo *time code* (código do tempo) da máquina de edição, que identifica cada *framer* (quadro da imagem) no formato de horas, minutos, segundos e *framers* (00 00 00 00).

A decupagem também deve conter a rubrica, indicando a respeitiva expressão e/ou emoção de cada pessoa entrevistada (choro, tosse, gaguejo), a qualidade técnica da imagem (boa, ruim, desfocada) ou ainda a avaliação do conteúdo (inédito, bom, não autorizado). Ela serve para marcar e localizar as imagens e falas gravadas, sendo de fundamental auxílio na triagem, pois permite, de forma rápida, sem precisar ouvir tudo de novo, selecionar trechos da entrevista (por assunto, expressão ou outra parte específica – lágrima, grito, desespero), emendar raciocínio, limpar repetições, etc.

No roteiro literário, são incluídas as narrações em off com as devidas indicações de imagens produzidas ou a serem gravadas. Essas narrações são muito comuns quando se usa materiais de arquivo (fotografias, outros filmes, livros, manuscritos, jornais); o mais usado é o texto expositivo sobre o tema, que também pode ser um trecho de fala em off do depoente, um sobe som de trilha musical ou ainda um som ambiente.

Em se tratando do gênero documentário, que exige roteiro aberto, aquele que somente será definido e fechado na edição ou montagem final (como citado anteriormente, em filmes de não ficção, utiliza-se o termo “pré-roteiro” até que o filme esteja pronto), o roteiro vai sendo construído em todas as etapas de produção. No entanto, alguns tipos não ficcionais permitem menor ou maior controle do universo a ser representado. Isso não significa menos trabalho de preparação, pelo contrário, quanto mais aberto for o projeto, maior deve ser a pesquisa envolvida e mais domínio criativo o documentarista precisa ter. A seguir, um exemplo de roteiro literário ou primeiro tratamento de documentário.

Roteiro Literário Primeiro Testamento – modelo script	
JOSE	
Documentário sobre a vida de um lavrador	
Tempo Total: 60 min.	
VIDEO / TEC	AUDIO / ROD
Trechos da apresentação do José da Silva	JOSÉ DA SILVANHO: 23"
JOSE DA SILVA – UNIVERSO	EU SOU JOSE DA SILVA, MAS TODO MUNDO ME CHAMOU COMO O SEU DA SILVANA, PORQUE DESDE MEUS MENTIRAS EU ANDAVA COM UMA ENGRADA MAIS COSTAS. ERA PARA ARRUMAR REÇOVS NE, SERVICINHOS PRA AJUDAR LA EM CASA, TODO DINHEIRINHO QUE ENTRA AJUDA;
Imagens das fotografias do José Silvano em sua casa e contando como vivencia seu cotidiano rural	JOSÉ DA SILVA (OFF): 15"
	NÃO LEMBRO DIREITOS QUANDO COMECEI A TRABALHAR NA FOGA. PRIMEIRO EU LEVARIA ALÔA, COMIDA PRO MEU PAI, DEPOIS EU PARDEI A JUDAR ELE, ERA NOITES TELA ADEIXAR A ESCOLA.
	ATE FAZIA ESCREVER, MAS NUNCA MAD RECEBIA, DOU CONTA DE DEIXARIA A CARTEIRA DIREITO, AÍ MAL FIZDO MINHA ASSEMBLADA, AS ALÔS E CALÇADAS... NÃO SEI FAZER OUTRA COISA NÃO,
	[...]

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

2.7 Roteiro técnico

Roteiro técnico é o roteiro que vai ser usado pela equipe técnica (diretora ou diretor, atrizes, atores, pessoal da área técnica etc.) para uma leitura e análise da obra ficcional antes da gravação. Nessa penúltima etapa, o roteiro deve estar decupado, com trechos selecionados, indicação de cenas, restando fazer revisões, correções e críticas para se chegar ao acabamento. Porém, são apenas arremates e retoques, já que o roteiro está praticamente concluído.

No documentário, cujas entrevistas já foram gravadas e decupadas e os trechos selecionados, o roteiro técnico é o momento também de exame do ritmo, de contagem dos tempos parciais (dos depoimentos e das trilhas, por exemplo) e total, de concluir o texto de narração (se houver), além de outras avaliações e ajustes.

De acordo com Comparato (1983, p.194), “[...] não se trata de uma crítica subjetiva, mas sim de uma análise técnica, visando apontar possíveis falhas ou desvios”. O autor enfatiza que, nessa fase, se “estuda todos os elementos dramáticos do roteiro”, e ela deve ser feita com “[...] um distanciamento da obra, para que a leitura não seja prejudicada pelo envolvimento emocional [...]”.

A finalização do roteiro técnico exige um exame crítico com a equipe envolvida, que podem tecer opiniões e contribuir com conselhos e experiências. Ainda que se faça avaliações isoladas, por áreas ou em conjunto, esse trabalho demanda observação e julgamento coletivos. Não existe um prazo estabelecido para essa etapa. Cada obra, cada autoria tem seu tempo. O que há de comum entre as produções é que nenhuma está completamente pronta e perfeita, sempre haverá o que melhorar.

2.8 Roteiro final

Quando tudo fica pronto e o roteiro já sofreu todas as análises e ajustes, com tempo e cortes definidos, obtém-se o roteiro final. Por isso, muitas vezes, o roteiro técnico também é denominado de roteiro final. De acordo com Comparato (1983, p. 193), “Roteiro Final é o roteiro entregue pelo roteirista e aprovado pela direção e pela produção. É o roteiro aceito”. Em obra de não ficção, o roteiro final é o reflexo ou espelho do filme pronto; tudo que estiver no documentário deve ser descrito no roteiro.

```
Roteiro Final - Filme Elana:
[---]
S - INT. PETRA / FACHADA COLOMBO - DIA
Passagem por petra em Nova York. Petra, de costas - um perfil,
caminha sábia e decidida pela porta.
    PETRA (V.O.)
    Nossa mãe sempre me disse que eu
    Podia morar em qualquer lugar do
    mundo. Sómea em Nova York.
    Que eu podia ensinar qualquer
    profissão. Pensei ser atriz.
Silhueta de um grande prédio. Em contraluz. Petra de perfil olhando
para cima.
[---]
```

Fonte: Costa (2012).

3 Considerações finais

O presente artigo encerra a proposta de construir uma base teórica para produção de uma obra audiovisual, de ficção ou documentário. Em virtude da necessidade de um maior exame em cada abordagem, o tema foi dividido em dois artigos (partes I e II), nos quais discutimos a concepção da ideia, a pesquisa, a criatividade e a metodologia de construção dos roteiros.

No entanto, devido à extensão do tema e por se tratar de um enfoque mais técnico, deixaremos para uma outra oportunidade as regras de escritura do roteiro relacionadas ao formato, com suas terminologias ou elementos textuais necessários, e à disposição da escrita.

De todo modo, acreditamos que esses dois artigos publicados sobre o tema, além de *A escrituração no audiovisual: um breve estudo sobre roteiro*,¹³ que apresenta uma revisão de conceitos e introduz o tema da escrituração e o processo de produção do roteiro, possam oferecer uma literatura didática voltada para o ensino acadêmico e contribuir para o aprendizado de estudantes, pessoas interessadas e iniciantes nessa área do audiovisual.

Referências

- ASSIS BRASIL, Giba. **A escritura do roteiro**. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2003.
- BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.
- CAMERON, James. **O exterminador do futuro**. Roteiro: James Cameron e Gale Anne Hurd. Tradução de Tertúlia Narrativa. EUA, 1985. Disponível em: <https://www.tertulianarrativa.com>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- COMPARATO, Doc. **Roteiro – arte e técnica**. Rio de Janeiro: Nôrdica, 1983.
- COSTA, Petra. **Elena**. Roteiro: Petra Costa e Carolina Ziskind. Brasil, 2012. Disponível em: <http://elenafilme.com/roteiro-ilustrado>. Acesso em: 12 abr. 2021.
- FERREIRA, Aurélio B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. RJ: Nova Fronteira; 1975.
- FIELD, Syd. **Manual de roteiro**: os fundamentos do texto cinematográfico. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.
- FIELD, Syd. **Os exercícios do roteirista**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

¹³ Ver Franco (2019).

FRANCO, Solange. A escrituração no audiovisual: um breve estudo sobre roteiro. In: MAIA, Juarez; PAVAN, Ricardo; FARIAS, Salvio (org.). **Estudos contemporâneos de jornalismo**. Coletânea 7. Goiânia: Gráfica UFG, 2019.

FRANCO, Solange. O roteiro na ficção e no documentário – parte I: antes da escrita. In: MAIA, Juarez; RIBEIRO, Ricardo; FARIAS, Salvio (org.). **Estudos contemporâneos de jornalismo**. Coletânea 8. Goiânia: UFG/FIC/Cegraf, 2020.

FURTADO, Jorge. **Saneamento básico, o filme**. Casa de Cinema de Porto Alegre/Columbia Pictures. Brasil, 2007.

LORDELLO, Marcelo. **Vigias**. Argumento. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), Escrevendo o Futuro, Brasil, 2010. Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MENEZES, Eduardo A. **Apostila**. Usina do Roteirista, 2001. Disponível em: <https://www.roteirodecinema.com.br>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MONJARDIM, Jayme. **Chiquinha Gonzaga**. Minissérie. Memória Globo, Brasil, Rede Globo, 1999. Disponível em: <https://memoria-globo.globo.com>. Acesso em: 20 abr. 2021.

OHATA, Milton. **Eduardo Coutinho**. SP: Cosac Naify, 2013.

PUCCINI, Sérgio. **Roteiro de documentário**. São Paulo: Papirus, 2009.

REY, Marcos. **O roteirista profissional**: televisão e cinema. São Paulo: Ática, 1997.

SOUZA, Fernando Marés de. **Um documento chamado roteiro**. Associação de Roteiristas, Autores de Cinema, 2010 [on-line]. Disponível em: <https://www.roteirodecinema.com.br>. Acesso em: 10 maio 2021.

VIZEU, Alfredo. **Telejornalismo, audiência e ética**. Covilhã-Portugal: Bocci, 2002.

Rogai por nós: Observatório de Jornalismo para uma prática qualificada

*Janyelle Pereira da Mata
Luciene de Oliveira Dias
Ysabella de Medeiros Portela*

O Jornalismo não é uma atividade desenvolvida exclusivamente dentro das redações, mas sim um produto da interação entre profissionais da comunicação e o conjunto de elementos que conformam o ambiente social onde está inserido. Adequado à era digital, o Jornalismo também passa pelo estudo do “ecossistema informativo” (LE CAM; DOMINGO, 2015), conceito que surge a partir das novas tecnologias da informação e da comunicação. Sendo esse estudo capaz de tornar possível a intensificação da interatividade entre jornalistas e o público por meio de fóruns, comentários, blogs e redes sociais, apostamos aqui em uma contribuição para a compreensão do chamado ecossistema informativo como estratégia de fortalecimento do próprio Jornalismo.

Diante dessa realidade, informar passa a ser um processo multidirecional, sendo que jornalistas são hoje apenas um dos protagonistas no fluxo de informações. Daí a urgência em sistematizarmos conhecimento acerca do que seja observatório de Jornalismo. Observar como atuam esses profissionais torna-se tarefa essencial para que possamos qualificar o fazer jornalístico e fortalecer a comunicação dialógica. Compreendemos como comunicação dialógica aquela conduzida “como uma política do bem-viver” (DIAS, 2020, p. 91) e que aposta estrategicamente na dialogicidade freireana como condição existencial.

Para exercitar o observatório de Jornalismo, trazemos aqui um estudo amparado por uma prática jornalística em que ver e observar não

são exatamente a mesma coisa, como estabelece Christofoletti (2008), e carregam sempre intenções e intensidades distintas. Enquanto proposta para experimentar o observatório de Jornalismo, o presente texto assume o papel de observar com mais cuidado em um esforço para garantir informação de qualidade.

Esse olhar cuidadoso tendo em vista melhorar condutas e conteúdo no Jornalismo praticado atualmente é o que estamos chamando aqui de observatório de Jornalismo. Destacamos que a presente pesquisa foi feita no âmbito do Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença, da Universidade Federal de Goiás, com o propósito de contribuir para o repertório que está sendo construído a partir do componente curricular Observatório de Jornalismo. Ofertado pelo curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG, esse componente curricular investe na discussão aprofundada sobre produções jornalísticas contemporâneas.

A partir dessas orientações, trazemos o resultado de uma análise de como foi a cobertura jornalística da operação conduzida pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MP/GO), que ficou conhecida como Vendilhões. Com o objetivo de apurar os crimes de apropriação indébita, lavagem de dinheiro, falsificação de documentos, sonegação fiscal, organização criminosa, e também crimes como obstrução de justiça e tráfico de influência envolvendo o padre Robson de Oliveira Pereira, então presidente da Associação Filhos do Pai Eterno (Afipe), a operação Vendilhões cumpriu, em agosto de 2020, 16 mandados de busca e apreensão.

A operação Vendilhões foi uma investigação direcionada à Igreja do Divino Pai Eterno, no município de Trindade, estado de Goiás, e a Afipe, criada e conduzida pelo Padre, foi o principal alvo da investigação pelo desvio de mais de R\$ 120 milhões doados por fiéis. Na biografia da Associação é informado que as doações recebidas são para a evangelização através do canal de televisão e para obras sociais. Além disso, a investigação do MP/GO aponta que a Afipe recebe e gerencia cerca de R\$ 20 milhões por mês.

Até a deflagração da operação, o padre Robson de Oliveira era o principal rosto pela devoção à Santíssima Trindade, símbolo do catolicismo goiano. A cidade de Trindade, localizada a cerca de 26 quilômetros de

Goiânia, é conhecida como a capital da fé no estado de Goiás. Ela reúne dois espaços religiosos para celebrações e um terceiro ainda está em construção, todos sendo parte da Arquidiocese de Goiânia. Anualmente, durante a romaria e festa da cidade, o município recebe cerca de 3 milhões de fiéis. Importante destacar que essa multidão de fiéis também sofreu com a crise sanitária mundial imposta pela Covid-19, que condicionou a romaria a práticas de distanciamento social nos anos de 2020 e 2021.

Para investigar a forma como o Jornalismo fez a cobertura da operação Vendilhões, selecionamos os jornais de cobertura local O Popular, o portal do G1 Goiás e o *site* da Afipe mantido pela sua equipe de Assessoria. Para ter uma visão mais ampla dessa cobertura, também escolhemos a revista eletrônica Fantástico, divulgada aos domingos pela Rede Globo de Televisão, e o *site* do webjornal católico Crux, pela sua repercussão internacional.

O Popular

A história do jornal O Popular se confunde com a de Goiânia, ambos fundados na década de 1930. Pedro Ludovico Teixeira lança a pedra fundamental da nova capital do estado de Goiás e trabalha para que este local seja signo de investimentos. Nomeia, então, Joaquim Câmara Filho como diretor do Departamento de Propaganda e Expansão Econômica (DPEE) de Goiás. Câmara Filho era, então, sócio da empresa J. Câmara & Irmãos, instalada na Avenida Anhanguera, uma das principais de Goiânia, com dois comércios: a Papelaria e Livraria Popular e a Tipografia Popular, que produzia até mil jornais por hora diariamente.

De acordo com Nascimento (2018), em 1938, Câmara Filho cria O Popular, maior jornal impresso de Goiás, que atualmente faz parte do Grupo Jaime Câmara, que congrega 24 meios midiáticos, com jornais impressos, televisivos, rádio e revista. Desde que realizou seus primeiros mandados de busca e apreensão, em 21 de agosto de 2020, a operação Vendilhões foi reportada em 17 matérias em diversos formatos - texto, vídeo-reportagem e *live* na web – pelo Grupo Jaime Câmara.

A primeira matéria foi publicizada às 7h37 da manhã de 21 de agosto de 2020 com o título “Operação do MP apura irregularidades

na Associação Filhos do Pai Eterno”. Escrita pela jornalista Ivânia Cavalcanti, foi atualizada durante todo o dia, o que traz para essa prática o caráter de um Jornalismo feito em tempo real. O texto curto informa a quantidade de mandados realizados pelas polícias Civil e Militar e focaliza no início da ação na sede da Afipe. As fontes utilizadas foram o MP/GO, com a listagem dos crimes apurados, e a Arquidiocese de Goiânia, que afirmou estar à disposição da Justiça.

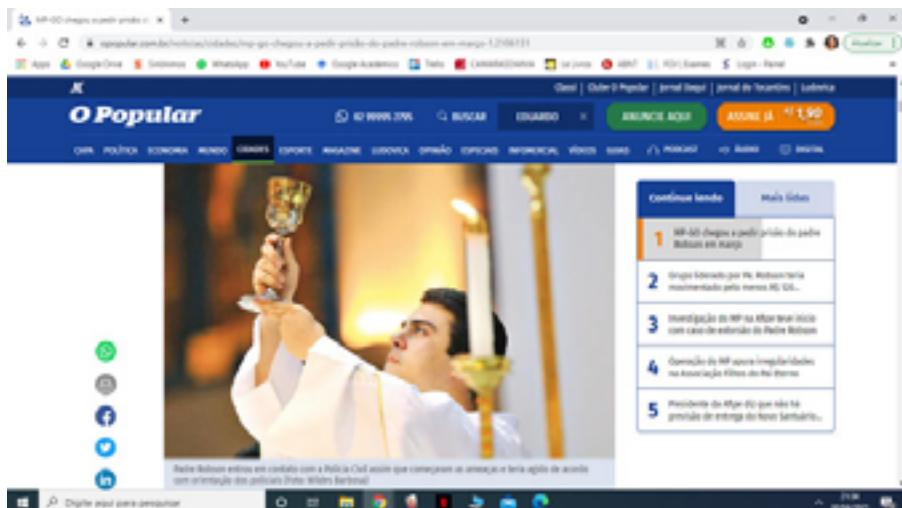
As imagens do momento do cumprimento do mandado na sede da Afipe, empresas e residências, tanto em Goiânia quanto em Trindade, são amplamente exploradas pelos veículos aqui observados e, também, pelo O Popular. Fotos da equipe de investigação trabalhando, de pacotes de dinheiro apreendido, de pessoas pobres expressando que foram injustiçadas, aparecem nas produções jornalísticas e causam o efeito patêmico. De acordo com Márcia Franz Amaral (2013), o Jornalismo lança mão da patemização especialmente quando se vê diante de acontecimentos catastróficos, o que demanda de nós profunda reflexão sobre a ética na prática jornalística.

Para discutir a patemização, nos amparamos nos estudos realizados por Patrick Charaudeau (2007), para quem esse fenômeno pode ser compreendido como o emprego de estratégias argumentativas com conteúdo emocional para causar um estado qualitativo em quem acessa a informação. São estratégias fundamentadas por dados imaginários sociodiscursivos que têm como consequência os chamados “efeitos patêmicos do discurso”, ainda de acordo com Charaudeau (2007). Existem basicamente três aspectos que evidenciam os efeitos patêmicos, sendo eles a natureza intencional das emoções; a relação entre emoções e saberes de crença; e a representação psicossocial das emoções.

A matéria “Investigação do MP na Afipe teve início com caso de extorsão do Padre Robson” relata como surgiram as suspeitas e investigações, foi publicada ainda no mesmo dia, mas já se distancia minimamente da patemização. Esse texto, assinado pela jornalista Catherine Moraes, e que também passou por atualizações, já expressa uma necessidade de apurar as informações antes de publicar. Aqui podemos encontrarmos um depoimento do padre Robson de Oliveira, ainda de 2018, alegando que teria sido vítima de um golpe e que teria chegado a transferir R\$ 2 milhões das contas da Afipe para os réus.

Ainda na sequência de notícias veiculadas neste mesmo dia, pode ser encontrada informação sobre o pedido de prisão preventiva feito pelo MP/GO contra Robson de Oliveira. Escrita pelo jornalista Márcio Leijoto, a matéria “MP-GO chegou a pedir prisão do padre Robson em março”, traz falas que justificam as decisões dos promotores e caminhos possíveis diante de um esperado afastamento do padre da direção da Afipe. Como a decisão foi negada, no texto também consta a alegação da juíza.

Temos uma sequência de produções sem grandes novidades, a exemplo de “Padre Robson fala pela 1^a vez sobre as investigações na Afipe: ‘A vida também é feita de provações’”, que acompanha um vídeo, onde Robson de Oliveira aparece com camisa clerical e fala em tom calmo sobre as investigações, demonstrando confiança e fé. Acessamos nessas imagens construídas, a perspectiva defendida por Márcia Franz Amaral (2013, p. 77) quando ao discutir o testemunho relata que este é “normalmente colorido pela emotividade e modificado pela perspectiva” conduzindo quem acessa imagem a desenvolver empatia pelo que é representado uma vez que se sente testemunha da história. A construção imagética proposta pelo O Popular traz ângulos harmônicos, vestimenta eclesiástica, e sempre em momentos de celebração e consagração, que são importantes para a Igreja Católica.



Captura de tela da versão on-line de O Popular. Acesso em: 30 abr 2021.

G1 Goiás

O Portal de Notícias da Globo (G1) foi criado em 2006 reunindo todo o material jornalístico produzido pelos veículos de comunicação das Organizações Globo. O Portal foi escolhido para fazer esse observatório, em função de sua grande relevância no webjornalismo brasileiro, bem como por abranger a combinação de mídias impressas, visuais, auditivas e interativas em um mesmo local. Ao filtrar as palavras “Padre Robson de Oliveira” na caixa de busca do G1, aparecem 53 matérias referentes ao assunto, sendo que os links se referem aos mais diversos jornais da emissora.

A primeira matéria acessada pelo G1 Goiás, transmitida pelo telejornal Bom Dia Brasil, traz uma cobertura local do momento em que foi deflagrada a operação. Em vídeo de 1 minuto e 49 segundos, a jornalista Renata Costa se encontra na sede da Afipe e fala do surgimento das investigações logo após o caso de extorsão em 2018. A matéria traz depoimentos de representante do MP/GO, do corpo jurídico da Afipe e da Arquidiocese de Goiânia.

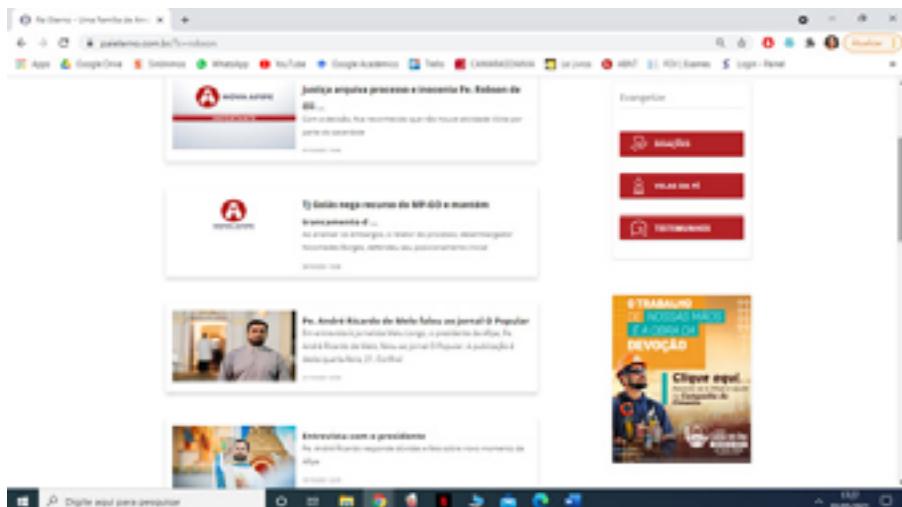
O Portal trouxe sistematicamente informações detalhadas, mas não relevantes, sobre a operação, construindo uma narrativa que aponta opulência, estratégias e julgamentos acerca da conduta de Robson de Oliveira. Nossa compreensão é a de que esse tipo de construção aciona julgamentos levando a audiência “a construir hierarquias (maior, menor, mais justo, menos justo)” (AMARAL, 2013, p. 84).

A publicação com o título “Operação apura lavagem de dinheiro e sonegação na Afipe, responsável pela Basílica de Trindade”, do dia 21 de agosto de 2020, mostra vídeo de 3 minutos e 57 segundos do telejornal Bom Dia Goiás. Aqui, temos um jornalista na sede da Afipe, mostrando imagens em tempo real e outra jornalista na sede do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco). Com cenas exclusivas da operação em uma residência, essas imagens são disponibilizadas e o jornal encerra anunciando que novas informações serão disponibilizadas a qualquer momento. Identificamos nesse artifício a busca por manter a atenção da audiência.

Afipe

A Associação Filhos do Pai Eterno (Afipe) nasceu em 2004, a partir do então reitor do Santuário do Divino Pai Eterno, padre Robson de Oliveira Pereira. As doações recebidas pela Afipe são, *a priori*, destinadas à evangelização por meio da TV mantida pela Associação e para obras sociais, incluindo a construção da nova Basílica de Trindade. Lançada em 2019, a TV Pai Eterno possui sinal aberto e está disponível para cerca de 1.800 cidades, atingindo mais de 105 milhões de pessoas 24 horas por dia.

Este canal de televisão, diferente dos demais, possui o caráter de assessoria de comunicação. Ao analisar o *site* da Afipe, percebemos que o nome da Associação se apresenta de forma diferente do que é publicizado pela operação Vendilhões. A redação do nome aparece como “Nova Afipe” e uma das hipóteses aventadas pelos jornais goianos é de que essa seria uma estratégia para afastar ao máximo as investigações e o seu fundador. Já quando pesquisamos pelas palavras “padre Robson de Oliveira” na caixa de busca do *site*, aparecem apenas quatro notícias.



Captura de tela do site da Afipe. Acesso em: 03 mai 2021.

Na última notícia, com o título “Justiça arquiva processo e inocenta Pe. Robson de Oliveira”, a assessoria informa a decisão do Tribunal de Justiça a partir de fontes que podem ser categorizadas como especialistas e autoridade, como é o caso do advogado de defesa do padre. Destacamos que, de acordo com Márcia Franz Amaral (2013), além das fontes especialistas – que detém um conhecimento, uma representação racionalizada na busca por tornar o acontecimento inteligível –, e das fontes autoridades – que geralmente são as responsáveis pelos acontecimentos, existem ainda as fontes testemunhais – as que descrevem os fatos e trazem a marca do sensível, da experiência, do vivido.

Fantástico

O Fantástico é uma revista eletrônica que teve seu início nos anos de 1970, pertence ao Grupo Globo (Conglomerado Roberto Marinho). É exibido aos domingos pela Rede Globo de Televisão, a partir das 20 horas, e tem duração média de 160 minutos. É, no momento da escrita desse artigo, apresentado por Tadeu Schmidt e Poliana Abritta. Evidencia ideologias de forma discreta, mas é um grupo que não esboça nenhum viés católico. Todas as reportagens do Fantástico estão disponíveis na internet de forma gratuita.

As buscas realizadas nos levaram a cinco reportagens sobre o caso, sendo que a primeira é do dia 23 de agosto de 2020, dois dias após a divulgação da operação Vendilhões. A matéria conta com mais de 19” de duração e foi conduzida por Ana Carolina Raimundi, Mahomed Saigg e André Maciel. Aqui são expostos detalhes sobre as investigações e uma gama grande de fontes é acionada pelo Fantástico.

Entre as fontes estão as categorizadas por Amaral (2013) como especialistas, autoridades e testemunhais. Há também notas da Arquidiocese de Goiânia, da Província dos Missionários Redentoristas de Goiás, do Arcebispo Metropolitano de Goiânia Dom Washington Cruz e da Congregação do Santíssimo Redentor de Goiás. O Fantástico também utiliza apoio de suas afiliadas, com destaque para a TV Bahia e a TV Anhanguera, de Goiás. A reportagem utiliza, por cinco

vezes, o termo “lavagem de dinheiro”, cita três vezes “organização criminosa”, “laranjas” e “pagamentos”, além de mencionar duas vezes a palavra “doações”.

A segunda reportagem é de 30 de agosto de 2020, tem 8 minutos de duração, e é conduzida pela mesma equipe da reportagem anterior. Nesse momento o destaque está nas negociações feitas pelas Afipes, comandadas por Robson de Oliveira e políticos da cidade de Trindade. São utilizados trechos da reportagem anterior, entrevistas com diversas fontes e novamente notas diversas emitidas à imprensa. Aqui a palavra “negócios” é utilizada cinco vezes; “políticos” aparece seis vezes; “transações”, quatro vezes; “crimes”, duas vezes; “financeiro”, três vezes; e “lavagem” aparece duas vezes.

Já no dia 11 de outubro de 2020, encontramos uma terceira reportagem, com 4 minutos de duração, apresentada no quadro do programa “Estamos de Olho”. A reportagem de Mahomed Saigg trata do trancamento das investigações acerca do desvio de dinheiro. Aqui estão trechos da reportagem de 23 de agosto de 2020 e se limita a informar acerca da suspensão das investigações, a partir de entrevistas e notas. Os termos encontrados que mais chamaram a atenção foram: “organização criminosa”, três vezes; e “lavagem”, duas vezes, enquanto a palavra “trancamento” foi mencionada quatro vezes.

A equipe que acompanha o caso aparece novamente completa na quarta matéria, do dia 25 de outubro de 2020, que teve duração de mais de 8 minutos e traz informações sobre as doações feitas por fiéis às Afipes e as irregularidades presentes nessas doações, além de citar o recurso do MP/GO para a continuação das investigações. As fontes exploradas aqui são as testemunhas e são apresentadas, mais uma vez, notas da equipe de assessoria. A produção novamente contou com o apoio de afiliadas da Rede Globo, sendo a TV Anhanguera, de Goiás, e a InterTv Grande Minas.

A produção de imagens dessa reportagem causa grande efeito pátémico exatamente porque traz pessoas que fizeram doações em nome da fé católica. São pessoas verbalizando o quanto se sentem “humilhadas”, clamando por “justiça”, uma vez que foram “enganadas”. O material destaca que de 10 doações com suspeitas de superfaturamento,

oito foram confirmadas. Durante a matéria foram citadas as palavras “doações”, 13 vezes, “lavagens”, “organização criminosa”, “desvio”, “humildes” e “crimes”, duas vezes cada uma delas.



Captura de tela da revista eletrônica Fantástico/Rede Globo. Acesso em: 28 mai 2021.



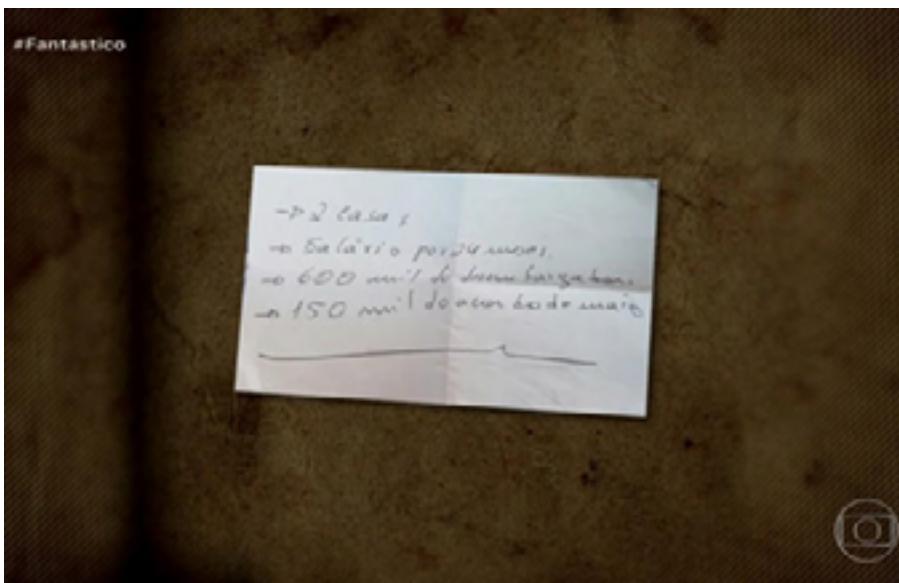
Captura de tela da revista eletrônica Fantástico/Rede Globo. Acesso em: 28 mai 2021.



Captura de tela da revista eletrônica Fantástico/Rede Globo. Acesso em: 28 mai 2021.

A quinta e última reportagem do Fantástico sobre o caso aqui observado é do dia 21 de fevereiro de 2021 e conta com mais de 13 minutos de duração. Conduzida por Mahomed Saigg e Ana Carolina Raimundi, a produção jornalística atualiza informações sobre áudios já periciados que foram encontrados no celular de Robson de Oliveira e em HD's da Afipe e do Padre. Durante a reportagem, os termos “lavagem de dinheiro” e “organização criminosa” foram citados duas vezes e, pela primeira vez em todas as cinco matérias, a palavra “quadriilha” foi citada uma vez.

As cinco reportagens do Fantástico são detalhadas e seguem a mesma linha, já que contam com a mesma equipe de produção, o que favorece a construção de repertório para lidar com as informações. Todas elas contam com fontes oficiais e documentais, fontes primárias e secundárias, fontes anônimas e confidenciais e, também, com fontes especialistas, autoridades e testemunhas. E em todas as matérias é observado o efeito patêmico descrito por Amaral (2013) a partir de imagens que tocam, emocionam, geram empatia e sensações diversas.



Captura de tela da revista eletrônica Fantástico/Rede Globo. Acesso em: 28 mai 2021.



Captura de tela da revista eletrônica Fantástico/Rede Globo. Acesso em: 15 mai 2021.



Captura de tela da revista eletrônica Fantástico/Rede Globo. Acesso em: 15 mai 2021.



Captura de tela da revista eletrônica Fantástico/Rede Globo. Acesso em: 15 mai 2021.

Crux

O Crux é um jornal *on-line* independente do Vaticano, igrejas e organizações religiosas, que publica notícias relacionadas à Igreja Católica em todo o mundo. Mantida por doações e contribuições de diferentes países, a empresa de mídia tem como lema “Taking the Catholic Pulse”, algo com “pegando a veia católica”, em tradução livre. E o jornal tentou “pegar a veia” do caso em uma matéria que circulou no dia 26 de agosto de 2020, cinco dias após a divulgação da operação Vendilhões. Escrita por Eduardo Campos Lima, *freelancer* que já escreveu para outros jornais que focalizam a ideologia religiosa.

Com o título “Priest accused of financial misconduct at Brazil’s second largest shrine”, traduzido por nós como “Padre é acusado de má conduta financeira no segundo maior santuário do Brasil”, o texto apresenta o Padre e explica os desdobramentos da operação. A presunção de inocência é utilizada pelo jornalista ao dizer que o Padre é acusado de supostamente desviar US \$ 21 milhões de doações feitas ao santuário. Robson de Oliveira é adjetivado ainda como celebridade e gestor da Afipe, que tem emissoras de rádio e TV.

Há no material produzido referência a outros portais de notícias do Brasil, como UOL, TV Globo e G1, não apresentando entrevistas realizadas pelo próprio jornal ou qualquer informação que extrapolasse o que já podia ser acessado nos *sites* citados. Nessa única matéria do Crux sobre a operação Vendilhões são citadas as palavras “crimes”, “investigado” e “desvio”, além da utilização, por duas vezes, do termo “strawman” que a tradução direta para o português é “espantalho”, mas no contexto da matéria seria “laranja”. Chama ainda a atenção o uso, por quatro vezes, da palavra “financeiro” e a referência à “TV Globo”, por três vezes no decorrer da matéria. A imagem de Robson de Oliveira ainda é apresentada como a do sacerdote em ato religioso.



Father Robson de Oliveira Pereira at the Basílica do Divino Pai Eterno in Trindade, in Goiás State, Brazil.
(Credit: Basílica do Divino Pai Eterno.)

Capitura de tela da reportagem do Crux. Acesso em: 08 mai 2021.

Considerações

Ao escolher os cinco veículos midiáticos distintos para interpretar uma informação de grande repercussão, acreditamos ter conseguido experimentar o observatório de Jornalismo. Identificamos que a exploração do efeito patêmico não é exceção nas abordagens, seja pelo texto e palavras escolhidas para tratar o tema, ou pelas imagens como elemento fundamental para a compreensão do fato jornalístico.

Percebemos ainda que, como o fato escolhido para fazermos esse observatório explicita relações de poder e riqueza financeira, foram seguidos alguns padrões nas coberturas, a exemplo da vigilância jornalís-

tica para acompanhar o caso e elaborar repercussões - como o G1 fez na maioria das matérias - ou pelo uso amplo de recursos como vídeos, fotos, áudios, documentos como provas e testemunhas - como observamos na cobertura realizada pelo Fantástico de forma espetacular.

Os *sites* do G1 e de O Popular, por sua vez, cumpriram, pela nossa observação, muito bem o papel do Jornalismo imediatista, haja vista a maior quantidade de notícias e as atualizações constantes. Já a Afipe exerce a função de assessoria de imprensa, seja pela reformulação de seu nome, pelo seu distanciamento no início das ações do MP/GO, sem grandes pronunciamentos e se colocando à disposição da polícia e, nos últimos materiais produzidos, pelo apagamento do padre Robson de Oliveira dos seus canais. O jornal Crux, como exemplo de internacionalização da informação, embora tenha divulgado matéria produzida por jornalista alocado em São Paulo, se limitou a reproduzir informações que já circulavam na internet.

Consideramos que, para fazermos observatório de Jornalismo é muito importante fortalecer o olhar, extrapolando a captura das informações na superfície dos acontecimentos. Olhar não é apenas ver. Quem somente vê, acolhe de forma muito acrítica, acomodada e apressada as informações. Já o observar é um exercício de leitura com profundidade. Uma leitura preocupada com as condições de veracidade das informações e fortalecimento pelo conhecimento do tripé de sustentação do Jornalismo, ética-técnica-responsabilidade social. A preocupação de quem observa passa também pelas circunstâncias de produção e de difusão das informações.

Ao nos dedicarmos a fazer observatório de Jornalismo, nos habilitamos a pensar formatos e veículos, mas fundamentalmente nos dedicamos a pensar a proposta, a linguagem, as imagens e o tema. Quando observamos as divergências e as discordâncias dos materiais que analisamos, conseguimos perceber a forma como o Jornalismo é visto por ele mesmo. Percebemos ainda, e principalmente, o que o Jornalismo pode fazer para aprimorar-se.

Referências

- AMARAL, Márcia Franz. **Os testemunhos de catástrofes nas revistas brasileiras: do medo individual à patemização midiática.** In: Revista Contracampo, v. 26, n. 1, Ed. Abril, ano 2013. Niterói: Contracampo, 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In MENDES, E. & MACHADO, I. L. (orgs.). **As emoções no discurso.** Campinas (SP): Mercado Letras, 2007.
- CHRISTOFOLLETTI, Rogerio. Ver, olhar e observar. In: CHRISTOFOLETTI, Rogerio & MOTTA, Luiz Gonzaga (orgs.). **Observatórios de Mídia:** Olhares da Cidadania. São Paulo: Paulus, 2008.
- DIAS, Luciene de Oliveira. Direitos “quase humanos”: vivência para ensinar e aprender a comunicação dialógica. In: **Revista de Comunicação Dialógica**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, p. 86-106, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcd/article/view/50996/34392>>. Acesso em: 5 mai 2021.
- LE CAM, Florence & DOMINGO, David. **Local Journalism, The Decline of Newspapers and the Rise of the Digital Media.** England: Reuters Institute for Study of Journalism/Oxford, 2015.
- NASCIMENTO, Darlos Fernandes. O Popular e Folha de Goiaz: o sucesso na produção de hegemonia e as contribuições para a formação de uma sociedade civil em Goiás (1930-1960). In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 202, ISSN 1519-6168, 2018. p. 74-84.

O ensino de Jornalismo: crônicas e pandemia¹

Angelita Pereira de Lima

Eguimar Chaveiro

Luana Silva Borges

Rodrigo Emídio

1. Introdução

Ocasionalmente, caso os leitores que se dedicam a este artigo sejam também telespectadores das TVs educativas e culturais que operam no Brasil, eles poderão ter a sorte de ver, na TV UFG, canal digital 15.1 em sinal aberto, crônicas que pululam aqui e ali: elas somam, à rotina de programas culturais da referida emissora, lances da cidade de Goiânia - o velho banco em frente ao teatro na larga Avenida Tocantins; as árvores que sombreiam os pontos de ônibus, misturando a calma de suas folhagens ao cansaço dos trabalhadores no fim do dia; ou um grafite em forma de túnel nos concretos da acelerada Marginal Botafogo. Túneis do tempo na cidade com pressa, mergulho nas paredes urbanas rabiscadas de desejo, o centro quente de ambulantes e pombos... Todas essas imagens - narradas por estudantes da Universidade Federal de Goiás e que hoje compõem o

¹ Texto originalmente publicado na Revista Sapiência, v. 10, n. 3, de 2021, em uma edição que contempla artigos submetidos e apresentados no evento internacional Conflitos Territoriais e a Covid-19, que mobilizou pesquisadores de 23 instituições e 9 países diferentes.

Artigo apresentado no Grupo de Trabalho *Interfaces da Informação*, no XIV Seminário Internacional de Mídia, Cultura, Cidadania e Informação (SEMIC), realizado na cidade de Goiânia no ano de 2021, entre os dias 24 e 26 de março.

programa *Crônicas da cidade*, da TV UFG - vieram da lavra de discentes que, em meio a mais trágica pandemia da história da humanidade, tentavam re-existir e resistir a partir do texto jornalístico-literário.

A disciplina era *Espaço, comunicação e sociedade*, ministrada no primeiro semestre letivo de 2020 na Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, via parceria entre os cursos de Jornalismo e Geografia. Quando a planejamos, estávamos, sobretudo, tristes e assustados. Ela foi estruturada à ocasião da pandemia do sars-coV-2 no Brasil e no mundo. Estruturamo-la para ser ministrada de forma remota; pensamo-la para que ela ajudasse os nossos discentes – e, por óbvio, também *nos* ajudasse enquanto docentes e estagiários-docentes – ao retorno à escrita e ao pensamento. Ora, vivíamos e vivemos um contexto de dor e perda: um vírus e a negligência governamental² com relação a ele já ceifaram, até o dia 07 de setembro de 2021, 584.208 vidas³ em terras brasileiras. Em meio ao nosso próprio medo, ao luto e à luta, líamos em conjunto, no processo de estruturação do conteúdo programático da disciplina, Walter Benjamin, e nos apropriávamos, enquanto pensávamos no contexto do coronavírus, dessas palavras:

[...] as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo. Basta olharmos um jornal para percebermos que seu nível está mais baixo que nunca, que da noite para o dia não somente a imagem do mundo

² Dentre muitos, eis aqui um exemplo de negligência do Executivo brasileiro com relação à pandemia. Ao ser indagado por jornalistas se o Brasil não chegaria à situação calamitosa dos Estados Unidos, país com maior número de mortes por covid 19 do mundo, o presidente Jair Bolsonaro assim respondeu, no dia 26 de março de 2020: “o brasileiro tem que ser estudado. Ele não pega nada. Você vê o cara pulando em esgoto ali, sai, mergulha, tá certo? E não acontece nada com ele. Eu acho até que muita gente já foi infectada no Brasil, há poucas semanas ou meses, e ele já tem anticorpos que ajuda a não proliferar isso dai”. Vê-se, por essa declaração, que o problema não está sendo tratado, no Brasil, como uma questão de saúde pública, merecedora de sérias ações articuladas para proteção da população e mitigação dos danos sofridos. Fonte: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/26/brasileiro-pula-em-esgoto-e-nao-acontece-nada-diz-bolsonaro-em-alusao-a-infeccao-pelo-coronavirus.ghtml>.

³ Os dados foram reunidos pelo consórcio de veículos de imprensa formado por O GLOBO, G1, Folha de S.Paulo, UOL e O Estado de S. Paulo, compilando informações divulgadas pelas secretarias estaduais de Saúde em âmbito nacional.

exterior, mas também a do mundo ético, sofreram transformações que antes não julgariamos possíveis. Com a guerra mundial tornou-se manifesto um processo que continua até hoje. No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha, não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável (BENJAMIN, 1987, p. 198)

Associávamos esses dizeres à nossa vivência presente. Pensávamos: se os seres voltam (se voltam...) mudos da guerra, da fome, da ausência de possibilidades de emprego diante da constante necessidade de *lockdowns* parciais ou totais; se eles voltam desolados dos campos de batalha das UTIs contra uma doença perigosa, diante da ausência de respiradores e cilindros de oxigênio para atender à população acometida pelo coronavírus, há, decorrente de tudo isso, uma consequência que se resvala no campo da narrativa e da comunicação – Benjamin diria que, diante dessas situações, perdemos a nossa capacidade de repassar uma experiência de pessoa a pessoa; tornamo-nos emudecidos, perdemos a sabedoria de aconselhar. Para o autor, esta comunicabilidade é a fonte a que recorrem todos os narradores... Sem ela, consequentemente vemos ao léu a nossa capacidade de contar histórias: de ressonhá-las em conjunto.

Então era isso que estava acontecendo conosco? Diante do corpo humano apequenado neste campo radicalmente desmoralizado pelo negacionismo, pelas *fake news*, pelo perigo do vírus, como voltar a contar histórias? A ter vontade de sonhá-las em partilha? E era possível fazer isso sem o toque e o olhar? Por meio de telas que nos esquadrianhavam os corpos? Esses eram, pois, os desafios aos quais nos lançávamos, mesmo que provisoriamente, mesmo que de forma ensaística – apenas tentante –, na disciplina.

Antes de seguirmos, vale ponderar uma obviedade em benefício da precisão histórica de nosso relato: é claro que o contexto da obra benjaminiana não é o nosso, afinal o estudioso escreveu o seu texto *O narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov* em 1936, isto é, no período entre guerras, na iminência política de um novo conflito. Nesse sentido, ele teceu críticas ao empobrecimento que o capitalismo e a mecanização da vida, subsumida a jornadas extenuantes, tra-

ziam à esfera da narrativa oral: perdia-se o tempo da história coletiva, da audição lenta ao tear; em vez disso, “ganhavam-se” pílulas informativas meramente descritivas na imprensa, notícias pobres de sabedoria; ganhavam-se romances nos quais a leitura silenciosa, quase sempre aflitiva, retiravam o indivíduo de sua coletividade, isolando-o na perplexidade de uma história narrada em seu pormenor.

Walter Benjamin, a despeito do diferente contexto, ainda ponderou, no supracitado ensaio, que a natureza da verdadeira narrativa tem em si uma dimensão utilitária. Assim, adaptávamos esse texto à nossa realidade: se isto é verdade, queríamos o antídoto à desolação em que vivíamos; queríamos então retomar este senso prático que faz com que, por meio de uma história *sentida e ouvida*, sejamos “aconselhados” na “substância viva de nossa existência” (BENJAMIN, 1987, p. 200). Vale ponderar que, no sentido benjaminiano, aconselhar não seria responder a uma pergunta. Ora, não se trata disso! Seria, mais do que tal objetividade, fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história, abri-la à imaginação de um receptor (cri)ativo, que a recontará ao próximo, que a reviverá em meio à sisudez da vida.

Como endossaríamos, em nós e nas(os) estudantes, esse poder sugestivo que nos faria emendar uma história à outra? Que nos faria sonhar o possível? Como resgatariíamos em nós a vontade de narrar e de ouvir o outro – isso em um contexto de ensimesmamento provocado pelo distanciamento social e, ademais, pelas “bolhas” virtuais às quais nos tornamos cativos, em um contexto de polarização política? A partir desses questionamentos, pensamos que a disciplina *Espaço, comunicação e sociedade* deveria considerar duas características fundantes: 1. primeiramente, deveríamos, de forma pedagógica, endossar a capacidade da escuta *partilhada*. Para tanto, formulamos a ideia dos saraus virtuais, eventos nos quais os(as) discentes, à sua livre escolha, se dispriam a ler os próprios textos, em voz alta, para a turma. 2. Em segundo lugar, desejávamos trabalhar com um gênero textual propício à narrativa das experiências cotidianas, do comezinho da vida no qual todos estávamos mergulhados nas rotinas do confinamento. Talvez assim, pela despreocupação da narrativa do colega, poderíamos atiçar em nós a nossa própria voz, outrora silenciada pela experiência devastadora da pandemia.

A crônica, então, figurou como gênero indispensável à nossa proposta. A narrativa cronística possui este tom despretensioso de que precisávamos. Sempre propícia à hibridização entre jornalismo e literatura – uma vez que ela liga o fato ao inefável –, ela seria então a nossa escolha. Isso porque nossa intenção era promover uma tessitura que trouxesse à tona não somente as factualidades do ano de 2020, todas atravessadas pelo isolamento social, mas também algo de outra ordem: queríamos, entremeada à objetividade factual, a captura do insondável, daquilo que poderia desautomatizar o nosso olhar, daquilo que nos faria olhar com espanto para o trivial da vida. Queríamos um certo lado “obscuro”, ao qual Ciro Marcondes Filho lança seu olhar em sua teoria da comunicação:

[...] esse lado obscuro do outro é exatamente o que me renova; se o outro não tiver nada de desconhecido, de inacessível, de insondável, inviolável, se for mera e contínua trivialidade, então ele será sem graça, monótono, puro tédio. Ora, para provocar algo em mim, para realizar a comunicação, o outro tem de me chocar exatamente por sua estranheza, pela sua diferença, por suas idiossincrasias, por tudo aquilo que eu não tenho, que não sou eu. (MARCONDES FILHO, 2013, p.33).

E nada melhor do que a crônica para mesclar este idiossincrático da realidade – o poético que singulariza as coisas do mundo – ao trivial. Nada melhor do que ela para mesclar o eu ao outro. Era por este gênero textual, portanto, que tentaríamos renovar a nossa escuta à outridade; por meio da crônica, arriscaríamos sair do ensimesmamento do contexto da pandemia; tentaríamos, enfim, um olhar espantado à vida urbana com a qual sempre nos acostumamos. Desta feita, nós – os professores Angelita Lima, Eguimar Chaveiro, Luana Borges e Rodrigo Emídio (esses dois últimos no âmbito de seus estágios-docência) – adaptamos a ementa da disciplina *Espaço, comunicação e sociedade* a tais objetivos.

Eguimar e Rodrigo, vindos da Geografia, forneceriam aos discentes o arcabouço teórico, oriundo do campo geográfico, para que os traçados da cidade e suas influências nas cartografias existenciais dos sujeitos que nela habitam pudessem ser compreendidos e, ademais, transformados

em matéria de crônica. Angelita e Luana, vindas do Jornalismo, trariam à tona as experiências simbióticas entre discursos jornalísticos e literários, bem como dissecariam as características do gênero de nossa escolha, a fim de que tanto a sintaxe quanto a semântica deste tipo de texto pudessem ser bem aproveitadas pelos futuros repórteres. Todos nós, e não somente os 32 estudantes que nos acompanharam em 18 encontros, também escreveríamos nossas vidas no papel e as narraríamos em voz alta, nas telas esquadinhadas do *Google Meet*.

Como dissemos na abertura deste texto, ao fim do curso fomos convidados, com nossos textos, a compor a rede de programação da TV UFG, em um interprograma que entrou no ar no segundo semestre de 2021, precisamente no dia 13 de agosto, com o título de *Crônicas da Cidade*. Além de constarem na grade diária da emissora, os programas também estão disponíveis, na íntegra, no canal da TV UFG na plataforma YouTube. Vale dizer que, atrelado a este resultado prático, os docentes e os discentes puderam compor um caleidoscópio transdisciplinar pelo qual foram evidenciados, em pleno funcionamento, conceitos geográficos tecidos na substância viva, mesmo indizível, dos sujeitos que se escreviam na crônica. Nestas narrativas de si, hibridizavam-se geografia, literatura e fatos jornalísticos. Como resultado deste processo, surgia uma cartografia viva das existências em plena pandemia de covid 19.

2. Metodologia adotada

Neste artigo, seguindo a metodologia de um relato de experiência-docente – que nos dá base a uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória –, debruçamos nossas reflexões sobre dois pontos: 1. As características da vida urbana metropolitana e as formas pelas quais a escrita cronística “captura” a metrópole e suas sensações – vale dizer que, aqui, em um tom literário-ensaístico, os conceitos geográficos serão articulados à nossa discussão no campo narrativo-comunicacional. 2. A crônica como gênero formativo aos jornalistas – neste tópico daremos vazão, propriamente, ao nosso relato de experiência pedagógica, uma vez que, a partir da escrita de nossos(as) alunos(as), aventaremos as características da narrativa cronística, assim como o conceito de “escrita de si” e sua relação com o Jornalismo.

3. A metrópole e a crônica por um viés geográfico

As cidades possuem incontáveis toneladas de concreto e aço, por suas amarrações sólidas vagam sonhos, medos, fantasias, delírios e paranoia, que de tão infinitos não possuem medidas certas ou justas. A urbe é a apoteose da técnica, cidades são esquadinhadas em folhas de papel e suas faces resultam dos desejos de imprimirmos nossa fisionomia sobre a superfície terrestre. Elas carregam a fusão da natureza e humanidade. Freud (1997) escreveu que a técnica é o nosso desejo de controlar a natureza. A humanidade, ao longo da sua aventura, buscou assemelhar-se a Deus, o humano é o Deus de prótese. A cidade é, também, uma construção ideológica e imaginária desenhada pelas representações. Não nos enganemos: a representação move ossos.

As cidades, esses grandes labirintos, carregam as marcas arquetípicas de Dédalo, ficamos presos na nossa invenção. Transitamos ordinariamente e criativamente por suas ruas, pulamos a poça de água fedorenta, sacamos no olhar a velocidade do carro e a distância para a próxima calçada e na fração de segundos vem a pergunta: será que dá tempo? O sinal verde libera o navegar oceânico das máquinas, os carros ruidosos e raivosos obedecem, quase sempre, o sinaleiro. O carro veloz da propaganda da televisão não simpatiza com o trânsito lento.

Compõe a cidade o jogo da articulação e da fragmentação, as ideologias de dominação do desejo e dos gostos dos trabalhadores; dos que desenvolvem articulações entre Estado, capital privado e especuladores imobiliários; dos que se auto segregam transformando o espaço urbano por meio da diferenciação de classe na moradia, nos meios de transportes, na acessibilidade de academias luxuosas, hospitais privados, resorts. Nasce disso tudo um tipo de fragmentação pela via do acesso aos objetos e eventos da cidade – polissêmicos, polifônicos e contraditórios. A metrópole tem sido o lugar em que diferentes formas de resistências, ativismos, organizações revolucionárias, derivas culturais, inovações tecnológicas populares referendam a luta de classe, a luta identitária, o enfrentamento de todas as formas de dominação, inclusive com atos de solidariedade, de ação coletiva e de discernimento das contradições do mundo.

Esses infinitos espetáculos de vida, que desabrocham no asfalto, traduzem-se em afetos citadinos. No ensejo de Guattari (1992), a arte do afeto arranja-se nas subjetividades dessa mecanosfera urbana: o caos exterior toma sentido nas cenas capturadas pela consciência. Olhar a cidade é um fluxo contínuo dos sentidos, desejos, repressões, experiências e medos. A interlocução e a indagação, entre o interior e o exterior do poeta, marcam o espaço percorrido pelo olhar e trazem o sentido de distância e estranhamento e, sobretudo, de fronteira.

Os sujeitos elaboram suas rotinas cotidianas com emoção e distração, mesmo nos espaços urbanos com elevada densidade técnica, onde flores brotam no cimento. Há a afetiva amalgama entre o cimento e os sonhos, entre a memória e o esquecimento. Somos atravessados por uma rede polissêmica de discursos e textos, os signos criam e reinventam sentidos aos espaços. De acordo com Mello (2014, p.37) “(...) as geografias [são] vividas e pulsantes em um planeta fragmentado cujos estilhaços encontram-se pulverizados nos mais diversos longínquos recantos”. O ser nunca está completamente em um lugar, mas de uma forma ou outra carrega as marcas dos lugares na alma.

O lugar, enquanto categoria, incomodou as leituras historicistas da modernidade. Um dos grandes desejos da razão instrumental, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, era dar materialidade às paisagens construídas que erodiriam a rica diversidade dos lugares. Em defesa do lugar, Relph (2014 p.21) aponta que as paisagens “sem-lugar” são aquelas “nas quais as diferenças foram relacionadas às marcas, não às localidades”. Há, assim, a “perda da diversidade e da identidade geográficas, expressa na perda da continuidade histórica” (RELPH, 2014 p.21).

Os shoppings e os aeroportos, por exemplo, premidos de logotipos e lanches rápidos padronizados, são os não-lugares aos quais nos habituamos: em Lima, Goiânia, Anápolis ou Tóquio, vemos a mesma paleta de cores, provamos os mesmos sabores e sentimos o mesmo cheiro do *fast food* de todos os dias, da vida pasteurizada. Mas as metrópoles vão além destes sem-lugares. Isso também porque elas carregam as paisagens que, somadas à afetividade, tomam contornos de lugar. Existe, aí, uma forte presença de um tempo duradouro. A geograficidade é então resultado desta relação entre tempo e espaço:

ela tem a marca da existência, em níveis amplos e profundos, do ser com o espaço. Ela tem, portanto, a marca da categoria “lugar”.

Com sensibilidade, Dardel sublinha que (2015, p.40) “é desse lugar, base da nossa existência, que, despertando, tomamos consciência do mundo e saímos ao seu encontro, audaciosos ou circunspectos, para trabalhá-lo”. O lugar é a ponte da consciência que liga ser e mundo, cujo cimento é simbólico e as estruturas férreas são afetivas.

Por outro lado, atrelado às afetividades que ligam ser e espaço, o próprio sujeito, na metrópole, é atravessado por um sem-fim de códigos, signos, seviciado pelas máquinas produtoras de informação e de imagens, arrastado pelos convites de “solução individual” dos seus problemas, fragmentandose, ou quase se estilhaçando, inclusive nos suportes que lhe poderiam dar sustentação, como a memória, as raízes, a afinidade de classe. O sujeito e a multidão são a marcha da união contratante que pulsam na vida urbana. A liberdade, que o anonimato permite aos habitantes das metrópoles, faz a cidade pulsar numa massa de rostos. As cenas são breves, são sopros que bailam no teatro do infinito: o encontro fatal entre o mendigo sóbrio e o motorista bêbado; os bares e igrejas que se olham face a face.

As cidades contemporâneas são amarrações de paisagens fragmentadas – um labirinto simbólico. Uma massa de rostos disforme que vaga por ruas, esquinas e becos. Corpos que reproduzem em seu caminhar o mesmo movimento frenético das máquinas. O observador prende-se às frestas, um sentido marcado pelo entreaberto, pela sombra, pelo turvo. E, claro, o olhar esbarra-se na próxima sólida parede. Gomes (2013, p.230) sublinha que “(...) não há um ponto de observação que nos separe inteiramente do espetáculo, o olhar do observador é parte dele”.

O *flâneur*, conceito cunhado por Baudelaire, é um recurso de observação dado pelo sentido criativo da vadiagem. A vida noturna da poesia trouxe novas imagens para o urbano. Segundo Muñoz (2006, p.235), “(...) la vida urbana nocturna que dió lugar a imágenes claramente identificadas con la modernidad, popularizadas por la literatura, la poesía y la pintura em siglo XIX y las primeiras décadas del XX”. Ao estudar Baudelaire, Benjamin (1989, p.36) contextualiza-o afirmando que “cidades se distinguem por uma preponderância da atividade visual sobre a auditiva. Suas principais causas são os meios públicos de transporte”. Antes dos trens e bondes, os seres huma-

nos não conheciam a situação do olhar recíproco. Mas essa experiência, que pode demorar minutos ou horas, não é acolhedora e constrange.

Nesse bojo, a crônica é a escrita urbana, o cronista é o poeta viajante-observador por excelência, e a geografia precisa ler seu mundo pelo prisma do detalhe. Afinal, os segredos do universo estão guardados no silêncio do grão de areia. A palavra presa no papel traz uma ebulação de imagens que viajam sem passaporte. O território da palavra é a literatura, a frágil folha produz fortalezas imensas que barram a claridade das formas concretas. O tempo estilha-se na crônica: ela é, afinal, o gênero que encontrou a ontologia dos espaços ordinários, pois capta – nas cenas, na rapidez dos meios públicos de transporte, na vida metropolitana – os afetos, os poderes e as dores.

A crônica transita nos territórios de resistência ao tempo hegemonic. Resistir pode ser: frequentar o botequim, preferir a noite, acionar o irracional e, claro, embriagar-se. O mundo sólido deve ser bebido. Resistir é “flanear” pelo desejo de não chegar. A palavra, o corpo, o gesto, o beijo, o sonho são as redes que fecundam a arte literária. Talvez, toda arte esteja territorializada nas fronteiras que ligam o corpo à alma. Nesta trilha, a crônica é a escrita do afeto singular. Veremos, no próximo tópico, como os(as) nossos(as) estudantes chegaram a essa singularidade – como conseguiram provocá-la. Antes, vale lembrar: o poder da arte está, sobretudo, no incômodo da inconformidade.

4. A crônica como gênero formativo aos jornalistas

A crônica, justamente por sua liberdade, pela hibridez que carrega entre literatura e jornalismo, entre poesia e prosa, entre metafísica e comentário de ordem prática, é gênero de difícil conceituação. Flora Christina Bender (1993), no livro *Crônica – história, teoria e prática*, lembra-nos que Fernando Sabino, diante desta dificuldade, ironiza: crônica, para ele, seria tudo aquilo a que quisermos dar este nome. Flora Bender arremata: “não vamos esperar que a Academia Brasileira de Letras decida conceituar a nossa crônica. É crônica e só. Todos sabem do que estamos falando” (BENDER, 1993, p. 44). No entanto, sem deixar de considerar a natureza livre e fugidia do gênero, valem aqui algumas tentativas não de classificá-lo ou de enrijecê-lo em duras e impossíveis

definições, mas de mostrar algumas de suas características básicas, a fim de que nosso percurso seja teoricamente sustentado.

Primeiramente, como explica Flora Bender (1993), pensemos que este tipo de produção textual se dedica às coisas do cotidiano, aos pequenos sentimentos, à conversa fiada, ou seja, àquilo tudo que não tem o porte complexo da rede de intrigas que sustenta um romance ou, por outro lado, àquilo que não tem a tensão dramática específica que engendra um conto:

Os fatos estão aí, contidos entre o nascimento e a morte. E a comemoração das datas [...] está nos outdoors, nos jornais e, principalmente, na televisão, nas propagandas. Mas os pequenos acontecimentos de todos os dias, envolvendo o calo, a dor de dente, a árvore que cortaram na minha rua, a própria rua, as crianças, os velhos, os animais de estimação, os aniversários, são elementos comuns a todos, muitas vezes tão comuns que não são adequados a comemorações, não têm porte para um romance, tensão suficiente para um conto, e nem lirismo ou indignação para um poema. Inspiram, entretanto, o jornalista-escritor (ou escritor-jornalista?). Onde cabem as pequenas coisas do cotidiano? Como registrar a história nossa de cada dia, não necessariamente a História? Como tornar o eterno instantâneo? Como captar a conversa fiada, os pequenos sentimentos, as coisinhas, nossas ou alheias? O espaço literário para tudo isso é a crônica, de que não se imagina seja assunto o Ulisses da epopeia: só se for o nome do cachorro ou do vendeiro da esquina, e ainda dá trocadilho. (BENDER, 1993, p. 42-43).

Vale ainda dizer que este tom cronístico – pelo qual leveza e tom coloquiais, e até um certo humor, são fundamentais – é *profundamente* brasileiro: trata-se, de forma inequívoca, de invenção nossa. José Marques de Melo (2003, p.148-149) explica que, para qualquer pessoa nascida nessas terras, o gênero tomou uma forma evidente, experimentada por nossos leitores a cada manhã enquanto “rolam o feed” em seus celulares: trata-se de composição breve, relacionada com a atualidade, geralmente publicada em sites, jornais ou revistas, às vezes pululando em redes sociais como *Instagram* ou *Facebook*, pela qual se vê um relato poético do real. Este sentido, embora não esteja dicionarizado, é mais ou menos evidente para todos os(as) brasileiros(as) leitores (as).

Diferenciamo-nos, pois, de outras nações – com humor, herdado de nosso gênero, ousamos dizer que talvez elas sejam um pouco mais sisudas! –

para as quais a crônica nunca deixou de remeter ao seu sentido primevo: o de relato cronológico. Por esta significação original, o gênero se configura como narração vinculada à historiografia, à cronística dos viajantes, depois transformada em um documento para a posteridade; ou, ademais, configura-se em reportagem setorial – a “crônica policial”, a “crônica social”, a “crônica esportiva” – pela qual vemos uma “narrativa circunstanciada sobre os fatos observados pelo jornalista num determinado espaço de tempo” (MELO, 2003, p. 149). Vê-se que este último sentido, vinculado ao caráter noticioso de um jornal, não deixa de fazer menção à acepção primitiva da crônica, ou seja, exatamente àquela que a define como um relato de fatos históricos – dignos de nota – entremeado com dimensões valorativas pelas quais se infere a percepção pessoal da redatora, do redator (MELO, 2003, p. 150).

Percebiam como, no Brasil, o gênero se distanciou deste recorte cronológico: trata-se, mais que isso, de uma brevidade poética que “brota” em plena realidade cotidiana urbana. Um exemplo: olhamos para a costumeira rua, para o tristemente banalizado trabalho infantil, para a penosamente “normal” desigualdade entre *crianças-que-brincam* e *crianças-que-lavoram* e, de repente, singularizamos nosso olhar – espantamo-nos com tudo isso. Desautomatizamos a nossa percepção sobre o miúdo da vida, sobre aquilo que engolíamos sem perceber... Refletimos e nos emocionamos. Passamos a estranhar o fato de que esquecemos o garoto que trabalha; passamos a estranhar o fato de que, todos os dias, tomamos, via produtos midiáticos, essas “rações diárias de erro” que nos fazem normalizar estes “crimes da terra”, parafraseando Drummond⁴. E não é isso que sentimos quando lemos nossa cronista, a estudante Anna Júlia Steckelberg? Sintam:

Eu via de longe. Será que ninguém vai ajudar? O garotinho contava e recontava, faltava alguma coisa. A outra criança, rica, já estava impaciente, fazia calor e ela só queria o picolé. O outro garotinho, já suando, naquele sol que ardia, não sabia se segurava o carrinho ou o dinheiro. Perdia as contas. E recontava. [...] Será que ninguém vai ajudar? Ninguém está vendendo? A rua está movimentada, homens e mulheres, alguém deve estar

⁴ Inferência relacionada ao poema “A flor e a náusea”, publicado pela primeira vez no ano de 1945, no livro *A rosa do povo*, de Carlos Drummond de Andrade: “Crimes da terra, como perdoá-los? / Tomei parte em muitos, outros escondi. / Alguns achei belos, foram publicados. / Crimes suaves, que ajudam a viver. / Ração diária de erro, distribuída em casa. / Os ferozes padeiros do mal. / Os ferozes leiteiros do mal”. (ANDRADE, 2015, p. 106).

vendo aquilo. Até que... Aquela moeda que faltará, pela qual o garoto esperará, que o outro procurará, que era necessária para o troco, que levaria o retorno para as duas crianças, que as saciará, que mataria a fome de alguém, cai no chão. Ela caiu. Caiu entre as pedrinhas [...], paralelepípedos que formam a rua, inúmeros e incontáveis. A moeda faria falta naquele dia, mas nenhum dos garotos conseguiu recuperá-la. Talvez outras crianças, em outras décadas, tenham perdido aquela mesma moeda, naquele mesmo lugar, com o mesmo sol e suor. Eu continuava a ver de longe, os paralelepípedos permaneciam em silêncio, ninguém os notava, estavam cegos com os olhos abertos. A cada piscar as crianças desapareciam no horizonte, uma fazia mais silêncio que a outra. Mas, ora, era calor, alguém tinha que comprar todos aqueles picolés e encontrar a moeda esquecida. Comprar e esquecer. Fechar os olhos para aquela criança que ficou ali naquele paralelepípedo, algum dia. (STEKELBERG, 2020, *crônica produzida para a disciplina*).

Nota-se, pelo excerto acima, produzido por nossa estudante no contexto de isolamento pelo qual ela pôde *efetivamente* olhar para a rua, “fazendo hora”, que o fato é mero pretexto na crônica, como diria Flora Bender (1993, p. 44). Ora, a cronista, aqui, não está interessada na venda de picolés, nesta troca comercial que se desenrola diante dela; também não se interessa meramente pela perda do troco; mas se dedica a essa venda – e à perda difícil, pois ninguém ajuda, ninguém vê – enquanto luta e suor, enquanto silêncio e abandono desses meninos trabalhadores... Meninos diante dos “cegos de olhos abertos”, diante de nós! Diante dos séculos de paralelepípedos intermináveis, imutáveis, que se calam. Diante daqueles que somos: que, na rapidez da metrópole, “compram e esquecem”, que compramos e esquecemos a violência que há no fato de uma criança não poder *apenas* ser saciada pela cor, pelo gelo e pelo gosto de um picolé..., mas de ter de depender dele para sustentar uma vida.

Na crônica, portanto, a evidência não irá para o factual, mas para o simbólico engendrado pelo fato. Justamente por isso, o prosaico ganha transcendência. Assim, neste tipo de texto,

o espaço em que acontece o fato analisado pelo cronista não fica no mundo real que nos rodeia. Mesmo quando há verdade inquestionável no que diz, as entrelinhas e as analogias é que interessam. A crônica é um gênero do disfarce e ajuda a aguentar com certa fantasia a vida e a re-

lidade. Geralmente não é ficção pura, uma vez que a realidade está palpável nela, o coração de cada leitor está batendo forte, ao identificar-se com as ideias do cronista. Lemos a crônica, damos um sorriso meio de lado e comentamos: - Olha, o fulano está incrível hoje... Não é que está dizendo exatamente o que eu queria dizer sobre aquela notícia [*ou sobre a minha infância? Ou sobre aquele velho semáforo?*] (BENDER, 1993, p. 44).

Uma pergunta se faz então latente: e isso é jornalismo? Em que medida essa singularização⁵ do olhar, provocada pela arte literária, tem a ver com a atividade de reportar realidades? Em que medida cabem ao (a) jornalista esse despertar da entrelinha, das analogias, este espaço “entre” a realidade palpável e certa fantasia? Essas eram questões muito presentes ao longo da disciplina: os(as) estudantes, muitos(as) deles(as) recém-saídos(as) do estudo sobre apuração noticiosa – as *hard news* –, mostravam-se afoitos(as) para mergulhar não somente na factualidade inquestionável, mas no inefável que a vida engendra... No entanto, tinham, ao menos no início, certo receio – e assim brotavam incertezas expressas no questionamento acerca da legitimidade de uma nova prática: “e eu *posso* fazer isso, professora? É legítimo?”.

Respondíamos que, no campo da crônica, seria possível – como nos ensina José Marques de Melo –, inclusive, aumentar a credulidade nos jornais. E explicávamos: não há dúvidas quanto à especificidade literária do gênero. Ora, as descrições sinestésicas dos espaços; o “eu” que inventa um narrador-testemunha, que inventa um espectro narrativo em primeira pessoa; que assim transforma a sua verdade em verdade do texto; o simbolismo; o tempo do interior, psicológico, o tempo mágico, desde aquele “que passa depressa ao que não passa nunca” (BENDER, 1993), transformado em assunto da própria crônica; a personagem que se transforma em um tipo humano que nos faz pensar; as metáforas...; tudo isso são especificidades literárias da crônica.

⁵ A ideia de singularização advém de Chklovski. Para o formalista (1976, p. 45), o objetivo da arte é o de nos “devolver a sensação de vida”, retirando nossa existência do automatismo perceptivo. Vai dizer ele: “o procedimento da arte é o procedimento da singularização dos objetos e o procedimento que consiste em obscurecer a forma, aumentar a dificuldade e a duração da percepção. O ato da percepção em arte é um fim em si mesmo e deve ser prolongado. [...] Os objetos muitas vezes percebidos começam a ser percebidos como reconhecimento: o objeto se acha diante de nós, sabemo-lo, mas não o vemos. Por isso, nada podemos dizer sobre ele. Em arte, [há] a liberação do objeto do automatismo perceptivo [...] (CHKLOVSKI, 1976, p. 45).

No entanto, como inferíamos a partir de Melo, tais especificidades, vinculadas à atualidade e à presença nas rotinas da imprensa, nutritas de fatos cotidianos, também preenchiam “as três condições essenciais de qualquer manifestação jornalística: atualidade, oportunidade e difusão coletiva” (MELO, p. 160). Desta feita, as crônicas – a um só tempo, literárias e jornalísticas – funcionariam como uma narrativa do cotidiano simples e despretensiosa, no entanto de difícil execução. Ora, elas deveriam trazer à tona uma complexidade não exigida a outros jornalistas, mas apenas às (aos) cronistas: esses últimos não poderiam se ater apenas à descrição e à análise do fato – apreendidas tecnicamente –, mas, muito mais que isso, deveriam, entremeadas a elas, capturar a emoção da vida diária, fazendo-a explodir, fazendo-nos ver um mundo não catalogável, não classificável: um mundo que se quer livre.

A crônica existe para dar credibilidade aos jornais, saturados de notícias reais demais para ser levadas a sério. A crônica descobre as pessoas no meio da multidão de leitores. Ela revela ao distinto público que atrás do balcão eletrônico existe um baixinho resfriado e de nariz pingando, que assoa e vocifera. A crônica nos serve para mostrar o outro lado de tudo – dos palanques, das torres, dos eclipses, das enchentes, dos barracos, do poder e da majestade. Ela não consta no periódico por condescendência. A crônica é a lágrima, o sorriso, o aceno, a emoção, o berro, que não têm estrutura para se infiltrar como notícia, reportagem, editorial, comentário ou anúncio publicitário no jornal. E, contudo, é um pouco de tudo isso. (DIAFÉRIA *apud* MELO, 2003, p. 162).

Fisgar essa complexidade do real – composta, sim, de acontecimentos, mas também de despalavrados, sonhos e silêncios – não seria então uma função ética e estética daquele que se propõe à narrativa da vida que corre? Na pandemia, essas funções ficavam cada vez mais evidentes – havia, afinal, a necessidade de uma narrativa eticamente orientada ao insondável outro: os próprios alunos sentiam que não seria possível reportar a realidade sem se referir à dor, à pequena alegria em meio ao *lockdown*, ao olhar perdido, à mudez captada na moça da padaria... Como atingir, narrativamente, a dimensão simbólica desta nova realidade senão pela crônica? Assim, fomos ficando cada vez mais livres para, diante das tristes notícias que nos assolavam, elaborarmos narrativas assim:

Confinado aos meus próprios limites, o mundo parecia menor. Não havia para onde ir, a não ser para dentro. Restrito àquelas quatro paredes precisei lidar comigo mesmo numa frequência quase que irritante. [...] Não tendo para onde fugir [...] só me restava contemplar os mínimos detalhes do “eu”. [...] Lá na ponta, os pés magros exibiam, ao movimentar-se, as conexões bem definidas com os 5 dedos que se dobravam e se esticavam constantemente, como se testassem a funcionalidade de suas articulações. [...] Me comia por inteiro, em cada detalhe. [...] Chegava bem perto do espelho e via meus olhos que denunciavam uma consciência habitando aquela casca de carne, pele e pelos. [...] Cheguei tão perto de mim mesmo que os detalhes começaram a crescer. Minhas pernas se esticavam ainda mais, minha testa se alargava e puxava o super crescimento de toda a cabeça, destacando as entradas no cabelo, e os braços se alongavam de maneira absurda. O estado superlativo de minha humanidade me assustou. Comecei a respirar de forma acelerada e não parei. Minha cabeça bateu no teto e, como não podia ir para fora, me abaixei. A ausência de controle me deixou ofegante. Já de cócoras via minhas pernas se alongarem ainda mais, quebrando a dinâmica de meu corpo, me forçando a me deitar. Já respirando desespero ansioso me vi aberração. Membros deformados e mega encéfalo que continuavam a crescer sem pudor algum iriam esmagar meu tronco já desaparecido daquela cena apertada. Os limites humanos se quebravam, as pernas dobravam 6 ou 7 vezes no quarto para se caberem ali, os braços já se encontravam em sua décima curva, sem controle algum, ocupando todo o pouco espaço que havia disponível. Tudo que existia havia sido preenchido de mim. Me debatia tentando forçar os limites daquele quarto. O quarto já era sentido como caixa. Sufocava. Não sabia o que fazer, não havia para onde ir. (ANDRADE, 2020, *crônica produzida para a disciplina*).

Vê-se que o discente Guilherme de Andrade tematizou a ansiedade decorrente do confinamento, o excesso de “ensimesmamento” no espaço neurótico da casa, a força necessária àqueles que, sem fugir da realidade, isolaram-se para conter o avanço do vírus. A realidade palpável, composta do *lockdown*, atrelada a insondáveis solidões e dores psíquicas no sufoco do quarto, pulula da página, e poderia servir não apenas ao “ornamento” do jornal, ao embelezamento, mas, sobretudo, poderia se prestar à reflexão sobre o hoje de nossas vidas, presente “sentido” por nós.

Mas não somente esses temas mais psicológicos estiverem presentes na cronística de nossos discentes: o “eu” que aparece em “superlativa humanidade” no quarto, que cresce em demasia, diante da ausência do “nós”, também percorre a cidade, humaniza espaços, tem nostalgias, reporta-se a uma urbe mágica, na qual se entrelaça em uma só vivência. É o caso da crônica de Ana Clara Marques de Lacerda, que escolhe as árvores de Goiânia para mapear a sua existência em uma metrópole ainda marcada por certo bucolismo:

Um fim de tarde esturricante à moda goiana em princípios de outubro, houve um despretensioso e abafado lapso do tempo no meio da Avenida Goiás. Descendo da praça cívica, eu caminhava, numa toada entre a pressa e o prevenir da correria desarvorada, cortando pela margem esquerda o longo trecho do canteiro central, num esforço quase quixotesco de alcançar o eixo antes do seu estágio de densidade sufocante que beira o impenetrável. Eis aí o instante de reinvenção da cotidianidade, uma flor de ipê branco.

Uma flor inconsequente se desprende do pé, romantizada pelo aceno da despedida solar que cambiava dramaticamente o jogo de luz e sombras sobre sua performance fugidia. No dilema entre o compasso urbano e o movimentar daquele indício primaveril, entreguei-me ao auto-risco do delito artístico. As flores cadentes não realizam desejos, mas remediaram a sua plateia contra a sobriedade urbana [...].

Antes de condenar meu arvorecer junto ao ipê branco, que testemunhem aqui os meus antecedentes. Vem de herança familiar, cresci numa estreiteza arborífica, nunca fui de me entender com nome de rua, e além de tudo minha geolocalização é essencialmente vegetal. O princípio de tudo foi o finado Flamboyant do sítio de meus avós.

[...] A árvore de minha adolescência reside perigosamente flirtando com o meio fio da Avenida E, que deslancha no Jardim Goiás. Nunca soube a graça de seu nome, e sequer movo ânsia de apurar. Sei que tem aura de pé de manga, com sua envaidecida grandeza e individualismo, típicas manias de imensidão de nuvem cismada a querer ser todo o firmamento. (LACERDA, 2020, *crônica produzida para a disciplina*).

A crônica é a pausa na cidade: de repente, em vez da corrida rumo ao Eixo (corredor de ônibus, localizado na Avenida Anhanguera, que corta Goiânia de leste a oeste), há a “reinvenção da cotidianidade”, como diz a nossa cronista, a partir da flor de ipê: ela desce do pé, ela mergulha até o chão no fim de tarde, ela nos faz parar a corrida e fabular sobre nossas tendências arbóreas. E não é que conseguimos nos mesclar a essas árvores citadinas? Em meio às avenidas, nós também, como o “eu” que fala no texto, fomos adolescentes com manias de grandeza: queríamos todo o firmamento com nossa copa frondosa. Vê-se, aqui, que a crônica, além de ressaltar o poético no real, gera em seus leitores uma sensação de identificação e, portanto, promove a reinvenção do nós, de uma coletividade que *sente* em conjunto – há então uma espécie de antídoto à introversão ensimesmada tão em voga no contexto da pandemia.

Com isso, podemos considerar esse gênero textual a partir do que Margareth Rago escreveu sobre a chamada “escrita de si”. A autora explica que o processo de “escrever-se”, nesse sentido aqui considerado, é uma atitude ética que não busca meramente “uma revelação do que se oculta na consciência culpada”, ou “a decifração de um eu supostamente alojado no coração”, ou uma “autovalorização heroica” (RAGO, 2011, p.2). Não se trata, pois, de um fechamento narcísico: ao contrário, a escrita de si – também na boa crônica jornalística – quer construir “aberturas” para o outro, aberturas entre nós, compondo “espaços intersubjetivos em que se buscam a constituição de subjetividades éticas e a transformação social” (RAGO, 2011, p.2).

Se é assim, pudemos observar que, de forma transgressora, tais construções narrativas, como vimos a partir da cronística de nossos(as) estudantes, valorizam o fortalecimento dos espaços intersubjetivos em uma metrópole marcada por aço e concreto armado. Disso tudo aqui inferido, seguimos às nossas conclusões.

5. Conclusão

Neste artigo, metodologicamente construído a partir de um relato de experiência-docente, evidenciou-se o processo de estruturação da disciplina *Espaço, comunicação e sociedade*, ministrada no primeiro se-

mestre letivo de 2020 na Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, via parceria entre as graduações de Jornalismo e Geografia. No curso, trabalhamos a produção de crônicas como gênero formativo aos futuros jornalistas. Ademais, evidenciou-se que a escrita cronística foi importante aos (às) discentes – e também aos professores – por promover o fortalecimento dos laços em um contexto de isolamento social decorrente da pandemia.

Para que o processo de concepção da disciplina pudesse ser compreendido de forma eficaz, bem como para que se entendesse a razão de se trabalhar, com os(as) estudantes, a crônica – e não outro gênero literário –, situamos aqui o significado geral deste tipo de texto, exemplificando-o com produções de nossas alunas e de nossos alunos. Ademais, demonstramos o valor mutuamente jornalístico e literário da crônica tipicamente brasileira, evidenciando o valor ético e estético deste gênero textual quando situado na narrativa jornalística cotidiana. Por um viés geográfico, vez que o curso *Espaço, comunicação e sociedade* originou-se de um debate transdisciplinar, compreendemos as relações entre a cidade e as(os) cronistas de nosso tempo.

Pela cronística de nossos(as) discentes, vimos que, da metrópole, desses lugares plenos de pressa, individualismo e solidão nas massas, surgiram (urgiram) narrativas que entrelaçam o factual ao inefável, o jornalístico ao literário, o outro ao eu. Como conclusão primordial, tanto deste artigo quanto de nossa disciplina, vimos que o direito à cidade também se faz pela liberdade devê-la, pelo trânsito de senti-la em suas variadas nuances, pela retirada, via crônica, de temas e pessoas – outrora tratados como números, banalizados nos jornais – da marginalidade discursiva. Esse gênero textual seria, portanto, uma narrativa propícia a provocar suas leitoras e seus leitores à liberdade e ao partilhar de “sentires”.

Vale ainda dizer que, no contexto da pandemia, pelo qual nos apartamos do outro justamente para protegê-lo, vimos que, de forma transgressora, tais construções narrativas puderam valorizar o fortalecimento dos espaços intersubjetivos, compondo, a despeito da existência marcada pelas paredes do apartamento e pelos sucessivos *lockdowns*, aberturas à outridade e, consequentemente, identificação entre nós.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. A rosa do povo. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. **Nova reunião**: 23 livros de poesia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANDRADE, Guilherme. **De dentro**. Produção para a disciplina Espaço, comunicação e sociedade – apresentada no terceiro sarau de crônicas. Não publicado. 2020.

BENDER, Flora Christina. LAURITO, Ilka Brunhilde. **Crônica** – história, teoria e prática. São Paulo: Scpione, 1993.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. Trad. José de Martins Barbosa, Hernerson Alves Baptista. v. 3. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221.

CHKLOVSKI, Vitor. A arte como procedimento. In: **Teoria da Literatura** – formalistas russos. Porto Alegre, RS: Editora Globo, 1976.

DARDEL, Eric. **O Homem e Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werter Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GOMES, Pedro Henrique. **Brasileiro pula em esgoto e não acontece nada, diz Bolsonaro em alusão a infecção pelo coronavírus**. G1, Brasília, 23/02/2020. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/26/brasileiro-pula-em-esgoto-e-nao-acontece-nada-diz-bolsonaro-em-alusao-a-infeccao-pelo-coronavirus.ghtml>

-pula-em-esgoto-e-nao-acontece-nada-diz-bolsonaro-em-alusao-a-infeccao-pelo-coronavirus.ghtml.

GUATTARI, Félix. **Caosmose:** um novo paradigma estético. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1992.

LACERDA, Ana Clara Marques de. **Ode aos espíritos antilíricos.** Produção para a disciplina Espaço, comunicação e sociedade – apresentada no terceiro sarau de crônicas. Não publicado. 2020.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O rosto e a máquina:** o fenômeno da comunicação visto pelos ângulos humano, medial e tecnológico. Nova Teoria da Comunicação. Volume 1. São Paulo, SP: Paulus, 2013.

MELLO, José Marques de. **Jornalismo opinativo** – gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MELLO, João Baptista Ferreira de. O triunfo do lugar sobre o espaço. In MARANDOLA, Eduardo. Júnior. et. al.(Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 33-68.

MUÑOZ. Francesc. El tiempo del territorio, lós territorios del tiempo. In: NOGUÉ, Joan. ROMERO, Juan (Orgs). **Las otras geografías.** Valencia: Editorial Tirant lo Blanch, 2006.

RELPH, Edward. Reflexões Sobre a Emergência, Aspectos e Essência de Lugar. In MARANDOLA, Eduardo Júnior. et. al.(Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 17-32.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se:** feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

STECKELBERG, Anna Júlia. **De perto.** Produção para a disciplina Espaço, comunicação e sociedade – apresentada no primeiro sarau de crônicas. Não publicado. 2020.



VII. O JORNALISMO QUE REFLETE SOBRE A VIDA E AS EXISTÊNCIAS

O perfil e o legado de Alaide

O legado de Alaide

Rauane Maria Rocha¹

Existem dois tipos de cansaço: quando precisamos dormir e quando precisamos de paz. Quando escreveu essa frase o jornalista, cartunista e escritor carioca, Ediel Ribeiro, não sabia que eu a usaria para falar de Alaide Maria da Rocha. Encontrei a frase quando estava tentando organizar os sentimentos sobre o que aconteceu entre duas e três horas da madrugada do dia 13 de setembro de 2020, um domingo.

O colunista do Jornal *O Dia* e que é frasista no site Pensador.com, endereço online em que a frase está publicada, não sabe que Alaide encontrou a paz dormindo neste dia. Morreu após o infarto do miocárdio, segundo a certidão de óbito expedida pelo Hospital Municipal de Iaciara. Ninguém sabe se sofreu, se pediu ajuda, então todos dizem que teve uma morte tranquila. Morreu dormindo. Naquele domingo ela iria fazer uma sopa de macarrão com carne moída, verduras e legumes.

A sopa era uma herança dos mais de 30 anos que trabalhou de merendeira na escola do Povoado Extrema. Alaide nasceu no povoado localizado no quilômetro seis da GO-110, em Iaciara, no dia 12 de outubro de 1963. Filha de Manoel Moreira Lopes e Catarina Maria da Conceição, casal que teve 13 filhos. Ela foi a sétima. Antes dela nasceu João, irmão que se pudesse falar de

¹ Orientação: Angelita Pereira de Lima; Edição: Luana Silva Borges e Rauane Maria Rocha.

Laíde, falaria tudo e mais um pouquinho. João tem um sorriso que deixa a fala mais alegre quando vê a infância de hoje e percebe a beleza da infância dos tempos dele e da irmã. Ele pensa que as coisas de hoje são muito bagunçadas.

A infância de João e Alaide se tornou uma infância bonita. As crianças de hoje têm celulares na mão. Na época deles não tinha isso, tinha bonequinha de pano, completada com sabugo de milho. Os meninos também faziam os próprios carrinhos, com rodinhas de pau tiradas de embiruçu. A nostalgia dos brinquedos e das brincadeiras tem um período tão curto quanto foi o tempo de brincar à sua época. A infância de Alaide também era adolescência, e a adolescência era quase adulta. Eram Alaide e João que abasteciam a casa com água. Na época, a água não saía na torneira de casa. As crianças precisavam descer à mata e ir ao brejo, nas grotas e cacimbas buscar água para beber, cozinhar e fazer limpezas. Os brinquedos foram substituídos por potes, latas, cabaças e moringas.

Alaide também socava arroz no pilão. A adolescência foi sofrida: das artes em casa foi fazer arte na cozinha da escola. A mãe era professora e merendeira. Catarina era filha de João Damaceno Rocha, conhecido como o primeiro professor do povoado. Assim como o pai, Catarina começou a lecionar em casa. Depois passou a ser professora na primeira escola oficial do povoado, que tem o nome de Escola Municipal João Damaceno Rocha, em homenagem ao avô materno de Alaide.

Alaide foi levada pela mãe para ocupar a função de merendeira aos 13 anos, não podia nem receber o próprio salário, não era fichada, o que só aconteceu depois que se casou aos 17 anos. A tia da cantina também estudava na escola e por muito tempo largou os estudos em função do trabalho, mas retornou à sala de aula já entre os anos de 2008 e 2010, ao mesmo tempo em que era funcionária. Terminou o ensino fundamental, mas não migrou para a cidade para cursar o ensino médio.

A merendeira viu muitos alunos passarem por essa escola, e viu alguns retornarem como funcionários. Era carinhosamente chamada pelos estudantes de tia Laíde. Profissional igual a ela foram pou-

cos. Era uma boa funcionária, responsável com horários, chegava cedo e fazia café e chá para os professores. É o que dizem, também é o que tem na lembrança José Augusto, um colega de trabalho que conviveu com ela por 23 anos. O Zé Augusto e muitos outros funcionários se impressionavam com a noção muito grande de merendeira que ela tinha na cozinha. Quando ela indicava a quantidade de quilos de arroz para uma determinada quantidade de pessoas, podia confiar que não faltava! Alaide sempre foi muito cabeça, João admirava a memória, o agir e a forma que ela pensava nas coisas. A matemática, o planejamento e como tudo dava certo quando a irmã fazia sempre o inspiraram.

A tia Laíde fazia galinhada, arroz com carne moída, farofa de feijão, carne moída e salsicha para o pão e também a sopa. A sopa ela adorava cozinar em casa. Faria uma vez mais naquele domingo. Na compra do supermercado de setembro, Alaide pediu para as filhas comprarem cenoura, batata, abóbora cabotiá, carne moída e macarrão. Na tarde de sábado, dia 12, convidou um amigo para comer a sopa na noite do dia seguinte. Diante do corpo dela entre as 16 e as 18 horas não acreditava que estava no velório de Alaide, emocionado, repetia que ela havia feito o convite para a noite daquele domingo.

Na tarde do dia 12 de setembro, Alaide estava em uma rodinha com amigos, na última década era assim que gostava de se divertir. Conversa acompanhada de vinho e catuaba e que, nos últimos anos, também tinha pinga. A branquinha a derrubou de um jeito que ninguém conseguiria, nem se tentasse. Alaide era uma mulher de pele negra, estatura baixa, magra, cabelos cacheados, rosto manchado do trabalho e um cravo no pé. Era uma pessoa solidária e proativa. É descrita como uma lutadora, batalhadora, que sofreu e lutou muito na vida.

Uma mulher guerreira que gerou 13 filhos, perdeu quatro em vida e nunca superou a perda de nenhum deles. Alaide e Cipriano Justino da Rocha se conheciam desde que eram crianças, quando ela nasceu ele já era nascido. Eram primos-irmãos. A mãe dela, Catarina, era irmã de Félix, pai de Cipriano. Começaram a namorar nas

festas de junho, os mastros, festividades católicas que marcam as celebrações dos padroeiros da Igreja do Sagrado Coração de Jesus e Imaculado Coração de Maria.

O namoro começou em 1977 e se casaram em 20 de julho de 1980, na Paróquia Santo Antônio de Pádua, em Iaciara, já esperando a primeira filha, Regina. Tiveram rapidamente três filhos, Roseli em 82 e Robson em 83. Mas perderam rapidamente dois filhos, Regina em 83 e Robson em 85. A menina ficou doente e faleceu. Alaide não estava na casa em que a primeira filha morreu e, quando soube, ficou desesperada. Robson também morreu em casa, se machucou na cabeça e morreu em decorrência do sangramento que não parou. Hoje, a suspeita é que tinha Hemofilia.

A segunda filha se tornou a mais velha. Roseli tem 38 anos e viu a família crescer muito. Renildes, Railto. Poderia ter parado no Romilto, que nasceu em Sobradinho dos Melos, num breve período em que a família morou no Distrito Federal, em razão de um serviço de chacareiro de Cipriano e da licença do trabalho de merendeira de Alaide. Poderiam ter parado quando a patroa do casal sugeriu que ela operasse, mas, por medo, Alaide não fez a cirurgia.

Ronilson, o sétimo filho, também chegou no DF, nasceu em Taguatinga, quando Cipriano já trabalhava como ajudante de pedreiro. Mas a família logo retornou ao Povoado Extrema depois de seu nascimento e não mais saíram do local. A família continuou crescendo. Em 1994, chegou a Rayane; um ano depois, Rauane; um ano depois, Rubens; três anos depois, Ronne; dois anos depois, Rúbia; e dois anos depois, Rafael. Alaide e Cipriano tiveram um casamento de 40 anos e 13 filhos.

A primeira neta, Thaiz Cristina, nasceu em 1998 e deu a ela sua primeira bisneta, Nayra Eloise, em 2019. Alaide também é avó de Lucas, Luan Júnior, Fellipe Gabryel, Anny Gabryelly, Luis Eduardo, Paulo Ricardo, João Guilherme, Nicole, Lorena e a última, que nasceu em novembro de 2020 e se chama Alaide Vitória em sua homenagem. Para os filhos, ela deixou que família é tudo. Que família tem que ter união, tem que ter amor uns com os outros. E sua herança na terra continuará crescendo, já com mais uma bisneta, Yara Rhiany.

Luta pelos filhos

Era triste ver que algo que parecia tão banal abalasse a imagem de uma mulher tão forte. O alcoolismo. Aos dois anos de idade, Ronilson também se machucou, mas, diferente de Robson, recebeu atendimento médico no hospital de Iaciara e foi encaminhado para Brasília. Ronilson foi diagnosticado com Hemofilia, um distúrbio genético-hereditário na coagulação do sangue. O corpo de um hemofílico não possui proteínas necessárias para a coagulação e por isso eles sangram mais do que o normal, é o que diz a definição da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Ronilson passou o resto da vida fazendo tratamento regular em Brasília. Uso de fator VIII, comprimidos com função coagulante, transfusões de sangue... Até mesmo para ir ao dentista era preciso ir até Brasília. Nunca se soube a origem hereditária, sabe-se que o pai e a mãe não apresentaram sintomas da doença, necessários para o diagnóstico.

Rubens nasceu normal, teve Poliomielite, segundo uma lembrança que tenho na memória de ter ouvido de Alaide. Então ficou deficiente, não andou, não falou, envergou os braços e não os estirava, não cresceu direito, aos 13 anos era um bebê de colo. A partir de 1997, as viagens regulares a Brasília incluíam Rubens.

Rafael foi o único filho de Alaide que nasceu de parto cesárea. Alaide tinha medo da cirurgia, não operou quando sugeriram para ela depois do seu sexto filho, Romilto. Mas teve que operar no parto de Rafael para salvar a vida dela ou do bebê, depois o pai soube que seu bebê nasceria morto, não explicaram o motivo, mas Rafael nasceu vivo, foi encaminhado para Brasília, ficou pouco mais de 20 dias internado e foi para casa. Com problema no coração, mais um filho para viajar regularmente para Brasília.

Em 2012, a nona filha, Rauane, foi diagnosticada com Doença de von Willebrand, uma doença hemorrágica hereditária causada por deficiência qualitativa ou quantitativa do fator de von Willebrand. A definição do Centro dos Hemofílicos do Estado de São Paulo também diz que a coagulopatia se manifesta através da disfunção

plaquetária associada à diminuição dos níveis séricos do fator VIII coagulante. A doença foi descrita pela primeira vez em 1925 pelo médico Erik Adolf von Willebrand. Alaide sabia diferenciar para a filha a doença dela da doença do Ronilson. Ele tinha a doença mesmo e ela tem o traço no DNA. O tratamento é exatamente o mesmo.

A partir de 2017, Rúbia também passou a frequentar hospitais na Capital Federal. A suspeita era que também seria hemofílica, possibilidade já suspensa pelos médicos. A décima segunda filha de Alaíde tem problemas intelectuais. Alaide também enfrentou filhos com Doença de Chagas, filhos com sangue grosso que precisam fazer Sangria Terapêutica e que ainda rejeitam o tratamento regular. Alaide também enfrentou os problemas de saúde do pai e da mãe.

Ela amava o pai, falava dele com muito orgulho, o baixinho que usava camiseta, calça jeans, botina, chapéu de palha e que descia para a roça fumando um cigarro e com um bodoque na mão. Alaide também era fumante, todos os seus filhos fumaram no ventre dela. Mas nem sempre bebeu. Os filhos não se lembram de quando ela começou a beber. Mais ou menos a partir de 2008 ou 2009 se lembram de vê-la consumir vinho e catuaba aos fins de semana.

Uma sequência de perdas em cinco meses abalou a força do psicológico que parecia inabalável. Em 26 de dezembro de 2010, Rubens, o filho de 13 anos que era um bebê, morreu. Rubens morreu um dia depois do Natal. No dia da morte dele, ia ter comemoração na casa da família. No dia 25 de dezembro houve vários batizados e seria feito um almoço no dia seguinte. Não houve festa. Rubens era o presente de Deus para Alaide e Cipriano. Eles repetiram essa afirmação várias vezes naquele dia, depois que o filho morreu naquela manhã.

Alaide se queixava de não ter tempo e não tinha mesmo porque, além de todos os filhos que precisavam de assistência médica a mais de 300 quilômetros de casa, também cuidava do pai doente, acamado. Tinha ajuda apenas do irmão, Santo. Manoel, um amor de pai para Alaide, morreu no dia 17 de março de 2011 e, cerca de 20 dias depois, ela perdeu o irmão, o mesmo Santo que a ajudava com o pai,

por um infarto fulminante. Alaide agora tinha mais tempo, mas não tinha pessoas importantes em sua vida. Em 2017, perdeu a irmã, Terezinha, também por um infarto fulminante. Terezinha era companheira da vida. Das irmãs era a que morava no povoado, outras se mudaram. Trabalhavam juntas na escola, ela no turno da manhã, Terezinha no turno da tarde.

Alaide era a maior incentivadora do futuro dos filhos, principalmente com a educação. Não deixou a filha mais velha largar os estudos depois que engravidou aos 16 anos. Sempre ajudou a cuidar dos netos e ficava com eles enquanto a filha estudava. A filha se formou professora. Ajudava com qualquer necessidade da vida pessoal e se preocupava com a família de todos os filhos. Viu alguns se casarem, viu muitos saírem de casa, três deles para a Universidade Federal de Goiás.

Em 2015, foi levar a Rayane, sua oitava filha, para estudar Nutrição em Goiânia. Dois anos depois, viu sua nona filha, Rauane, ir cursar Jornalismo e Ronne, o décimo primeiro, Matemática. Ela sempre atendia as ligações sorrindo e desligava chorando, mas se orgulhava de ver os trabalhos, como escutar a voz de uma filha pelo rádio, doer as vistas até sair lágrimas para conseguir ler uma reportagem assinada por ela num jornal impresso, como a felicidade de um 10 na prova de matemática ou a presença em uma oficina de culinárias quilombolas na Faculdade de Nutrição, em 2019. Fato de muitos momentos nostálgicos por parte de Alaide.

Alaide e Cipriano não tinham condições financeiras de manter os filhos estudando em Goiânia com recursos próprios. Procuraram assistência estudantil e conseguiram vagas na Casa de Estudantes Universitários I da UFG. Muitas conversas de preocupação com a família distante e principalmente sobre o excesso de bebida da mãe aconteceram ali. Foi no quarto 16, no fim do corredor do térreo, que duas das filhas de Alaide constataram a origem do problema da bebida.

A conversa entre as duas virou uma reunião de família em agosto de 2019. Na ocasião, as duas meninas expuseram a todos a preocupação com a saúde mental da mãe por causa da morte do irmão,

Ronilson, em 22 de maio de 2018. Ronilson morreu por um problema no fígado que ninguém sabia que ele tinha. Vomitou sangue numa quinta-feira, foi encaminhado para Brasília no mesmo dia, à noite, estava internado num Centro de Terapia Intensiva. Na noite da segunda-feira seguinte a família compartilhou a melhor notícia, o problema estava regredindo e houve melhora. Poucas horas depois, por volta das quatro horas da madrugada de terça-feira, compartilhava a notícia do falecimento do Ronilson. Múltipla falência dos órgãos, entre outros motivos descritos na certidão de óbito.

Alaide, sempre corajosa com o mundo, com os hospitais, com as doenças, não tinha coragem de enfrentar a dor das perdas. Bebia. No começo parecia ser algo normal para uma pessoa que no fim de semana decidia beber, mas ao longo do tempo talvez poderia já ter se tornado uma doença. Ela já não conseguia mais parar de beber. Já bebia substituindo o café da manhã. Já bebia e dormia bêbada antes do meio-dia e, no mesmo dia, também dormia bêbada à noite. Alaide sofria com o próprio vício. Era uma diversão que causava sofrimento. Os filhos não gostavam devê-la bêbada. A imagem da mãe ruindo diante dos próprios olhos por causa de um líquido forte altamente vicioso.

Alaide acreditava que foi vítima de algo mal colocado num vinho que ela bebeu, que disso decorria o seu vício. Nunca disse ao marido quem fez, mas dizia que sabia quem havia feito. Repetia a história sempre que chorava por ter bebido outra vez, dizia que iria conseguir largar o vício, que ela mais rejeitava do que admitia, embora tivesse a seita que a pinga que tomava não era legal. No início, chorava porque chorava, no final da vida, alegava que a bebida era a única diversão que tinha. E que não adiantavam a repreensão dos filhos, os lamentos, as lembranças da Alaide saudável, e como a vida dela poderia ser melhor se ela não bebesse pinga, ela queria se divertir.

Os filhos acham que o pai e até eles mesmos poderiam ter ajudado a mãe com as viagens e no cuidado com os doentes. Ela precisava, queria e ao mesmo tempo não deixava. Se tirassem os pais doentes dos cuidados dela, ela sofreria, se deixasse o cuidado com

os filhos, ela sofreria. Por mais cansativo que fosse, Alaide queria estar ali para todos. Ficava feliz se a ajudassem com os que estavam em casa enquanto ela estivesse fora. Dias, meses nos hospitais, ela queria cuidar dos filhos e dos pais.

Para os filhos viverem mais, Alaide iria por todo o mundo, passou a vida de Iaciara para Brasília e chegou a ir a Barretos por uma suspeita de câncer no Rafael. A partir de 2018, Alaide perdeu a vontade de viajar. Com o psicológico muito atingido, a quarta filha, Renildes, lembra que sair de casa se tornou um problema. Não gostava mais de sair de casa e era resistente para ir na cidade, mesmo com obrigações de bancos.

Alaide sempre foi uma mulher bonita e vaidosa, se gabava da beleza da juventude, cuidava dos cabelos, dizia que o marido era cheio de ciúmes. Ria muito lembrando das histórias. Nos seus últimos cinco anos de vida, Alaide emagreceu muito, o cabelo caiu muito, esqueceu-se da vaidade que um dia já havia possuído. Alaide se recusou a reconhecer o alcoolismo, recusou tratamento psicológico, até que tudo foi interrompido e ninguém mais pôde fazer nada.

Casa e escola

Alaide dividiu a maior parte da vida pelo amor pela profissão e o amor aos filhos. A escola no Povoado Extrema era um canto da casa dos professores, Cipriano começou a estudar nesse modelo, quando o pai era professor e dava aula em casa. Catarina também dava aulas em casa. A primeira unidade construída pela prefeitura foi na gestão municipal de 1974. Era uma única sala, apelidada de gurutaba, porque era feita de taba, tinha piso de cimento e telhado de telha brasilit. A sala tinha uns 14 metros de comprimento por 12 metros de largura.

O pai de Cipriano deu aulas no colégio, Catarina também. Todas as salas que funcionavam em casas migraram para a escola. Quando o pai se aposentou, Cipriano assumiu a sala. Foi removido do cargo em 1985, por força política. Apoiou o candidato derrotado nas eleições para prefeito e, como não tinha estabilidade

de cinco anos na função, foi demitido. No local da sala, atualmente existe uma quadra poliesportiva nunca finalizada.

Nos anos seguintes, a escola foi crescendo e ganhando mais salas, um pouco mais à frente de onde foi iniciada. Ao menos cinco gestões seguintes ampliaram o local, até o atual comando da cidade. Da sala de taba foi para alvenaria... Um corredor todo novo, passou por reforma geral, ganhou sala de informática, refeitório, uma cantina nova. Alaide acompanhou a maior parte destas mudanças de dentro da cantina da escola. Viveu o processo também em sua vida pessoal.

Casou-se e foi morar perto dos sogros, viveu muito tempo por lá, até que eles venderam as terras e se mudaram para Brasília. Entre 1989 e 1992 viveu no Distrito Federal, a família foi em busca de melhores condições de trabalho, mas a estabilidade do serviço de merendeira ainda era e sempre foi o principal sustento da família. Pouco depois que retornaram ao povoado, moraram um tempo na casa dos sogros, uma casa feita de barro. Até se mudarem para um barraco feito de tijolos com dois cômodos, um com um fogão à lenha e o outro que comportava Alaide, o marido e oito filhos.

Entre 1997 e 1998, foi construída a atual casa da família. Após um surto de Doenças de Chagas no local, o governo interveio e construiu muitas casas para as famílias. Padronizadas, tinham uma sala, três quartos, uma cozinha, um banheiro, uma pia do lado de fora e uma caixa d'água. Alaide sabia que a casa era pequena, teve mais três filhos após a nova moradia, somando 11 filhos vivos. E também os netos, que viviam na mesma casa. Sempre deu jeito para que todos coubessem dentro dela, e sempre sonhou em ampliar.

Começou a obra mais ou menos em 2007, subiu o telhado da cozinha, construiu um quarto, mudou o banheiro de lugar e aumentou o comprimento, e construiu uma cozinha novinha, o maior desejo de Alaide. Não pôde finalizar a obra como queria, tudo ficou no piso de cimento batido. Em vida, viu apenas o banheiro reformado, presente dos filhos, no fim de 2019. E o primeiro item da cozinha, uma mesa com oito cadeiras, que ela recebeu com muita felicidade e entusiasmo, três dias antes de morrer.

Família Rocha

Antes de se casar, se chamava Alaide Maria Lopes. O desejo era construir a família Lopes Rocha, sem perda do sobrenome de solteira. Mas, por um erro do cartório, virou Alaide Maria da Rocha - sem o nome de que tanto gostava e ainda com um “da”, intruso, no meio! Em alguns documentos dos filhos, também por erro do cartório, se chama Alaide Maria Rocha, assim mesmo, sem o “da”.

Alaide colocou seu segundo nome em todas as filhas, uma sequência de RMR quebrada em Rúbia, que recebeu, além de “Maria”, o “Aparecida” e é RAMR. Os meninos também receberam um segundo nome, Justino, que Cipriano tem em homenagem à história de São Cipriano, santo católico celebrado em 16 de setembro. Ele nasceu dez dias depois, em 26 de setembro. Uma sequência de RJR, quebrada em Ronne, que não recebeu o Justino, mas recebeu o Aparecido, se tornando RAR.

Ao que se sabe, de memória, Alaide achou que seriam seus últimos filhos, menino e menina, então homenageou a santa, Nossa Senhora Aparecida. Ronne não foi o último, veio o Rafael, que não ganhou o Justino e nem o Aparecido, mas ganhou o Rawan, e virou o RRR. É um desafio saber quem tem o D na sequência, a letra de “da Rocha”. Ora, são pelo menos 13 documentos para reunir e conferir: aí fica difícil saber quem possui a partícula do nome da mãe no próprio documento...

Alaide sempre rezava à Nossa Senhora Aparecida. Nasceu no dia da santa, com toda felicidade dividia seu dia também com as crianças. Todo dia 12 de outubro era marcado por nove dias anteriores com a família fazendo a oração do terço. No dia da festa, ela fazia um jantar, nos últimos anos um almoço, e convidava a comunidade, distribuía pirulitos para as crianças, e era assim que todo ano celebrava seu aniversário. Alaide também fazia lapinha no Natal, também precedida de novena, com jantar no dia 25, e recebia a folia de Reis, no dia 6 de janeiro do ano seguinte.

Ela adorava a folia, nunca seguia completa, gostava mesmo era do pouso. Muitas vezes recebeu os foliões em sua casa, deu pouso,

comida, organizou de maneira que todos pudessem dormir ali. Alaide gostava da ladainha de todos os santos, tanto que se ajoelhava e segurava a vela para rezá-la. Tinha costume de rezar novena desde a casa dos pais, a mãe fazia para o Divino Pai Eterno, em julho, e o pai em fevereiro, para São Brás.

Alaide era de ir muito à Igreja quando era mais nova, mas com o tempo se tornou daquelas pessoas que lembram de ir ver Jesus na Sexta-feira da Paixão e se esquecem de irvê-lo ressuscitar no Domingo da Ressurreição, como gostam de destacar alguns padres conhecidos sobre o comportamento dos cristãos católicos da Semana Santa. Ela ia pouco à Igreja do povoado, mas dizia que sempre frequentava quando viajava para hospitais.

Alaide também era quilombola, um termo que talvez nem soubesse explicar. Acho que, de vivência, ninguém em Extrema sabe. Extrema nasceu fazenda, se tornou povoado e, desde 2012, é reconhecida como um território quilombola. Povoado Extrema deu lugar à Comunidade Quilombola Extrema. Um lugar com cultura popular católica, onde, no dia 12 de outubro de 1963, nasceu uma mulher com um seguimento de vida todo dedicado aos filhos.

Uma mulher que sabia muito sobre a vida e buscava todos os recursos, mesmo se não tivesse condições econômicas, buscava junto aos órgãos para que mantivesse a qualidade da saúde dos filhos. Uma mulher que tem sua persistência e insistência admiradas pela Dr^a. Jussara Oliveira Santa Cruz de Almeida, hematologista que a acompanhou desde o início. A médica sabe que Alaide atravessou muitas coisas, passou por muitas dificuldades, sempre buscando o melhor tratamento para os filhos. Alaide é uma heroína, conseguiu superar todas as dificuldades, muito, muito além da capacidade dela.

No dia 12 de setembro de 2020, ela foi vista normalmente no terreiro, fazendo o que normalmente fazia todos os dias. Recebeu visitas. Chorou. Sorriu. Ficou na rodinha com os amigos. E dormiu. Alaide agora está bem, ela não sofre mais, ela não bebe mais, ela tá uma pessoa saudável, não como ela era antes de começar a beber, porque lá não existe mais nada. Existe tudo

e não existe nada. Não existe dor, não existe sofrimento, ela tá feliz, não tem preocupação, não tem choro.

Nesses últimos meses, aprendi que existem dois tipos de cansaço nesta vida: para descansar alguns precisam dormir, Alaide Maria da Rocha precisava de paz. Alaide viveu para os filhos e por eles.

Uma mãe que deixou, como herança neste mundo, nove de seus 13 filhos.



Autoras & Autores



Alfredo José Lopes Costa é professor no curso de Jornalismo da FIC/UFG, doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos de Cultura Contemporânea da Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO/FCA/UFMT). É membro do grupo de pesquisa em Comunicação e Cidade – Interfaces Interdisciplinares (Citicom/UFMT).

Amanda Vieira da Silva Dutra é estudante do Curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação na Universidade Federal de Goiás (FIC/UFG).



Ana Carolina Temer é pós-doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutora e mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo e bacharel em Jornalismo pela UFRJ. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FIC/UFG.



Ângela Teixeira de Moraes é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFG. Tem mestrado e doutorado em Letras e Linguística pela UFG, com ênfase em análise de discurso, e pós-doutorado em Comunicação pela UnB, na linha jornalismo e sociedade. Atualmente é vice-coordenadora do curso de Jornalismo FIC/UFG.

Angelita Pereira de Lima é professora de Jornalismo Literário FIC/UFG, integrante do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos PPGIDH/UFG, graduada em Jornalismo (UFG), mestre em Educação Brasileira (FE/UFG) e doutora em Geografia (IESA/UFG). Atualmente é diretora da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/UFG).



Artur Felício Costa é mestre em Comunicação Social pela Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás – FIC/UFG



Átila Giovani Lima Freitas é graduado em Jornalismo e Publicidade e Propaganda, pós-graduado em Assessoria de Comunicação e Marketing; *web designer* e *developer*; analista de SEO e de mídias sociais.

Bruno Mardson de Souza Oliveira é bacharel em Biblioteconomia e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da UFG. Integra o Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença. É bolsista CAPES-CNPq.



Déborah Rodrigues Borges é doutora em Arte e Cultura Visual pela UFG. Fotógrafa e professora de Fotografia, Fotojornalismo e Teoria da Imagem na PUC Goiás e na UFG.

Eguimar Chaveiro é professor titular do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA/UFG). É doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ). Coordenador do grupo de estudos Dona Alzira – Espaço, Sujeito e Existência.



Elisângela Gomes é doutoranda e mestra em Comunicação pela UFG. Pesquisadora do Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença; do Observatório Social/ABECIN e do Laboratório de pesquisa em informação antirracista e sujeitos informacionais - Alaye. Membro do Coletivo Pretas Angoleiras-GO.

Fernando Machado de Castro é capitão da PMGO, aluno do Curso de Especialização em Gestão de Segurança Pública da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás.





Francesco Pira é professor Associado de Comunicação e Jornalismo na Universidade de Messina (Itália). Atualmente, sua principal área de pesquisa está voltada para a dinâmica das mídias sociais, a proliferação de notícias falsas e desinformação e seu impacto nos processos de relacionamento social e construção da opinião pública.

Janyelle Pereira da Mata
é técnica em Biotecnologia
pelo Instituto Federal
de Educação, Ciência
e Tecnologia de Goiás.
Graduanda em Jornalismo
pela Universidade
Federal de Goiás.



Juarez Ferraz de Maia é professor associado da UFG. Graduado em jornalismo pela Universidade de Bruxelas (Bélgica) e doutor em Ciência da Informação e da Comunicação pela Universidade Paris 8 (França). Trabalhou por mais de vinte anos na República de Moçambique, onde exerceu várias funções, dentre elas a de diretor do Gabinete de Comunicação Social.



Letícia de Lucena

Vaz é discente do curso de Jornalismo da FIC/UFG. É bolsista PIBIC/CNPq do Programa de Iniciação Científica.



Letícia Renault é pós-doutora pelo Centro de Estudos em Imagens e Sons Midiáticos (CEISME) da Universidade Sorbonne Paris-Nouvelle 3. Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre e bacharel em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação (FaC), da UnB.

Lisandro Magalhães

Nogueira é professor doutor pela PUC/SP; professor do PPG em Comunicação Social da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás – FIC/UFG e do PPG em Performances Culturais, da UFG.





Luana Silva Borges é jornalista graduada pela Universidade Federal de Goiás, mestre em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da FL/UFG e doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação da FIC/UFG.

Luca Bussotti, italo-moçambicano, é diretor da Pós-Graduação na Universidade Técnica de Moçambique, investigador no CEI-IUL ISCTE (Lisboa) e investigador sênior no Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (CEC). Conta com inúmeros artigos publicados em revistas internacionais e cerca de 20 livros da autoria ou organizados.



Luciene de Oliveira Dias é doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília, mestra em Ciências do Ambiente, especialista em Estudos Culturais e professora da UFG. É vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Coordena o Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença.

Luiz Signates
é doutor em
Comunicação/ ECA-
USP. Docente dos
cursos de Jornalismo
da UFG e da PUC-
Goiás, e dos PPGs
Comunicação/UFG e
Ciências da Religião/
PUC-Goiás.



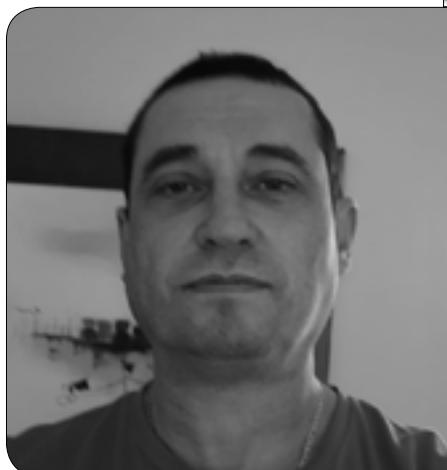
Maria Flora Ribeiro Costa
é jornalista e professora
do Curso de Jornalismo da
UFG, mestre em Educação
Brasileira pela UFG e
doutoranda em Direitos
Humanos e Segurança
Pública- Direito pela UFG.

Maria Izabella Noleto é
graduada em Jornalismo
pela Pontifícia Universidade
Católica de Goiás. Foi
bolsista de iniciação
científica pelo PIVIC/PUC-
Goiás e orientanda do prof.
Luiz Signates, em 2020.



Rauane Rocha é quilombola de Extrema, Iaciara (GO), estuda Jornalismo na UFG desde 2017 por ser apaixonada por esportes.

Na universidade descobriu-se amante da futura profissão, e já tem na mochila experiências na Rádio Universitária 870 AM, TV UFG e Sistema Sagres de Comunicação.



Ricardo Pavan é doutor em Comunicação pela Unisinos (RS), docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do curso de Jornalismo da FIC/UFG. Atua na linha de pesquisa Mídia e Cultura, com ênfase às análises das matrizes comunicativas presentes nas articulações das culturas de massa, midiática e popular. É coordenador do curso de Jornalismo da UFG.

Rodrigo Emídio é geógrafo graduado pela Universidade Estadual de Goiás, mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA/UFG).



Rosana Maria Ribeiro Borges
é pós-doutora em Comunicação
e Cultura pela UFRJ, doutora
em Geografia pelo Instituto de
Estudos Socioambientais da UFG,
mestre em Educação Brasileira pela
Faculdade de Educação da UFG.
É professora e coordenadora do
Programa de Pós-Graduação em
Comunicação (PPGCOM) e ao
Curso de Jornalismo da FIC/UFG.



Salvio Juliano Peixoto Farias
é graduado em Comunicação
Social-Jornalismo e Artes Visuais-
Design Gráfico pela UFG.
É mestre em Cultura Visual
pela FAV/UFG. Atualmente é
secretário de Comunicação e
docente do curso de Jornalismo
dessa mesma Universidade.
Integra o Núcleo de Pesquisas
em Teoria da Imagem (NPTI).

Sílvia Mutongoreca Singreia
Afonso é moçambicana, doutora
em Ciências da Comunicação ,
mestre em Comunicação para o
Desenvolvimento e Licenciada
em Ensino da Língua Portuguesa
pela Universidade Católica de
Moçambique. É Graduada do
curso de liderança em comunicação
estratégica para saúde pela Univer-
sidade A Politécnica em Maputo.





Solange Franco é professora do curso de Jornalismo da UFG. É doutoranda em Ciências Ambientais, mestre em Geografia e especialista em Educação Ambiental, foi repórter, apresentadora e editora em telejornalismo. Atua nas áreas de audiovisual, meio ambiente, além de jornalismo especializado nas áreas de consultoria política, comunicação estratégica e campanhas político-institucionais.

Taissa Grassik Tomé é jornalista formada pela Universidade Federal de Goiás, cursando MBA em Marketing na Universidade de São Paulo (USP). Investiga gênero e violência de gênero no âmbito do grupo de pesquisa Benedita Tatu, abarcando pesquisas no Estado de Goiás.



Wéber Félix de Oliveira é doutorando em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ). Mestre em Comunicação pelo PPGCOM/UFG e graduado em comunicação social - Jornalismo pela UFG. É membro do Grupo de Pesquisa História da Comunicação em Goiás (FIC/UFG) e vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Discurso, Cultura e Ensino (FL/UFG).



Ysabella de Medeiros

Portela é formanda em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg). Pesquisa a História da Comunicação em Goiás.

* * *

Este e- book foi composto em
Garamond e Aldo,

Publicado pelo Cegraf UFG
Câmpus Samambaia,
Goiânia. Goiás. Brasil. CEP 74690-900
Fone: (62) 3521-1358
<https://cegraf.ufg.br>

Goiânia, dezembro de 2021